

# ***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES***

## ***Curso de Estados-Maiores Conjuntos***

**2007/2008**



### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

#### **DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

**“O DIÁLOGO UNIÃO EUROPEIA – MAGREBE”**

***JOÃO MIGUEL RIBEIRO CONDE***

***MAJ / PILAV***



# **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

## **O Diálogo União Europeia - Magrebe**

**MAJ / PILAV João Miguel Ribeiro Conde**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 07/08

Pedrouços, 2008



# **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

## **O Diálogo União Europeia - Magrebe**

**MAJ / PILAV João Miguel Ribeiro Conde**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 07/08

Orientador: CTEN Francisco José Almeida Carapeto

Pedrouços, 2008

## **Agradecimentos**

Expresso aqui singelas palavras de agradecimento e reconhecimento a todos aqueles que amavelmente se disponibilizaram a contribuir para a elaboração deste trabalho. Através das reuniões e entrevistas mantidas, facultaram-me informação e regulamentação e, acima de tudo, partilharam experiências vividas, que foram fundamentais no desenvolvimento desta investigação.

O meu sincero Obrigado aos:

Sua Exa. Sr. General Loureiro dos Santos;

Sr. Professor Doutor Luís Moita;

Dr. Paulo Lourenço;

Dra. Paula Pereira.

Aos meus Camaradas de curso, com os quais tive o privilégio de partilhar este ano particularmente desafiante, dedico aqui uma palavra especial de agradecimento pela amizade, pela sã camaradagem e pelo esforço colocado no sucesso e coesão de todo o “Conjunto”.

Por último, e de forma particular, agradeço ao meu orientador, o Sr. Comandante Carapeto, pelo apoio e modo como orientou a minha investigação, pela utilidade das suas recomendações e pela sua disponibilidade para me receber.

A todos, um bem hajam e muito obrigado.

## Índice

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>ii</b>
<b>Índice .....</b>	<b>iii</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>vi</b>
<b>Palavras-Chave .....</b>	<b>vii</b>
<b>Lista de abreviaturas.....</b>	<b>viii</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
a. Tema e definição do contexto.....	1
b. Justificação e objecto do estudo .....	1
c. Objectivos da investigação .....	2
d. Metodologia e instrumentos .....	2
e. Organização do estudo.....	3
f. Definição de conceitos e termos .....	3
<b>2. Caracterização e análise geopolítica e geoestratégica do Magrebe.....</b>	<b>4</b>
a. Enquadramento histórico do Magrebe.....	4
b. Análise da situação actual .....	6
(1) Factor político.....	7
(2) Factor económico .....	9
(3) Factor sócio-cultural .....	12
(4) Factor militar .....	13
c. Potencialidades e vulnerabilidades.....	15
(1) Potencialidades .....	15
(2) Vulnerabilidades.....	16
d. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas .....	17
<b>3. Ameaças e riscos emergentes / Impacto na UE.....</b>	<b>18</b>
a. Terrorismo .....	20
b. Desafio das migrações .....	24
c. Criminalidade organizada.....	27
(1) Imigração ilegal .....	28
(2) Narcotráfico.....	29
d. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas .....	30
<b>4. Relações Internacionais.....</b>	<b>31</b>
a. Iniciativa 5+5.....	31
b. Parceria Euro-Mediterrânica.....	33
c. União para o Mediterrâneo .....	36
d. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas .....	38

<b>5. Cenários de Evolução .....</b>	<b>39</b>
<b>6. Conclusões .....</b>	<b>41</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>44</b>
<b>Índice de Tabelas</b>	
Tabela 1 - Estrutura macroeconómica dos países do Magrebe .....	9
<b>Índice de Gráficos</b>	
Gráfico 1 - Rede das principais trocas comerciais de Gás Natural a nível mundial .....	11
<b>Índice de Apêndices</b>	
Apêndice A - Análise geopolítica e geoestratégica dos países da União do Magrebe Árabe - Factores estruturantes .....	Apêndice A-1
Apêndice B - Entrevistas .....	Apêndice B-1
Apêndice C - Principais grupos terroristas activos identificados nos países da União do Magrebe Árabe / Programa anti-terrorismo da UE .....	Apêndice C-1
Apêndice D - Parceria Euro-Mediterrânica .....	Apêndice D-1
<b>Índice de Anexos</b>	
Anexo A - Definição de conceitos.....	Anexo A-1
Anexo B - Mapa e figuras temáticas da região do Magrebe .....	Anexo B-1
Anexo C - População muçulmana na Europa e mão-de-obra no Magrebe / Dados estatísticos.....	Anexo C-1

## **Resumo**

Decorrente das novas ameaças e riscos com que a União Europeia se tem deparado, diversas iniciativas, parcerias e actividades têm vindo a ser desenvolvidas. De facto, a União Europeia tem dado especial enfoque às regiões que com ela partilham fronteiras, visando essencialmente tratar as questões mais preocupantes na sua origem e fundamentação, abordando-as de uma forma preventiva por forma a mitigar os potenciais efeitos adversos.

A região do Magrebe que, pela sua relativa homogeneidade histórico-cultural e religiosa, mas também pela convulsão política, social e económica, à qual se vieram juntar nas últimas décadas os radicalismos de cariz religioso, representa actualmente uma das regiões de maior preocupação para a União Europeia e para o Mundo Ocidental em geral.

No presente trabalho, foram abordados os principais factores de Poder em presença na região magrebina, através de um estudo relativamente detalhado da especificidade de cada um dos cinco países que compõem o Magrebe: Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. Procurou identificar-se o que os une e separa, retirar as potencialidades e vulnerabilidades que condicionam actualmente o desenvolvimento da região e que, paralelamente, afectam as regiões vizinhas.

Adicionalmente, avaliaram-se as principais ameaças, riscos e desafios decorrentes da situação magrebina e a forma como estes se colocam à União Europeia, dedicando especial atenção à questão das migrações e ao desafio por estas colocado, ao terrorismo, e ainda à criminalidade organizada, nas suas vertentes do narcotráfico e da imigração ilegal.

Numa fase posterior foram analisadas as principais iniciativas políticas, económicas, sociais e culturais tomadas em relação à região do Magrebe, com especial enfoque para o Processo de Barcelona, que ainda hoje serve de referencial. Paralelamente, identificaram-se noutras iniciativas, tais como a Política Europeia de Vizinhança, a Iniciativa 5+5 ou a mais recente “União Para o Mediterrâneo”, bases para revitalizar e promover as necessárias relações de confiança e cooperação entre as margens Norte e Sul do Mediterrâneo.

Por último, foram perspectivados possíveis Cenários de Evolução, que poderão afectar não só a região do Magrebe, mas ainda condicionar e impactar nos padrões de vida da União Europeia.

## **Abstract**

Given the new threats and risks the European Union is facing, several initiatives, partnerships and activities have been put in place. In fact, the European Union has been giving particular emphasis to the regions sharing its frontiers, with the aim of dealing with the most critical issues by approaching them in a preventive way and as a means of mitigating possible adverse consequences.

The Maghreb region fits exactly this concern due to its relative historical, cultural and religious homogeneity, its political, economical and social instability and, in recent years, the increase of the religious radicalism. Actually, Maghreb currently represents one of the regions of increasing concern to the European Union and to the Western world.

In this research, the major power factors present in the Maghreb region were identified based on a detailed study of each of the five countries that integrate Maghreb: Algeria, Libya, Morocco, Mauritania and Tunisia. The identification of the issues that bring them together or set them apart, as well as the identification of the potentialities and vulnerabilities that now influence the regional development and that, in parallel, influence the neighbouring regions, were also a matter concern in this study.

Moreover, the most significant threats, risks and challenges arising from Maghreb's current situation and corresponding impact on the European Union have been evaluated, namely in the form of migrations challenge, terrorism, and organized crime, both regarding narcotraffic and illegal migration.

Additionally, the major economic, political, social and cultural initiatives, with a particular focus on the Barcelona Process, which is still a current reference, the 5+5 Initiative and the European Neighbourhood Policy, primer initiatives to cooperation and trustful relationships among both North and South Mediterranean margins were also analyzed.

Finally, possible evolution scenarios have been raised which in the future can come to influence not only Maghreb's region, but also to condition and impact on life patterns in the European Union.



**Palavras-Chave**

Magrebe;

Migração;

Terrorismo;

União do Magrebe Árabe;

União Europeia.

**Lista de abreviaturas**

ADM	-	Armas de Destruição Maciça
BEI	-	Banco Europeu de Investimento
CE	-	Comunidade Europeia
CEE	-	Comunidade Económica Europeia
CFSP	-	<i>Common Foreign Security Policy</i>
EM	-	Estados Membros
ENP	-	<i>European Neighbourhood Policy</i>
ENPI	-	<i>European Neighbourhood and Partnership Instrument</i>
EUA	-	Estados Unidos da América
FEMIP	-	<i>Facility for Euro-Mediterranean Investment and Partnership</i>
GATT	-	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
GSPC	-	<i>Groupe Salafiste pour la Prediction et Combat</i>
IEVP	-	Instrumento Europeu de Vizinhaça e Parceria
MEDA	-	Programa de Assistência e Cooperação com os países do Mediterrâneo
MENA	-	<i>Middle East and North Africa</i>
NATO	-	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
ONG	-	Organização Não Governamental
OPEP	-	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSCE	-	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PEC	-	Países da Europa Central
PECO	-	Países da Europa Central e Oriental
PEM	-	Parceria Euro-Mediterrânica
PESD	-	Política Europeia de Segurança e Defesa
PEV	-	Política Europeia de Vizinhaça
PME	-	Pequenas e Médias Empresas
PMG	-	Política Mediterrânica Global
PMR	-	Política Mediterrânica Renovada
PTM	-	Países Terceiros do Sul do Mediterrâneo
RASD	-	<i>Republique Árabe Saharouie Démocratique</i>
UE	-	União Europeia
UEO	-	União da Europa Ocidental
UMA	-	União do Magrebe Árabe
ZCL	-	Zona de Comércio Livre

## **1. Introdução**

### **a. Tema e definição do contexto**

Numa época de grandes convulsões internacionais, a zona do Magrebe apresenta-se como mais um foco de preocupação para a estabilidade regional e mundial. Os problemas já conhecidos relativamente às enormes assimetrias existentes entre o mundo ocidental e algumas regiões do globo, de entre as quais se destaca o continente africano, vêm relançar a discussão sobre a necessidade de intervenção, em variadas vertentes, dos países mais ricos sobre os mais pobres.

Se até ao momento os problemas e conflitos resultantes das assimetrias sociais, económicas e culturais tendiam a ficar envoltos e enclausurados no seu contexto local e regional, hoje em dia tendem a disseminar-se para além do espaço onde estão tradicionalmente confinados e a transmitirem-se aos até agora quase imunes países ocidentais. De facto, o seu deficiente tratamento periga as sociedades ocidentais, sendo actualmente reconhecida pela União Europeia (UE) a necessidade de intervenção profunda, concertada e também célere na região do Magrebe. Encontrar caminhos passíveis de serem percorridos pela UE e pelo Magrebe, e que sejam encarados pelos Países do Sul como actos unificadores e integradores da região mediterrânica, serão certamente alguns dos principais desafios que se colocam. O percurso parece árduo e complexo à partida pois, por um lado, a UE tarda em falar a uma só voz e, por outro, os países do Magrebe, com identidades e condições económico-sociais bem distintas entre si, não conseguem concertar acções concretas em direcção a objectivos comuns, quer internamente, quer em relação à União Europeia.

### **b. Justificação e objecto do estudo**

A situação política, económica e social na região do Magrebe preocupa a UE, porquanto os problemas que advêm dessa região cada vez mais afectam o modo de vida das sociedades da União. Para que as intervenções sejam efectuadas de modo coerente e concertado e possam dar uma resposta concreta às dificuldades existentes, justifica-se a necessidade de desenvolver estudos que analisem as dinâmicas, os condicionalismos e as sinergias em presença.

Este trabalho de investigação visa especificamente analisar as relações da UE com os países do Magrebe, avaliar as principais ameaças e riscos provenientes da região, identificar qual o impacto na UE e definir prováveis cenários de evolução.

O estudo será delimitado, em termos geográficos, aos países do Magrebe que constituem oficialmente a União do Magrebe Árabe (UMA): Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. Abordagens fora deste âmbito poderão ser efectuadas apenas numa óptica de fundamentação ou de melhor explicação de factos e circunstâncias que incidam sobre a região em análise.

No que respeita à UE, esta será referida com particular ênfase ao longo do trabalho numa perspectiva de identificação dos seus interesses na região do Magrebe, e dos passos que concretamente têm sido dados no sentido de desenvolvimento da região magrebina.

### **c. Objectivos da investigação**

Este trabalho de investigação tem por objectivo alargar o conhecimento relativo aos problemas que afligem a zona mediterrânica e analisar o respectivo impacto no espaço comunitário. Mais especificamente, pretende aferir-se em que medida é que as condições políticas, económicas, sociais, culturais e militares do Magrebe contribuem para a emergência de ameaças e riscos para a União Europeia e o respectivo impacto nas suas estruturas.

Complementarmente, pretendem perspectivar-se possíveis cenários de evolução decorrentes de eventuais acções em curso ou planeadas pela União Europeia em relação à região em estudo.

### **d. Metodologia e instrumentos**

A metodologia a utilizar neste trabalho será baseada no método de investigação em ciências sociais desenvolvido por R. Quivy e Luc Campenhoudt. Enunciam-se de seguida a Pergunta Central, as Questões Derivadas e as Hipóteses que servem de fio condutor a esta investigação.

#### Questão Central:

De que forma é que um diálogo efectivo entre a UE e o Magrebe poderá potenciar melhorias económico-sociais e de segurança nos seus territórios?

#### Questões Derivadas:

QD1: Quais os principais factores geopolíticos e geoestratégicos do Magrebe?

QD2: Qual o impacto na UE da emergência de ameaças e riscos provenientes do Magrebe?

QD3: Que acções concretas têm sido desenvolvidas pela UE no sentido de melhorar o relacionamento com a região magrebina?

Hipóteses:

H1: As crescentes ameaças e riscos com origem na região do Magrebe condicionam a manutenção dos valores da UE.

H2: O contexto geopolítico e geoestratégico do Magrebe está intimamente ligado ao da UE.

H3: A UE terá que adoptar modalidades de acção comuns para a região do Magrebe e concertá-las com os países que integram UMA.

Para o desenvolvimento da investigação tornaram-se essenciais os seguintes instrumentos: condução de entrevistas; assistência a seminários; pesquisas na Internet; e consulta de bibliografia diversa (livros técnicos, publicações militares nacionais e estrangeiras, revistas militares, entre outras).

**e. Organização do estudo**

O presente estudo encontra-se estruturado em cinco Capítulos:

- Primeiro Capítulo, no qual se efectua o enquadramento do tema;
- Segundo Capítulo, em que se procede a uma análise dos principais factores geopolíticos e geoestratégicos da região do Magrebe, tendo em consideração a abordagem efectuada pela UE. Esta análise centra-se nos planos político, económico, sócio-cultural e militar;
- Terceiro Capítulo, no qual se identificam as ameaças, riscos e desafios para a UE derivados dos problemas existentes na região magrebina, destacando-se a questão do terrorismo, da criminalidade organizada, e ainda do desafio colocado pelas migrações em massa;
- Quarto Capítulo, no qual se abordam as sucessivas iniciativas que nas últimas décadas têm sido desenvolvidas pela União Europeia na região magrebina, nos planos bilateral e regional;
- Quinto Capítulo, no qual se identificam possíveis cenários de evolução para o futuro da região;
- Sexto Capítulo, no qual se sintetiza o estudo desenvolvido e se responde à Questão Central.

**f. Definição de conceitos e termos**

A definição de conceitos considerados pertinentes ao desenvolvimento da presente investigação encontra-se no Anexo A.

## **2. Caracterização e análise geopolítica e geoestratégica do Magrebe**

### **a. Enquadramento histórico do Magrebe**

Magrebe<sup>1</sup> é o termo pelo qual a região mais ocidental de África a norte do deserto do Sahara é desde a antiguidade referenciada. É uma região bastante extensa<sup>2</sup>, delimitada a norte pelo Mar Mediterrâneo, a sul pelo deserto do Sahara, a oeste pelo Oceano Atlântico e a este pelo deserto Egípcio<sup>3</sup>.

Apesar de geograficamente situado em território africano, nos contextos histórico, cultural e sócio-político, o Magrebe aproxima-se muito do Médio Oriente. Do tempo romano à ascensão e queda do Cristianismo, da conquista árabe às cruzadas, do Império Otomano ao colonialismo europeu, o Norte de África permaneceu em muitos aspectos relacionado com o médio oriente. Naturalmente que a religião islâmica e a sua cultura, e a respectiva influência nas esferas política e social, constituem elementos chave nesta relação. Também a emergência dos actuais cinco estados da UMA, Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, e as suas dificuldades de progresso económico-social mostram similaridades<sup>4</sup> com muitos estados árabes.

Adicionalmente, o território magrebino é objecto de uma relativa homogeneidade interna tendo em consideração a população, cultura e religião. De facto, a maior parte da população, de 84,4 milhões habitantes, é de origem árabe, ainda que uma percentagem relevante resulte de uma mistura secular com os povos berberes, sendo que 99% da mesma é de religião muçulmana (Muslim Population Worldwide, 2006). Neste caso, e em oposição à grande diversidade religiosa do Médio Oriente, a população muçulmana da zona do Magrebe é maioritariamente Sunita<sup>5</sup>.

Se por um lado a relativa homogeneidade ideológica, religiosa e até cultural foi comum ao Magrebe durante largos períodos da história, por outro lado, existiram factores suficientemente fortes que condicionaram negativamente a hipotética união, resultando numa realidade convulsiva que não se verificou única e exclusivamente nas últimas

---

<sup>1</sup> Magrebe – Na antiga escrita árabe significava “lugar onde o sol se põe”.

<sup>2</sup> O Magrebe tem uma área total de 6.065.388 km<sup>2</sup>; a União Europeia tem uma área total de 4.324.782 km<sup>2</sup> (CIA, 2008).

<sup>3</sup> Para mais detalhes, consultar Anexo B, Figura 1.

<sup>4</sup> Alguns exemplos: plano económico - encontram-se grandes similaridades na falta de diversificação económica e industrial. Os estados produtores de petróleo não diversificam na produção, e os não produtores optam comumente pelo sector agrícola como forma de compensar a economia; plano social - as similaridades são ainda maiores. Na área dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, em que a religião é muitas vezes imposta, a liberdade de expressão é reduzida e os direitos da mulher mitigados.

<sup>5</sup> Os Sunitas formam o maior ramo do Islão, com mais de 84% dos muçulmanos no mundo. Os Sunitas rejeitam a ideia de clero e acreditam que os primeiros quatro califas que sucederam a Maomé eram os seus sucessores legítimos (Sardar, 2007: 29).

décadas, mas praticamente ao longo de todo o milénio passado. Ainda que intercaladas por períodos de unificação total do território, como foi o caso do curto domínio inicial Omíada<sup>6</sup> ou do domínio mais extenso Almóada<sup>7</sup> (Sampayo, 2000: 15-16), as convulsões magrebina, repetidamente de cariz dinástico, tribal e territorial, foram uma constante ao longo da história daquela região que não se conseguiram mitigar após as independências ocorridas no século passado. As realidades distintas que se puderam identificar no século XX, em que as potências colonizadoras europeias tomaram parte, tiveram fundamentos semelhantes no remoto século X. Disso são exemplo as lutas tribais em torno do poder (Library of Congress, 2006: 3) ou, alguns séculos mais tarde, o domínio das Praças do Norte de África por parte dos Europeus, ou ainda, o domínio apenas parcial do Magrebe por parte do Império Otomano<sup>8</sup> a partir do século XVI.

Após o início do século XIX, a tumultuosidade magrebina deriva essencialmente da questão colonial europeia, reforçada através das grandes linhas da partilha de África fixadas na Conferência de Berlim<sup>9</sup> (Sampayo, 2000, 32). De facto, a ocupação iniciada nesse século pelas potências europeias, especialmente pela França<sup>10</sup> e em menor escala pela Itália<sup>11</sup> e Espanha<sup>12</sup>, traduziu-se em confrontação constante, muitas vezes violenta, contra povos considerados inferiores (Merriman, 1996: 987) e respectivos movimentos de cariz independentista, sendo que os últimos apelavam regularmente à unidade total desse território<sup>13</sup>. A colonização integral de Marrocos<sup>14</sup> culminou em 1912 com a definição sobre o controlo do território marroquino (US Department of State: 2007a).

---

<sup>6</sup> A união do Magrebe concretiza-se pela primeira vez no século VIII, sob a conquista do território e domínio Omíada.

<sup>7</sup> Dinastia com origem tribal Berbere da região do Alto Atlas que reinou durante os séculos XII e XIII, tendo conseguido unificar todo o Norte de África durante o seu período hegemónico.

<sup>8</sup> O Império Otomano nunca logrou dominar todo o Mágrebe, tendo Marrocos conseguido manter-se independente deste Império.

<sup>9</sup> A conferência de Berlim permitiu legitimar, aos olhos das potências europeias da época, a presença europeia na região magrebina através da doutrina das esferas de influência em que a ocupação de territórios implicava a notificação das potências signatárias... a fim de lhes fazer valer o direito de reclamação se fosse caso para isso (artº 34). A obrigatoriedade de uma ocupação efectiva complementava o predisposto no artigo anterior (artº35).

<sup>10</sup> A França iniciou o período de colonização em 1830, através da conquista de Argel.

<sup>11</sup> A Itália ocupou territórios da actual Líbia já no Século XX, em 1912.

<sup>12</sup> A Espanha exerceu domínio sobre as possessões do Norte de África, e em 1884 estendeu a colonização ao Rio do Ouro, que corresponde sensivelmente ao actual território do Sahara Ocidental. Será de salientar que o território marroquino apresentava um interesse complementar pela sua posição estratégica na entrada do Mar Mediterrâneo (Sampayo, 2000: 38-39).

<sup>13</sup> O Emir Abd el Kader, durante o conflito que manteve em território argelino com a França, foi obrigado a recuar para o território marroquino, tendo sido apoiado por este Reino. Tal facto implicou a guerra entre a França e Marrocos, terminando na derrota do último (Sampayo, 2000: 22).

<sup>14</sup> O domínio europeu sobre Marrocos foi completado através do Tratado de Fez, em 1912. Nesse mesmo ano, a França reconheceu as possessões espanholas no norte do território, bem como no sul (Sahara ocidental). Restou apenas a questão relativa a Tanger, que só foi resolvida em 1928 através de um processo de gestão comum das potências signatárias do acto de Algeciras (Sampayo, 2000: 45).

À consolidação da presença europeia no período entre as duas guerras mundiais sucederam rapidamente a crescente reivindicação independentista e os movimentos de rebelião armada no pós II Guerra Mundial, reflectindo alguma unidade na região magrebina. A criação do Comité de Libertação do Magrebe Árabe<sup>15</sup>, em 1947, reflecte o período de maior aproximação dos povos nesse século, através da união dos países então colonizados pela França, designadamente Argélia, Marrocos e Tunísia (Terracini, 1999: 2). Já no período que decorreu a seguir às independências<sup>16</sup>, e numa óptica de integração política dos estados pós-colonizados, várias iniciativas<sup>17</sup> foram também tomadas. No entanto, o seu foco divergiu gradualmente para os nacionalismos exponenciados nas décadas seguintes, não só pela questão dos traçados de fronteiras<sup>18</sup>, estabelecidos pelos europeus, mas também pelos alinhamentos opostos<sup>19</sup> durante a Guerra-fria e que jamais permitiram uma verdadeira integração do Magrebe (Terracini, 1999: 3).

É com o fim da Guerra-fria que a Europa volta a dedicar atenção à região do Magrebe. A emergência de algumas ameaças impulsiona a Europa a uma interacção no sentido da paz e estabilidade regional, da qual reconhecia depender a sua própria estabilidade interna. Complementarmente, várias organizações internacionais, de que se destacam a NATO e a OSCE, ainda que com objectivos diferentes, lançaram programas na região, reflectindo uma percepção ocidental comum relativa à segurança, derivada de questões de ordem política, económica e social, e especialmente das migrações e do radicalismo islâmico (Terracini, 1999: 3).

#### **b. Análise da situação actual**

A instabilidade da região magrebina está intrinsecamente ligada à realidade geopolítica de cada estado. O peso da história, por um lado, e a realidade dos regimes políticos e a constituição dos estados-nação do Magrebe, por outro, continuam actualmente a determinar as relações políticas, económicas, sociais e culturais que os países magrebinos

---

<sup>15</sup> A estratégia passava por: luta contra o colonialismo francês e espanhol; proclamação da independência; coordenação das diferentes políticas de resistência; apelo à Liga Árabe para apoiar a luta magrebina; internacionalização da questão do Magrebe; condenação dos atentados contra os direitos humanos e unificação das representações magrebins no Egipto.

<sup>16</sup> A independência da Líbia ocorreu em 1952, a de Marrocos e da Tunísia em 1956, a da Mauritânia em 1960 e a da Argélia em 1962, esta última após uma guerra bastante sangrenta. A retirada espanhola do território do Sahara Ocidental ocorreu em 1976. A única presença europeia ainda existente, reside na presença espanhola nas praças de Ceuta e Melilla.

<sup>17</sup> A mais conhecida foi a criação, através do tratado de Marrakech, da União do Mágrebe Árabe em 1989.

<sup>18</sup> Existem diferendos no Magrebe, de que se destacam pela sua relevância económica, o caso da ocupação do Sahara Ocidental, a fronteira argelo-marroquina e a fronteira líbio-chadiana (Sampayo, 2000: 110-111).

<sup>19</sup> A Argélia manteve um alinhamento relativamente pró-soviético, ao passo que Marrocos sempre manteve a sua ligação ao Ocidente.



mantêm internamente, regionalmente e com o resto do mundo (Ammor, 2006: 12).

Deste modo, tendo por base a perspectiva de intervenção da União Europeia na região mediterrânica, a qual se centra fundamentalmente nas áreas política, económica, social, cultural e de segurança, será desenvolvida uma análise dos principais factores geopolíticos relacionados com as referidas áreas, tendo também presente o contributo e influência de outras variáveis e constantes da realidade geopolítica do Magrebe, como sejam o factor militar ou as alterações climáticas.

### **(1) Factor político**

As mudanças políticas que têm afectado a região do Magrebe nos últimos anos e as opções para lhes fazer face têm sido amplamente analisadas pela comunidade internacional. De acordo com as Nações Unidas, muitos progressos têm surgido e a população do mundo árabe chega a considerar a democracia como a melhor forma de governação<sup>20</sup> (UNDP, 2003: 19). Contudo, a mesma organização reconhece também existir um défice de liberdade nos países árabes (UNDP, 2002: 2, 23, 27) condicionadora do desenvolvimento dos mesmos.

Numa análise às Constituições dos cinco países do Magrebe, encontramos a palavra “democracia” em quatro delas (Sampayo, 2000: 78), sendo que todas induzem nos seus textos para padrões de liberdade de pensamento, opinião e de associação. No entanto, as realidades espelhadas na região mostram, na generalidade, restrições aos direitos fundamentais (Pereira, 2004: 206), usualmente utilizando o pretexto da segurança e unidade nacionais.

De facto, segundo a UE, os indicadores acerca da liberdade de expressão, liberdades individuais, processos e direitos políticos e liberdade de imprensa nos países do Magrebe são bastante variáveis. Por um lado, países como a Argélia, Tunísia, Marrocos e Mauritânia efectuaram progressos significativos no sentido de uma maior abertura à imprensa e à sociedade civil<sup>21</sup>. Por outro lado, e no que se refere à participação e integração dos partidos políticos, particularmente os islâmicos, na vida política dos estados, continua a verificar-se um défice<sup>22</sup>, denotando a necessidade de aceleração de todo o processo reformista. Os relatórios das Nações Unidas<sup>23</sup> relativos ao desenvolvimento

---

<sup>20</sup> Do estudo em questão, foram envolvidas populações marroquinas e argelinas.

<sup>21</sup> Para mais detalhes acerca destes progressos consultar o Apêndice A, alínea 1.

<sup>22</sup> O défice de debate político poderá ser diferenciado e encontrar-se em diferentes estágios de evolução, consoante o estado magrebino em análise. Para mais informação, consultar o Apêndice A, alínea 1.

<sup>23</sup> Os relatórios disponíveis designam-se por “*The Arab Human Development Report 2002/3/4/5*”.

humano no mundo árabe, cuja publicação ocorre desde 2002, bem como eventos internacionais subsequentes, de que se destaca a Declaração de Tunis sobre a reforma da Liga Árabe (Royal Embassy of Saudi Arabia: 2004), e as posteriores declarações do Secretário-Geral da Liga Árabe dizendo que “(...) Reform has become a priority item on the agenda of the Arab world. It is covering all walks of life. Democracy and transparency are on the rise (...)”, vêm contribuir para o incremento do debate regional acerca das reformas políticas.

No plano da segurança, a onda de atentados terroristas da presente década, o problema do conflito israelo-palestiniano e a Guerra do Iraque, vieram colocar uma tônica acentuada no primeiro Pilar do Processo de Barcelona, relativo à cooperação Política e também de Segurança, e lançar paralelamente a ideia da necessidade de separar o Magrebe do Médio Oriente nas várias negociações em curso (Pereira, 2004: 205). Questões como a justiça, controlo de fronteiras, luta contra o terrorismo e crime organizado surgiram na primeira linha do debate euro-mediterrânico. Contudo, a ênfase não foi suficientemente colocada nas questões dos direitos e liberdades dos cidadãos do sul, parecendo consensual que as reformas políticas contêm parte da solução para uma maior segurança e estabilidade na região Euro-Mediterrânica.

Ainda assim, progressos têm vindo a ocorrer, ao mesmo tempo que movimentos reformistas islâmicos moderados, e por vezes extremistas, vêm colocando pressão nos regimes vigentes, muitas vezes imprimindo uma desaceleração das reformas em curso. Em resposta ao aumento do debate político na região, em alguns casos exigindo passos concretos no sentido da democratização, surge a iniciativa multilateral da União Europeia com alguns países mediterrânicos, a designada Parceria Euro-Mediterrânica, realçando a importância da defesa dos direitos humanos, incluindo a igualdade de género, liberdade de expressão e associação e a realização de eleições livres e justas.

Também no âmbito político sobressaem na região do Magrebe as políticas de alinhamentos pró-Soviéticos ou pró-Occidentais do pós-independência, ora lideradas por Marrocos, ora pela Argélia, na qual se torna mediática a ocupação do Sahara Ocidental por Marrocos, constituindo uma questão chave no espectro político magrebino. Existem ainda outros conflitos que, embora extintos, importam para a relação interna magrebina alguma tensão, como seja o reconhecimento tardio da Mauritânia por parte de Marrocos em 1969, ou o conflito argelo-marroquino no sul da Argélia, na região de Tindouf<sup>24</sup>. Paralelamente,

---

<sup>24</sup> Este conflito está relacionado com a existência de recursos naturais na referida região.

as tensões de carácter exógeno, de que são exemplo o diferendo hispano-marroquino sobre Ceuta e Melilla (Correia, 2004: 158) ou o aparentemente resolvido conflito territorial entre o Chade e a Líbia, vêm acrescentar algum foco de instabilidade na região.

De toda esta confrontação ressalta a relevância regional de territórios estratégica e economicamente importantes, e a urgente necessidade de debater e tratar os problemas regionais de forma abrangente e mutuamente integrada<sup>25</sup> pela UE e estados magrebinos.

## (2) Factor económico

Graças às reformas progressistas e à expansão da economia mundial, o crescimento é agora uma realidade nos países vizinhos à UE. Contudo, os desenvolvimentos económicos recentes vieram revelar um conjunto de debilidades estruturais. As actuais taxas de crescimento não são sustentadas e na generalidade dos países do Magrebe o crescimento é insuficiente<sup>26</sup> para reduzir o desemprego e o atraso face à UE num horizonte temporal satisfatório (European Commission – Directorate General for Economic and Financial Affairs, 2006a: 2).

O rendimento *per capita* nestes países é significativamente mais baixo do que na UE. A redução deste diferencial é indispensável para o bem-estar, estabilidade e segurança tanto da UE como dos países vizinhos. O investimento sustentado e os aumentos de produtividade são ingredientes necessários para um processo rápido de alcançar o nível dos indicadores europeus, o que dependerá em larga escala da criação de um clima de investimento que permita o empreendedorismo empresarial, a criação de emprego, a inovação e a expansão.

É traçada de seguida uma breve caracterização agregada dos indicadores macroeconómicos dos países magrebinos, identificando-se o papel destes países nas trocas comerciais com a UE.

**Tabela 1: Estrutura macroeconómica dos países do Magrebe**

MAGREBE			
População		84,4	Milhões de habitantes
Área		6.065,39	(1000 km <sup>2</sup> )
PIB	2006	157,2	Mil milhões de Euros
PIB per capita	2006	2.781	Euros

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

<sup>25</sup> Uma análise detalhada por país poderá ser encontrada no Apêndice A.

<sup>26</sup> A taxa de crescimento do PIB no Magrebe é inferior à média de outras regiões em vias de desenvolvimento. Para mais detalhes consultar o Anexo C, Tabelas 9 e 10 (não inclui a Mauritânia).

Segundo as estatísticas da Comissão Europeia, 2,8% do total das exportações da UE em 2006 destinaram-se aos países do Magrebe, num total de 32 mil milhões de euros<sup>27</sup>. Para este volume de trocas comerciais contribuíram essencialmente os produtos alimentares e pecuários e os produtos manufacturados, nomeadamente maquinaria, equipamento de transportes e produtos químicos.

Segundo a mesma fonte, 4,8% das importações da UE em 2006 foram provenientes do Magrebe, totalizando 64 mil milhões de euros<sup>28</sup>. A importação de energia do Magrebe representou 12,4% do total das importações europeias de energia, sendo que no contexto do Magrebe representou 64% da globalidade de todas as importações, equivalendo a um montante de 42 mil milhões de euros (European Commission, 2007b).

Pela importância que assumem os recursos energéticos e naturais no contexto económico do Magrebe e no respectivo potencial de cooperação com a UE, importa de seguida particularizar o potencial do sector da Energia e reflectir sobre os problemas associados aos Recursos Hídricos e Segurança Ambiental na Região Mediterrânica.

A dependência da UE das fontes externas de Energia tem vindo continuamente a crescer e a colocar pressão adicional nas rotas actuais de fornecimento de energia e no desenvolvimento de novos fluxos de transporte, constituindo um dos temas chave a nível político e económico da cooperação internacional.

As trocas comerciais dos países magrebinos com a UE em termos energéticos variam consideravelmente de país para país. A Argélia e a Líbia são exportadores de energia, a Tunísia tem a balança comercial saldada neste domínio e Marrocos vê-se obrigado a importar energia (NATO Parliamentary Assembly, 2003: 2).

A Argélia está entre os quatro principais fornecedores de gás natural à UE, pela via dos designados gasodutos *TransMed* (Argélia-Tunísia-Sicília-Itália) e *MEG - Maghreb-Europe Gas* (Argélia-Marrocos-Espanha-Portugal). A exploração otimizada destas duas infraestruturas está condicionada pela sua modernização, assim como pela melhoria da sua eficiência energética e da competitividade das condições de exploração.

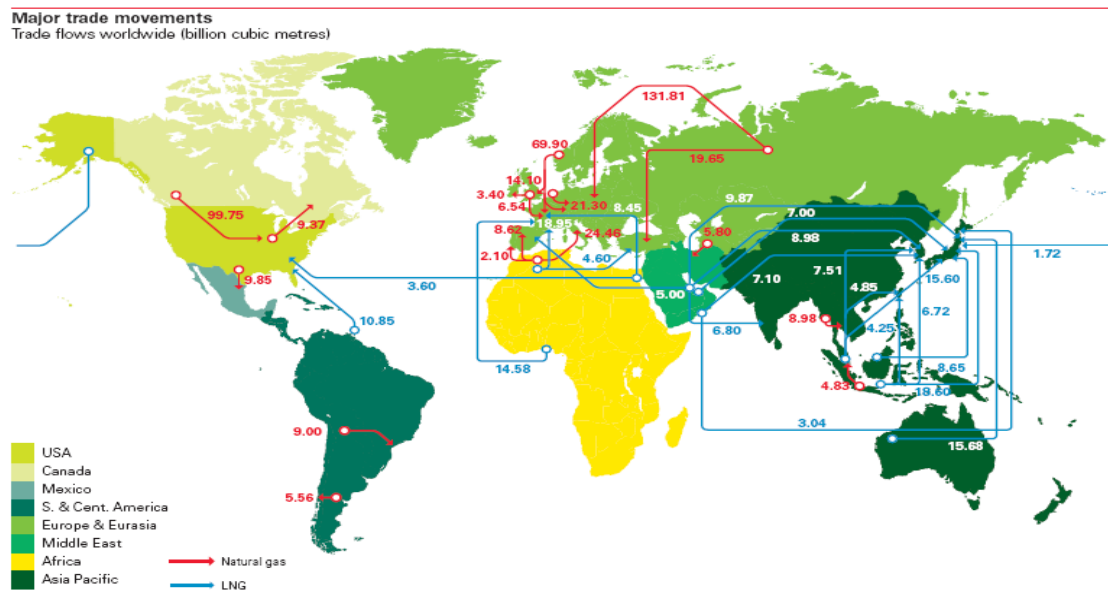
As companhias europeias de Gás têm vindo gradualmente a manifestar maior interesse no fornecimento de gás pela Líbia, ainda que a espanhola Enagas seja actualmente o único cliente europeu deste país magrebino. Algumas companhias, como a Agip-ENI e a NOC, têm demonstrado interesse em importar gás natural para Itália. Outros projectos de interesse comum para a convergência dos mercados euro-mediterrânicos estão

---

<sup>27</sup> A estrutura das exportações da UE para os países do Magrebe encontra-se detalhada no Apêndice A.

<sup>28</sup> A estrutura das importações da UE dos países do Magrebe encontra-se detalhada no Apêndice A.

identificados, nomeadamente, uma ligação entre França e Espanha para a Argélia, criando uma segunda “MedGaz” e uma conexão de gás Egípto-Líbia-Tunísia, para completar o anel de gás do Mediterrâneo.



Fonte: BP Statistical Review of the World Energy, 2007

**Gráfico 1: Rede das principais trocas comerciais de Gás Natural a nível mundial**

Outra fonte energética de expressão interessante na balança comercial UE – Magrebe é o Petróleo<sup>29</sup>. A Europa importa actualmente cerca de 80% do petróleo, maioritariamente dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). De entre os países do Magrebe e do Mediterrâneo no seu todo, a Líbia, a Argélia e a Síria são actualmente responsáveis pelo fornecimento das maiores quantidades de Petróleo à UE (NATO Parliamentary Assembly, 2003: 3).

Por seu turno, os problemas com a água nesta região têm gradualmente sofrido mutações ao longo das últimas décadas, visto que algumas áreas passaram de uma situação em que este recurso era barato e abundante a uma situação em que se tornou um bem escasso, com custos elevados associados e índices de poluição decorrentes muito preocupantes (Cunha, 2004: 42). Nos Países do Sul do Mediterrâneo esta questão é tanto mais preocupante dada a pressão do elevado crescimento demográfico e as alterações climáticas, o que resulta em problemas agravados para as populações - faltas de água, má qualidade da água, cheias e secas, erosão e sedimentação.

A gestão dos recursos hídricos coloca desafios sérios aos países do Magrebe e o

<sup>29</sup> O transporte em segurança dos produtos petrolíferos e derivados é uma questão de proporções preocupantes já que incidentes similares ao do *Prestige* podem ter impactos catastróficos. Outras condutas de petróleo adicionais poderão a ser equacionadas, como por exemplo no estreito de Gibraltar.

desenvolvimento de um processo de cooperação entre eles é não só necessário como urgente. De facto, para se evitar conflitos futuros, a crise actual, que se agravará com o aumento previsto da densidade populacional e com as alterações do clima, jamais poderá ser solucionada pelos países individualmente.

Em suma, o crescimento económico do Magrebe está fortemente condicionado pela adopção de políticas governamentais que tenham um papel chave na definição do clima de investimento, e que impactem positivamente na taxa de acumulação de capital e no crescimento da produtividade (European Commission – Directorate General for Economic and Financial Affairs, 2006a: 11).

Para a produtividade e rentabilidade dos investimentos concorrem diversas medidas públicas em que urge a intervenção do estado, nomeadamente ao nível dos direitos de propriedade e da celebração de contratos, da qualidade das regulamentações e das ferramentas fiscais, da guerra contra a corrupção, da educação, da gestão dos recursos energéticos e naturais, da criação de um contexto macroeconómico estável e da integração com a economia mundial. Os países da UMA terão que fazer um progresso considerável em todos estes domínios se pretenderem ver reduzida a disparidade de desenvolvimento económico face à UE.

No Apêndice A procedeu-se ainda a uma análise detalhada da situação económica de cada um dos estados que integram a UMA, por forma a possibilitar uma maior compreensão da realidade de cada estado.

### **(3) Factor sócio-cultural**

Ainda que os estados do Magrebe apresentem alguma heterogeneidade a nível de desenvolvimento político e económico, é, contudo, possível estabelecer um quadro sócio-cultural que globalmente os caracteriza<sup>30</sup>.

A má distribuição da riqueza, o desemprego<sup>31</sup> e o emprego precário (sobretudo entre os jovens e as mulheres<sup>32</sup>), a falta de mão-de-obra qualificada e os baixos níveis educacionais são realidades problemáticas das sociedades magrebina, decorrendo essencialmente dos contextos de instabilidade política, das sérias dificuldades económicas, do fraco desenvolvimento científico-tecnológico, de um tecido empresarial pouco

---

<sup>30</sup> Uma análise detalhada por país encontra-se disponível no Apêndice A.

<sup>31</sup> Para mais detalhes acerca situação do emprego em alguns países do Magrebe, consultar o Anexo C, gráficos 4, 5, 6 e 7 e ainda a tabela 6.

<sup>32</sup> Para mais detalhes sobre a situação da “mulher” em alguns países magrebina, consultar o Anexo C, tabelas 7 e 8, e gráficos 3, e 8. Sobre a situação dos jovens, consultar o gráfico 6 do referido Anexo.

representativo (sobretudo o privado) e de dificuldades no acesso ao ensino<sup>33</sup> e à cultura.

Comprometidas as vertentes chave que caracterizam uma sociedade de mentalidade democrática, está igualmente comprometida a difusão de valores como a igualdade, o respeito pela vontade da maioria, a tolerância das minorias ou a participação nas tomadas de decisão, dando lugar a práticas anti-democráticas ancestrais, como o desrespeito pelas mulheres e pelas minorias, a intolerância religiosa ou o despotismo.

Se se reflectir, por exemplo, sobre o nível de escolaridade, em que a percentagem de estudantes do sexo masculino é muitíssimo mais elevada do que a do sexo feminino, facilmente percebemos que esta questão acarreta importantes consequências para a organização da sociedade civil. De facto, “É na violação dos direitos humanos das mulheres no trabalho, na educação e na aplicação do código familiar islâmico que se funda e se instiga a discriminação da mulher (...)” (Pinto, 2007: 8).

A melhoria das condições sócio-culturais dos países do Magrebe passa necessariamente por resolver os crónicos problemas económicos e por implementar reformas eficazes que, de forma concertada, integrem medidas para incrementar o nível de educação da população, criar emprego, disponibilizar a toda a sociedade os cuidados primários de saúde, promover a coesão social e a redução sustentada da pobreza e de outras vulnerabilidades sociais.

Os instrumentos essenciais para a promoção das reformas deverão incluir o apoio a pequenas e médias empresas, o investimento directo europeu em países parceiros magrebinos, o apoio à formação, às universidades e a concessão de mais oportunidades para que estudantes da região do Magrebe se instruem e recebam formação profissional na Europa (Perthes, 2006).

Sem uma população instruída e empregada e com um grupo de governantes que não potenciem uma distribuição mais homogénea dos frutos do crescimento económico e não combatam eficazmente a corrupção, a democracia terá dificuldades em impor-se. Torna-se em suma impreterível que os regimes dêem resposta às necessidades humanas básicas de emprego, ensino e saúde e que, não menos importante, os cidadãos sejam tratados com maior justiça e dignidade<sup>34</sup>.

#### **(4) Factor militar**

Existem actualmente na região do Magrebe três estados com capacidades militares

---

<sup>33</sup> Para mais detalhes consultar o Anexo C, gráfico 2.

<sup>34</sup> Mais detalhes acerca da especificidade cultural magrebina poderão ser encontrados no Apêndice A.



significativas, Argélia, Líbia e Marrocos, e cuja análise detalhada consta do Apêndice A. Neste âmbito, realça-se a Argélia, não só porque tem actualmente as Forças Armadas qualitativa e quantitativamente mais capazes, mas também porque se perspectiva a continuidade dos seus investimentos em armamento com tecnologia de ponta. Em contraponto, surgem Marrocos e a Líbia, o primeiro estado com dificuldades financeiras para suportar os investimentos em armamento, dado não ter significativas reservas de hidrocarbonetos para exportação e que possibilitem o financiamento bélico, e o segundo estado com algumas dificuldades em equilibrar o potencial humano da Argélia e Marrocos.

Não se perspectiva uma tendência de qualquer um destes três estados acima referidos em se projectar militarmente para fora da região do Norte de África, nem para a África Sub-Sahariana, nem para a Europa. Convirá no entanto referir que existe de facto uma relativa corrida ao armamento convencional no Magrebe, consubstanciada mais em armamento terrestre e aéreo do que naval, o que se justifica pelos já referidos problemas internos dos estados e por questões e diferendos intra-regionais. Também se deduz que o referido rearmamento é despoletado por motivações de reequilíbrio estratégico, existindo o risco de se tornar galopante, dada a crescente disponibilidade financeira que a Líbia e Argélia apresentam na corrente década.

Complementarmente, não se pode deixar de referir o vizinho Egipto, que toma a liderança no investimento em armamento, sendo inclusivamente superior a qualquer país do Magrebe, constituindo motivo de preocupação para a Líbia em particular.

Naturalmente, a Comunidade Internacional não será alheia a esta situação, pois num mercado em franca prosperidade e que movimenta muitos biliões de dólares, identificam-se nos EUA, França e Rússia os principais fornecedores de armamento àquela região, e também, da parte destes, uma luta pela obtenção dos melhores contratos.

No que concerne ao armamento nuclear, a situação da Líbia parece ser relativamente tranquila para a Comunidade Internacional, contudo a Argélia poderá estar a ser actualmente alvo de assédio por parte do Irão no sentido de reiniciar o seu antigo programa nuclear, o que carece de uma atenção cuidada da Comunidade Internacional.

O contributo que o factor militar possa dar para a emergência de um hipotético estado director regional não parece suscitar preocupação extrema, dado não existir uma disparidade significativa entre as forças da Argélia, Líbia e Marrocos, como também da análise dos outros factores estruturantes não se perspectiva que tal possa ocorrer.



### **c. Potencialidades e vulnerabilidades**

Da caracterização e análise geopolítica e geoestratégica do Magrebe ressaltam um conjunto de potencialidades e vulnerabilidades, que se passam a enunciar:

#### **(1) Potencialidades**

- O controlo do Mediterrâneo como espaço de circulação vital para o mundo, permitindo o acesso a todo o sul da Europa, bem como a passagem entre o Oceano Índico e o Atlântico, releva a importância geoestratégica do Magrebe, especialmente no que reporta ao combate às novas ameaças.
- As reservas de gás e petróleo em alguns países do Magrebe, bem como a relativa proximidade da Europa, que possui carências energéticas evidentes, constituem uma interessante alternativa de financiamento aos projectos de desenvolvimento regionais. Os imensos recursos energéticos e matérias-primas poderão servir de moeda de troca à região do Magrebe, permitindo-lhe catapultar-se para níveis de desenvolvimento bem acima dos actuais.
- O Magrebe possui um manancial humano disponível para suprir as necessidades de mão-de-obra das próximas décadas.
- A região magrebina dá sinais de um alinhamento político pró-ocidental. Ainda que esta estratégia possa ser encarada como uma necessidade de sobrevivência dos regimes mais opressores em relação ao crescente radicalismo islâmico, é um facto que este aspecto poderá trazer bastantes dividendos nas relações norte-sul no Mediterrâneo.
- O processo de reformas económicas já está em curso em alguns estados magrebins, em áreas que englobam desde as instituições financeiras aos regulamentos, processos e integração económica; da educação à inovação; das infraestruturas à luta contra a corrupção, e que constituem uma ferramenta muito importante no fomento ao investimento e acréscimo da produtividade<sup>35</sup>.
- A parceria económica com a UE, nas mais diversificadas áreas, constitui na presente e próxima década uma vertente determinante no sucesso do processo reformista.

---

<sup>35</sup> No Apêndice A encontram-se pormenorizados alguns dos processos reformistas considerados mais importantes.

## **(2) Vulnerabilidades**

- O crescente radicalismo islâmico parece dominar a cena política regional, havendo necessidade reconhecida de intervenção e apoio da comunidade internacional na luta contra este flagelo.
- Existem ainda regimes autoritários que se auto-justificam na luta contra o terrorismo e radicalismo religioso, inibindo não só a presença de partidos islâmicos, mas também de opositores políticos.
- A separação de poderes não está garantida em alguns países, em especial, Argélia e Tunísia. Os sistemas Judiciais são referidos usualmente como ineficazes e coniventes com o poder político e os poderes legislativos nacionais são, em alguns casos, maneitados pelos poderes executivos<sup>36</sup>.
- Os diferendos regionais de índole económica, territorial e política continuam a inviabilizar uma efectiva União do Magrebe Árabe. O diferendo do Sahara Ocidental, o tardio reconhecimento da Mauritânia por parte de Marrocos ou o conflito territorial entre a Líbia e o Chade são exemplificativos desse facto.
- A desconfiança latente, derivada do colonialismo europeu, está ainda bem presente. Ceuta e Melilla constituem um exemplo desse sentimento.
- Questões relativas a violações de liberdades e direitos individuais continuam a ser de assinalar na região do Magrebe. Destacam-se, entre outras, a liberdade de imprensa, de expressão, de associação, de profissão religiosa e os direitos da mulher e da família. Ainda que a generalidade dos estados preconizem o direito à profissão de qualquer religião, as próprias Constituições e práticas sociais inibem, e por vezes punem, as minorias religiosas que não professam o Islão.
- Ainda que a palavra “Democracia” seja muitas vezes referida na região do Magrebe, inclusivamente nas Constituições Nacionais, os factos mostram uma realidade diferente, na qual a representatividade popular é inibida e trocada pela manipulação estatal.
- Existem ainda consideráveis níveis de corrupção, que afectam transversalmente as sociedades magrebins, e que se agudizam nas elites políticas.
- Não só as leis internas e os códigos da família, mas também os níveis bastante baixos de escolaridade da população feminina, revelam ainda um enorme desequilíbrio sócio-cultural em termos de género, com consequências

---

<sup>36</sup> Para mais detalhe consultar o Apêndice A, alínea 1.

consideráveis em toda a sociedade civil. A injustiça social em relação à mulher traduz apenas uma das faces visíveis do problema, sendo que a outra resulta da fraca qualidade na mão-de-obra feminina, a qual afecta consequentemente a capacidade de produção das sociedades magrebínas.

- A existência do deserto do Sahara a sul e da região do Sahel nos limites deste, constituem-se actualmente, não como uma fronteira natural, mas como uma ponte para a criação de santuários e propagação do terrorismo transnacional.
- Os governos da região não têm conseguido debelar as questões económicas internas sem o auxílio dos países ocidentais. As matérias-primas não se revelaram significativamente importantes para a saída da crise dada a falta de eficácia dos governantes e da corrupção.
- Questões de ordem climática e ambiental da região, com especial relevo para falta de água e as consequentes dificuldades no sector da agricultura, provocam uma dependência externa bastante acentuada no campo alimentar e um acentuado empobrecimento, especialmente nas zonas rurais. Derivado desses mesmos factores, as correntes migratórias têm aumentado significativamente.
- A distribuição de riqueza não é equitativa e existem níveis de desemprego bastante elevados, especialmente entre os jovens e nas grandes cidades.
- O rearmamento convencional na região, o conhecimento da tecnologia nuclear e a capacidade de eventualmente fabricar e projectar esse tipo de armamento por parte da Argélia e Líbia, continuarão a representar um motivo de preocupação para a Comunidade Internacional.

#### **d. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas**

Da análise efectuada neste Capítulo ressalta a identificação de um conjunto de elementos, por vezes perturbadores, pluridisciplinares e até históricos, de carácter endógeno ou exógeno, que aglutinam posições ou potenciam antagonismos, e que têm impedido uma verdadeira integração e emergência da União do Magrebe Árabe e correspondente normalização das relações com a UE. Naturalmente que no meio da diversidade dos cinco estados do Magrebe se evidenciam determinadas especificidades comuns, de que se destacam a cultura, a religião, as condições económicas precárias e disponibilidade de recursos energéticos, permitindo caracterizar a região no seu todo. Deduziram-se ainda, nos planos político, económico, social e militar, as potencialidades e vulnerabilidades em presença na região que têm influenciado não só as sociedades

magrebina, como também as europeias. Deste modo, considera-se como respondida a Primeira Questão Derivada (QD1): “QD1: Quais os principais factores geopolíticos e geoestratégicos do Magrebe?”.

### **3. Ameaças e riscos emergentes / Impacto na UE**

Segundo Garcia Leandro (2004: 379), será globalmente consensual considerar actualmente as seguintes ameaças<sup>37</sup>: os desastres ecológicos; a explosão demográfica; o narcotráfico; o crime organizado; as grandes migrações; o controlo dos recursos energéticos; a exploração menos correcta dos recursos, envolvendo o desperdício; o subdesenvolvimento económico e cultural; os extremismos do desespero político, religioso, nacional, étnico, social e económico; e, acrescenta ainda um elemento perturbador, a organização não-estatal.

Se se considerar o designado “Documento Solana”, que espelha a Estratégia Europeia em matéria de Segurança, sendo esta considerada a condição prévia ao desenvolvimento, identificam-se diversas ameaças, desde a área da ecologia, passando pela escassez de recursos, até à saúde. O documento vai ainda mais além, especificando exactamente quais são as principais ameaças consideradas pela União Europeia: o terrorismo; a proliferação de armas de destruição massiva; os conflitos regionais; o fracasso dos estados e a criminalidade organizada (Solana, 2003: 1-4).

Loureiro dos Santos pormenoriza, considerando para além do terrorismo, a imigração ilegal que, nos moldes em que actualmente se concretiza, será mais do que um desafio, antes uma ameaça<sup>38</sup>.

Naturalmente que todas estas ameaças não se esgotam em si mesmas, elas interrelacionam-se e por vezes tornam impossível definir fronteiras claras e inequívocas, sendo necessário, no caso magrebino, uma abordagem pelo todo, mas também conjuntural e regional.

A fragilidade política<sup>39</sup> dos estados da região do Magrebe exemplifica a miscelânea de implicações que esta debilidade pode ter, especialmente no campo da segurança<sup>40</sup>,

---

<sup>37</sup> Ainda que o autor não se refira à amplitude das ameaças, provavelmente estará a considerá-las a um nível global. Paralelamente, o autor omite a referência a quaisquer “riscos”.

<sup>38</sup> Declarações proferidas na entrevista realizada em 9 de Janeiro de 2008. Para mais pormenor consultar o Apêndice B.

<sup>39</sup> Dadas as vulnerabilidades e incapacidades de controlo territorial, países como a Argélia ou Marrocos passaram a estar incluídos na iniciativa norte-americana de luta contra o terrorismo, a designada *Trans-Saharan Counter Terrorism Initiative*.

<sup>40</sup> As regiões do Sahel e do Sahara têm sido alvo de interesse de grupos terroristas no que respeita à criação de campos de treino e de santuários para as suas actividades.

justificando plenamente a preocupação ocidental em relação à região. Hoje em dia “(...) é por demais sabido que existe uma estreita ligação entre o financiamento providenciado pelo crime organizado a nível transnacional e as organizações terroristas. Tendo-se tornado mais difícil para os estados-santuário apoiar financeiramente, de forma suficiente e continuada, as actividades terroristas das organizações que albergam” (Lara, 2007: 65). Justifica-se assim o aparecimento de organizações terroristas associadas a grupos organizados armados, que se financiam através do tráfico de seres humanos<sup>41</sup>, do narcotráfico ou até do tráfico de armamento ligeiro, e indirectamente através do patrocínio externo derivado de uma movimentação flexível em várias áreas, que poderão ir desde os mercados financeiros internacionais até às insuspeitas instituições de caridade (Torres, 2004: 108-113). Por outro lado, em consequência do desequilíbrio não só político, mas também económico, social e cultural, e mais recentemente ecológico, a região apresenta um terreno fértil para o recrutamento de novos membros, ávidos por deixar as situações miseráveis em que por vezes estão inseridos, abraçando com facilidade as causas dos radicalismos religiosos.

Actualmente, a preocupação ocidental com a proliferação de Armas de Destruição Massiva (ADM) na região do Magrebe, ainda que atribuindo relevância aos estados<sup>42</sup> que nas décadas anteriores deram sinais de se equiparem com este tipo de armamento, reorienta-se para os grupos terroristas que provavelmente com uma única arma deste tipo tentarão perpetrar um qualquer ataque que seja não só espectacular, mas também demolidor, mantendo assim um estilo qualitativo e quantitativo na execução dos seus mais recentes ataques (Rogei, 2004: 529-531). Consequentemente, a possibilidade de detenção, por agentes terroristas, de ADM requer da comunidade internacional não mais uma postura reactiva mas, acima de tudo, preventiva, pois será nesse campo que a segurança se jogará (Torres, 2004: 120).

No que se refere à ameaça dos conflitos regionais verifica-se também alguma complexidade, a qual exige tratamento adequado. O exemplo do conflito no Sahara Ocidental mostra claramente que os problemas não poderão ser tratados exclusivamente à luz do direito internacional. Há que equacionar os diferentes interesses em presença, mas também evitar que este tipo de ameaça degenera em algo de mais difícil tratamento como,

---

<sup>41</sup> Para exploração sexual nas cidades do Norte de África ou para os mercados de trabalho da Europa.

<sup>42</sup> Uma das principais preocupações relacionadas com as ADM derivava da Líbia, país que abdicou voluntariamente dos seus programas de desenvolvimento de ADM e de mísseis SCUD, em troca do cancelamento das sanções internacionais, e do apoio da comunidade internacional no desenvolvimento do país e na luta contra o radicalismo islâmico, o qual se opõe ao próprio regime de Qadhafi.

por exemplo, que a perda de importância política e de financiamentos induza a Frente Polisário a divergir para um colaboracionismo com o terrorismo argelino. A própria Comissão Europeia considera existir nesta área um campo vasto de actuação, e na qual a nova “Política de Vizinhança Europeia” será determinante. A eventual falha na resolução dos conflitos regionais colocará em causa a Estratégia de Segurança Europeia, colocando sob ameaça o fornecimento de energia, provocando novos fluxos migratórios, interrompendo as ligações comerciais e eventualmente proporcionando terreno fértil para a propagação do terrorismo e criminalidade organizada (Commission of the European Communities, 2006c: 9).

Do lado europeu verifica-se que duas das quatro maiores preocupações dos cidadãos estão directamente relacionadas com os acontecimentos junto das fronteiras, designadamente a imigração e a segurança. As outras duas, a energia e o emprego, estão indirectamente relacionadas (Senyucel, 2006: 9). Contudo, a complexidade e porosidade do sistema internacional não permitem mais a construção de “muros” que enclausurem e protejam sociedades inteiras e a UE reconhece claramente que as suas prioridades em relação ao Sul passam impreterivelmente pelas suas fronteiras, e que os factos no lado sul podem traduzir-se em acontecimentos no lado norte.

Deste modo, e apesar da complexidade e variedade de ameaças enumeradas, há que analisar com mais pormenor as ameaças e desafios que parecem poder ter maior impacto e em cuja génese está a condução do processo interventivo da UE na região do Magrebe, nomeadamente, o Terrorismo e a Criminalidade Organizada.

#### **a. Terrorismo**

Segundo Durão Barroso, “(...) O terrorismo representa uma ameaça significativa para a segurança da Europa, para os valores das nossas sociedades democráticas e para os direitos e liberdades dos cidadãos europeus” (União Europeia, 2007a: 1).

No que concerne ao Magrebe verifica-se que a crescente influência dos movimentos islâmicos radicais nas regiões mais subdesenvolvidas está associada ao fenómeno do terrorismo interno e à sua exportação para a Europa. O efeito da instabilidade social, revelada pela crescente pressão demográfica, pelo desemprego e subdesenvolvimento associados, e ainda pela falta de perspectivas futuras para uma população bastante jovem, permitem o florescer de uma frustração que se refugia e apoia nas ideologias mais radicais associadas à religião.

É exactamente nestes movimentos que se encontram os maiores perigos para os

regimes moderados magrebinos e para a própria UE. Se por um lado, o multipartidarismo e a legalização de alguns movimentos islâmicos considerados radicais são de há muito alvitados, por outro lado, o processo de democratização poderá constituir o fim dos próprios regimes. “(...) Para os islamitas, a democracia, por expressar a vontade do povo, é a estrada do poder, mas é uma estrada de sentido único, pela qual não há regresso (...)”, resumindo-se a mesma a uma política de “(...) um homem, um voto, uma vez” (Lewis, 2003: 102). De facto, os valores democráticos obrigam à concessão de direitos aos islamitas, mas o mesmo não é recíproco, pois os islamitas radicais quando estão no poder não são sujeitos a uma obrigação desse tipo. A lógica do radicalismo islâmico assenta em “(...) fazer voltar as sociedades islâmicas ao caminho de Alá, através da aplicação da Xária islâmica e a afastarem-se da *jahiliyyah*<sup>43</sup> e da opressão da lei dos homens – seja na sua versão autocrática e ditatorial, seja na versão das democracias ocidentais baseada na soberania popular (...)” (Fernandes, 2006: 34-35). Na prática, os islamitas radicais “(...) centram o seu debate na questão do governo da comunidade partindo do princípio que o Islão constitui um sistema global (...)”, devendo aplicar-se não só na vida privada dos crentes, mas também na esfera social e política (Pinto, 2004: 487).

O dilema é bastante profundo e agudo, e segundo Mahomed VI, monarca marroquino, várias questões se levantam e para as quais a resposta parece indefinida, pois a manutenção da ilegalização destes movimentos poderá incorrer em processos de violência continuada, colocando em causa o próprio processo de integração do Magrebe, relegando-o para segundo plano. Em contrapartida, o islamismo radical poderá também favorecer uma intervenção exterior, colocando ainda mais em causa a estabilidade regional da região mediterrânica. Outro factor de preocupação espelhado por alguns teóricos, reside no facto de os regimes mais opressores e autoritários representarem, muito mais do que os regimes moderados, um berço para os movimentos mais radicais, pois “(...) os ditadores podem proibir os partidos, podem proibir as reuniões, mas não podem proibir o culto público, e só podem controlar os sermões até certo ponto” (Lewis, 2003:119). Não será então de admirar que, a título de exemplo, se verifique que das madrassas argelinas tenham saído alguns terroristas, constituindo um desvirtuar dos propósitos teológicos e educacionais das mesmas.

A valorização da permanente disponibilidade para a morte, intimamente relacionada com o radicalismo islâmico, vem actualmente tipificar uma nova cultura de

---

<sup>43</sup> *Jahiliyyah* – ignorância, barbárie.



terrorismo, seja nacional ou transnacional. O carácter cada vez mais transnacional também alterou de modo significativo a estrutura organizacional do terrorismo que, de uma tipificação piramidal fortemente hierarquizada, rapidamente evoluiu na década de 90 para células apenas unidas em termos de formação doutrinária e tática, pois a sua posterior inserção social isola-as e autonomiza-as em termos de complementaridade tática, planeamento, financiamento e actuação, representando uma versatilidade imensa e uma acrescida dificuldade para os que combatem estas organizações (Lara, 2007: 44-45). Por outro lado, os alvos que aos olhos do mundo, não só o ocidental, passaram a ser difusos e indiscriminados, são de facto perfeitamente calculados e planeados, não sendo de modo algum alheio o efeito mediático sempre presente em cada acto. Da criteriosa selecção dos apóstatas<sup>44</sup>, considerados os maiores traidores internos do Islão e de que a mortandade do conflito interno argelino é exemplo (Lewis, 2003: 64-65), os actos terroristas passaram a englobar intencionalmente as populações civis dos regimes democráticos, derivado do seu papel directo na eleição dos dirigentes ocidentais, vistos não só como infiéis, mas também como apoiantes dos opressores internos (Lewis, 2003: 138). A *jihad*<sup>45</sup> passa então a ser travada de um modo duplo: contra os infiéis estrangeiros e contra os renegados internos.

Os regimes de governação europeus, democráticos, têm permitido o desenvolvimento, de forma impune, de actividades associadas ao terrorismo por parte dos islamitas radicais. Dada “ (...) a cobertura dos valores da União Europeia que incluem a liberdade de fé sem intervenção estatal (...)” (Fernandes, 2006: 204), e o facto de as suas sociedades estarem “(...) imbuídas de uma ideologia mais multiculturalista, são aquelas onde as estratégias de islamização do social e do político têm melhores possibilidades de serem bem sucedidas” (Fernandes, 2006: 205). De facto, decorrente da “(...) tradição de acolhimento e de concessão de asilo político, a Europa tornou-se um lugar de refúgio de numerosos radicais e terroristas, especialmente a capital londrina. A despeito da generosa política de acolhimento europeu, esses extremistas, do púlpito da Mesquitas, plantam as raízes do ódio, vociferam ameaças contra a Europa e arquitectam ataques contra alvos no Velho Continente” (Pinto, 2004: 497).

Se por um lado, o sucesso de alguns governos árabes na contenção do islamismo radical é uma realidade, sendo Marrocos disso exemplo, e a Argélia que através da

---

<sup>44</sup> Apóstatas – O apóstata ou renegado, aos olhos dos muçulmanos é muito pior que o não crente. O Apóstata é alguém que conheceu a fé, ainda que por breve tempo e a abandonou. Para esta ofensa não existe perdão humano e para a esmagadora maioria dos juristas islâmicos, o renegado deve ser condenado à morte.

<sup>45</sup> *Jihad* – Cuidadosamente regulamentada pela *Xária*, a lei islâmica, traduz-se à letra por “esforço” ou “empenho”. *Jihad* é também vulgarmente referida como “guerra santa”, de obrigatoriedade religiosa, e que deverá ser especificamente empreendida contra os infiéis e os renegados e não contra rebeldes e bandidos.



confrontação violenta tem obtido pelo menos a possibilidade de controlo das estruturas essenciais do estado, por outro lado, tem-se verificado uma gradual alteração da *Jihad* para fora das fronteiras, na qual a própria Europa se vê incluída, para além dos EUA e Israel.

A crescente presença de muçulmanos na Europa, estimados entre 15 a 20 milhões, associada a um reforço gradual dos laços que os unem, utilizando para o efeito a propaganda proporcionada pelos meios de comunicação, sejam os Media, a Internet, os transportes ou os telemóveis, tem oferecido aos radicais islâmicos um teatro de operações muito mais vasto, permitindo ampliar exponencialmente a sua mensagem e a solidariedade entre grupos (Pinto, 2004: 494). A comumente designada “ferramenta do diabo”, numa alusão clara aos Media, por estar permanentemente disponível para benefício próprio é considerada vital. De facto, “(...) um acto terrorista só vale se for divulgado” (Faria, 2007:157), e os Media, conforme reconhecia Margaret Thatcher na década de 80 do século XX, constituem o oxigénio do terrorismo. Estes representam o indispensável mensageiro multiplicador de efeitos que por sinal é financiado pelo próprio inimigo, democrata e socialmente aberto (Lara, 2007: 45).

O movimento radical salafista, *Groupe Salafiste pour la Predication et le Combat* (GSPC)<sup>46</sup>, associado ao conflito argelino e actualmente à Al-Qaeda, é um dos casos mais paradigmáticos da liberdade de acção que foi proporcionada aos seus membros e o qual tem estado envolvido no patrocínio e planeamento de atentados à Europa (Pinto, 2004: 499)<sup>47</sup>.

O próprio Javier Solana considera que “(...) a mais recente vaga de terrorismo está relacionada com o fundamentalismo religioso violento. Estão na sua origem razões complexas como as pressões exercidas pela modernização, as crises culturais, sociais e políticas e a alienação dos jovens que vivem em sociedades estrangeiras. Trata-se de um fenómeno que também faz parte das nossas sociedades” (Solana, 2003: 5).

Ainda que se verifique ser consensual no Grupo de Sábios designados por Javier Solana que o choque de civilizações, tese de Samuel Huntington, “(...) não passa por agora, pelo menos no espaço euro-mediterrânico, de uma quimera instrumentalizada por

---

<sup>46</sup> Salafismo – Surgido em meados do século XIX, o Salafismo preconiza a renovação do Islão pelo retorno, no plano religioso, às fontes e práticas do Islão original, numa imitação do estilo de vida do profeta Maomé. A doutrina do Salafismo afirma que os problemas do mundo muçulmano não derivam da religião, mas antes da sua corrupção. O movimento Salafista combinou-se com o Wahabismo puritânico saudita e com a ideia de guerra santa contra os inimigos internos e externos do Islão. O seu objectivo é a criação de um estado islâmico em que a lei islâmica seja a lei da terra (Sardar, 2007: 31).

<sup>47</sup> Para mais detalhe acerca dos grupos terroristas do Magrebe e cuja influência se projecta na Europa, consultar o Apêndice C.

alguns e ansiada por outros (...)” (Bensalah, 2003: 43), não deixa de ser facto assente que “(...) os movimentos islamistas conseguiram, nas últimas três décadas, implantar a noção de uma guerra cultural entre a sociedade árabe e a ocidental, convencendo muitos muçulmanos de que o Islão está sob ameaça” (Pinto, 2004: 494).

Numa abordagem prospectiva, é certo que a União Europeia e os países vizinhos do Magrebe terão que encetar e coordenar esforços com vista a uma cooperação plena e satisfatória para ambas as partes. O diálogo na bacia do Mediterrâneo, bem como o desenvolvimento de laços de confiança mútua entre os vários actores, constituem-se como a ferramenta essencial à convergência dos interesses em presença. A possibilidade de desenvolvimento de quadros de entendimento multilaterais, mais do que bilaterais, parece constituir parte da solução. É pois premente que, quer a Norte, quer a Sul do Mediterrâneo, as vozes e a integração sejam globais e consensuais.

Os planos político, sócio-cultural e económico devem permitir actuar nos fundamentos do radicalismo islâmico, ao invés de termos uma actuação reactiva por parte da UE no Sul do Mediterrâneo. Nem todos os muçulmanos são radicais, de facto a grande maioria não o é, e é exactamente nessa franja populacional que constitui a maioria da população magrebina que a UE deve concentrar a sua intervenção. A manutenção dos “moderados” como tal, só será possível se a eles for estendida uma solução social e economicamente viável. Só assim se poderá impedir uma deriva crescente para o radicalismo de cariz religioso que tem estado intimamente associado ao terrorismo no Magrebe e na UE.

Que não haja dúvidas a este respeito pois o comunicado do atentado em Argel, ocorrido em Dezembro de 2007, espelha perfeitamente os alvos e as intenções dos mais radicais - “(...) não haverá paz até que libertemos toda a terra do Islão dos cruzados, dos apóstatas e dos agentes” (Almeida, 2007).

Actualmente, e numa óptica de resposta pragmática ao fenómeno do terrorismo, a UE colocou em prática a sua estratégia de Prevenir, Proteger, Perseguir e Reagir. Esta estratégia<sup>48</sup> está subordinada a um princípio da União Europeia de combate ao terrorismo em todo o mundo.

## **b. Desafio das migrações**

Na presente alínea analisar-se-á especificamente a questão das migrações quanto às motivações e ao que representam actualmente para a Europa. Adiante, na alínea **c. 1)**,

---

<sup>48</sup> Estratégia da UE contra o terrorismo, detalhada no Apêndice C, alínea 8.

relacionar-se-á a especificidade da imigração ilegal magrebina com o crime organizado.

Em Outubro de 2007, o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, iniciou uma conferência de imprensa subordinada ao tema da imigração afirmando: *“Europe is an immigration continent — there is no doubt about it. We are attractive to many. But we are not good enough at attracting highly skilled people. Nor are we young or numerous enough to keep the wheels of our societies and economies turning on our own”*. Este é de facto um desafio bastante sério e problemático com que a UE se confronta actualmente.

Com o acelerado envelhecimento populacional, a UE necessita constantemente de mão-de-obra externa por forma a manter o seu nível de desenvolvimento económico. Não deixa de ser verdade que os fluxos migratórios descontrolados, ilegais, muitas vezes associados ao crime organizado, ao narcotráfico, ao tráfico humano (Department of State, 2007: 52-53) e, especialmente nas últimas décadas, à proliferação do radicalismo religioso e do terrorismo, importam variadas vezes em riscos de instabilidade e insegurança. Estes riscos afectam primeiro os países de transição, caso do Magrebe, e posteriormente os hospedeiros finais, de que a União Europeia é exemplo. Assim, torna-se premente uma gestão adequada e actualizada das políticas de migração nacionais, no quadro da Parceria Euro-Mediterrânica e da mais recente Política de Vizinhança Europeia, permitindo deste modo a integração de todos os actores estatais internacionais.

Actualmente, torna-se consensual que as migrações em direcção à Europa, com origem ou trânsito em território magrebino, são de índole essencialmente socio-económica e são aquelas que têm maior expressão no contexto regional e mundial. As longas e perigosas migrações de proveniências sub-Saharianas para o Norte de África, efectuadas contra os elementos, a fome, as doenças e os grupos criminosos (Fargues, 2007: xx), traduzem a complexidade social nos países de origem que impulsiona as pessoas para uma autêntica aventura, a qual, não raras vezes, finda num dos países magrebinos, e aquém do objectivo de chegar à Europa. Aqueles que conseguem o financiamento para a travessia marítima são amiúde embarcados e abandonados no mar, terminando muitas vezes as suas viagens de forma fatal.

Contudo, apesar do efeito mediático que as migrações de populações *sub-saharianas* têm proporcionado, estas têm uma expressão pouco significativa quando comparadas com as migrações com origem nos países da UMA em direcção à UE, de que se destacam Marrocos, Argélia e Tunísia, visto que a Líbia é essencialmente um país receptor de migração e a Mauritânia um país de passagem para o norte.

Para os países do Magrebe a emigração poderá constituir um desafio que, mal abordado e tratado, significará um revés para o conjunto da Europa e do próprio Magrebe. Espelhando exactamente o preconizado no relatório das Nações Unidas de 2007 sobre a situação social mundial (United Nations General Assembly, 2007: 7), verifica-se que existe um êxodo interno acentuado de população rural para as grandes cidades magrebina, resultante essencialmente das precárias condições de vida associadas às mudanças climáticas dos últimos anos. Adicionalmente, as taxas de natalidade elevadas que se registaram nas décadas anteriores transpuseram para a actualidade uma crescente pressão demográfica na região do Magrebe, principalmente nas grandes cidades<sup>49</sup> (The World Bank, 2007: 27).

Como agravante, as políticas actualmente mais restritivas de alguns países produtores de petróleo no que concerne à emigração, implicaram também uma mudança nos fluxos de migração, passando o Magrebe não só a servir de ponto de passagem, mas também de destino para os muitos que não conseguem uma passagem para a Europa (Fargues, 2007: viii), com impacto agravado nas taxas de desemprego<sup>50</sup>, sobretudo junto da população mais jovem. Marrocos e Argélia, são também os países magrebina que apresentam maiores dificuldades na formação e qualificação da sua mão-de-obra. Complementarmente, a absorção de pessoas qualificadas com origem na região magrebina é muito superior por parte dos Estados Unidos e Canadá, relegando para a Europa a mão-de-obra com menor formação (Fargues, 2005: 20). Enquanto na Europa Ocidental, o Reino Unido, a França e a Alemanha absorvem 56,8% dos emigrantes com muito baixa qualificação, os EUA e o Canadá absorvem 64,4% da mão-de-obra com formação superior (European University Institute, 2005: 386).

De facto, a população marroquina no exterior passou de 1,545 milhões de emigrantes em 1993 para 3,185 milhões em 2005, o que representou uma taxa de crescimento de 6%, bastante superior à taxa de crescimento populacional interna, que se cifra em 1,5% ao ano. Será de salientar que o principal destino dos emigrantes marroquinos, a União Europeia, absorve uma taxa de 85,9% do total (Mghari, 2007: 149), destacando-se os países do sul, França, Espanha e Itália. Segundo dados de 2004, Marrocos contava com um total de emigrantes equivalente a 10% da sua população residente.

---

<sup>49</sup> Para mais detalhes, consultar o Anexo C, tabelas 3, 4 e 5, e o gráfico 1.

<sup>50</sup> Para mais detalhes, consultar anexo C, gráficos 4 e 5.

Relativamente à Argélia, verifica-se que a Europa ocidental é o principal destino da emigração deste país, constituindo mais de 90% do total, cerca de um milhão de pessoas (European University Institute, 2007: 396), 932 mil das quais para França.

No caso da Tunísia, que também tem sido um país de elevada tradição na corrente migratória para norte, verifica-se ser o terceiro mais expressivo em termos numéricos. A sua população migrante opta em mais de 80% pelo destino europeu, contando com 690 mil emigrantes. De acordo com dados de 2003, a sua população emigrante representava o equivalente a sensivelmente 8% da população residente em território nacional<sup>51</sup>.

Pelo exposto será premente uma actuação concertada da União Europeia no sentido de alterar a actual situação. Os medos e receios a Norte do Mediterrâneo acentuam-se ao mesmo tempo que aqueles que procuram uma vida melhor na Europa se vêem variadas vezes envolvidos em situações de ilegalidade e de total desintegração no destino. Paralelamente, a UE privilegia a prosperidade da sua economia, ao mesmo tempo que mantém a estabilidade social e os indicadores de segurança em bom nível. A fronteira deixou de ser o Mediterrâneo, deslocou-se para sul, para o Sahara, e só compreendendo as dinâmicas do Magrebe, e o quanto afectam a Europa, é que é possível estabelecer planos de acção adequados. A solução passará certamente muito mais por uma actuação lá do que cá, e para tal será primeiro necessário convencer toda a União de que o problema é de todos e não só do sul, e posteriormente enfrentá-lo com a almejada ajuda e acompanhamento na reestruturação económica, social, cultural e política dos estados.

### **c. Criminalidade organizada**

As organizações terroristas tentam compensar a perda de apoios estatais recorrendo à criminalidade organizada, sendo que este tipo de actividade se centra genericamente na obtenção de dividendos financeiros ou materiais (Vásquez, 2006: 77). Para o efeito utilizam cada vez mais poderosas redes que, beneficiando da sua transnacionalidade e da permissividade legal e policial de alguns estados, lhes permitem desenvolver as suas actividades sem grande oposição, empregando por vezes alguns métodos de negócio legais, como se de tal se tratasse (EUROPOL, 2006a). O caso do Magrebe, designado operacionalmente pela EUROPOL como a “região Sudoeste”, tipifica genericamente essa situação e compreende um complexo rol de actividades ilegais, que se poderão centrar nas questões da imigração ilegal e da *Cannabis* marroquina, mas também no tráfico humano, no tráfico de produtos contrafeitos provenientes da Ásia, no tráfico de Cocaína sul-

---

<sup>51</sup> Acerca das migrações da população muçulmana para a Europa, consultar o Anexo C, tabelas 1 e 2.

americana ou de heroína do Afeganistão.

De acordo com Paula Pereira<sup>52</sup>, ainda que as ameaças que se colocam à Europa sejam de diversa ordem, existem duas categorias que se destacam devido à magnitude e preocupação que têm colocado na margem norte do Mediterrâneo: o terrorismo, já discutido anteriormente, e a criminalidade organizada, consubstanciada essencialmente na imigração ilegal e no narcotráfico. De seguida caracteriza-se genericamente a situação magrebina no que respeita a este segundo grupo.

### **(1) Imigração ilegal**

Conforme constatado anteriormente, existem essencialmente dois tipos de fluxos de migrações em presença na região, um com origem no Magrebe, e outro com origem ao Sul ou noutros Continentes, e cuja última etapa é a travessia para a Europa<sup>53</sup>. Independentemente da origem dos emigrantes, as redes de criminalidade organizada estão presentes desde o ponto de partida, passando pelo ponto de concentração e de espera para a travessia final, regularmente em cidades e zonas costeiras do Magrebe, até ao seu abandono no sul da Europa. Outras actividades ilícitas poderão ser desenvolvidas em paralelo, como a exploração sexual, escravatura no destino, ou transporte de droga (Norman, 2004: 4). Em alguns casos esta é transportada pelos próprios imigrantes como forma de pagamento pela viagem, impedindo a identificação dos traficantes (EUROPOL, 2007: 2). Deste modo, as actividades associadas quer à imigração ilegal, quer ao tráfico de seres humanos<sup>54</sup>, apresentam um baixo risco face aos dividendos obtidos pelas organizações criminosas.

Acresce ainda referir que à medida que a UE tem incrementado medidas de controlo fronteiriço, de ordem burocrática ou operacional, estas organizações têm reagido, alterando as suas rotas, vitimando aqueles que arriscam a vida em frágeis embarcações nas cada vez maiores travessias para as ilhas Canárias e sul da Europa, (EUROPOL, 2007: 2).

Como agravante, e decorrente do aproveitamento que as redes terroristas fizeram para perpetrar os seus mais recentes atentados na Europa, as vítimas da imigração ilegal encontram nos seus destinos finais a associação ao terrorismo, promovendo-se assim a sua

---

<sup>52</sup> Para mais detalhes da entrevista realizada com a Dra. Paula Pereira, consultar o Apêndice B.

<sup>53</sup> A EUROPOL estima que tenham morrido em 2006 mais de 3.000 pessoas na tentativa de chegar a um destino europeu por mar (EUROPOL, 2006b: 8). Para mais detalhe sobre as rotas migratórias do Norte de África para a Europa, consultar o Anexo B, Figuras 9, 10 e 11.

<sup>54</sup> Esta actividade distingue-se da primeira pela continuidade da exploração dos imigrantes uma vez instalados no território de destino, principalmente através da prostituição e trabalho forçado (EUROPOL, 2006b: 9).

total exclusão (Lutterbeck, 2006: 63).

## **(2) Narcotráfico**

Outra das ameaças à Europa centra-se no tráfico de droga com origem na região magrebina. Destaca-se aqui o papel de Marrocos<sup>55</sup>, que derivado da sua proximidade geográfica com o sul de Espanha, permite rápidas travessias em cada vez mais potentes embarcações semi-rígidas<sup>56</sup>, tipificando deste modo a forma mais generalizada de colocação dos narcóticos na Europa<sup>57</sup>. A modernização das embarcações tem progressivamente permitido estabelecer rotas mais longas, diversificadas e autónomas, colocando consequentemente maiores dificuldades às autoridades, havendo relatos de transportes de droga efectuados para as províncias espanholas de Huelva, Murcia e Valência<sup>58</sup> (Jane's Intelligence Review, 2005b: 40).

Marrocos é actualmente o maior produtor mundial de resina de *Cannabis*<sup>59</sup>, cujo cultivo deriva da região montanhosa de Rif, no Norte do país, e que sustenta cerca de 100 mil famílias, totalizando pelo menos 800 mil pessoas (Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, 2008). 70% do consumo de haxixe na Europa (United Nations Office on Drugs and Crime, 2007: 14) e 82% do seu consumo em Espanha deriva da produção Marroquina (Jane's Intelligence Review, 2005b: 40). Deste facto não poderá dissociar-se a colaboração implícita de algumas autoridades marroquinas que a vários níveis têm beneficiado esta, e desta actividade. Concretamente, as estradas utilizadas, os portos atlânticos de embarque para o Norte da Europa, ou os portos mediterrânicos a partir dos quais são lançadas, às centenas, as lanchas de transporte rápido para o sul de Espanha são sobejamente conhecidos das autoridades<sup>60</sup> e divulgados a nível internacional (Jane's Intelligence Review, 2005b: 41).

Adicionalmente, segundo Carlos Nestares, da Universidade Autónoma de Madrid,

---

<sup>55</sup> No ponto mais curto são cerca de 14 Km, o que numa embarcação rápida perfaz cerca de 20 minutos de viagem (Jane's Intelligence Review, 2007: 43).

<sup>56</sup> As embarcações mais recentes conseguem atingir os 50 nós quando carregadas com cerca de 6 toneladas de droga, e atingir uma distância total de 1600 Km (Jane's Intelligence Review, 2007: 43).

<sup>57</sup> Para mais detalhes sobre a região de origem e rotas do narcotráfico, consultar o Anexo B, figuras 12 e 13.

<sup>58</sup> Entidades empresariais europeias não estão isentas nesta actividade, pois as embarcações propositadamente construídas para este fim têm comumente origem na Europa. No Reino Unido foi aprisionada uma embarcação com oito motores de 250 cavalos cada, com Marrocos como presumível destino (Jane's Intelligence Review, 2007: 44).

<sup>59</sup> Esta resina dá origem ao haxixe, e na qual Marrocos tem uma quota mundial de 42% na produção (Jane's Intelligence Review, 2005a: 32).

<sup>60</sup> Em 2006 foram presos pelas autoridades marroquinas 12 altos funcionários do estado, de que se destacam juízes, militares e polícias, todos indiciados por corrupção ligada ao narcotráfico (Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, 2008).



que estudou as economias informais de Ceuta e Melilla, parece existir um incentivo de alguns agentes da lei marroquinos, corruptos, à proliferação de pequenos grupos de traficantes, mais do que à centralização do tráfico num só elemento mais poderoso. Certamente que na diversidade, esses agentes podem retirar mais lucro do tráfico ao mesmo tempo que mantêm o controlo sobre os traficantes já identificados e reduzem o risco de perderem o negócio, caso algum deles seja colocado fora do circuito (Jane's Intelligence Review, 2007: 45).

Por seu turno, os agricultores continuam a subsistir com escassos recursos, não havendo sinais de riqueza nas áreas de produção de *cannabis*<sup>61</sup>, existindo inclusivamente uma acentuada emigração<sup>62</sup>. A questão não será todavia fácil de resolver, visto que muitas famílias marroquinas dependem desta actividade para garantir a sua sobrevivência, sem a qual se transformariam em mais uma adição estatística aos imensos bairros de lata que circundam as grandes cidades e nos quais prolifera o radicalismo islâmico, anti-governo e anti-ocidente. Convencer os agricultores a substituir a cultura de *cannabis* por outra, que na melhor das hipóteses será 18 vezes menos rentável (Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, 2008), não parece ser a solução. Para complicar ainda mais a criticidade desta situação, verifica-se que os traficantes rapidamente arranjarão outros produtos para transportar, neste caso os emigrantes, cujo lucro não dependerá das embarcações atingirem a outra margem.

Paralelamente, têm aparecido recentemente suspeitas de existir uma relação entre o tráfico de cocaína sul-americano e o tráfico de *cannabis* marroquino<sup>63</sup>. Aparentemente, as rotas magrebina do haxixe atraem os traficantes sul-americanos, os quais poderão adicionar uma nova dimensão a este tipo de crime, com mais fundos e investimento neste tipo de actividade, e consequentemente incrementando as dificuldades das autoridades europeias e magrebina (Jane's Intelligence Review, 2007: 45).

#### **d. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas**

Ao longo da análise efectuada neste Capítulo, respondeu-se à Segunda Questão Derivada (QD2): “Qual o impacto na UE da emergência de ameaças e riscos provenientes

---

<sup>61</sup> Dos 13 Biliões de dólares de lucro anual estimados no tráfico de resina de *cannabis*, apenas cerca de 325 milhões ficam nas mãos dos agricultores (Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, 2008).

<sup>62</sup> 75% da emigração da região de Rif para a Europa tem sido efectuada de forma ilegal.

<sup>63</sup> Não parece haver dúvidas de que tem havido um incremento no tráfico de cocaína na costa oeste africana e no Norte de África. Marrocos foi em 2005, o país africano com as maiores apreensões deste narcótico (United Nations Office on Drugs and Crime, 2007: 77).



do Magrebe?”, tendo-se identificado como principais ameaças e riscos provenientes da região magrebina o Terrorismo, a Imigração Ilegal e o Narcotráfico. Foi ainda possível deduzir genericamente em que medida é que estes elementos se interligam e afectam a realidade das sociedades da região e da Europa.

Relativamente à Hipótese H1: “As crescentes ameaças e riscos com origem na região do Magrebe condicionam a manutenção dos valores da UE”, foi considerada como parcialmente verdadeira. As ameaças e riscos que derivam desta região ultrapassam facilmente as fronteiras geográficas, e constituem-se como elementos seriamente preocupantes e perturbadores para a toda a Europa, que deverão ser devidamente tratados. Contudo, ainda que esta afectação seja relevante e condicionadora, entende-se não ter uma dimensão suficientemente abrangente para colocar seriamente em causa quer os valores, quer as estruturas onde assenta a instituição da União Europeia.

#### **4. Relações Internacionais**

##### **a. Iniciativa 5+5**

Para um melhor entendimento relativo à cooperação entre os Países da margem norte e da margem sul do Mediterrâneo nos domínios da Segurança e da Defesa, é imprescindível a abordagem à Iniciativa 5+5, dado que é talvez a iniciativa mais duradoura da região do Mediterrâneo Ocidental. Foi estabelecida em Julho de 1990, tendo contado com a adesão de França, Espanha, Itália e Portugal (margem norte), de Malta e dos países parceiros da margem sul, Argélia, Tunísia, Marrocos, Líbia e Mauritânia (Henriques, 2006: 148).

No entanto, alguns obstáculos, como o conflito no Sahara Ocidental, que opõe Marrocos à Argélia; o isolamento internacional da Líbia, por suposto apoio ao terrorismo internacional e desenvolvimento de programas com vista à produção de ADM; o agudizar da situação político-social na Argélia, com a vitória do partido fundamentalista; e ainda os reflexos que a Guerra do Golfo (1991) teve nos países muçulmanos, foram adiando a concretização deste propósito (Armada, 2006).

A Iniciativa dos 5+5 vem estruturar o apoio a prestar aos países da UMA nas áreas da gestão dos recursos naturais, do desenvolvimento de laços económicos e de ajuda financeira, e ainda no âmbito da emigração e da cultura, com o objectivo de criar uma zona estável e de estreita cooperação, isenta inicialmente de qualquer dimensão militar. Contudo, os ataques terroristas do 11 de Setembro nos EUA e os que se seguiram nos

países magrebinos e europeus contribuíram para que a UMA e a Europa se unissem na defesa de uma causa comum, a luta contra o terrorismo (Henriques, 2006: 148-149).

Em 2004, e com o objectivo de alargar a enunciada cooperação à esfera militar, a França desencadeou o lançamento de uma nova iniciativa de cooperação, inicialmente mais restrita, designada por 4+3, envolvendo à partida França, Itália, Portugal, Espanha, e do lado sul do Mediterrâneo, Marrocos, Argélia e Tunísia. Com este intuito, depois de uma reunião preparatória em Paris, que teve lugar em finais de Setembro, os francos desenvolvimentos registados precipitaram a realização de novo encontro, desta feita em Roma, em meados de Novembro do mesmo ano. Esta última, fruto do bom acolhimento da ideia por parte dos países presentes e dos contactos diplomáticos entretanto desencadeados, já se realizou no âmbito do formato 5+5, contando a partir de então com a presença alargada de Malta, Líbia e Mauritânia. De referir que no encontro de Roma os peritos das diferentes delegações haviam chegado a acordo quanto a um Documento de Entendimento, no pressuposto de que este pudesse ser assinado pelos Ministros da Defesa dos 5+5. Complementarmente, assentou-se também numa base para um Plano de Actividades anual, visando aprofundar a cooperação multilateral sobre segurança na bacia ocidental do Mediterrâneo, englobando áreas de acção chave como a vigilância marítima, segurança aérea e participação das Forças Armadas em apoio à Protecção Civil (IDN, 2006: 4-5).

Em Dezembro de 2004 teve lugar em Paris a primeira reunião dos Ministros da Defesa dos países que compõem a Iniciativa 5+5, tendo sido assinada a «Declaração de Intenções sobre a cooperação no domínio da segurança», ficando desde logo decidida a criação de um Comité Director<sup>64</sup> com vista à definição de práticas a desenvolver, detendo este a capacidade de criar grupos de trabalho específicos de modo a concretizar o Plano de Actividades. A par com iniciativas específicas, a propor pelos diferentes corpos especializados de segurança marítima, aérea e pelos ramos militares, ficou implícita a promoção de um conjunto de actividades chave:

- Convites a observadores militares dos Parceiros do Sul para exercícios militares e outras actividades de treino;
- Estabelecimento de protocolos para a frequência de cursos nas escolas e institutos militares dos países do norte;

---

<sup>64</sup> Este Comité Director reúne duas vezes por ano, integrando dois elementos de cada um dos Ministérios da Defesa. Por seu turno, a presidência da Iniciativa 5+5 tem carácter anual, sendo a sua atribuição feita seguindo a ordem alfabética dos países que a integram, em língua inglesa.

- Organização de seminários e *workshops* de segurança e defesa nos 10 países, com vista a um melhor conhecimento dos Países do Sul sobre *standards* de força, operações e procedimentos de certificação, regras de cooperação NATO, entre outras;
- Estabelecimento de células de ligação do Sul, localizadas nos *headquarters* da NATO nos 5 países parceiros a Norte, em coordenação com a UE e a NATO.

O factor proximidade e os laços históricos e culturais que caracterizam este grupo de 10 nações conferem efectivamente à Iniciativa 5+5 o potencial para actuar como facilitador da colaboração dos Parceiros do Sul no contexto mais alargado das iniciativas da UE e da NATO. A sugestão deste papel facilitador pressupõe um cenário em que se formaliza a coordenação necessária à maximização das sinergias entre todos os países, capaz de atrair a atenção da NATO e da UE, visando que iniciativas a nível militar proporcionem posteriormente novos desenvolvimentos a nível político (IDN, 2005).

Ainda que os cinco estados europeus desta iniciativa tenham já a decorrer inúmeros projectos de cooperação, maioritariamente na esfera social e económica e alguns centrados em questões de segurança como o controlo da imigração ilegal, tais projectos têm essencialmente assumido um carácter bilateral com os países do sul. A situação económica em ambas as margens do Mediterrâneo, bem como a necessidade de integração da larga comunidade de cidadãos do Norte de África e da África Ocidental a viver na Europa, constituem fortes motivos para uma verdadeira cooperação multilateral. Não só todos os países envolvidos estão cientes das vantagens que advêm de tal cooperação, como é determinante para a Europa que as suas zonas fronteiriças sejam regiões estáveis e pacíficas. E é absolutamente crítico para os países magrebinos o desenvolvimento sócio-cultural impulsionado por tal nível de cooperação (Henriques, 2006: 149).

#### **b. Parceria Euro-Mediterrânica**

O diálogo estabelecido entre a UE e os Países do sul do Mediterrâneo tem sido uma das vertentes mais significativas no âmbito do relacionamento externo recente da UE.

Na presente alínea far-se-á uma análise sucinta das fases marco desta Parceria, que assegure a compreensão das principais iniciativas de integração e cooperação da UE com os Países do sul, com destaque para o Processo de Barcelona e para a Política Europeia de Vizinhança (PEV).

Recomenda-se em acréscimo a leitura do Apêndice D, para uma análise mais aprofundada das etapas e iniciativas chave na construção e evolução da Parceria Euro-Mediterrânica:

- Acordos de Associação e Política Mediterrânea Renovada (PMR);
- Processo de Barcelona;
- Parceria Euro-Mediterrânica;
- Programa MEDA;
- Acordos de Associação e Plano de Acção de Valência;
- Política Europeia de Vizinhança (PEV) e Quadro Financeiro 2007-2013.

Ainda que com resultados aquém do esperado, a UE tem vindo a manifestar o seu empenho na área da segurança e no desenvolvimento económico do Mediterrâneo. Dando seguimento às orientações definidas pelos Conselhos Europeus de Lisboa (1992), de Corfu e de Essen (1994) e às propostas da Comissão Europeia no sentido de reforçar a política mediterrânica da UE e de “tornar a bacia mediterrânica uma zona garante da paz, da segurança, da estabilidade e do bem-estar”, a União Europeia decidiu estabelecer um quadro de relações com os países da bacia mediterrânica, na perspectiva de um projecto de parceria.

Este projecto concretiza-se na Conferência de Barcelona (1995), vindo a assinar-se a Declaração Euro-Mediterrânica de Barcelona, que estabelece a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) entre a UE e os Países Terceiros do Sul do Mediterrâneo (PTM)<sup>65</sup>.

A Parceria Euro-Mediterrânica proposta na Conferência de Barcelona enceta um novo capítulo na história das relações entre a UE e os países do Mediterrâneo, promovendo o espírito de cooperação e reforçando que a paz, a estabilidade e a segurança do Mediterrâneo são assuntos comuns. A parceria compreende, por isso, três vertentes:

- Parceria Política e de Segurança - definição de um espaço comum de paz e estabilidade;
- Parceria Económica e Financeira - construção de uma área comum próspera, com vista à criação de uma zona de comércio livre;
- Parceria nos domínios Social, Cultural e Humano - promoção do desenvolvimento social, em paralelo com o desenvolvimento económico.

---

<sup>65</sup> PTM - Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia e Turquia. A Líbia e a Mauritânia, apesar de não fazerem parte integrante desta parceria, têm participado como observadores.

Lançado em 1995, o Programa de Assistência e Cooperação com os países do Mediterrâneo (MEDA) é o instrumento financeiro a que cabe apoiar a transição e as reformas das estruturas económicas e sociais dos PTM, e que vem substituir anteriores protocolos financeiros. Enquanto programa global de cooperação, pretende promover o investimento privado e dinamizar parcerias entre PME europeias e mediterrânicas. Em acréscimo, contempla acções específicas que incidem ao nível dos serviços sociais elementares, da educação, formação e saneamento e de pequenos projectos agrícolas integrados.

Apesar dos progressos efectuados, apenas as duas últimas dimensões da Declaração de Barcelona foram propriamente desenvolvidas, sendo que a dimensão Política e de Segurança permaneceu em estado latente. Existem inclusivamente algumas opiniões no sentido de que os países Mediterrânicos, para além de reconhecerem um insuficiente nível de interacção na política de cooperação, confiam mais na NATO do que na UE, devido à presença dos EUA, sinónimo de que estas duas iniciativas (NATO/UE) não estão adequadamente coordenadas (IDN, 2006).

A quinta conferência Euro-Mediterrânica, realizada em Valência em Abril de 2002, pressupunha um avanço na dimensão Política e de Segurança, com a elaboração do documento “*Dialog and cooperation on the European Security and Defence Policy*”, que constituiu o primeiro documento sobre Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) e o Mediterrâneo.

Em Março de 2003 a Comissão Europeia anuncia o alargamento da UE, derivando daí um novo quadro de relacionamento da “Europa a 25” com os novos vizinhos. Em 2004, a UE lança a designada Política Europeia de Vizinhança (PEV), a qual visa uma aproximação política e administrativa com esses mesmos países vizinhos, nomeadamente com os países que já anteriormente faziam parte integrante da PEM, e com os países que, em virtude do alargamento, passaram a fazer fronteira com a UE<sup>66</sup>.

O objectivo desta nova estratégia passa pela aproximação multi-sectorial entre a UE e os países vizinhos, permitindo uma continuada integração política, económica e social, e até de defesa, com estes países. Com esta política, a UE pode oferecer um maior e mais intenso diálogo político, um maior acesso aos programas e políticas europeus, a inclusão no mercado comum, e ainda uma cooperação reforçada no âmbito da justiça e assuntos

---

<sup>66</sup> Da PEV, passaram a fazer parte do lado europeu, a Rússia, a Ucrânia, a Bielorrússia e a Moldávia. Do lado sul do Mediterrâneo encontram-se a Argélia, o Egipto, Israel, a Jordânia, o Líbano, Marrocos, a Síria, a Tunísia, a Autoridade Palestiniana e a Líbia. A Turquia não faz parte desta estratégia, pois encontrava-se à época, numa rota de pré-adesão.

internos.

Os Planos de Acção executados no âmbito da PEV são diferenciados para cada parceiro a sul, de forma a reflectir o estado do relacionamento com cada país, e têm por base os Acordos de Associação estabelecidos no âmbito das relações Euro-Mediterrânicas. Estes planos de acção constituem uma ferramenta imprescindível na definição de compromissos mútuos, permitindo um fortalecimento do diálogo com quase todos os parceiros.

Apesar dos progressos efectuados, a pobreza e o desemprego, as performances económicas heterogéneas, a corrupção e a débil governação permanecem como desafios essenciais. E estes não podem ser encarados como problemas dos países vizinhos, uma vez que se traduzem num conjunto de riscos e ameaças para a UE, nomeadamente ao nível da imigração ilegal, dos cortes de fornecimento de energia, da degradação ambiental, do crime organizado e do terrorismo, conforme relatado pela Comissão da UE relativa ao fortalecimento da PEV (Commission of the European Communities, 2006c: 2).

Torna-se então clara a necessidade de fortalecimento da PEV, visto que os custos do seu insucesso poderiam vir a ser incontroláveis. A UE terá que apresentar uma oferta mais atractiva aos países de PEV, assente em melhores perspectivas comerciais e de investimento, promoção de relações interpessoais e mobilidade, resolução de conflitos e possibilidades de mobilização de fundos.

Surge então a proposta da Comissão Europeia de introduzir um conjunto de Melhorias à PEV, cujos Planos de Acção passaram a acomodar, para além da cooperação Política, Regional e Financeira, componentes como: trocas comerciais, investimento e integração económica; mobilidade e migrações; intercâmbios (dimensão humana); e aspectos temáticos.

A partir de 2007, a cooperação da União Europeia com os países vizinhos rege-se pelo Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP), em coerência com o Banco Europeu de Investimento (BEI). O IEVP mapeia a cooperação financeira entre 2007-2013, repartindo-se as dotações deste quadro financeiro por: crescimento sustentável; gestão e protecção dos recursos naturais; cidadania, liberdade, segurança e justiça; e UE enquanto parceiro mundial.

### **c. União para o Mediterrâneo**

A “União para o Mediterrâneo”, previamente “União Mediterrânica”, constitui uma

nova fase do Processo de Barcelona<sup>67</sup>. É nesta óptica que os chefes de estado e de governo da Europa dos 27 aprovaram a ideia apresentada por Nicolas Sarkozy, cujo objectivo é dar um novo ímpeto à cooperação com os Países da margem sul do Mediterrâneo, sobretudo assegurando a suficiência política da Europa nesta parte do mundo. Como diz o presidente francês, a União Europeia tem um orçamento<sup>68</sup> dedicado a esta região: “A Europa paga mas a Europa, politicamente, não tem uma existência suficiente nesta parte do mundo. A União para o Mediterrâneo é a ocasião de a Europa política se mostrar empenhada”.

Depois de meses de divergências sobre o programa europeu para o Mediterrâneo, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, e a Chanceler alemã, Angela Merkel, chegaram a um compromisso em Hanôver<sup>69</sup>. A Chanceler alemã anunciou ainda que o projecto passará a chamar-se “União para o Mediterrâneo” e envolverá todos os estados membros (EuroNews, 2008a). Em declarações à Agência Lusa o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, insistiu na “(...) importância de ter sido superada a divisão entre Paris e Berlim. Antes do acordo, o presidente francês tinha lançado um projecto da União para o Mediterrâneo que envolvia os países ribeirinhos e que provocou uma reacção negativa da Alemanha, receosa de que os restantes países da União Europeia ficassem marginalizados” (Barroso, 2008).

Com um novo nome – “Processo de Barcelona - União para o Mediterrâneo” - o renovado fórum<sup>70</sup> reunirá todos os países da União Europeia e os do Sul do Mediterrâneo, visando desenvolver verdadeiros projectos de cooperação entre os dois blocos. As propostas concretas deverão ser elaboradas pela Comissão Europeia, até 13 de Julho de 2008, data em que o novo organismo será apresentado oficialmente (EuroNews, 2008b).

Contudo, o que transparece para os Media esbate o real consenso entre os países envolvidos e o intuito inicial de Sarkozy para a concertação da UE no Mediterrâneo. Se por um lado a velocidade a imprimir tem que ser a da Europa, por outro lado os Países do Sul deixam transparecer que o projecto vem definido da Europa e que não foi delineado de forma integrada.

---

<sup>67</sup> O processo de Barcelona foi lançado em 1995, mas derivado essencialmente do fracasso do processo de paz israelo-palestiniano, a cooperação entre a Europa e o Norte de África acabou por não ter grande sucesso.

<sup>68</sup> 3 Biliões de euros de fundos comunitários que serão alocados entre 2007 e 2010 aos 10 Estados do sul.

<sup>69</sup> A ideia inicial do presidente francês era reforçar a cooperação entre os países do Mediterrâneo, cujo critério geográfico excluía vários estados da União Europeia, nomeadamente a Alemanha. Merkel sublinhou que a França e a Alemanha são apenas dois dos países implicados no processo e que seria necessário assegurar que nenhum dos restantes estados membros ficasse de fora.

<sup>70</sup> A futura “União para o Mediterrâneo” será “co-presidida por um presidente da margem norte e um presidente da margem sul, terá um Secretariado, e de 2 em 2 anos reunir-se-ão os 43 países convidados”, explicitou recentemente o Presidente francês, Nicolas Sarkozy (Le Figaro, 2008).



O que se poderá inferir de mais esta iniciativa europeia, é que se estará provavelmente perante uma União Europeia dividida quanto ao relacionamento a desenvolver com os países vizinhos, e às velocidades a imprimir nos processos. Por um lado, surgem os países do Norte da Europa liderados pela Alemanha, cujas preocupações de segurança, económicas e energéticas se orientam para o leste Europeu, e por outro, os países mediterrânicos, cujos interesses e preocupações similares se centram mais na região mediterrânica do Magrebe e também do *Mashreq*.

Adicionalmente, surge o problema do financiamento das iniciativas, que dependem da União Europeia, resultando daí a necessidade de justificar e convencer países pouco afectados pelos problemas do sul da Europa da pertinência de intervenções extremamente onerosas para os cofres comuns.

Por último, deverá ser referida a questão do protagonismo e hegemonia dos estados, em que provavelmente se identifica uma França interessada não só em liderar as iniciativas europeias no plano da política externa, como também em manter a sua posição comercial privilegiada numa região em que é mesmo o principal interlocutor europeu e o segundo mundial.

#### **d. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas**

O estudo desenvolvido relativamente às acções concretas empreendidas pela UE em relação à região do Magrebe permite deduzir o interesse e preocupação colocados numa região que carece do apoio da Europa. Passos concretos têm sido dados e existe inclusivamente uma aceleração nos vários processos em curso, desde o político, económico, e de segurança, até ao cultural. É também consensual que a confiança entre ambas as margens do Mediterrâneo tem aumentado, não deixando todavia de ser pertinente referir que é paralelamente reconhecida a necessidade de uma profundidade muito maior nas relações e acções concretas para que o sucesso almejado seja uma realidade nas próximas décadas. Deste modo, considera-se ter respondido à Questão Derivada QD3: “Que acções concretas têm sido desenvolvidas pela UE no sentido de melhorar o relacionamento com a região magrebina?”.

No que respeita à hipótese H2: “O contexto geopolítico e geoestratégico do Magrebe está intimamente ligado ao da UE.”, há a referir a sua validação parcial. De facto, no que se refere aos Países do Sul da União Europeia, os contextos geopolítico e geoestratégico estão intimamente ligados ao Magrebe. Verifica-se que não só os factores históricos, mas também a presença mais recente destes países na região, especialmente



fruto das suas motivações nas áreas dos recursos energéticos e da segurança, contribuíram de forma significativa para o contexto existente. Por oposição, constatou-se a ainda relativa falta de unidade de toda a União Europeia, espelhada nas divergências políticas mais recentes entre a Alemanha e a França, no designado processo da “União para o Mediterrâneo”. O primeiro Estado, provavelmente mais preocupado com as questões que derivam do leste europeu e que afectam os países do Norte da União Europeia, e o segundo à procura de apoios e soluções para o problema magrebino, que o afecta directamente, a par com a procura de protagonismo e a manutenção da posição de liderança no plano das trocas comerciais naquela região.

Relativamente à Hipótese H3: “A UE terá que adoptar modalidades de acção comuns para a região do Magrebe e concertá-las com os países que integram UMA.”, considerou-se como Verdadeira. Constatou-se que só através da definição e implementação de um conjunto de iniciativas, num fórum de franca cooperação, confiança mútua e que respeite a diversidade de interesses em presença, será possível empreender um futuro sustentado para a relação entre os países da União Europeia e os estados magrebinos.

## **5. Cenários de Evolução**

Tendo por base a situação geopolítica e geoestratégica do Magrebe, as ameaças e riscos emergentes e respectivo impacto na UE e as relações internacionais em presença, um conjunto diversificado de cenários de evolução para a região, globalmente considerada, ou para cada um dos seus estados especificamente, poderia certamente tecer-se. Contudo, em função da análise efectuada colocam-se três cenários no plano regional, com diferenciadas amplitudes de efeitos, e nos quais poderá assentar o futuro mais próximo do Magrebe:

- **Cenário Pessimista**, no qual se constatarão novas correntes migratórias em direcção ao norte decorrentes da agudização da situação ambiental, particularmente do avanço da desertificação, potenciando situações de catástrofe humanitária e dificuldades acrescidas no plano social.

Paralelamente, o necessário desenvolvimento sócio-económico não dará sinais de melhoria o que, associado à má gestão dos fundos europeus e aos atrasos na implementação da Zona de Comércio Livre, condenará maiores franjas populacionais para situações de exclusão. Simultaneamente, a corrupção, a imigração ilegal e o narcotráfico, associados à criminalidade organizada, e ainda o radicalismo islâmico encontrarão terreno fértil para progredir. Os grupos radicais islâmicos utilizarão as vulnerabilidades sociais das grandes cidades magrebinas para acentuarem a sua influência e a estenderem às

comunidades magrebina na Europa. A presença não só nas Madrassas, excepcionadas regularmente do controlo dos regimes instituídos, como também nas Universidades, permitirá aos grupos radicais aumentar progressivamente o necessário apoio das bases populares para posteriormente, através das vitórias nas urnas, irem islamizando a esfera política. O resultado, traduzir-se-á certamente numa forte influência islâmica no campo social, político e cultural, que no seu modo mais radical transformar-se-á no preconizado combate contra os apóstatas e opressores internos, ao mesmo tempo que a luta contra os infiéis europeus será uma constante.

Por seu turno, tentando resistir ao avanço do islamismo radical, os regimes opressores encontrarão não só a necessidade, como também a justificação, para a continuação dos seus sistemas de governo, remetendo os mais frágeis, neste caso a mulher, os jovens e as minorias, para planos secundários e subservientes nas sociedades.

- **Cenário Optimista**, no qual se constatará que o apoio da UE, designadamente através da PEV, reforçada pela “União para o Mediterrâneo”, traduzir-se-á em melhorias significativas nos planos social, económico, político e de segurança. Não só a Zona de Comércio Livre será uma realidade, como também o investimento europeu na região do Magrebe, especialmente na área dos serviços e das tecnologias, proporcionará uma melhoria significativa do nível de vida em função do aproveitamento da elevada mão-de-obra disponível. A democratização plena das sociedades, a redução da imigração ilegal e do narcotráfico serão uma consequência natural de toda esta evolução a médio prazo. Pelo suporte subsequente que as massas populares darão aos poderes liberalizadores, e pelos receios inerentes à presença reconhecidamente opressora de alguns dos grupos radicais, estes terão mais dificuldades em progredir no campo religioso e no recrutamento de novos membros.

Em acréscimo, os países europeus terão uma maior presença junto dessas sociedades, reforçando a “ocidentalização” das mesmas, ao mesmo tempo que permitirão um acesso privilegiado à Europa, e o paralelo reforço do seu mercado de trabalho com mão-de-obra magrebina, progressivamente mais qualificada e integrada.

- **Cenário Mais Provável**, através do qual se constatará, nos próximos anos, a manutenção do *Status Quo* dos poderes instituídos e uma presença determinante por parte da União Europeia.

Assistir-se-á a uma progressiva liberalização política e social dos regimes vigentes na região, a um ritmo aceitável e que não lhes seja imposto. A evolução ocorrerá provavelmente, não através da implementação dos valores democráticos da Europa, mas

através do financiamento e da capacitação em termos económicos, sociais, culturais, e até de segurança. Os valores democráticos serão gradualmente adoptados, quer pelas cúpulas políticas, quer pelas bases populares, ainda que a sua amplitude consista mais em padrões de liberalização política e social do que numa democracia plena de tipo ocidental.

Os radicalismos religiosos perderão a sua margem de implantação, apenas sobrevivendo algumas células pouco expressivas em termos de capacidades, e os partidos islâmicos de cariz mais moderado.

As questões ligadas à criminalidade organizada e ao terrorismo não terão uma resolução imediata, mas serão cada vez mais enfrentadas numa base de complementaridade e partilha de preocupações, de informação e de acções concretas para as debelar.

Ainda que as questões ambientais continuem a forçar as migrações, os Estados magrebinos irão progressivamente retendo a mão-de-obra, em consequência do investimento ao Sul do Mediterrâneo.

No que toca às questões de índole energética, a Europa encontrará na região uma alternativa ao Leste Europeu, o que proporcionará uma melhoria na balança comercial desses Estados.

Também a emergência da UMA será uma realidade, mas eventualmente, com um peso e importância de menor relevo do que inicialmente projectado, em virtude de as apostas de intervenção da União Europeia e dos próprios países magrebinos continuarem a centrar-se muito mais nas relações norte-sul, do que numa verdadeira integração regional do Magrebe no médio prazo. Adicionalmente, os países da região, carenciados dos apoios externos e de novos e amplos mercados, apostarão certamente mais na relação com a União Europeia do que numa instituição como a UMA, que carece em primeira instância de vontade política concertada, e paralelamente, de sustentação e viabilidade económica, situação actualmente inexistente no Magrebe.

## **6. Conclusões**

Ainda que a geografia dite um posicionamento magrebino bastante próximo da Europa nos contextos histórico, cultural e político, a identificação com a região do Médio Oriente mostra uma outra realidade, à qual a religião islâmica e a sua influência nas esferas política e social está intrinsecamente ligada.

A relativa homogeneidade da região do Magrebe passou ao longo da história por extensos períodos de convulsão, que se espelham na actualidade. Os conflitos regionais, essencialmente relacionados com questões territoriais da era pós-Independência, os

problemas energéticos e dos recursos e, mais recentemente, o fundamentalismo religioso, têm inibido a União do Magrebe Árabe de se afirmar como elemento aglutinador das vontades regionais, condenando-a a um simples “estado vegetativo”. Com especial destaque, surgem as questões de política interna da Argélia, inibindo-a de em função do seu potencial de emergir como estado director da região, bem como a situação do Sahara Ocidental, que afasta toda e qualquer concertação política entre a Argélia e Marrocos.

Importa igualmente mencionar o ressurgimento de um aparente rearmamento da região, tendo por base uma óptica de reequilíbrio estratégico entre os países, designadamente entre a Argélia, Líbia e Marrocos. Este facto, associado ao passado de desenvolvimento de Programas Nucleares da Líbia e da Argélia e à sua crescente disponibilidade financeira, poderão introduzir no médio prazo novas preocupações para a Comunidade Internacional.

Depois de uma ausência de algumas décadas, é exactamente com a emergência das novas ameaças e riscos e preocupações de ordem energética que a Europa volta a ser impulsionada para uma interacção com a margem Sul do Mediterrâneo, da qual reconhece depender a sua própria estabilidade e segurança. Os vários programas que desde então decorrem, abrangem essencialmente as áreas política, de segurança, económica e cultural, mostrando que as percepções e abordagens da Europa, não mais se traduzem em soluções demasiadamente pragmáticas e isolacionistas, mas sim na tentativa de compreensão e tratamento integrado de vários factores que concorrem para a mitigação das ameaças e riscos em presença. Contudo, as diferentes velocidades imprimidas nesses processos, a amplitude dos mesmos, e a latente desconfiança do Sul em relação ao Norte, especialmente em relação aos países ex-colonizadores, têm consecutivamente sujeitado as iniciativas a debate intenso e até resistências no Magrebe, importando em constantes alterações e tentativas de respectiva melhoria.

De facto, ainda que a questão da alternativa energética para a Europa esteja aparentemente debelada no plano comercial, o facto é que decorridos que estão 17 anos desde o lançamento do Processo de Barcelona não se inferem melhorias significativas nas condições sociais, económicas e culturais do Magrebe e, conseqüentemente, na segurança de toda a região, europeia e magrebina. Concretamente, a questão da imigração ilegal continua a apresentar-se como um problema de dimensões assustadoras e que necessita de tratamento em diversos campos temáticos e geográficos, porventura fora do Magrebe. O narcotráfico não dá tréguas às forças de segurança da Europa, e se existe diminuição de tráfico num tipo específico de estupefacientes, logo surgem mecanismos e actividades que

compensam os traficantes das perdas relativas. Por último, e mais receado pelas populações e políticos, importa referir o terrorismo, que coloca à Europa um verdadeiro desafio de simultaneamente concertar políticas adequadas de combate a esta ameaça e evitar uma degradação significativa dos padrões democráticos e das soberanias da União.

Não se pretende todavia deixar uma imagem de relativa ineficácia das iniciativas e políticas europeias, antes pelo contrário. A UE, que passou nas últimas décadas por processos de alargamento e reajustamentos internos de dimensões consideráveis, conseguiu ao mesmo tempo efectuar uma aproximação, não só ao Sul do Mediterrâneo, mas a toda a área de vizinhança, na qual as perspectivas e as políticas são bastante diversificadas e os interesses muitas vezes antagónicos. Os laços de confiança política que se vão estabelecendo permitiram, por exemplo, que a Líbia abandonasse o seu programa nuclear e que seja hoje um colaborador da Europa no que toca aos assuntos relacionados com a segurança. Em acréscimo, e ainda que a Zona de Comércio Livre não seja por agora uma realidade, certamente irá permitir melhorias económicas significativas em ambos os lados do Mediterrâneo. Também no plano cultural, os contributos europeus na formação de quadros de topo dos países do Magrebe contribuirá, a médio prazo, para uma melhor compreensão das perspectivas sociais e culturais mútuas.

Estamos assim em condições de terminar esta investigação e em resposta à Questão Central, “De que forma é que um diálogo efectivo entre a UE e o Magrebe poderá potenciar melhorias económico-sociais e de segurança nos seus territórios?”, deduziu-se que será no Cenário de Evolução Mais Provável que se consubstancia o diálogo mais efectivo possível na actualidade. A análise efectuada permitiu-nos aferir da sensibilidade partilhada por ambos os lados do Mediterrâneo para a necessidade de concertar as políticas a todos os níveis, e de actuar em conformidade, obtendo assim as melhorias económicas, sociais e de segurança.

A importância actual do Diálogo com o Magrebe, sobretudo no âmbito da segurança e estabilidade, traduz-se na quantidade de reuniões, estudos, e programas e no investimento financeiro que têm vindo a ser desenvolvidos, essencialmente ao longo das últimas duas décadas, e que gravitam cada vez mais na esfera da opinião pública.

Da vontade e dos passos concretos que as lideranças políticas conseguirem dar, decorrerá certamente o cenário que nas próximas décadas os cidadãos Europeus e Magrebinos irão viver. A necessidade de actuação é premente, e o equilíbrio não poderá ser menosprezado.

## Bibliografia

- ALMEIDA, João Marques de. *Diário Económico: O Magrebe e a Europa* [em linha]. 16 de Abril de 2007 [referência de 29 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=253>>
- AMMOR, Fouad M. *DE L'ENVIRONNEMENT STRATEGIQUE DU MAGHREB : Point de vue d'un Marocain*. Le Maghreb stratégique 2ème partie [em linha]. Abril de 2006, NDC Occasional Paper no. 14, [referência de 5 de Fevereiro de 2008], p. 11-23. Disponível na internet em: <[http://www.ndc.nato.int/download/publications/op\\_14.pdf](http://www.ndc.nato.int/download/publications/op_14.pdf)>
- AMMOUR, Laurence. *The Frozen Conflict in Western Sahara: Who benefits?*. Research Paper [em linha]. 20 de Novembro de 2006, NATO Defense College Research Paper no. 30 [referência de 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível na internet em: <[http://www.ndc.nato.int/download/publications/rp\\_30en.pdf](http://www.ndc.nato.int/download/publications/rp_30en.pdf)>
- ARMADA. *Iniciativa 5+5: Exercício Able Provider 2006*. [em linha]. Dezembro 2006, no. 403 [referência de 18 de Março de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://www.marinha.pt/extra/revista/ra\\_dez2006/pag\\_7.html](http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_dez2006/pag_7.html)>
- BENSALAH, Assia Alaoui, et al. (2003). *O Diálogo entre os Povos e as Culturas no Espaço Euromediterrânico: Relatório do Grupo de Sábios* [em linha]. Outubro de 2003 [referência de 26 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/dgs/policy\\_advisers/archives/experts\\_groups/docs/rapport\\_complet\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/policy_advisers/archives/experts_groups/docs/rapport_complet_pt.pdf)>
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS [em linha]. *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO: Avaliação da Facilidade de Investimento e Parceria Euro-Mediterrânica (FEMIP) e opções para o futuro* [S.I.]: [s.n.], 17 de Outubro de 2006 [referência de 12 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0592:FIN:PT:PDF>>
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES [em linha]. *COMMUNICATION FROM THE COMMISSION: COMMUNICATION FROM THE COMMISSION - European Neighbourhood Policy STRATEGY PAPER* [S.I.]: [s.n.], 4 de Dezembro de 2004 [referência de 27 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/strategy/strategy\\_paper\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/strategy/strategy_paper_en.pdf)>

- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES [em linha]. *COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE COUNCIL AND THE EUROPEAN PARLIAMENT ON STRENGTHENING THE EUROPEAN NEIGHBOURHOOD POLICY: ENP Progress Report MOROCCO*. [S.I.]: [s.n.], 4 de Dezembro de 2006a [referência de 27 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/sec06\\_1511-2\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/sec06_1511-2_en.pdf)>
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES [em linha]. *COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE COUNCIL AND THE EUROPEAN PARLIAMENT ON STRENGTHENING THE EUROPEAN NEIGHBOURHOOD POLICY: ENP Progress Report TUNISIA*. [S.I.]: [s.n.], 4 de Dezembro de 2006b [referência de 27 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/sec06\\_1510\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/sec06_1510_en.pdf)>
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES [em linha]. *COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE COUNCIL AND THE EUROPEAN PARLIAMENT ON STRENGTHENING THE EUROPEAN NEIGHBOURHOOD POLICY* [S.I.]: [s.n.], 4 de Dezembro de 2006c [referência de 27 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/com06\\_726\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/com06_726_en.pdf)>
- CORREIA, Pedro (2004). *MANUAL de GEOPOLÍTICA e GEOESTRATÉGIA – Volume II*. Coimbra: Quarteto Editora, 2004. ISBN: 989-558-025-8.
- COUTO, Abel (1988). *ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA: APONTAMENTOS PARA UM CURSO*. Vol I. Pedrouços: IAEM.
- CUNHA, Luís Veiga da. *WATER AND SECURITY IN THE MEDITERRANEAN REGION: SHORTAGE, ACCESS MANAGEMENT, POTENTIAL RISKS OR SECURITY ISSUES*. [EM LINHA]. Março 2004, no. 19 [referência de 28 de Dezembro de 2007], p. 37-68. Disponível na Internet em: <[http://www.ndc.nato.int/download/publications/seminar\\_19.pdf](http://www.ndc.nato.int/download/publications/seminar_19.pdf)>
- Department of State. *Trafficking in Persons Report – June 2007* [em linha]. Junho de 2007. [referência de 30 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/g/tip/rls/tiprpt/2007/>>



- EUROPEAN COMMISSION [em linha]. *EUROPEAN NEIGHBOURHOOD AND PARTNERSHIP INSTRUMENT: ALGERIA STRATEGY PAPER 2007 – 2013 & NATIONAL INDICATIVE PROGRAMME 2007 – 2010*. [S.I.]: [s.n.], 2007a [referência de 20 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi\\_csp\\_nip\\_algeria\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi_csp_nip_algeria_en.pdf)>
- EUROPEAN COMMISSION - External Relations [em linha]. *European Neighbourhood and Partnership Instrument - Indicative Multi-annual Allocations for the period 2007-10*. [S.I.]: [s.n.], 2007 [referência de 23 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/0703\\_enpi\\_figures\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/0703_enpi_figures_en.pdf)>
- EUROPEAN COMMISSION - External Relations DG [em linha]. *EUROPEAN NEIGHBOURHOOD AND PARTNERSHIP INSTRUMENT: MOROCCO - COUNTRY STRATEGY PAPER 2007-2013*. [S.I.]: [s.n.], 2007 [referência de 20 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi\\_csp\\_morocco\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi_csp_morocco_en.pdf)>
- EUROPEAN COMMISSION – DIRECTORATE GENERAL FOR ECONOMIC AND FINANCIAL AFFAIRS [em linha]. *European Neighbourhood Policy: Economic Review of ENP Countries*. Brussels: Directorate-General for Economic and Financial Affairs, 2006a [referência de 12 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/economy\\_finance/publications/occasional\\_papers/2006/occasional\\_papers25\\_en.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/occasional_papers/2006/occasional_papers25_en.htm)>
- European University Institute. *Migrations méditerranéennes rapport 2005* [em linha]. 2005 [referência de 30 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.carim.org/Publications/AR2005CARIM.pdf>>
- European University Institute. *Migrations méditerranéennes rapport 2006-2007* [em linha]. 2007 [referência de 30 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.eui.eu/RSCAS/e-texts/CARIM-AR2007.pdf>>
- EUROPOL [em linha]. *ANNUAL REPORT*. 2005 [referência de 18 de Março de 2008]. Anual. Disponível na Internet em: <[http://www.europol.europa.eu/publications/Annual\\_Reports/EuropolAnnualReport2005.pdf](http://www.europol.europa.eu/publications/Annual_Reports/EuropolAnnualReport2005.pdf)>



- EUROPOL [em linha]. *ANNUAL REPORT*. 2006b [referência de 18 de Março de 2008]. Anual. Disponível na Internet em: <[http://www.europol.europa.eu/publications/Annual\\_Reports/EuropolAnnualReport2006.pdf](http://www.europol.europa.eu/publications/Annual_Reports/EuropolAnnualReport2006.pdf)>
- EUROPOL. *ORGANISED ILLEGAL IMMIGRATION INTO THE EUROPEAN UNION* [em linha]. 2007 [referência de 8 de Março de 2007]. Disponível na internet em: <[http://www.europol.europa.eu/publications/Serious\\_Crime\\_Overviews/Facilitated\\_Illegal\\_Immigration\\_FactSheet2007.pdf](http://www.europol.europa.eu/publications/Serious_Crime_Overviews/Facilitated_Illegal_Immigration_FactSheet2007.pdf)>
- FARGUES, Philippe [em linha]. *Migrations méditerranéennes rapport 2006-2007*. [Italy]: European University Institute, 2007 [referência de 29 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.eui.eu/RSCAS/e-texts/CARIM-AR2007.pdf>>
- FARGUES, Philippe, CASSARINO, Jean, LATRECHE, Abdelkader [em linha]. *Migrations méditerranéennes rapport 2005*. [Italy]: European University Institute, 2005 [referência de 30 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.carim.org/Publications/AR2005CARIM.pdf>>
- FARIA, Fátima (2007). *O Papel dos Media na Luta Contra o Terrorismo: Que Cobertura Mediática dos Actos Terroristas?*. NAÇÃO E DEFESA. Lisboa. ISSN 0870-757X. no. 117. p. 157-177.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira (2006). *ISLAMISMO E MULTICULTURALISMO: AS IDEOLOGIAS APÓS O FIM DA HISTÓRIA*. Coimbra: EDIÇÕES ALMEDINA, SA.
- HENRIQUES, Mendo C., KHACHANI, Mohamed (2006). *Migrations in the Mediterranean - Playing with Fire*. NATO Science Series: Science & Technology Policy. Vol. 50. [S.I.]: [s.n.]. ISBN 978-1-58603-618-8.
- IAPMEI. *Guia Prático do Capital de Risco: Como Elaborar um Plano de Negócios*. [em linha]. 2006 [referência de 22 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.apcri.pt/abc/Guia%20Prático%20do%20Capital%20de%20Risco.pdf>>
- IESM. *ELEMENTOS DE ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GEOSTRATÉGICA*. Pedrouços: [s.n.], 2007. 61 p.

- INTERNATIONAL CRISIS GROUP [em linha]. *LA TRANSITION POLITIQUE EN MAURITANIE: BILAN ET PERSPECTIVES Rapport Moyen-Orient/Afrique du Nord N°53*. [S.I.]: [s.n.], 2006 [referência de 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em:  
<[http://www.liberationafrique.org/IMG/pdf/53\\_la\\_transition\\_politique\\_en\\_mauritanie\\_bilan\\_et\\_perspectives.pdf](http://www.liberationafrique.org/IMG/pdf/53_la_transition_politique_en_mauritanie_bilan_et_perspectives.pdf)>
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP [em linha]. *WESTERN SAHARA: THE COST OF THE CONFLICT: Middle East/North Africa Report N°65*. [S.I.]: [s.n.], 2007 [referência de 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível na internet em:  
<[http://www.daraint.org/docs/western\\_sahara\\_2.pdf](http://www.daraint.org/docs/western_sahara_2.pdf)>
- INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSOCIATION AND INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative and Multilateral Debt Relief Initiative (MDRI): Status of Implementation* [em linha]. 2007 [referência de 10 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em:  
<<http://www.imf.org/external/np/pp/2007/eng/082807.pdf>>
- Jane`s INTELLIGENCE REVIEW (2005a). *SYSTEMATIC TRANSNATIONAL CRIME: Morocco said to produce nearly half of the world`s hashish supply*. no. 11, p. 32-34.
- Jane`s INTELLIGENCE REVIEW (2005b). *SYSTEMATIC TRANSNATIONAL CRIME - Morocco`s smuggling rackets: hashish, people and contraband*. no. 12, p. 40-43.
- Jane`s INTELLIGENCE REVIEW (2007). *SERIOUS AND ORGANIZED CRIME: drug trafficking in the western Mediterranean*. no. 43, p. 43-45.
- LARA, António de Sousa (2007). *O TERRORISMO E A IDEOLOGIA DO OCIDENTE*. Coimbra: EDIÇÕES ALMEDINA, SA.
- LEANDRO, Garcia (2004). *Uma visão militar sobre o terrorismo*. In TERRORISMO. 2ª ed. Coimbra: Livraria ALMEDINA. p 367-392.
- LEWIS, Bernard (2003). *A CRISE DO ISLÃO: Guerra Santa e Terror Ímpio*. Santa Maria da Feira: Relógio D`água editores. Tradução de: Margarida Periquito.

- Library of Congress – Federal Research Division. *Country Profile: Algéria* [em linha]. [S.I]: [s.n.], 2006 [referência de 9 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/Algeria.pdf>>
- LUÍS, Ana. Informação Internacional. *Análise Económica e Política*, 2005. *A Parceria Euro-mediterrânica e as Economias do Magrebe* [em linha]. 2005, [referência de 23 de Março de 2008], p. 249-288. Disponível na Internet em: <[http://www.dpp.pt/pages/files/infor\\_inter\\_2005\\_VI1.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2005_VI1.pdf)>
- LUTTERBECK, Derek. *Mediterranean Politics. Policing Migration in the Mediterranean* [em linha]. 2006, Vol. 11, no. 1 [referência de 18 de Março de 2008], p. 59-82. Disponível na Internet em: <[http://www.gcsp.ch/e/publications/Issues\\_Institutions/ME\\_Med/Academic\\_Papers/Lutterbeck-Med\\_Politics-March06.pdf](http://www.gcsp.ch/e/publications/Issues_Institutions/ME_Med/Academic_Papers/Lutterbeck-Med_Politics-March06.pdf)>
- MERRIMAN, John (1996). *A HISTORY OF MODERN EUROPE: FROM THE RENAISSANCE TO THE PRESENT*. New York, London: W.W. Norton & Company.
- MGHARI, Mohamed [em linha]. *Maroc: la dimension démographique et économique des migrations*. [Italy]: European University Institute, 2007 [referência de 29 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.eui.eu/RSCAS/e-texts/CARIM-AR2007.pdf>>
- NATO Parliamentary Assembly [em linha]. *166 GSM Energy and the Environment in the Mediterranean*. [S.I.]: [s.n.], 2003 [referência de 20 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.nato-pa.int/default.asp?SHORTCUT=758>>
- Norman, Paul, Button, Mark (2004). *International Crime in the Mediterranean*. In *Mediterranean Security and Beyond*. London: [s.n.] p. 1-11.
- PEREIRA, Paula (2004). *O Mediterrâneo: Espaço de Confronto ou Cooperação*. Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. no. 109. p. 205-218.
- PERTHES, Volker, KHOURI, Rami G. *Doze receitas para a Europa*. Instituto Português de Relações Internacionais [em linha]. 2006, nº 61 [referência de 18 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=60>>
- PINTO, Maria do Céu (2004). *A Jihad Global e o contexto europeu*. In *TERRORISMO*. 2ª ed. COIMBRA: LIVRARIA ALMEDINA. p. 483-504.

- PINTO, Maria do Céu, MARTINS, Bruno. *Os Processos de Democratização no Médio Oriente e Magrebe*. Instituto Português de Relações Internacionais [em linha]. 2007, nº23 [referência de 23 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <[http://www.ipri.pt/publicacoes/working\\_paper/working\\_paper.php?idp=85](http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=85)>
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van, (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª ed, Lisboa: Gradiva.
- ROGEIRO, Nuno (2004). *O novo terrorismo internacional como desafio emergente de segurança*. In TERRORISMO. 2ª ed. Coimbra: Livraria ALMEDINA. p 523-538.
- SAMPAYO, Mariana (2000). *MÁGREBE ÁRABE: uma UNIDADE POSSÍVEL?*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique. ISBN 972-9354-30-8.
- SARDAR, Ziauddin (2007). *Em que acreditam os Muçulmanos?* Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 978-972-20-3442-5.
- SENYUCCEL, Sabiha, et al. [em linha]. *Factors and Perceptions Influencing the Implementation of the European Neighbourhood Policy in Selected Southern Mediterranean Partner Countries*. [S.I.]: [s.n.], 2006 [referência de 10 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <[http://www.euromesco.net/images//49\\_eng.pdf](http://www.euromesco.net/images//49_eng.pdf)>
- STALENHEIM, P., PERDOMO, C., SKONS, E. [em linha]. *SIPRI Yearbook 2007: Military expenditure, 2007* [referência de 23 de Abril de 2008]. Anual. Disponível na Internet em: <[http://www.sipri.org/contents/milap/milex/publications/recent\\_publications.html](http://www.sipri.org/contents/milap/milex/publications/recent_publications.html)>
- SOLANA, Javier. *UMA EUROPA SEGURA NUM MUNDO MELHOR* [em linha]. 2003 [referência de 26 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressdata/PT/reports/76259.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/76259.pdf)>
- TERRACINI, Mário (1999). *Security in the North African Region*. NATO Parliamentary Assembly. AMSTERDAM: [s.n.].

- THE WORLD BANK. *MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA REGION: JOB CREATION IN AN ERA OF HIGH GROWTH 2007 – Economic Developments and Prospects* [em linha]. 2007 [30 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <[http://siteresources.worldbank.org/INTMENA/Resources/EDP\\_2007\\_REPORT\\_Aug7.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTMENA/Resources/EDP_2007_REPORT_Aug7.pdf)>
- TORRES, Adelino (2004). *Terrorismo: O apocalipse da razão?*. In *TERRORISMO*. 2ª ed. Coimbra: Livraria ALMEDINA. p 21-128.
- UNIÃO EUROPEIA. *A UNIÃO EUROPEIA E A LUTA CONTRA O TERRORISMO* [em linha]. 2007a [referência de 27 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <[http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/FactsheetFightagainstterrorism\\_PT\\_rev1.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/FactsheetFightagainstterrorism_PT_rev1.pdf)>
- UNIÃO EUROPEIA. *EUROPEAN NEIGHBOURHOOD AND PARTNERSHIP INSTRUMENT: TUNISIA STRATEGY PAPER 2007 – 2013 & NATIONAL INDICATIVE PROGRAMME 2007 – 2010*. [em linha]. 2007b [referência de 2 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi\\_csp\\_nip\\_tunisia\\_summary\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi_csp_nip_tunisia_summary_en.pdf)>
- UNDP [em linha]. *The Arab Human Development Report 2002: Creating Opportunities for Future Generations*. Amman: Icons Printing Services, 2002 [referência de 12 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.palestineremembered.com/download/UNDP/EnglishVersion/Ar-Human-Dev-2002.pdf>>
- UNDP [em linha]. *The Arab Human Development Report 2003: Building a Knowledge Society*. Amman: National Press, 2003 [referência de 12 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.palestineremembered.com/download/UNDP/EnglishVersion/Ar-Human-Dev-2003.pdf>>
- UNDP [em linha]. *The Arab Human Development Report 2005: Towards the Rise of Women in the Arab World*. Amman: National Press, 2006 [referência de 12 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.palestineremembered.com/download/UNDP/EnglishVersion/Ar-Human-Dev-2005.pdf>>

- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. *Report on the World Social Situation 2007: The Employment* [em linha]. 2007 [referência de 30 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/443/50/PDF/N0744350.pdf?OpenElement>>
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME [em linha]. 2007 *WORLD DRUG REPORT*. [S.I.]: [s.n.], 2007 [referência de 18 de Março de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://www.unodc.org/pdf/research/wdr07/WDR\\_2007.pdf](http://www.unodc.org/pdf/research/wdr07/WDR_2007.pdf)>
- VÁSQUEZ, JAVIER (2006). *AMENAZAS TRANSNACIONALES*. BOLETÍN DE INFORMATION: no. 295, p. 73-81.

#### **Páginas da Internet**

- AMNESTY INTERNATIONAL. *REPUBLIC OF TUNISIA: Taken from the Amnesty International Report 2007* [em linha]. 2007 [referência de 2 de Fevereiro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.amnesty.org/en/region/middle-east-and-north-africa/north-africa/tunisia>>
- ARABDATANET. *LIBYA – POLITICAL STRUCTURE* [em linha]. 2003 [referência de 3 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.arabdatanet.com/country/profiles/profile.asp?CtryName=Libya&CtryAbbrv=li&NavTitle=Political%20Structure>>
- BARROSO, José M. *UE/União Mediterrânica: Acordo Paris -Berlim não é suficiente, antes necessário* [em linha]. 2008 [referência de 20 de Março de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=331353&visual=26&tema=2>>
- Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs. *International Narcotics Control Strategy Report: Drug and Chemical Control* [em linha]. 2008 [referência de 18 de Março de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/p/inl/rls/nrcrpt/2008/vol1/html/100782.htm>>
- CIA. *The World Fact Book: Algeria* [em linha]. 2007 [referência de 25 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ag.html#Econ>>

- DoD. *Dictionary of Military Terms* [em linha]. 2008 [referência de 22 de Março de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/>>
- ECONOMIST.COM. *Country Briefings: Algéria* [em linha]. 2007 [referência de 25 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.economist.com/countries/Algeria/>>
- EUROPEAN COMMISSION. *European Union and its main trading partners: Economic and trade indicators* [em linha]. 2006b [referência de 10 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <[http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc\\_117658.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_117658.pdf)>
- EUROPEAN COMMISSION. *Trade Issues: Bilateral trade relations* [em linha]. 2007b [referência de 1 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://ec.europa.eu/trade/issues/bilateral/dataxls.htm>>
- EURONEWS. *Berlim e Paris chegam a acordo sobre União para o Mediterrâneo* [em linha]. 2008a [referência de 19 de Março de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.euronews.net/index.php?article=473235&lng=6&option=1>>
- EURONEWS. *União o Mediterrâneo - fase II do Processo de Barcelona* [em linha]. 2008b [referência de 18 de Março de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.euronews.net/index.php?page=europa&article=475243&lng=6>>
- EUROPOL. *The Threat from Organised Crime (OC)* [em linha]. 2006a [referência de 17 de Março de 2008]. Disponível na internet em: <[http://www.europol.europa.eu/publications/Serious\\_Crime\\_Overviews/overview\\_SC1.pdf](http://www.europol.europa.eu/publications/Serious_Crime_Overviews/overview_SC1.pdf)>
- Globalsecurity.org. *WEAPONS OF MASS DESTRUCTION (WMD): Algeria Special Weapons* [em linha]. 2005 [referência de 24 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.globalsecurity.org/wmd/world/algeria/index.html>>
- ICL. *Algeria Constitution* [em linha]. 2004 [referência de 18 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://www.servat.unibe.ch/law/icl/ag00000\\_.html](http://www.servat.unibe.ch/law/icl/ag00000_.html)>
- International Energy Agency [em linha]. *Key World Energy Statistics: 2007*. [S.I.]: [s.n.], 2007 [referência de 30 de Dezembro de 2007]. Disponível na internet em: <[http://www.iea.org/Textbase/nppdf/free/2007/key\\_stats\\_2007.pdf](http://www.iea.org/Textbase/nppdf/free/2007/key_stats_2007.pdf)>



- IFEX. *ALGERIA: Harsh Laws Penalise Journalists* [em linha]. 2007 [referência de 20 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.ifex.org/en/content/view/full/67337/>>
- INTERNATIONAL REPUBLICAN INSTITUTE [em linha]. 2007 [referência de 27 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.iri.org/mena/Morocco.asp>>
- KHRIPUNOV, Igor. *Bulletin of the atomic scientists* [em linha]. 2007 [referência de 24 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.thebulletin.org/web-edition/features/africas-pursuit-of-nuclear-power>>
- LE FIGARO. Méditerranée: *L'UE ENTÉRINE LE NOUVEAU PROJET* [EM LINHA]. 2008. [referência de 18 de Março de 2008] Disponível na Internet em: <<http://www.lefigaro.fr/international/2008/03/14/01003-20080314ARTFIG00447-mediterranee-l-ue-enterine-le-nouveau-projet-.php>>
- MEDINA. *LIBYA – POLITICAL SYSTEM* [em linha]. 2007? [referência de 3 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.uam.es/otroscentros/molina/libya/libpolpol.htm>>
- MUSLIM POPULATION WORLDWIDE. *AFRICAN MUSLIM POPULATION* [EM LINHA]. 2006 [referência de 6 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://islamicpopulation.com/africa\\_islam.html](http://islamicpopulation.com/africa_islam.html)>
- Referendum-Tunisie.org. *DRAFT CONSTITUTIONAL LAW MAJOR AMENDMENTS* [em linha]. 2007 [referência de 2 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.referendum-tunisie.org/english/referendum/major-amendments.html>>
- ROYAL EMBASSY OF SAUDI ARABIA. *THE TUNIS DECLARATION* [em linha]. 2004 [referência de 13 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.saudiembassy.net/2004News/Statements/StateDetail.asp?cIndex=421>>
- SIPRI Yearbook [em linha]. 2007 [referência de 23 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://www.sipri.org/googlemaps/at\\_top\\_20\\_imp\\_map.html](http://www.sipri.org/googlemaps/at_top_20_imp_map.html)>
- DESUTTER, Paula A. *Libya Renounces Weapons of Mass Destruction* [em linha]. 2005 [referência de 25 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0305/ijpe/desutter.htm>>



- The Institute for National Security Studies. *ME Military Forces Database: Morocco* [em linha]. 2007 [referência de 25 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.inss.org.il/memb.php>>
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL [em linha]. 2007 [referência de 2 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://www.transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/cpi/2007](http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2007)>
- UNIÃO EUROPEIA. *Para um novo quadro financeiro 2007-2013* [em linha]. 2004 [referência de 27 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l34004.htm>>
- UNIÃO EUROPEIA. *Sínteses da legislação: Declaração de Barcelona e parceria euro-mediterrânica* [em linha]. 2005 [referência de 27 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r15001.htm>>
- UNIÃO EUROPEIA. *Sínteses da legislação: Reunião Ministerial de Valência e o seu plano de acção* [em linha]. 2006 [referência de 27 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r15009.htm>>
- UNIÃO EUROPEIA. *Sínteses da legislação: Programa MEDA* [em linha]. 2007c [referência de 27 de Dezembro de 2007]. Disponível na Internet em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r15006.htm>>
- United Nations Office on Drugs and Crime. *Definitions of Terrorism: Proposed Definitions of Terrorism* [em linha]. 2008 [referência de 5 de Maio de 2008]. Disponível na Internet em: <[http://web.archive.org/web/20070129121539/http://www.unodc.org/unodc/terrorism\\_definitions.html](http://web.archive.org/web/20070129121539/http://www.unodc.org/unodc/terrorism_definitions.html)>
- U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Libya's Decision To Eliminate WMD and MTCR-Class Missile Programs: An International Model* [em linha]. 2006 [referência de 15 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2006/66245.htm>>
- U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Background Note: Morocco* [em linha]. 2007a [referência de 10 de Janeiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5431.htm>>

- U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Background Note: Libya* [em linha]. 2007b [referência de 3 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5431.htm>>
- U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Background note: Mauritânia* [em linha]. 2008 [referência de 5 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5467.htm>>
- World Economic Forum. *The Global Competitiveness Report 2007-2008* [em linha]. 2007 [referência de 26 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.gcr.weforum.org/>>

### **Relatórios de Colóquios**

- IDN (2006). *THE EUROPEAN ROLE IN THE CREATION OF A MEDITERRANEAN SECURITY COMMUNITY*. Colóquios Internacionais C4: Segurança no Mediterrâneo.
- IDN (2005). *The 5+5 dialogue capability: Instrument for the relaunch of the cooperation process in the Western Mediterranean*. Colóquios Internacionais C4: Segurança no Mediterrâneo.

## **ANEXO A**

### Definição de conceitos

- ***Ameaça***

Segundo Cabral Couto, “(...) uma ameaça é qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causa de danos, materiais ou morais. As ameaças podem ser de variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.)”. Refere ainda o autor que “(...) em estratégia apenas se consideram as ameaças provenientes de uma vontade consciente. Uma ameaça é o produto de uma possibilidade por uma intenção.” (Couto, 1988: 329).

- ***Conflito***

Segundo Cabral Couto, citando J. Freund, o conflito “(...) consiste num afrontamento intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito e que para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico.” (Couto, 1988: 100).

Cabral Couto especifica ainda que o “(...) conflito é uma interacção entre seres humanos (...), e que “(...) difere da competição: nesta, cada interveniente não procura impedir os restantes competidores de alcançarem os seus objectivos (...)”. “No conflito, os protagonistas encaram-se como inimigos, o que significa, pelo menos, o desejo de neutralização dos membros do campo oposto (...)” (Couto, 1988: 100).

- ***Estado***

“É uma sociedade organizada de forma soberana num território bem definido, gerida por um governo próprio, destinado a satisfazer as necessidades essenciais dos indivíduos e grupos que a compõem e que, em regra, evidenciam padrões culturais comuns, governo esse que detém o monopólio da força física” (Couto, 1988: 19).

- ***Factores geopolíticos/geoestratégicos***

“(...) um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectivação consistente de apoio à Política e à Estratégia.” (IESM, 2007: 17)

- **Estratégia**

“Ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política.” (Couto, 1988: 209).

“Uma ideia ou conjunto de ideias para empregar os instrumentos do poder nacional de forma sincronizada e integrada para atingir objectivos de teatro, nacionais ou multinacionais.” (DoD, 2008).

- **Geoestratégia**

“Estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica.” (IESM, 2007: 11).

- **Geopolítica**

“Estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivarem-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da ciência política.” (IESM, 2007: 9)

- **Política**

“A política pode ser vista como ciência e como actividade” (IESM, 2007: 7).  
“Como ciência, a política trata dos fundamentos do poder, dos fins a que se destina, da hierarquia e ramos das instituições e das relações destas entre si e com os corpos sociais e governados” (Couto, 1988: 215).

Como actividade, de acordo com Cabral Couto, citando Marcello Caetano, a Política é “(...) a actividade dos órgãos do Estado, cujo objectivo directo e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral, segundo as circunstâncias aconselharem ou o exigirem.” (1988: 215).

- **Poder**

“O poder de uma unidade política é a revelação da sua força, numa situação específica, para a prossecução de fins determinados.” (IESM, 2007: 8).

Segundo Cabral Couto, citando Raymond Aron, “(...) Poder é a capacidade de um actor político impor a sua vontade a outro actor político, mediante a suposição de sanções eficazes nos casos de uma não aceitação dessa vontade.” (Couto, 1988: 40).

Ainda segundo Cabral Couto, citando vários autores, “(...) à noção de poder está associada a capacidade de impor uma vontade, por nos parecer ser a acepção mais operacional do ponto de vista do estudo da estratégia.” (Couto, 1988: 40).

- **Potencial estratégico**

“(...) conjunto das forças de qualquer natureza , morais e materiais, que um Estado pode utilizar em apoio da sua estratégia. Em ultima análise, conduz-nos ao conhecimento das possibilidades e vulnerabilidades estratégicas de um Estado.” (Couto, 1988: 241).

- **Risco**

De acordo com o IESM<sup>1</sup>, fazendo referência ao documento “SFN 97”, o Risco é a “(...) percepção do grau de perigo e dos danos políticos, económicos, ambientais, humanos e morais que, por falta de capacidade ou credibilidade militar, põe em causa os interesses nacionais, como resultado da ocorrência de ameaças externas”.

“Ou, uma acção não directamente intencional e eventualmente sem carácter intrinsecamente hostil. Pode ser um perigo iminente ou ainda uma ameaça genérica”.

- **Segurança**

“Segurança: diz-se das pessoas e das coisas (...)”. “A segurança exprime a efectiva carência de perigo, quando não existem (ou foram removidas) as causas dele (...)”. (Couto, 1988: 70).

De acordo com o IESM<sup>2</sup>, citando Charles-Philip David, segurança é “a ausência de ameaças militares e não militares que possam pôr em causa os valores centrais que uma pessoa ou uma comunidade querem promover, e que impliquem um risco de utilização da força.”

- **Terrorismo**

Ainda que não exista consenso no fórum da Nações Unidas sobre a definição de terrorismo, destaca-se uma hipotética definição “académica”, definida por A. Schmid, em

---

<sup>1</sup> Área de Ensino de Estratégia: Aula ministrada ao CEMC 07/08: “A conjuntura actual e as evoluções na Estratégia”. Professor: TCOR Valente Marques, 2008.

<sup>2</sup> Idem.

1988, a qual é referenciada pela própria organização. Optou-se pela manutenção da versão original por forma a não alterar o significado exacto das palavras: *“Terrorism is an anxiety-inspiring method of repeated violent action, employed by (semi-) clandestine individual, group or state actors, for idiosyncratic, criminal or political reasons, whereby - in contrast to assassination - the direct targets of violence are not the main targets. The immediate human victims of violence are generally chosen randomly (targets of opportunity) or selectively (representative or symbolic targets) from a target population, and serve as message generators. Threat- and violence-based communication processes between terrorist (organization), (imperilled) victims, and main targets are used to manipulate the main target (audience(s)), turning it into a target of terror, a target of demands, or a target of attention, depending on whether intimidation, coercion, or propaganda is primarily sought.”* (United Nations Office on Drugs and Crime, 2008).

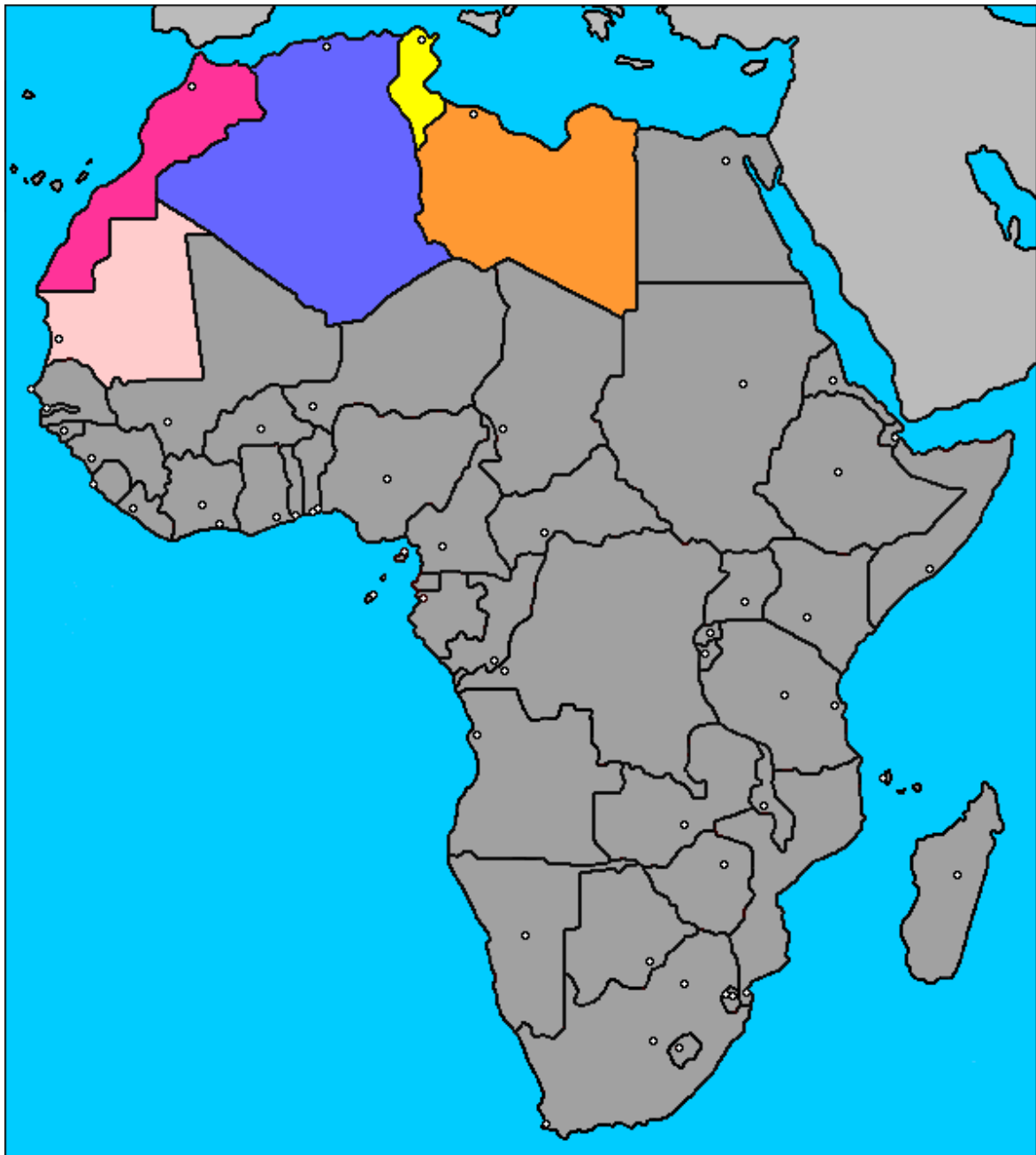
Segundo o Departamento de Defesa Norte-Americano, terrorismo será “O uso ilegal e calculado de violência ou ameaça de violência para gerar medo, com a intenção de coagir ou intimidar governos ou sociedades na perseguição de metas que são genericamente políticas, religiosas ou ideológicas.” (DoD, 2008).

Sousa Lara, na sua definição vai mais além, ao afirmar que o “(...) terrorismo é essencialmente instrumental ou seja um meio e não um fim, que o propósito imediato do terrorismo é criar o pânico, espalhar o medo, generalizar o sentimento de incapacidade nas massas, para que um pequeno grupo que nunca atingiria o poder por vias democráticas , consiga dialogar com o estado e impor-lhe as suas condições, *quando não mesmo substituir o dito estado na sua sede do poder político.*” (Lara, 2007: 43).

## **ANEXO B**

Mapa e figuras temáticas da região do Magrebe





Fonte: Luventicus

**Figura 1: Mapa Geopolítico do Magrebe**



Fonte: Lexicorient

Figura 2: Mapa da Tunísia



Fonte: Lexicorient

Figura 3: Mapa de Marrocos



Fonte: Lexicorient

Figura 4: Mapa da Argélia



Fonte: Lexicorient

Figura 5: Mapa da Líbia





Fonte: Lexicorient

Figura 6: Mapa da Mauritânia e Sahara Ocidental



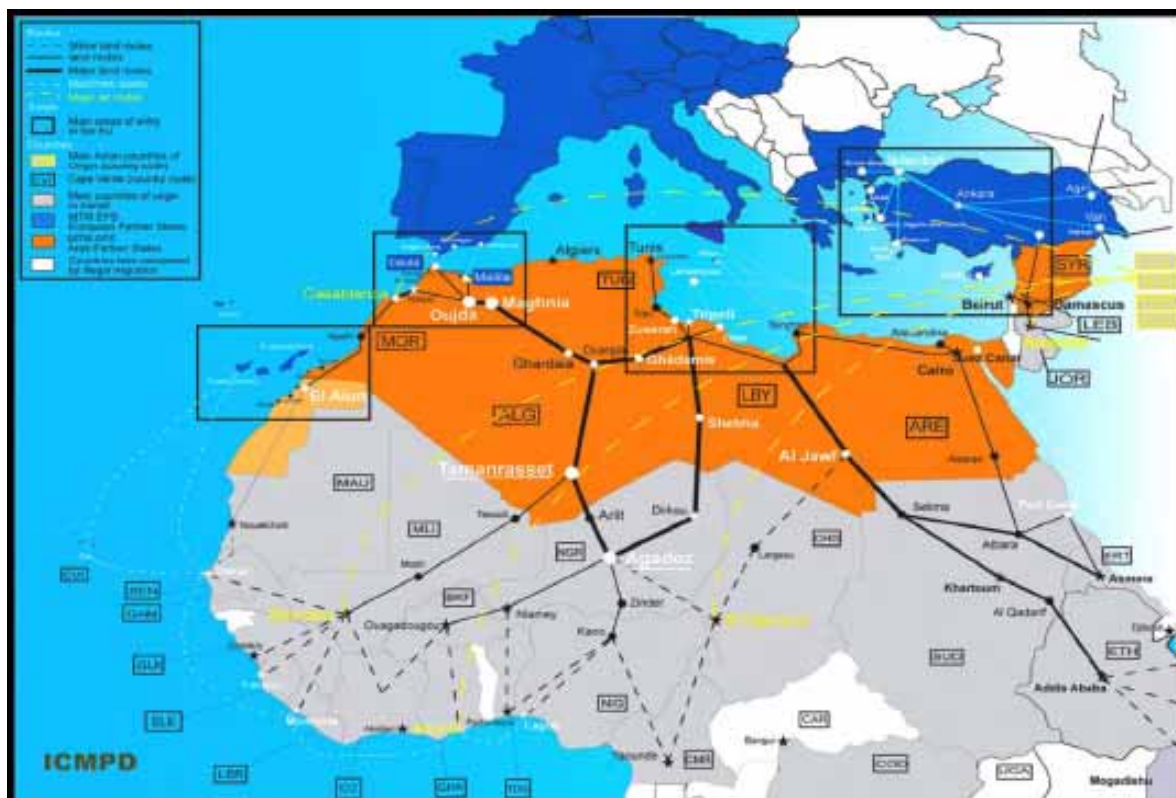
Fonte: Nações Unidas

Figura 7: Mapa Geopolítico do Sahara Ocidental pós-ocupação marroquina



Fonte: The Finnish Institute of International Affairs

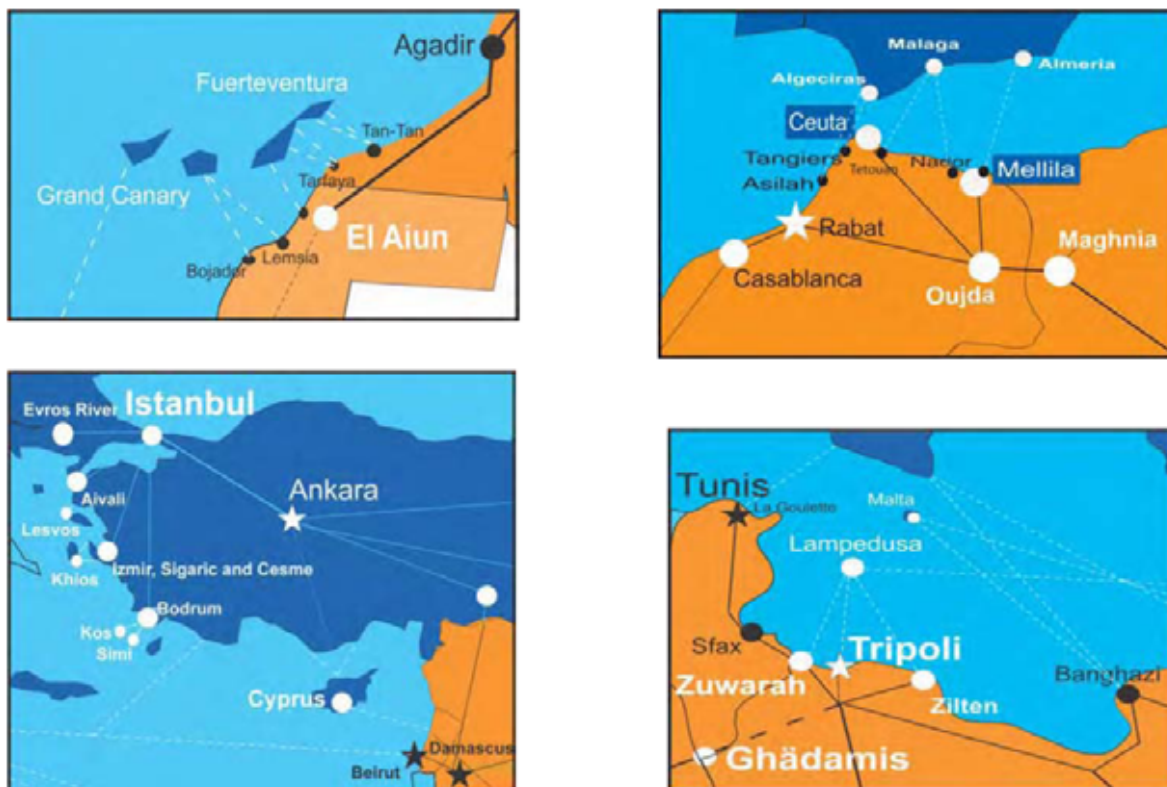
**Figura 8: Mapa da região do Sahel**



Fonte: International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)

**Figura 9: Principais rotas de imigração ilegal do Norte de África**

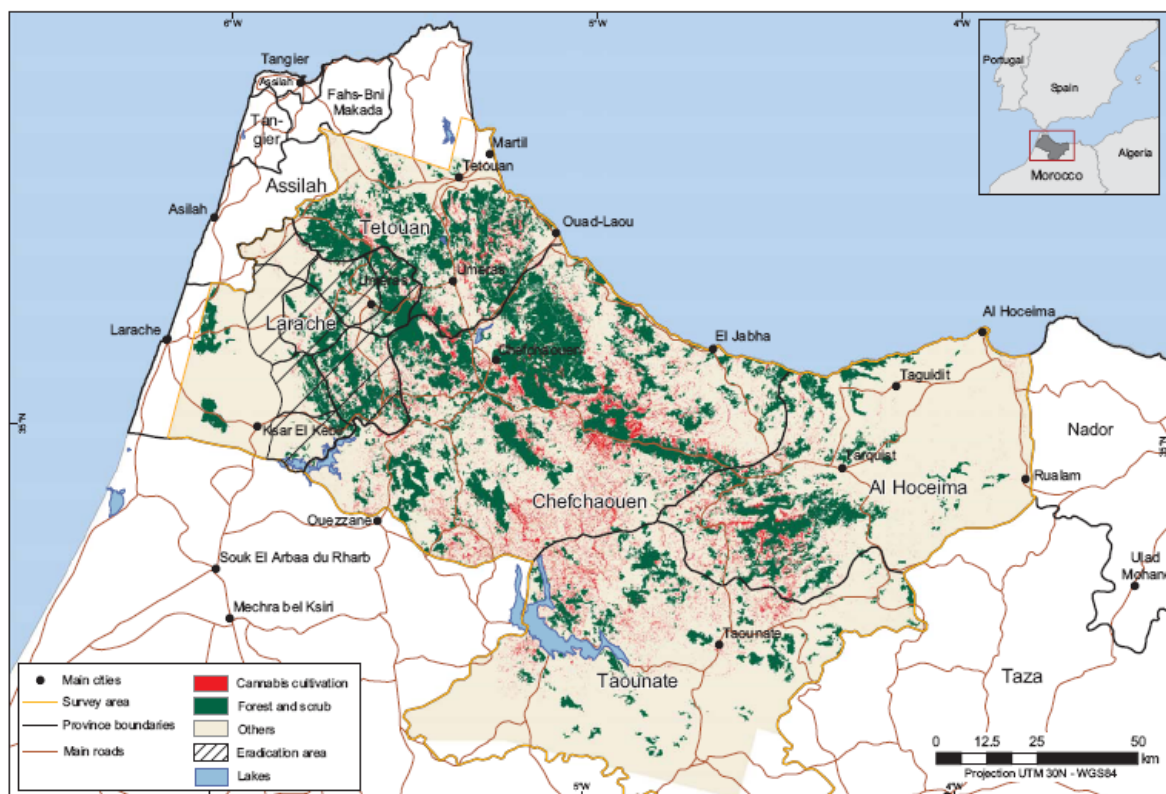




Fonte: International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)

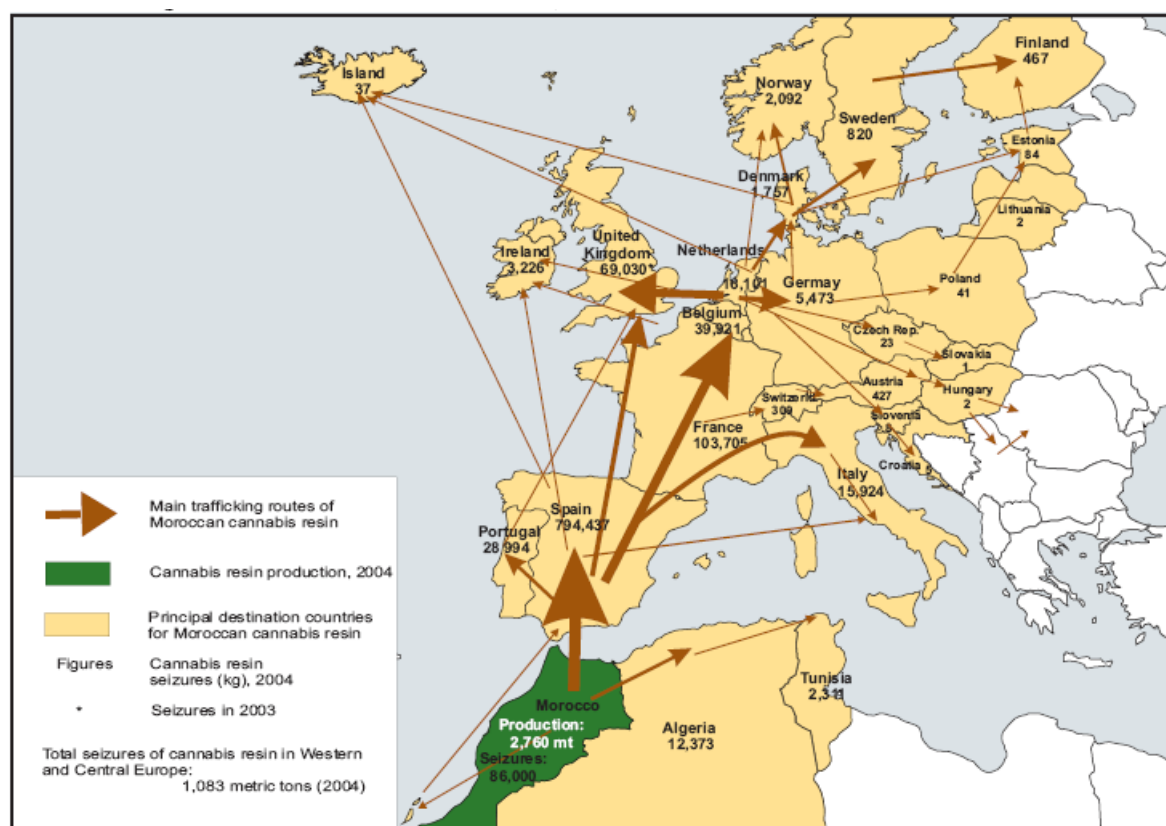
**Figura 10: Principais rotas de imigração ilegal do Mar Mediterrâneo e do Oceano Atlântico**





Fonte: United Nations

**Figura 12: Principais áreas marroquinas de cultivo de Cannabis**



Fonte: United Nations

**Figura 13: Principais rotas de tráfico de resina de Cannabis marroquina em 2004**

## **ANEXO C**

População Muçulmana na Europa e mão-de-obra no Magrebe / Dados  
estatísticos

---

Tabela 1: População Total da União Europeia (Muçulmana) - 2006

País	População Total em 2006 (Milhões)	Percentagem de população Muçulmana	População Muçulmana em 2006 (Milhões)
Alemanha	82,5	3,70%	3,05
Áustria	8,2	2,33%	0,19
Bélgica	10,5	3,62%	0,38
Bulgária	7,7	11,82%	0,91
Chipre	0,8	-	-
Dinamarca	5,4	2,96%	0,16
Eslováquia	5,4	0,02%	0,00108
Eslovénia	2	1,5%	0,03
Espanha	45,5	1,21%	0,55
Estónia	1,3	0,77%	0,01
Finlândia	5,2	0,19%	0,01
França	60,7	10,08%	6,12
Grécia	11,1	1,53%	0,17
Holanda	16,3	5,46%	0,89
Hungria	10,1	0,10%	0,01
Irlanda	4,1	0,01%	0,00041
Itália	59	2,41%	1,42
Letónia	2,3	0,43%	0,01
Lituânia	3,4	0,0%	0,00
Luxemburgo	0,5	2%	0,01
Malta	0,4	1,10%	0,0044
Polónia	38,2	0,10%	0,04
Portugal	10,6	0,47%	0,05
Reino Unido	60,1	2,51%	1,51
República Checa	10,2	0,20%	0,02
Roménia	21,6	1,02%	0,22
Suécia	9	3,11%	0,28
<b>Total</b>	<b>492,1</b>	<b>3,26%</b>	<b>16,05</b>

Nota: Os totais de população muçulmana apresentados na tabela apenas espelham a contabilização efectuada por várias organizações internacionais: *Population Reference Bureau; Cia Fact Sheet; The Library Of Congress: Country Studies; United States Department Of State: Background Notes; Us Department Of State: International Information Program; Holt, Rinehart & Winston: Atlas; Hope For Europe: Resource/Library Section; Utrecht University; Bbc: News; Bbc: Religion And Ethics; Cam International: Fields; Us Center For World Mission.*

Fonte: Muslim Population Worldwide

Tabela 2: População Total (Muçulmana) dos países do Sul da UE - 2006

País	População Total em 2006 (Milhões)	Percentagem de população Muçulmana	População Muçulmana em 2006 (Milhões)
Espanha	45,5	1,21%	0,55
França	60,7	10,08%	6,12
Grécia	11,1	1,53%	0,17
Itália	59	2,41%	1,42
Malta	0,4	1,10%	0,0044
Portugal	10,6	0,47%	0,05
<b>Total</b>	<b>187,3</b>	<b>4,44%</b>	<b>8,31</b>

Fonte: Muslim Population Worldwide

Tabela 3: População magrebina – Estimativas e projecções, 1990 – 2020

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Mauritânia	2	2,6	3,2	–	–	–	–	2,7	–
Marrocos	24.7	29.2	31.5	33.8	38.3	1.7	1.5	1.5	1.3
Tunísia	8.2	9.6	10.1	10.6	11.6	1.5	1.1	1.0	0.9
Argélia	25.3	30.5	32.9	35.4	40.6	1.9	1.5	1.5	1.4
Líbia	4.3	5.3	5.9	6.4	7.5	2.0	2.0	1.9	1.6
<b>Magrebe</b>	<b>64.5</b>	<b>77,2</b>	<b>83,6</b>	<b>86.3</b>	<b>98.1</b>	<b>1.8</b>	<b>1.5</b>	<b>1.5*</b>	<b>1.3</b>

\* - A média total do Magrebe não inclui os valores da Mauritânia

Fonte: The World Bank

Tabela 4: População magrebina entre os 15 e os 64 anos – 1990 / 2020

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Mauritânia	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Marrocos	14.0	18.2	20.2	22.2	25.6	2.7	2.1	1.9	1.5
Tunísia	4.7	6.1	6.8	7.5	8.2	2.6	2.3	1.8	0.9
Argélia	13.5	18.8	21.6	24.2	27.6	3.4	2.8	2.3	1.3
Líbia	2.3	3.4	3.9	4.2	5.0	3.8	2.7	1.9	1.7
<b>Magrebe</b>	<b>34.5</b>	<b>46.4</b>	<b>52.5</b>	<b>58.1</b>	<b>66.5</b>	<b>3.0</b>	<b>2.5</b>	<b>2.1</b>	<b>1.4</b>

Fonte: The World Bank

Tabela 5: Mão-de-obra disponível no Magrebe – 1990 / 2020

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Mauritânia	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Marrocos	7.6	10.2	11.3	12.6	14.8	3.0	2.1	2.2	1.6
Tunísia	2.4	3.2	3.8	4.3	5.0	3.0	3.1	2.7	1.6
Argélia	7.1	10.9	13.2	15.3	18.1	4.4	3.9	3.1	1.7
Líbia	1.2	1.9	2.3	2.7	3.5	4.3	4.0	3.6	2.5
<b>Magrebe</b>	<b>18.3</b>	<b>26.2</b>	<b>30.5</b>	<b>35.0</b>	<b>41.4</b>	<b>3.6</b>	<b>3.1</b>	<b>2.7</b>	<b>1.7</b>

Fonte: The World Bank

Tabela 6: Taxas de desemprego no Magrebe – 2000-05

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Marrocos	13.6	12.5	11.6	11.4	10.8	11
Tunísia	15.7	15.1	15.3	14.5	14.2	14.2
Argélia	29.5	27.3	25.7	23.7	17.7	15.3
Mauritânia	–	–	–	–	–	–
Líbia	–	–	–	–	–	–

Fonte: The World Bank



Tabela 7: Taxas de participação da mulher e sua evolução na mão-de-obra disponível

	Labor force participation rate for women			Annual % change in labor force participation rate		
	1990	2000	2005	Women		Men
				1990-2000	2000-05	2000-05
Resource-poor, labor-abundant	26	24	25	-0.8	0.4	0.1
West Bank and Gaza	10	11	11	1.3	0.0	-0.3
Egypt, Arab Republic of	28	21	22	-2.5	0.1	0.2
Morocco	26	29	29	1.1	0.0	-0.1
Jordan	19	26	29	3.4	2.1	0.3
Tunisia	22	27	31	2.2	2.6	0.1
Lebanon	34	33	36	-0.3	1.4	0.2
Djibouti	58	56	55	-0.3	-0.4	0.0
Resource-rich, labor-abundant	23	31	36	3.0	3.0	0.1
Iraq	16	20	21	1.9	1.3	0.0
Yemen, Republic of	29	29	31	0.3	0.9	0.0
Algeria	24	33	38	3.3	3.0	0.2
Syrian Arab Republic	30	36	40	2.0	1.9	0.6
Iran, Islamic Republic of	22	33	41	4.0	4.1	0.0
Resource-rich, labor-importing	19	23	26	1.8	2.5	0.0
Saudi Arabia	16	17	18	0.6	1.8	-0.1
Oman	16	21	24	2.7	2.8	-0.3
Bahrain	29	31	31	0.6	-0.2	0.0
Libya	20	28	34	3.5	3.8	0.5
Qatar	30	34	37	1.1	1.9	0.0
United Arab Emirates	26	36	39	3.3	1.8	-0.2
Kuwait	36	45	50	2.4	2.3	0.0

Fonte: The World Bank

Tabela 8: Taxas de desemprego por género

	Female unemployment rates			Male unemployment rates			Gender parity rate <sup>b</sup>	
	2000	2006	Annual growth	2000	2006	Annual growth	2000	2006
Algeria	31.4	21.3	-12.1	26.6	19.8	-9.4	1.2	1.1
Bahrain	2.0	3.2	13.0	4.2	3.1	-7.4	0.5	1.0
Egypt, Arab Republic of	27.6	18.6	-4.6	7.0	4.7	-4.9	3.9	4.0
Iran, Islamic Republic of	16.8	18.0	1.4	13.8	10.3	-5.7	1.2	1.7
Jordan	20.6	25.9	5.9	13.6	12.8	-1.5	1.5	2.0
Morocco <sup>c</sup>	26.7	24.8	-1.5	19.8	16.3	-3.8	1.3	1.5
Syrian Arab Republic	15.2	28.3	16.8	6.0	9.0	10.7	2.5	3.1
Tunisia	15.9	17.2	4.0	15.1	12.9	-7.6	1.1	1.3
United Arab Emirates	2.2	2.7	5.6	3.2	4.5	9.2	0.7	0.6
West Bank and Gaza	12.3	22.3	12.5	14.7	23.7	10.1	0.8	0.9

Source: World Bank staff estimates based on ILO (2005, 2006a); and national sources.

a. Earliest and most recent available for the period.

b. Gender parity rate is defined as the ratio of female to male unemployment rates. In the case of West Bank and Gaza and the United Arab Emirates only, male workers have higher unemployment rates (gender parity less than one).

c. Morocco: urban areas only.

Fonte: The World Bank

**Tabela 9: Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto dos países do Médio Oriente e Norte de África (MENA\*), 1996 – 2006**

(percentage per year)					
Country	1996–99	2000–03	2004	2005	2006*
MENA region (including Iraq)	—	4.0	6.5	5.9	6.2
MENA (excluding Iraq)	3.6	4.6	5.9	5.9	6.3
<i>By resource-based classification</i>					
Resource-poor, labor-abundant	4.7	3.9	4.8	3.8	5.6
Djibouti	-0.7	2.1	3.8	3.2	4.2
Egypt, Arab Republic of	5.2	3.8	4.2	4.6	6.9
Jordan	2.9	4.9	6.4	7.3	6.3
Lebanon	2.6	3.4	6.3	1.0	-5.5
Morocco	4.2	4.0	4.2	1.7	7.3
Tunisia	5.9	4.2	6.0	4.2	5.3
West Bank and Gaza	—	-6.4	6.2	6.0	-12.0
Resource-rich	3.2	4.8	6.2	6.6	6.5
Resource-rich, labor-abundant (incl. Iraq)	—	2.8	7.3	4.6	4.3
Resource-rich, labor-abundant (excl. Iraq)	3.6	5.0	4.9	4.6	4.3
Algeria	3.1	4.1	5.2	5.3	1.4
Iran, Islamic Republic of	4.0	5.8	5.1	4.4	5.8
Iraq	—	-16.6	46.5	3.7	4.0
Syrian Arab Republic	4.1	3.4	3.9	4.5	5.1
Yemen, Republic of	5.5	4.0	2.6	3.6	3.9
Resource-rich, labor-importing	3.3	4.7	6.9	7.5	7.5
Bahrain	4.3	5.6	5.4	6.9	7.0
Kuwait	1.9	5.9	6.2	8.5	6.2
Libya	1.6	4.8	6.2	6.4	6.1
Oman	3.4	4.4	5.6	5.6	6.4
Qatar	11.6	7.1	11.4	11.0	12.1
Saudi Arabia	2.7	3.3	5.2	6.6	5.8
United Arab Emirates	5.2	7.1	9.7	8.5	10.7
<i>By geographic subregion</i>					
Maghreb	3.2	4.2	5.8	5.1	5.0
Mashreq (excluding WBG, Iraq)	3.2	3.7	5.7	3.7	1.4
GCC	3.5	4.7	6.7	7.5	7.4
Other	4.6	4.8	4.6	4.5	6.2
<i>By oil-trade group</i>					
Oil-exporting countries (excluding Iraq)	3.6	4.7	6.0	6.4	7.0
Oil-importing countries (excluding WBG)	3.7	4.0	5.6	2.6	4.0
<i>Comparator regions</i>					
MENA (excl. Iraq)	3.6	4.6	5.9	5.9	6.3
All developing countries	4.0	4.5	7.3	6.6	6.9
East Asia and the Pacific	6.2	7.7	9.1	9.0	9.1
Europe and Central Asia	2.0	4.7	7.2	6.0	6.4
Latin America and the Caribbean	3.0	1.3	6.0	4.5	5.0
South Asia	5.7	5.1	6.0	8.1	6.2
Sub-Saharan Africa	3.4	3.7	5.2	5.5	5.2

Nota \*: MENA - *Middle East and North Africa*

Fonte: The World Bank



**Tabela 10: Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* dos países do Médio Oriente e Norte de África (MENA\*), 1996 – 2006**

(percentage per year)					
Country	1996–99	2000–03	2004	2005	2006*
MENA region (including Iraq)	—	1.9	4.4	3.6	4.0
MENA (excluding Iraq)	1.7	2.6	3.9	4.0	4.2
<i>By resource-based classification</i>					
Resource-poor, labor-abundant	2.7	2.0	3.1	2.1	3.6
Djibouti	-3.2	0.0	2.0	1.4	2.4
Egypt, Arab Republic of	3.3	1.8	2.2	2.6	4.4
Jordan	0.1	1.9	6.0	4.6	3.9
Lebanon	0.6	2.1	5.0	-0.3	-6.7
Morocco	1.6	2.3	2.9	0.7	6.3
Tunisia	4.2	3.0	4.8	3.0	4.1
West Bank and Gaza	—	-9.6	2.4	2.4	-16.2
Resource-rich	1.4	2.7	4.1	4.4	4.3
Resource-rich, labor-abundant (incl. Iraq)	—	0.8	5.2	2.5	2.3
Resource-rich, labor-abundant (excl. Iraq)	1.9	3.1	3.1	2.9	2.5
Algeria	1.5	2.6	3.6	3.7	-0.2
Iran, Islamic Republic of	2.5	4.4	3.7	3.1	4.5
Iraq	—	-19.4	41.6	0.3	0.7
Syrian Arab Republic	1.4	0.9	1.6	2.1	2.7
Yemen, Republic of	2.6	0.9	-0.5	0.7	0.6
Resource-rich, labor-importing	0.4	1.5	3.6	4.2	4.2
Bahrain	1.2	3.4	3.4	4.6	4.9
Kuwait	-2.0	2.5	3.5	5.4	3.6
Libya	-0.4	2.7	6.0	6.2	6.0
Oman	0.9	1.6	3.2	3.1	3.9
Qatar	8.5	4.4	9.0	8.6	9.7
Saudi Arabia	0.0	0.5	2.1	3.6	2.9
United Arab Emirates	-0.9	-0.3	3.2	1.2	3.3
<i>By geographic subregion</i>					
Maghreb	1.5	2.7	5.3	3.6	3.6
Mashreq (excluding WBG, Iraq)	0.7	1.3	3.5	1.5	-0.6
GCC	0.4	1.4	3.3	4.0	4.0
Other	2.7	2.9	2.9	2.6	4.1
<i>By oil-trade group</i>					
Oil-exporting countries (excluding Iraq)	1.7	2.5	4.0	4.2	4.7
Oil-importing countries (excluding WBG)	1.9	2.3	5.6	1.6	2.6
<i>Comparator regions</i>					
MENA (excl. Iraq)	1.7	2.6	3.9	4.0	4.2
All developing countries	2.5	3.1	5.9	5.3	5.7
East Asia and the Pacific	5.1	6.8	6.2	8.1	6.2
Europe and Central Asia	1.9	4.7	7.3	6.0	6.4
Latin America and the Caribbean	1.4	-0.2	4.4	3.2	3.7
South Asia	3.7	3.4	6.3	6.3	6.6
Sub-Saharan Africa	0.9	1.3	2.8	3.3	3.2

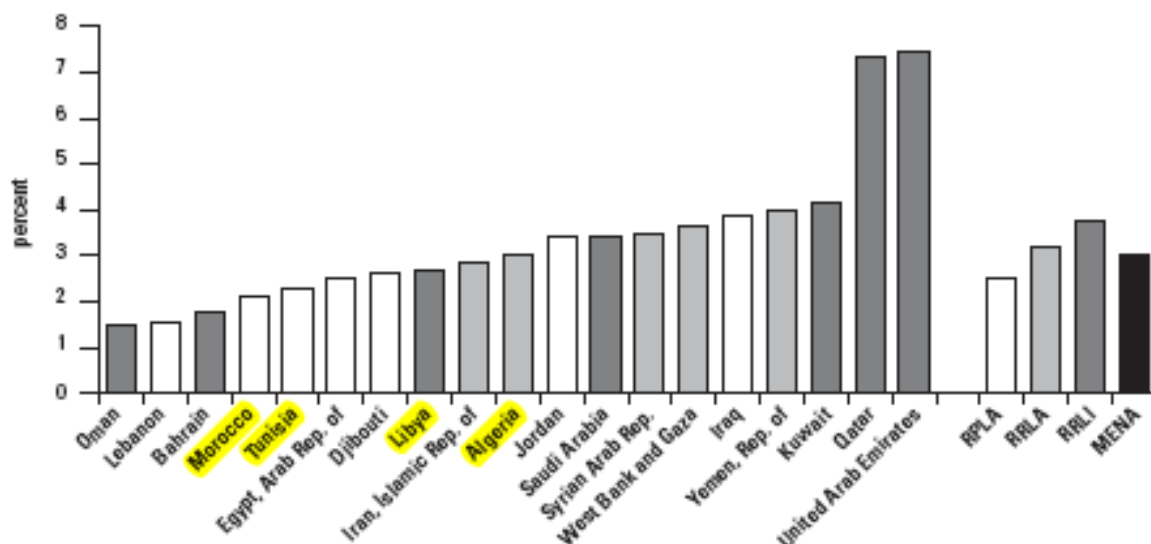
Nota \*: MENA - *Middle East and North Africa*

Fonte: The World Bank

Tabela 11: Projecção da população jovem (15-24 anos) até 2020

Country	Million people					Growth per year (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990-2000	2000-05	2005-10	2010-20
MENA	134.2	184.5	213.9	241.6	291.2	3.2	3.0	2.5	1.9
<i>By resource-based classification</i>									
Resource-poor, labor abundant	54.0	71.4	80.7	89.6	106.3	2.8	2.5	2.1	1.7
Djibouti	0.3	0.4	0.4	0.5	0.6	2.7	2.5	2.2	2.3
Egypt, Arab Republic of	30.7	40.1	45.7	50.7	60.6	2.7	2.6	2.1	1.6
Jordan	1.6	2.9	3.4	3.9	5.0	5.9	3.4	2.7	2.6
Lebanon	1.6	2.1	2.3	2.5	2.8	2.8	1.5	1.7	1.2
Morocco	14.0	18.2	20.2	22.2	25.6	2.7	2.1	1.9	1.5
Tunisia	4.7	6.1	6.6	7.5	8.2	2.6	2.3	1.8	0.9
West Bank and Gaza	1.1	1.6	1.9	2.3	3.3	3.9	3.9	3.7	3.7
Resource-rich	80.2	113.1	133.2	152.2	185.0	3.5	3.3	2.7	2.0
Resource-rich, labor abundant	64.4	90.9	106.4	121.5	146.3	3.5	3.2	2.7	1.9
Algeria	13.5	18.6	21.6	24.2	27.6	3.4	2.8	2.3	1.3
Iran, Islamic Republic of	29.3	40.0	46.4	52.2	58.5	3.2	3.0	2.4	1.1
Iraq	9.7	13.7	16.2	18.9	25.1	3.5	3.5	3.1	2.9
Syrian Arab Republic	6.3	9.5	11.4	13.2	16.9	4.2	3.7	2.9	2.5
Yemen, Republic of	5.6	8.9	10.6	13.0	18.2	4.7	4.0	3.8	3.4
Resource-rich, labor-importing	15.8	22.2	26.7	30.7	36.7	3.5	3.8	2.8	2.3
Bahrain	0.3	0.5	0.5	0.6	0.7	3.6	1.8	2.5	1.6
Kuwait	1.3	1.6	2.0	2.2	2.7	2.0	4.2	2.5	2.0
Libya	2.3	3.4	3.9	4.2	5.0	3.8	2.7	1.9	1.7
Oman	1.0	1.5	1.6	1.9	2.3	4.2	1.5	2.8	2.2
Qatar	0.3	0.4	0.6	0.7	0.8	2.8	7.3	1.7	1.5
Saudi Arabia	9.2	12.4	14.7	17.2	22.3	3.1	3.4	3.2	2.6
United Arab Emirates	1.3	2.4	3.5	3.9	4.9	6.5	7.5	2.6	2.1
<i>By geographic sub-region</i>									
Maghreb	34.5	46.4	52.5	58.1	66.5	3.0	2.5	2.1	1.4
Mashreq	20.3	29.6	35.2	40.6	53.2	3.9	3.4	3.0	2.7
GCC	13.5	18.9	22.9	26.5	33.7	3.4	3.9	2.9	2.4
Other	65.9	89.4	103.3	116.4	137.9	3.1	2.9	2.4	1.7
<i>By oil-trade group</i>									
Oil-exporting countries	110.9	153.3	178.6	202.9	245.6	3.3	3.1	2.6	1.9
Oil-importing countries	23.3	31.2	35.1	38.9	45.7	3.0	2.3	2.1	1.6

Fonte: The World Bank

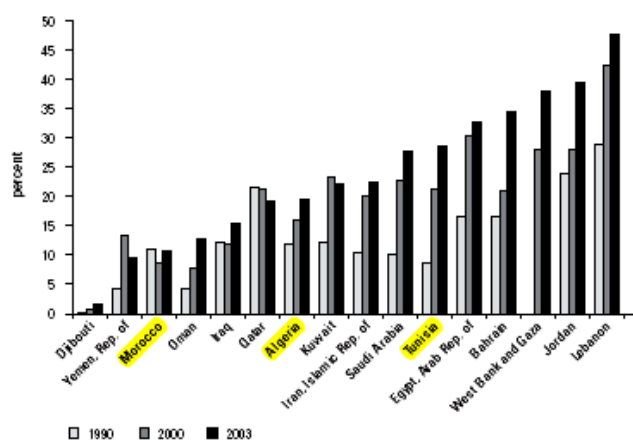


Nota 1: RPLA = resource-poor, labor-abundant; RRLA = resource-rich, labor-abundant; RRLI = resource-rich, labor-importing.

Nota 2: MENA – Middle East and North Africa.

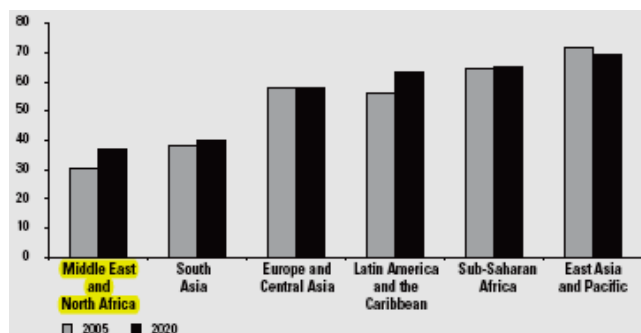
Fonte: The World Bank

**Gráfico 1: Crescimento anual da população em idade de trabalho (15-64) no Norte de África e Médio Oriente – 2000/2005**



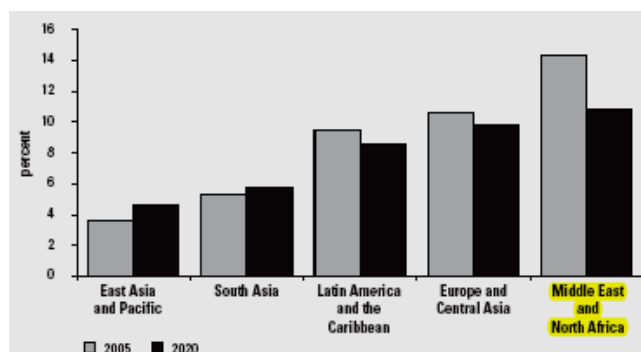
Fonte: The World Bank

**Gráfico 2: Percentagem de indivíduos com formação superior na mão-de-obra disponível**



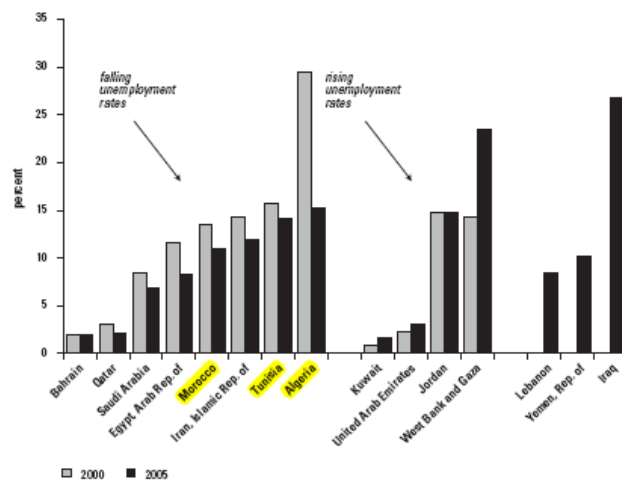
Fonte: The World Bank

Gráfico 3: Percentagem do universo total feminino que contribui para a mão-de-obra disponível



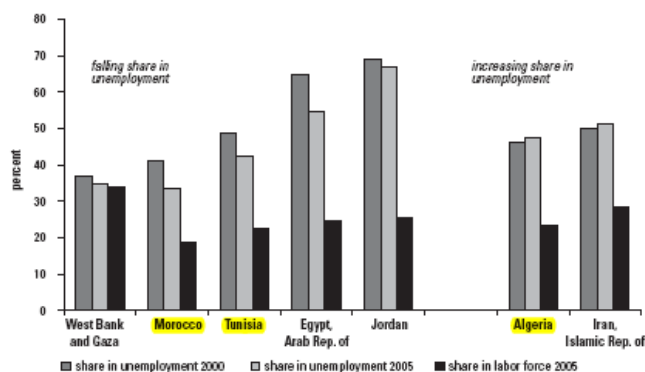
Fonte: The World Bank

Gráfico 4: Taxas de desemprego por região



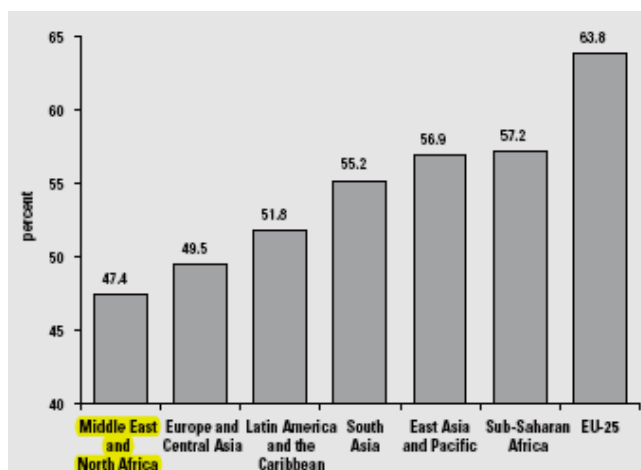
Fonte: The World Bank

Gráfico 5: Taxas de desemprego nos países das regiões do Médio Oriente e Norte de África



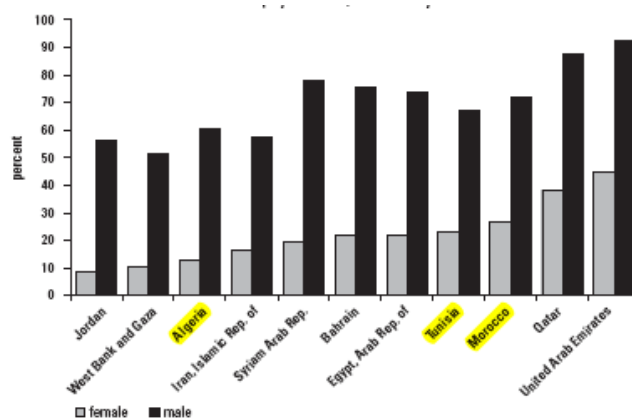
Fonte: The World Bank

**Gráfico 6: Percentagem da população jovem activa (15-24 anos) desempregada em 2000 e 2005 / percentagem da população jovem activa que em 2005 fazia parte do total da mão-de-obra empregada**



Fonte: The World Bank

**Gráfico 7: Percentagem de população empregada em relação ao total populacional em idade de trabalho – 2000/2005**



Fonte: The World Bank

**Gráfico 8: Taxas de emprego homem/mulher no período 2003-2006**

## **APÊNDICE A**

Análise geopolítica e geoestratégica dos países da União do Magrebe Árabe /  
Factores estruturantes

---

O actual interesse da União Europeia (UE) na região do Norte de África e em particular nos países do Magrebe consubstancia-se essencialmente no desenvolvimento de diversos programas e parcerias nos planos político-diplomático, económico e sócio-cultural.

Decorrente da abordagem definida pela UE, serão analisados os casos específicos de cada um dos cinco estados que constituem a União do Magrebe Árabe (UMA), de forma a retirar algumas ilações que permitam apoiar o desenvolvimento da presente investigação.

## **1. Factor político-diplomático**

### **a. Argélia**

De acordo com dados da UE, apesar de este país ter um sistema semi-presidencial, a realidade mostra que o poder está nas mãos do Presidente Bouteflika. As últimas eleições presidenciais, ocorridas em 2004, mostraram melhorias na transparência do sistema político, contudo prepara-se uma emenda constitucional por forma a permitir um terceiro mandato do actual Presidente. O Parlamento argelino é bicamaral, sendo que o partido da aliança presidencial domina ambas as câmaras (European Commission, 2007a: 5). A chefia do governo é endossada por determinação do Chefe de Estado, pelo que na prática as políticas governamentais correspondem aos objectivos da Presidência, sendo que as câmaras parlamentares, dominadas pelos partidos que apoiam a presidência, anuem constantemente nas políticas. De realçar ainda que o Presidente vê os seus poderes reforçados através da possibilidade de legislar<sup>1</sup>.

A Constituição argelina garante o pluralismo e as liberdades fundamentais, contudo torna-se problemático colocá-los em prática, dada a instabilidade existente desde 1992. De facto, desde esse ano, aquando da instauração do estado de emergência derivado do terrorismo, e de actos legislativos subsequentes, não só os partidos políticos<sup>2</sup> são controlados e apenas autorizados a exercer a sua actividade pelo Ministério do Interior<sup>3</sup>, como também, os actos e actividades de cariz político ou societário carecem de autorização ministerial prévia à sua realização. Deste modo, o estado de emergência tornou-se numa ferramenta que impede os partidos da oposição de desenvolverem actividades conducentes a resultados remuneradores em termos eleitorais.

---

<sup>1</sup> Exemplo: Sector dos hidrocarbonetos, ou em questões relativas à nacionalidade.

<sup>2</sup> Existem mais de 50 partidos na Argélia, contudo a maioria só se destaca nos períodos eleitorais. Pouco mais do que dez partidos têm expressão e actividade permanente.

<sup>3</sup> Lei aprovada em 1997, que determina a aprovação de partidos políticos pelo Ministério do Interior – “*Act on Political Parties*”.

Também outras instituições e actividades, ainda que tendo melhorado nos últimos anos através da ajuda da UE, têm sofrido dos efeitos do controlo político constante. O poder judicial não obteve ainda uma independência total, principalmente no que concerne às decisões sobre as actividades jornalísticas, liberdade de expressão, e à prisão preventiva<sup>4</sup> (European Commission, 2007a: 6).

A corrupção e lavagem de dinheiro também é um facto preocupante derivado de algum descontrolo estatal por falta de especialistas no combate a este tipo de crime, o qual é complementarmente acentuado pelas actividades desenvolvidas pelos grupos terroristas.

A liberdade de imprensa é garantida por lei, contudo o estado controla as principais instituições e exerce alguma censura à liberdade de expressão (IFEX, 2007?)<sup>5</sup>. Também a liberdade religiosa<sup>6</sup>, e outros direitos fundamentais, são na prática objecto de controlo e discriminação por parte do estado, inclusivamente através de actos legislativos que se traduzem nas disposições legais por vezes contraditórias e restritivas (ICL, 2004)<sup>7</sup>.

No âmbito internacional, a Argélia tem feito um esforço por se integrar nas principais organizações, tendo assinado os principais tratados e convenções. No que respeita à região mediterrânica, a Argélia é membro da UMA, da União Africana, aderiu ao Diálogo do Mediterrâneo com a NATO, Iniciativa 5+5, Diálogo do Mediterrâneo com a OSCE, NEPAD e ainda faz parte da Parceria Euro-mediterrânica. De acordo com a UE, a Argélia tem cooperado no programa de combate à proliferação de armas de destruição massiva, colaborando com os EUA no campo nuclear, sendo também um dos poucos países a ter eliminado o *stock* de minas anti-pessoal. Relativamente a uma das principais ameaças para a Europa, o terrorismo, a Argélia é um país bastante activo, cooperando com os países ocidentais em vários *fóruns*, e de que a designada “*Trans-Saharan Counter Terrorism Initiative*” é exemplo.

Por último, a Argélia não tem conflitos com os seus vizinhos apesar de existirem tensões relativas a domínio territorial ainda latentes. No plano político, a questão do Sahara Ocidental continua a marcar a dificuldade no relacionamento com o Reino Marroquino, inibindo o desenvolvimento da principal instituição de desenvolvimento regional, a UMA.

---

<sup>4</sup> O governo ainda exerce um papel relevante nesta área, através do Gabinete do Ministério Público, a qual cai na sua esfera de influência.

<sup>5</sup> O governo exerce pressão sobre a imprensa através de uma emenda introduzida no código penal argelino (Junho de 2001), aumentando a penalização contra actos difamatórios sobre a Presidência, o Profeta, membros do Governo ou do Parlamento e ainda Militares.

<sup>6</sup> O artigo 36 da Constituição argelina garante que a liberdade de culto e de opinião são invioláveis, contudo o artigo 2 afirma que o Islão deve ser a religião do estado (ICL, 2004).

<sup>7</sup> O artigo 29 da Constituição estabelece a igualdade de direitos dos cidadãos, enquanto o código da família argelino estabelece um papel inferior para a mulher.



## **b. Marrocos**

Marrocos é actualmente uma monarquia constitucional, na qual a autoridade suprema reside na pessoa do Rei<sup>8</sup> Mohamed VI, o qual subiu ao trono em 1999, após a morte de seu pai, o Rei Hassan II. De acordo com a União Europeia, o actual Rei tem sido o principal responsável pelo lançamento de uma série de reformas internas.

No que concerne ao poder legislativo, as revisões constitucionais de 1992 e de 1996 consolidaram alguns poderes independentes do parlamento ainda que relativamente limitados, e confirmaram o sistema parlamentar bicamaral<sup>9</sup> (European Commission - External Relations DG, 2007: 8).

Nestes últimos anos foram lançadas inúmeras iniciativas com vista à modernização do estado, democratização e reconciliação nacional, sobretudo através da Instância para a Igualdade e Reconciliação<sup>10</sup>; lei dos partidos políticos<sup>11</sup>; lei de liberalização do sector audiovisual; lei contra a tortura; e a promoção do desenvolvimento económico e social, em particular a iniciativa nacional de desenvolvimento humano, da condição da mulher e da luta contra a pobreza (Commission of the European Communities, 2006a: 2), e ainda eleições locais e nacionais mais credíveis e transparentes<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> O Rei preside ao Conselho de Ministros; nomeia o Primeiro-Ministro no seguimento das eleições legislativas; nomeia os membros do governo tendo em conta as recomendações do Primeiro-Ministro; tem o poder discricionário de demitir qualquer ministro; pode dissolver o parlamento; convoca eleições; pode legislar por decreto; comanda as Forças Armadas e é o líder religioso marroquino.

<sup>9</sup> O sistema legislativo marroquino consiste numa câmara baixa, designada por Câmara dos Representantes e que deriva da eleição popular, e numa câmara alta, designada por Câmara dos Conselheiros, indirectamente eleita por vários conselhos locais, regionais e profissionais. Os conselhos derivam da eleição directa popular. Os poderes do parlamento, apesar de limitados, foram expandidos ao abrigo das revisões constitucionais de 1992 e 1996, passando a incluir assuntos orçamentais, autoridade para aprovação e ainda a constituição de comissões de inquérito aos actos do governo. A câmara baixa passou a ter o poder de fazer cair o governo.

<sup>10</sup> Em 2005, o Rei marroquino determinou a constituição de uma comissão destinada a investigar os abusos dos direitos humanos das últimas décadas. Entre os membros da comissão constituída, estavam antigos presos políticos e activistas dos direitos humanos, que conseguiram a exposição pública dos actos de violação de direitos. Ainda que criticada pela não identificação dos eventuais violadores de direitos humanos, a comissão revelou-se como um instrumento totalmente inovador e de referência em todo o mundo muçulmano (International Republican Institute, 2007). Foram fixados alguns objectivos, dos quais se destacam: clarificação dos factos reportados, reparação das violações, reabilitação das vítimas e promoção e realização da reconciliação.

<sup>11</sup> Adoptada em 2005, introduziu melhoramentos, especialmente nas regras que consubstanciam a criação de partidos políticos e a atribuição de fundos públicos. Manteve os princípios da proporcionalidade e a regra que garantiu nas eleições de 2002 uma lista de 30 lugares na câmara baixa destinados exclusivamente às mulheres.

<sup>12</sup> Nas eleições de Setembro de 2002 os dois partidos mais importantes, a União Socialista das Forças Populares (USFP) e o Partido Conservador Istiqlal (também conhecido como Partido da Independência) formaram uma coligação. Como principal partido da oposição surgiu o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), que assenta a sua fundamentação política no Islão democrático. Actualmente, o Primeiro-Ministro marroquino pertence ao Partido Istiqlal, o qual venceu as eleições de 2007, garantindo 52 lugares dos 352 disponíveis. O Partido da União Socialista das Forças Populares (USFP) passou de partido mais votado em 2002 para o quinto mais votado, contudo faz parte da coligação governamental em consequência das eleições de 2007.

Muitas destas reformas políticas, que visam melhorar a transparência, representam passos positivos rumo a uma melhor governação em Marrocos, contudo existem áreas em que o estágio de evolução carece ainda de muito desenvolvimento, como será o caso da corrupção que parece ser transversal à sociedade marroquina<sup>13</sup> (European Commission - External Relations DG, 2007: 8). De facto, Marrocos tem ainda um longo caminho a percorrer rumo à democracia, ao respeito pelos direitos humanos, à boa governação e consolidação da lei. É impreterível completar a ferramenta legislativa e adoptar as leis relevantes à sua implementação. É ainda necessário melhorar a capacidade operacional das agências especializadas na protecção dos direitos dos cidadãos e disseminar uma cultura genuína de respeito pelos direitos humanos (European Commission - External Relations DG, 2007: 9).

Em termos de relações políticas bilaterais com a UE, o diálogo tem melhorado e tem sido cada vez mais aberto, especialmente através da ferramenta de Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)<sup>14</sup>. Marrocos foi o primeiro país a nomear um ponto de contacto com a Comissão Europeia e está a favor da intensificação do diálogo com o Comité Político e de Segurança (PSC) da União. Faz parte integrante da operação militar ALTHEA, liderada pela UE na Bosnia-Herzegovina, e tem cooperado de perto com a UE na luta contra o terrorismo (Commission of the European Communities, 2006a: 4).

No âmbito das iniciativas políticas de cooperação regional, e mais especificamente no seio da União do Magrebe Árabe, da qual Marrocos faz parte integrante desde a sua criação, constata-se a relativa falta de interesse participativo, condicionando o regular funcionamento da mesma. A questão do Sahara Ocidental e o seu reconhecimento por parte da União Africana (UA), mas também o apoio prestado pela Argélia às intenções independentistas do povo *Saharawi* revelam aqui uma importância acentuada e que levou inclusivamente Marrocos a sair da UA e a manter um grande distanciamento político em relação ao seu vizinho argelino.

Noutros processos de cariz regional, constata-se que Marrocos tem estado muito mais activo, sendo exemplo a sua participação no processo da Iniciativa 5+5 e no âmbito da NATO, através do Diálogo do Mediterrâneo.

---

<sup>13</sup> A lei anti corrupção já foi adoptada em Marrocos, ainda que este país não tenha ratificado a convenção das Nações Unidas contra a corrupção (Commission Of The European Communities, 2006a: 3). De acordo com o relatório *Transparency International*, Marrocos cotou-se em 2007 no 72º lugar, entre 179 países avaliados.

<sup>14</sup> Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) - Faz parte do pilar europeu de segurança comum. Formalmente, a responsabilidade nesta área cabe ao Conselho Europeu, ainda que o Alto Representante da Política Externa de Segurança Comum (PESC) tenha um papel de relevo, preparando e examinando a documentação antes de ser apresentada ao Conselho Europeu.

Ainda no plano político-diplomático, convirá realçar a parceria estratégica que tem existido com os Estados Unidos. A agenda bilateral inclui o combate ao terrorismo, de que se destaca o crescente interesse nas instáveis regiões do Sahel e do Sahara, e para as quais, Marrocos se constitui como um importante aliado dos EUA. Também a questão do Sahara Ocidental, para a qual Marrocos espera uma resolução favorável através de um apoio implícito dos EUA, bem como o importante acordo de comércio livre estabelecido em 2004<sup>15</sup> entre os dois países vem relevar a importância desta parceria.

Relativamente a Espanha, será ainda importante reter a questão de Ceuta e Mellila, cidades que têm frequentemente originado algum atrito entre os dois países. Ainda que os governos se contenham nas palavras, é um facto que a posse destas duas cidades é considerada ao sul como o último resquício do colonialismo europeu. O tema actual da emigração ilegal, que encontra uma porta para a Europa através destas duas cidades, ou as queixas constantes relativas à pesca ilegal espanhola têm também contribuído para um arrefecimento e distanciamento nas relações entre os dois estados. Talvez as recentes e oportunas declarações de entidades espanholas, reconhecendo que a resolução do Sahara Ocidental passa por um estatuto de autonomia alargada, venham permitir refrear as hostilidades por alguns anos.

### **c. Sahara Ocidental**

A questão do Sahara Ocidental encontra-se actualmente num impasse político, condicionando as relações entre os estados da região magrebina e atrasando o objectivado para o processo de integração da União do Magrebe Árabe. A “amnésia” internacional acerca deste conflito sem fim, parece dar razão ao tempo, e a resolução do problema sê-lo-á mais por cansaço induzido, persistência e inculturação marroquina sobre o povo Saharawi do que por uma solução encontrada na letra da lei internacional, e que possa ser implementada.

O cessar-fogo estabelecido em 1991 tem permitido silenciar a confrontação militar entre o braço armado da *République Arabe Saharouie Démocratique (RASD)*<sup>16</sup>, a designada Frente Polisário, e o Reino de Marrocos, mas não resolveu o conflito (International Crisis Group, 2007: 1). As repetidas falhas na organização de um referendo que possa ser encarado por ambas as partes como justo e representativo do Povo Saharawi,

---

<sup>15</sup> O acordo estabelecido em 2004 entre os EUA e Marrocos eliminou 95% das tarifas de comércio existentes entre os dois países.

<sup>16</sup> A RASD foi aceite na União Africana em 1982 e reconhecida por 60 estados. Em virtude deste reconhecimento, Marrocos abandonou esta organização, situação que se mantém até à actualidade.

mas que também guarneça os interesses, especialmente de Marrocos e Argélia, parecem indicar que provavelmente não será este o caminho que a comunidade internacional irá escolher para sair deste impasse.

Existem três factos que actualmente caracterizam a crise latente e que determinam a impossibilidade de concertação de vontades que satisfaça minimamente os contendores: a perda de poder e de influência da Frente Polisário<sup>17</sup>, a relativa obsolescência dos mecanismos judiciais internacionais, e ainda a irredutibilidade das posições antagónicas marroquina e argelina e para a qual a comunidade internacional não parece ter uma solução (Ammour, 2006: 1).

O declínio político e populacional da Frente Polisário parece perspectivar que a solução final para o território passará por um estatuto de autonomia bastante alargada, ainda que sob soberania marroquina. Complementarmente, o povo Saharawi residente no território, actualmente em minoria<sup>18</sup>, parece cada vez mais anuir na solução de autonomia alargada, ainda que a RASD e a Frente Polisário, apoiadas pela Argélia e pelos refugiados<sup>19</sup> dos campos de Tindouf<sup>20</sup> sejam por agora completamente opostos a tal solução. Existe ainda o receio por parte da RASD que a solução para o conflito seja decidida à sua margem, entre Marrocos, Argélia e Comunidade Internacional. Consequentemente, ainda que o Professor Luís Moita, conhecedor das motivações da causa *Saharawi*, opine sobre a manutenção da atitude relativamente pacifista da RASD, existe na Comunidade Internacional o receio de que esta organização possa enveredar por actividades no campo terrorista<sup>21</sup>, derivado da sua perda de importância política, da perda de financiamentos argelinos e da chegada de novos recrutas provenientes das universidades fundamentalistas argelinas (Ammour, 2006: 4).

---

<sup>17</sup> A frente Polisário perdeu ao longo dos últimos anos os seus apoiantes da era da guerra-fria. Paralelamente as lideranças regionais parecem mais interessadas na estabilidade e no aprofundamento de laços de cooperação, especialmente no que concerne a questões de segurança. Também os apoios da Argélia poderão ser condicionados a médio prazo em virtude de um incentivo internacional à pacificação das relações argelo-marroquinas. Relativamente ao apoio da própria população, a Frente Polisário também tem perdido partidários em virtude de uma anuência generalizada dos *Saharawis* que residem no território controlado por Marrocos em relação à presença deste país, e da migração dos actuais refugiados *Saharawi* na Argélia para o norte da Mauritânia.

<sup>18</sup> Derivado da Marcha Verde perpetrada por Marrocos, na qual cerca de 350.000 marroquinos se instalaram no território, e associado ao facto de milhares de *Saharawis* se terem refugiado na Argélia aquando da época de confrontação militar, implicou que actualmente os descendentes *Saharawis* se encontrem em minoria no Sahara Ocidental.

<sup>19</sup> As Nações Unidas estimas existir em Tindouf entre 70.000 a 90.000 refugiados. A frente Polisário estima existirem cerca de 155.000 refugiados.

<sup>20</sup> Cidade argelina situada na parte sudoeste do país na zona de convergência fronteiriça entre Marrocos, Argélia e Sahara Ocidental.

<sup>21</sup> Especialmente através do apoio ao movimento terrorista argelino, *Salafist Preaching and Combat Group*.

Verifica-se que Marrocos tem vindo a explorar os recursos naturais<sup>22</sup> no território *Saharawi*, surgindo com relevância especial a extracção de fosfatos, bem como os acordos de pescas e de exploração petrolífera estabelecidos com empresas estrangeiras.

Paralelamente, a governação marroquina, a braços com problemas económicos e de radicalismo islâmico, encontra no Sahara Ocidental um ponto de convergência em torno de uma causa nacional, permitindo-lhe desviar algumas atenções do problema interno. Cumulativamente, a criação de um estado “satélite” da Argélia na sua fronteira sul colocaria este país numa situação de total isolamento territorial em relação ao seu grande opositor, sobressaindo aqui uma questão de segurança nacional. De facto, Marrocos defende que o problema existente consiste num diferendo com a Argélia e que a existência da Frente Polisário se deve exclusivamente aos apoios deste país àquele grupo, denominando-o frequentemente de “*Algerisário*” (International Crisis Group, 2007: 2).

Por oposição, e segundo alguns analistas, a Argélia encontra no território do Sahara Ocidental a possibilidade de travar o ideal marroquino de criação do “Grande Marrocos” e de controlar a região do Sahel. Opina-se também que o Sahara Ocidental constitui uma rota mais viável e económica para a exportação das suas matérias-primas provenientes da região de Tindouf, que dista da costa atlântica cerca de 300 Km, face aos 1600 Km para atingir a costa mediterrânica<sup>23</sup>.

Também o processo judicial que decorreu durante décadas nas instituições internacionais não logrou em definir claramente a sua solução deixando latentes dúvidas e questões que foram amplamente exploradas pelos contendores<sup>24</sup> e que permitiram conduzir ao impasse actual.

Adicionalmente, a agenda política internacional, na qual se destaca a dos EUA e da UE, parece cada vez mais anuir com a actual situação em prol da colaboração marroquina, argelina e mauritana no combate ao terrorismo e na resolução do desafio colocado pelas migrações que derivam daquela região. O benefício que a comunidade internacional pode retirar de uma parceria estratégica, especialmente entre Marrocos e Argélia na contenção

---

<sup>22</sup> As principais riquezas naturais consistem em fosfatos, minério, petróleo na costa e ainda a pesca.

<sup>23</sup> Para mais detalhes, consultar o Anexo B, figuras 4, 6 e 7.

<sup>24</sup> A resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 diz o seguinte: *UN Special Committee on decolonisation declares Western Sahara a “non-selfgoverning territory to be decolonised” in accordance with General Assembly resolution.*

Em acréscimo, em 16 de Outubro de 1975, o Tribunal Internacional de Justiça teceu a seguinte opinião: *The International Courts of Justice publishes its advisory opinion on the status of the Territory before colonization by Spain. “... the Court has not found legal ties of such nature as might affect the application of resolution 1514 (XV) in the decolonisation of Western Sahara and, in particular, of the principle of self-determination through the free and genuine expression of the will of the peoples of the Territory.”*

do terrorismo no Mediterrâneo e mais recentemente na região do Sahel, parece ser muito superior aos interesses de autodeterminação de um povo estimado em menos de 300.000 habitantes, daí que o estabelecimento de compromissos e cedências mútuas, que não passem necessariamente pela autodeterminação *Saharawi*, parece ser a solução mais aceitável no plano internacional. Nesta área, também as Nações Unidas, que têm mantido a missão MINURSO<sup>25</sup> no território, parecem não querer arriscar em impôr qualquer solução externa, instigando à negociação directa entre as partes. Adicionalmente, o governo de Madrid, que mantém com Marrocos o diferendo em relação a Ceuta e Mellila, posiciona-se para que Espanha se torne no primeiro país europeu a reconhecer o estatuto de autonomia integrada no Reino de Marrocos, obtendo em troca um relativo apaziguamento da relação com as autoridades marroquinas.

#### **d. Tunísia**

A Tunísia é uma República Constitucional, o Presidente é cumulativamente o chefe do executivo<sup>26</sup> sendo eleito por sufrágio universal e possuindo a faculdade legal de nomear o Primeiro-Ministro. O actual Presidente, Zine el Abidine Ben Ali, encontra-se no cargo desde 1987, tendo obtido um expressivo resultado nas últimas eleições realizadas em 2004. A reforma constitucional aprovada por referendo em 2002 aboliu a limitação de mandatos presidenciais, aumentou a idade limite para a candidatura ao cargo de Presidente<sup>27</sup>, bem como, limitou a 80% o número de assentos que um só Partido possa ter na Câmara de Deputados ou nos Conselhos Municipais (União Europeia, 2007b: 4). Após as eleições de 2004, a Câmara de Deputados foi preenchida na sua maioria por membros do partido do Presidente, o *Rassemblement Constitutionnel Démocratique (RCD)*, que ocupou 152 dos 189 lugares disponíveis.

A segunda câmara parlamentar, designada Câmara dos Conselheiros, iniciou as actividades em 2005, sendo 1/3 dos seus membros eleitos por sufrágio indirecto por membros do parlamento e dirigentes municipais, os quais pertencem na sua maioria ao Partido *RCD*<sup>28</sup>. O segundo terço da Câmara é constituído por elementos designados pelas

---

<sup>25</sup> A missão MINURSO foi estabelecida em 29 de Abril de 1991, através da Resolução do Conselho de Segurança nº 690. A missão tinha duas tarefas principais, que consistiam na monitorização do cessar-fogo acordado e na preparação e organização de um referendo relativo à auto-determinação do território.

<sup>26</sup> De acordo com o artigo 37 da Constituição, o Presidente chefia o Executivo, auxiliado pelo Primeiro-Ministro.

<sup>27</sup> De acordo com o sítio da Internet "*Referendum-Tunisie.org*", após aprovação no referendo nacional, realizado em 2002, foram efectuadas emendas aos artigos 39 e 40 da Constituição Nacional, os quais enquadram a questão dos mandatos presidenciais.

<sup>28</sup> O RCD obteve 94% dos votos nas eleições locais de 2004.



entidades patronais e associações de comércio e agricultores. O último terço é composto por personalidades directamente nomeadas pelo Presidente da República. Na prática, a oposição está muito condicionada nas actividades que possa desenvolver em relação às políticas de governo. Ainda de acordo com a UE, e no que concerne ao Plano de Acção Nacional no âmbito da Política de Vizinhança Europeia, constata-se algum empreendimento nos processos de democratização, governação e direitos humanos, os quais deverão ser seguidos de progressos tangíveis. Contudo, ainda que a liberdade de associação e a democracia sejam garantidas constitucionalmente, a prática traduz uma realidade diferente que, devido a vários factores, especialmente os extremismos religiosos, restringe o pluralismo político, beneficiando o Partido do poder.

Também o Poder Judicial, independente constitucionalmente e relançado financeiramente em 2005 (Commission of the European Communities, 2006b: 2), continua a sofrer uma forte influência do Poder executivo, designadamente o Supremo Tribunal de Justiça e o Gabinete do Procurador-Geral.

Relativamente aos direitos humanos e liberdades fundamentais tem havido pouco progresso, especialmente no que toca à liberdade de associação e liberdade de expressão (Amnesty International, 2007). De facto, as actividades diversificadas da sociedade civil (ONGs, movimentos políticos e associações de comércio) em defesa dos direitos humanos têm sofrido obstruções, constatadas por observadores internacionais. Um exemplo claro consiste na liberdade de imprensa pois, ainda que a anterior obrigatoriedade de jornais e revistas de serem submetidos à censura estatal antes da sua publicação tenha sido abolida em 2006, na prática, a imprensa estrangeira continua actualmente sujeita a este tipo de censura legalmente instituída (Commission of the European Communities, 2006b: 3).

No que toca à corrupção, e segundo os indicadores internacionais, verifica-se uma queda bastante acentuada na tabela global, de 43º lugar em 2005, para 61º em 2007, indiciando um relativo descontrolo nesta área e a gravidade que tal facto poderá implicar no futuro (Transparency Internacional, 2007).

O código criminal tunisino pune a discriminação religiosa e étnica. O artigo 8<sup>29</sup> da Constituição proíbe que um partido político se fundamente numa religião, língua, raça, género ou região, implicando no que se refere aos direitos da mulher, que a Tunísia se cote actualmente no 1º lugar entre o mundo árabe, havendo contudo margem para melhorias.

---

<sup>29</sup> Artigo 8 da Constituição: (1) As liberdades de opinião, expressão, imprensa, publicação, reunião, e associação são garantidas e exercidas dentro das condições definidas pela lei. (2) O direito de união é garantido.

No plano externo, a Tunísia é membro de organizações regionais e internacionais. Para além das grandes organizações mundiais como as Nações Unidas e o Banco Mundial, a Tunísia está inserida na União Africana, Liga Árabe, União do Magrebe Árabe, Comunidade do Sahel, Iniciativa 5+5, e é um dos seis países mediterrânicos da OSCE. De acordo com a União Europeia, a Tunísia tem cooperado nas iniciativas de não proliferação de armamento de destruição massiva, tem tido um papel activo no combate ao terrorismo internacional, no combate ao crime organizado e aos tráficos de variada ordem, tendo assinado e ratificado convenções internacionais relacionadas e adoptado em 2003 legislação antiterrorista (União Europeia, 2007b: 6). A Tunísia beneficia ainda de um relacionamento pacífico com os seus vizinhos Líbia e Argélia, dada a ausência de disputas territoriais.

#### **e. Líbia**

Sob a liderança de Muhamar Qadhafi, que tomou o poder do país no final da década de 60 do século XX, a Líbia reclamou para si algum protagonismo internacional, idealizando inicialmente a união de todo o mundo árabe e mais tarde, após a queda do regime soviético, de todo o Continente africano<sup>30</sup>. Entre algumas das correntes políticas mais defendidas pela Líbia estavam a destruição do Estado de Israel, o avanço do Islão, o apoio à causa da Palestina, a eliminação da influência ocidental em todo o mundo árabe e o apoio a algumas causas revolucionárias. As políticas de confrontação no contexto internacional e de uso recorrente ao terrorismo, bem como a amizade latente com a União Soviética, determinaram uma constante tensão com o mundo ocidental na década de 80, levando inclusivamente os EUA à intervenção militar através de raids aéreos e até à instauração de sanções das Nações Unidas, as quais se mantiveram ao longo da década de 90 e início do presente século.

Contudo, em finais da década de 90, a Líbia deu sinais de mudança na sua atitude reconhecendo os actos terroristas anteriormente por si cometidos ou patrocinados, levando ao levantamento progressivo das sanções internacionais em 2003<sup>31</sup> e 2004. A colaboração

---

<sup>30</sup> Após uma reunião da Liga árabe em 1998, os estados árabes decidiram não colocar em causa as sanções impostas pelas Nações Unidas à Líbia, forçando Qadhafi a abdicar do seu ideal de unificação do mundo árabe e a voltar-se para uma política mais intervencionista em África, culminando este novo ideal com a proposta de um Continente africano com total ausência de fronteiras (U.S. Department of State, 2007b).

<sup>31</sup> Em 12 de Setembro de 2003, as Nações Unidas levantaram as sanções contra a Líbia constantes na Resolução do Conselho de Segurança nº 748 de 1992, no seguimento da sua abdicação de actividades relacionadas com o terrorismo e do reconhecimento de envolvimento anterior em actividades terroristas, as quais eram também assinaladas pelas Nações Unidas na Resolução do Conselho de Segurança nº 731 de 1992, relativa ao Voo da Pan Am 103 e UTA 772.



no panorama internacional continuou através da declaração de abdicação da produção de armas de destruição em massa (nucleares, biológicas ou químicas) e ainda da desistência do programa de mísseis estratégicos do tipo Scud-B e Scud-C (U.S. Department of State, 2006). Desde então a colaboração com os EUA, Reino Unido, Agência Internacional da Energia Atômica e a Organização para a proibição de Armas Químicas, é neste âmbito, considerada bastante profícua. O relacionamento diplomático com o Ocidente, especialmente EUA e Reino Unido surgiu então como a consequência natural, a qual tem sido alvo de passos concretos<sup>32</sup>. Também a eventual adesão ao Processo de Barcelona, já concertada com outros estados magrebins, surge também como uma das viabilidades estratégicas pelas quais o regime líbio pretende cimentar a sua abertura e nova postura nas relações internacionais.

Ao nível da política interna, o sistema baseia-se teoricamente na filosofia política patente no Livro Verde<sup>33</sup> de Qadhafi, que combina o modelo socialista<sup>34</sup> e o islâmico<sup>35</sup>, rejeitando a democracia e os partidos políticos, levando a que na prática Qadhafi exerça o controlo quase absoluto sobre as decisões estatais (U.S. Department of State, 2007b). A decisão política passa por um processo relativamente simplificado que consiste no designado *General People's Congress* (GPC), e no qual reside o poder do povo. Este congresso é o mais alto fórum de cariz legislativo, sendo responsável pela nomeação dos ministros e pelo controlo das suas actividades. O GPC serve de intermediário entre as massas e a liderança nacional e é composto por elementos eleitos oriundos dos Congressos Populares Básicos<sup>36</sup> e dos Comités Populares, dispersos por todo o país e de índole local (Arabdatanet, 2003). Qadhafi exerce um controlo político permanente através da manipulação dos Comités Revolucionários, os quais supervisionam as actividades dos Congressos Populares Básicos e dos Comités Populares, seleccionando inclusivamente os candidatos às eleições para esses órgãos (Medina, 2007?). De facto, os Comités Revolucionários serviram no passado como ferramenta de identificação e controlo de eventuais oposições internas ao regime, acentuando o radicalismo contra o mesmo. Em finais dos anos 80, Qadhafi identificou nos anteriormente fiéis militares algumas correntes

---

<sup>32</sup> Em 2006 os EUA estabeleceram uma embaixada na Líbia.

<sup>33</sup> O designado “Livro Verde” encontra-se subdividido em três livros, nos quais está expressa a visão de governação Líbia. A primeira parte trata de questões relacionadas com o modelo de governação, a lei, e a participação popular. A segunda parte do livro trata de questões económicas, propriedade de bens e da terra e ainda do trabalho. A terceira parte trata de questões de índole social, como a família, a tribo, a nação, as minorias, a mulher, a educação, as artes, entre outras.

<sup>34</sup> Expresso no artigo 6 da Constituição.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Existem 600 Congressos deste tipo.

de oposição que, complementadas pelo crescente radicalismo islâmico, começavam a colocar em causa o regime e a sua própria posição. A solução encontrada pelo regime consistiu numa purga pontual dos eventuais oponentes militares e em ataques preemptivos sobre os radicais islâmicos, os quais têm continuado até à actualidade.

A religião e a liberdade de imprensa são também duas áreas consideradas de interesse vital para a sobrevivência do regime, daí que o seu controlo absoluto e em todas as vertentes, seja uma constante na realidade social da Líbia.

#### **f. Mauritânia**

A história mais recente da Mauritânia consiste na substituição do anterior Presidente Ould Taya, no poder desde 1985, por uma junta militar que conduziu o país às eleições presidenciais de 2007. Em 2005, alegando questões de legitimidade<sup>37</sup>, corrupção, violações dos direitos humanos, distribuição desigual da riqueza nacional, entre outras (International Crisis Group, 2006: 17), e aproveitando a ausência do Presidente no exterior do país, alguns elementos militares, anteriormente da sua confiança pessoal, aproveitaram para o substituir na direcção do estado, sem qualquer derramamento de sangue e com a aparente anuência da Comunidade Internacional. De 2005 a 2007 o país foi governado pelo designado “*Council for Justice and Democracy*”, cuja direcção foi atribuída ao Coronel Ely Ould Mohamed Vall. Durante o período de transição um ambicioso programa de restabelecimento da democracia, melhoria das finanças públicas e reforço da lei foram implementados (U.S. Department of State, 2008). O período de transição culminou em 2006 através da realização de eleições municipais e parlamentares, e pouco depois, em 2007, com as eleições para o Senado<sup>38</sup> e com a escolha do novo Presidente. De acordo com o Departamento de Estado Norte-Americano, as eleições foram consideradas justas e democráticas pela Comunidade Internacional, tendo o novo Presidente, Sidi Ould Cheikh Abdellahi, declarado pretender continuar em frente com o processo reformista anteriormente iniciado.

Actualmente, a política na Mauritânia assenta e depende essencialmente da capacidade de determinadas personalidades controlarem os recursos existentes e integrarem a população em termos étnicos<sup>39</sup>, tribais e familiares. Ainda de acordo com o

---

<sup>37</sup> Apesar de eleito em 2003, o Presidente Ould Taya foi alvo de acusações relativas a fraude eleitoral.

<sup>38</sup> A Mauritânia possui um sistema Legislativo Bicamaral. Os membros eleitos para a Câmara Baixa são eleitos directamente através do voto popular. Os membros eleitos para a Câmara Alta (Senado) são escolhidos pelos conselheiros municipais eleitos localmente.

<sup>39</sup> Até ao início dos anos 90 questões relacionadas com a escravatura ainda estavam presentes na sociedade da Mauritânia.

Departamento de Estado Norte-Americano, o conflito latente entre raças, diferenças linguísticas e posse da terra continua a apresentar um dos maiores desafios à unidade política nacional. Por outro lado, o *International Crisis Group* reforça que estão identificados vários problemas que condicionam a administração do estado. O banditismo armado, os tráficos, o monopólio das importações pelos grupos de influência e a exploração do petróleo são destacados como áreas de passível intervenção. A criação da Inspeção-Geral do Estado foi uma das ferramentas visionadas pelo Conselho de Transição para melhorar o combate à corrupção no plano interno, contudo, o apoio continuado da Comunidade Internacional é perspectivado como fundamental no processo de recuperação política da Mauritânia.

Com maior especificidade surge, com implicações políticas no plano externo, a questão dos recursos energéticos, que está a ser objecto de reanálise por parte das autoridades mauritanas. Em 2006, o governo de transição denunciou emendas aos contratos de exploração petrolífera com o consórcio internacional, *Woodside Petroleum*<sup>40</sup>, que lesavam consideravelmente o estado da Mauritânia e nas quais haviam estado envolvidos membros do governo entretanto acusados internamente. Em consequência desses factos, a Mauritânia efectuou entretanto um pedido de arbitragem internacional para resolver o diferendo.

No plano da política internacional, a nova liderança manteve no essencial a postura da anterior administração, mantendo o reconhecimento do estado de Israel<sup>41</sup> e é actualmente considerada uma pedra fundamental na luta contra o terrorismo<sup>42</sup> permitindo-lhe beneficiar de intervenções financeiras, principalmente dos EUA<sup>43</sup> e da Europa.

---

<sup>40</sup> Existem suspeitas de que membros do anterior governo da Mauritânia tenham estado envolvidos em negociações que lesaram consideravelmente o estado mauritano na exploração dos recursos energéticos. A *Woodside Petroleum* é um consórcio que engloba várias empresas internacionais do ramo petrolífero.

<sup>41</sup> Só existem três membros da Liga Árabe a reconhecer o estado de Israel: Mauritânia, Egipto e Jordânia.

<sup>42</sup> A região do *Sahel* e do *Sahara* são regiões de elevado interesse internacional na luta contra a criação de Santuários e campos de treino da Al-Qaeda.

<sup>43</sup> De acordo com o Departamento de Estado norte-americano a Mauritânia beneficiou em 2007, de 23.7 milhões de dólares de ajuda deste país. A verba destinou-se ao desenvolvimento e à segurança nacional.

## 2. Factor económico

### a. Argélia

Com uma população de 34 milhões de habitantes, a Argélia encontra-se actualmente a atravessar um período de franca expansão económica, sustentada essencialmente no sector dos hidrocarbonetos, o qual contribui para mais de 95% das receitas obtidas com as exportações e para cerca de 45% do produto interno bruto (CIA, 2007). A taxa de crescimento do PIB tem sido positiva, encontrando-se actualmente nos 5% ao ano, perspectivando-se que possa atingir os 6% até 2012 (Economist.com, 2008).

As exportações argelinas mais do que duplicaram desde 2003, permitindo-lhe atingir um saldo da balança de pagamentos positivo, na ordem dos 33 biliões de dólares.

Tabela 1: Dados macroeconómicos da Argélia

	2003(a)	2004(a)	2005(a)	2006(b)	2007(b)
GDP at market prices (AD bn)	5.3	6.1	7.5	8.2	8.9
GDP (US\$ bn)	68.1	85.0	102.3	113.2	125.3
Real GDP growth (%)	6.9	5.2	5.3	2.9	4.8
Consumer price inflation (av; %)	2.6	3.6	1.6	2.6(a)	4.1
Population (m)	31.9	32.4	32.8	33.4	33.9
Exports of goods fob (US\$ m)	24,460	32,220	46,380	53,789	61,975
Imports of goods fob (US\$ m)	-13,350	-17,950	-19,570	-21,236	-25,573
Current-account balance (US\$ m)	8,810	11,120	21,720	29,044	32,595
Foreign-exchange reserves excl gold (US\$ m)	33,125.2	43,246.4	56,303.1	77,913.7(a)	97,973.5
Total external debt (US\$ bn)	23.5	22.2	16.9	4.4	3.8
Debt-service ratio, paid (%)	15.0	14.7	11.9	18.5	1.5
Exchange rate (av) AD: US\$	77.39	72.06	73.28	72.65(a)	70.80

(a) Actual. (b) Economist Intelligence Unit estimates.

Fonte: economist.com



Fonte: UE

Gráfico 1: Contributo percentual de cada sector para o PIB

Conforme se poderá constatar, não só o crude e o gás são fonte de lucro para o estado argelino, como também alguns derivados do petróleo já constituem fonte de receitas que, contudo, ainda se cifram bastante aquém da totalidade das verbas obtidas no sector petrolífero.

Tabela 2: Relação percentual das exportações/importações argelinas

Major exports 2006	% of total	Major imports 200-	% of total
Hydrocarbons	97.9	Capital goods	35.9
Semi-finished goods	1.4	Semi-finished goods	20.8
Raw materials	0.4	Food	15.1

Fonte: economist.com

Tabela 3: Total das exportações/importações argelinas

Principal exports (fob) 2005	US\$ m	Principal imports (cif) 2005	US\$ m
Crude oil	19,341	Capital goods	7,872
Natural gas	7,325	Semi-finished goods	3,743
Condensate	6,307	Food	3,357
Refined products	3,941	Consumer goods	2,868
LPG	3,337	Raw materials	688

Fonte: economist.com

De acordo com a *International Energy Agency*, a Argélia possui actualmente a oitava reserva de gás, sendo o sexto produtor e o quarto exportador mundial deste recurso.

Tabela 4: Países produtores e exportadores de Gás Natural, 2007

Producers	Mm <sup>3</sup>	% of World total	Exporters	Mm <sup>3</sup>
Russia	656 290	22.0	Russia	202 844
United States	524 368	17.6	Canada	102 102
Canada	189 179	6.4	Norway	86 169
Islamic Rep. of Iran	98 123	3.3	Algeria	64 363
Norway	91 834	3.1	Netherlands	54 660
Algeria	88 785	3.0	Turkmenistan	50 000
United Kingdom	83 821	2.8	Indonesia	34 865
Netherlands	77 295	2.6	Malaysia	31 230
Indonesia	72 096	2.4	Qatar	31 224
Turkmenistan	67 052	2.3	United States	20 521
Rest of the World	1 027 709	34.5	Rest of the World	206 516
World	2 976 552	100.0	World	884 494

2006 data

2006 data

Fonte: International Energy Agency

No que se refere ao petróleo, a Argélia também ocupa uma posição relevante, cotando-se em 14º lugar em termos de reservas mundiais.

Os elevados preços de petróleo que caracterizaram o sector nos últimos anos vieram incrementar a velocidade com que a recuperação económica se estava a concretizar e ajudar a cimentar os indicadores financeiros e macroeconómicos argelinos.

A realidade económica argelina permite actualmente constituir reservas de moeda estrangeira na ordem dos 97 biliões de dólares e diminuir o seu défice externo para valores inferiores a 10% do seu PIB<sup>44</sup>.

Tabela 5: Contributos percentuais para o PIB

Origins of gross domestic product 2005 (a)	% of total	Components of gross domestic product 2005	% of total
Hydrocarbons	45.1	Private consumption	33.6
Services	19.3	Public consumption	11.8
Agriculture	7.7	Fixed investment	22.1
Manufacturing	5.2	Change in stocks	8.0
Public administration	8.6	Exports of goods&services	45.2
		Imports of goods&services	20.7

Fonte: economist.com

Para além dos recursos energéticos, a Argélia retira do seu sub-solo quantidades assinaláveis de zinco, ferro e urânio, que se destinam essencialmente ao consumo interno. O sector agrícola, que segundo o *Human Development Report 2007/2008* continua a sustentar na ordem dos 21% da população, vê-se estruturalmente desapoiado, enfrentando dificuldades técnicas na produção e complicações que advêm das alterações ambientais. Ainda assim, neste sector encontra-se alguma diversidade nas zonas menos afectadas pelo avanço da desertificação e pelas más práticas de cultivo verificadas nas décadas anteriores, cultivando-se a vinha, trigo, milho, aveia, azeite, citrinos e outras frutas. O sector pecuário adquire também algum relevo, especialmente no que se refere à criação do gado bovino e ovino. Relativamente às pescas, e ainda que a Zona Económica Exclusiva tenha dimensões consideráveis<sup>45</sup>, verifica-se que o sector não tem expressão significativa. A contribuir para este facto estarão, não só a falta de tradições relacionadas com a pesca na população, mas também os elevados índices de poluição presentes no Mediterrâneo, o qual recebe imensas quantidades de desperdício humano, fertilizantes agrícolas e resíduos da indústria petrolífera (Geographic.com, 2008). Neste sector, a realidade mostra que as referidas actividades não permitem a realização de exportações por parte da Argélia, obrigando mesmo à importação de consideráveis quantidades de produtos alimentares.

Apesar das perspectivas relativamente optimistas da evolução económica argelina,

<sup>44</sup> Já depois de ter liquidado as dívidas com o “Clube de Paris” e com o “Clube de Londres” em 2006.

<sup>45</sup> A costa argelina tem 998 Km de extensão e a zona de pescas estende-se das 32 até às 52 Milhas náuticas (CIA, 2007).

consubstanciadas nas exportações e nos lucros que delas derivam, estas centram-se essencialmente num único sector, o que debilita o desenvolvimento equilibrado de outras áreas de actividade, muito importantes em termos sociais. As enormes importações de bens de capital e de produtos semi-acabados para a indústria de transformação tipificam exactamente esta realidade. Reconhecendo o problema, o governo argelino tem envidado esforços no sentido de diversificar a economia.

Numa luta contra a burocracia e contra a corrupção, com a adição das receitas provenientes do sector energético, e no decorrer do programa de investimento público de recuperação da economia (ERP-II), a Argélia tem tentado promover o desenvolvimento de outros sectores como os da construção, infra-estruturas, serviços públicos, produção agrícola e crédito para médias empresas. Contudo, os factos mostram ainda pouco sucesso, continuando a registar-se taxas de desemprego bastante elevadas, na ordem dos 15%, e um nível de vida social ainda bastante baixo, com taxas de pobreza de 25%.

De acordo com a União Europeia, os esforços de privatização estão na linha da frente da reforma da Argélia, especialmente nos sectores bancário e das telecomunicações. A liberalização do comércio está a ser gradualmente implementada, ainda que a gestão alfandegária e a logística das trocas comerciais constituam áreas de preocupação. De entre os aspectos prioritários na modernização da economia destacam-se também a estabilidade e rentabilidade do sector financeiro, a redução da dependência de crescimento da economia do sector energético e da vulnerabilidade às flutuações do preço do petróleo, uma melhor cobertura do sistema nacional de saúde e a consolidação das políticas económicas.

Paralelamente, urge melhorar a efectividade do papel económico do Estado no contexto fiscal, definir acções contra a lavagem de dinheiro, modernizar o processo de orçamento, fortalecer a gestão da dívida pública e melhorar a eficácia e transparência governamentais relativamente à acção económica e social.

No que se refere aos parceiros externos, os Estados Unidos, e essencialmente alguns países europeus constituem-se como os principais interlocutores. Destacam-se naturalmente os países europeus ribeirinhos do Mediterrâneo, que encontram na Argélia uma alternativa energética à Rússia principalmente no que se refere ao fornecimento de gás.

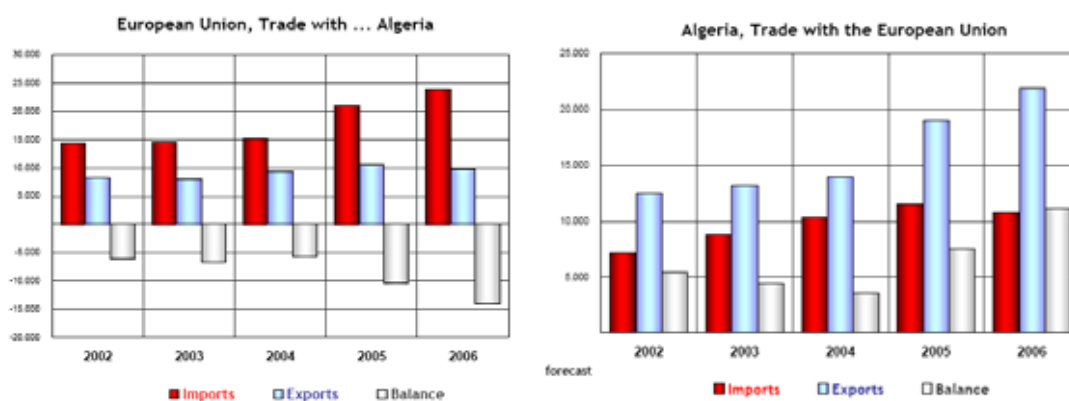


Tabela 6: Principais parceiros comerciais argelinos

Main destinations of exports 2005	% of total	Main origins of imports 2005	% of total
US	21.2	France	31.3
Italy	15.4	Italy	8.6
Spain	9.7	Spain	7.9
France	9.3	Germany	7.4

Fonte: economist.com

Dada a importância que terão os parceiros europeus para a Argélia, caberá agora tecer algumas considerações à relação económica e comercial com a própria União Europeia. Assim, a primeira conclusão que desde logo se retira é que existe um défice relativamente acentuado nas trocas comerciais da UE com a Argélia. De facto, a União Europeia importa mais do dobro do valor total das suas exportações da Argélia.



Nota: O eixo das ordenadas define-se em milhões de Euros

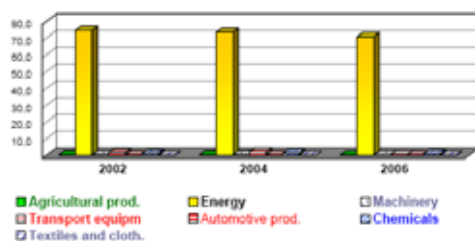
Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

Gráfico 2: Balança Comercial bilateral da Argélia com a UE

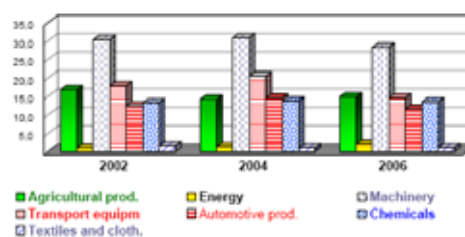
A desproporcionalidade das trocas fundamenta-se essencialmente no fornecimento de gás à Europa. Na prática, e conforme se confirma no gráfico seguinte, os hidrocarbonetos constituem praticamente a única fonte de exportações da Argélia para a UE, porquanto a Europa exporta para a Argélia uma panóplia diversificada de produtos, destacando-se as áreas da alimentação e dos têxteis.



Estrutura das Importações da UE ... da Argélia



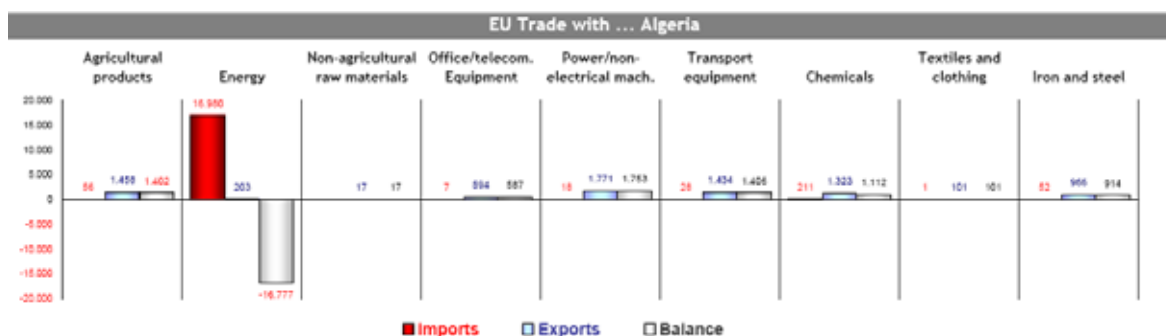
Estrutura das Exportações da UE ... para a Argélia



Nota: O eixo das ordenadas define-se em Percentagens

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

Gráfico 3: Estrutura das Importações / Exportações UE – Argélia, 2007



Nota: O eixo das ordenadas define-se em milhões de Euros

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

Gráfico 4: Estrutura das trocas comerciais UE - Argélia, 2007

Não se poderá encerrar o capítulo argelino sem correlacionar o factor económico com o político. Só um clima estável proporcionará a plataforma de confiança necessária para o investimento privado interno e externo. Muitos interesses permanecem bastante enraizados na sociedade argelina, fundamentalmente nas concessões de importação, nas empresas públicas e ainda no sector petrolífero. O necessário processo reformista dependerá da habilidade política para, sem confrontações com os interesses instalados, promover as desejadas reformas económicas.

No final desta breve análise deduzem-se determinadas potencialidades e vulnerabilidades.

### (1) Potencialidades

- No plano económico destaca-se claramente o sector energético, o qual não só permitiu à Argélia sair da crise económica em que se encontrava na década de oitenta, como também lhe proporciona um novo estatuto no panorama internacional, principalmente no europeu.
- Também raramente referenciado, dada a tumultuosidade interna argelina, surge o sector do turismo, o qual poderá potenciar numa hipotética Argélia pacificada

uma real alternativa para as dificuldades encontradas no sector agrícola, quer seja pela geração de empregos, quer seja pela retenção de consideráveis verbas derivadas do comércio turístico.

- A mão-de-obra disponível, que permitirá sustentar o crescimento económico nas próximas décadas, constitui-se naturalmente como um ponto a salientar.

## **(2) Vulnerabilidades**

- Como vulnerabilidade identifica-se a falta de diversificação do sector industrial que se fundamenta nos hidrocarbonetos. Adicionalmente, este mesmo sector poderá ser encarado pelos grupos radicais islâmicos e até por grupos terroristas, como um hipotético alvo contra os interesses dos designados “apóstatas” internos e contra o mundo ocidental.
- Apesar dos elevados dividendos obtidos no sector dos hidrocarbonetos, conforme será analisado adiante nos factores militares, a Argélia tem investido consideravelmente em armamento, inibindo a aplicação dessas verbas na economia ou na melhoria das condições sociais.
- A desertificação, que começa a acentuar o êxodo das áreas mais afectadas, potencia novas correntes migratórias para o norte e mais desemprego.

### **b. Marrocos**

Com uma população superior a 30 milhões de habitantes, Marrocos é um dos países mais populosos da Região do Magrebe.

As políticas económicas marroquinas introduzidas desde a década de 90, que tendencialmente visavam a diversificação, permitiram atingir alguma estabilidade macroeconómica no país, contudo não foram suficientemente abrangentes por forma a permitirem a redução do desemprego, que se cifrava na ordem do 11% em 2005, e que nas cidades chegava a atingir os 20%.

Segundo a União Europeia, ao longo dos últimos 5 anos, Marrocos registou um crescimento económico sustentado e revelou uma boa capacidade de resistir a pressões internas e externas, mantendo a estabilidade macroeconómica, o que é um bom indício da capacidade de concretização face a desafios a médio prazo.

Tabela 7: Dados macroeconómicos de Marrocos

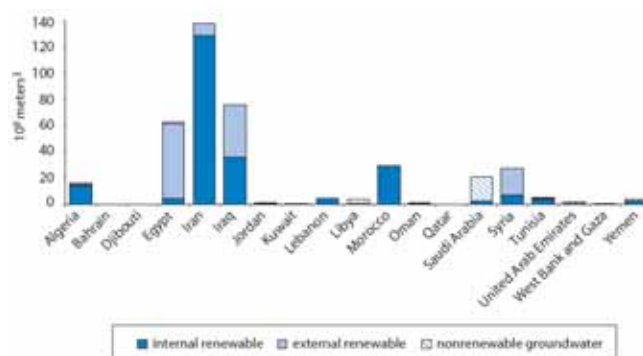
	2002(a)	2003(a)	2004(a)	2005(a)	2006(b)
GDP at market prices (Dh bn)	422.0	445.1	473.4	493.1	556.4
GDP (US\$ bn)	38.3	46.5	53.4	55.6	63.3
Real GDP growth (%)	3.2	5.5	4.2	1.7	9.4
Consumer price inflation (av; %)	2.8	1.2	1.5	0.9	3.4(a)
Population (m)	29.5	29.8	30.2	30.5	30.9
Exports of goods fob (US\$ m)	7,839.0	8,771.0	9,922.0	10,690.0	11,384.8
Imports of goods fob (US\$ m)	10,900.0	13,117.0	16,408.0	18,894.0	20,962.4
Current-account balance (US\$ m)	1,474.0	1,552.0	922.0	1,018.0	228.6
Foreign-exchange reserves excl gold (US\$ m)	10,133.0	13,851.0	16,337.0	16,187.0	20,341.0(a)
Total external debt (US\$ bn)	18.4	18.9	17.6	16.8	16.6
Debt-service ratio, paid (%)	19.8	20.8	12.3	10.1	10.9
Exchange rate (av) Dh: US\$	11.02	9.57	8.87	8.87	8.80(a)

(a) Actual. (b) Economist Intelligence Unit estimates.

Fonte: economist.com

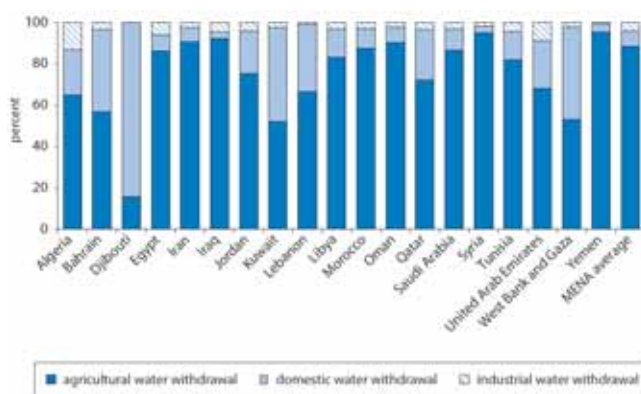
No entanto, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), derivado das consequências ambientais, e mais especificamente da seca que afectou o território marroquino, a sua taxa de crescimento do PIB diminuiu nos anos de 2005 e 2007, tendo atingido neste último 2,2%, traduzindo o peso específico e a relação directa do sector agrícola com a economia marroquina e com o abastecimento de água. Nestas situações, a importação de alimentos, especialmente de cereais, torna-se uma realidade que lesa consideravelmente os projectos de desenvolvimento económico.

As alterações ambientais influenciam fortemente a disponibilidade de água, que no caso dos países magrebins já é por si bastante deficitária, tem implicado maiores necessidades de importações de produtos alimentares e induzido algumas migrações.



Fonte: FMI

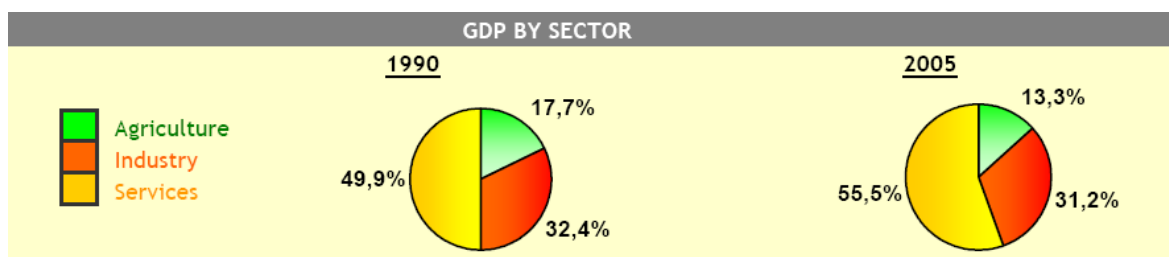
Gráfico 5: Volume de recursos de água existentes, por fonte



Fonte: FMI

Gráfico 6: Necessidades de utilização da água consoante o sector

Ainda que com diferenças mínimas consoante as fontes, constata-se que Marrocos e Tunísia são os países cuja contribuição do sector agrícola para o PIB será maior, a qual rondará os 14% e os 11% respectivamente, daí que qualquer perturbação no sector potencie mais desequilíbrios económicos e sociais do que, por exemplo, nos vizinhos argelinos e líbios, estes muito mais dependentes do sector dos hidrocarbonetos. De facto e segundo dados do banco mundial, 47% da mão-de-obra marroquina depende da agricultura, inferindo-se dos danos sociais que qualquer alteração climática possa provocar.



Fonte: EU

Gráfico 7: Contributo percentual de cada sector para o PIB

Tabela 8: Participação do sector agrícola no crescimento económico

Agriculture value added (% of GDP) 2005	Production index (1999–2001=100)			Cereal production (thousands of metric tons) 2004–05 <sup>a</sup>	Trade				
	Crop 2004–05 <sup>a</sup>	Food 2004–05 <sup>a</sup>	Livestock 2004–05 <sup>a</sup>		Agricultural		Food		
					Exports (\$ millions) 2004–05 <sup>a</sup>	Imports (\$ millions) 2004–05 <sup>a</sup>	Exports (\$ millions) 2004–05 <sup>a</sup>	Imports (\$ millions) 2004–05 <sup>a</sup>	
NORTH AFRICA									
Algeria	8	128.4	116.8	104.8	3,998	61	3,971	50	3,456
Egypt, Arab Rep.	14	105.5	110.9	122.3	21,315	1,187	3,989	900	3,356
Libya	..	99.8	104.3	100.9	213	12	1,150	1	1,049
Morocco	14.1	148.6	132.1	99.8	8,604	1,430	2,367	1,168	1,776
Tunisia	11.6	101.7	101.6	98.8	2,155	974	1,206	783	874

Fonte: Banco Mundial

Na caracterização macroeconómica também surge a elevada dependência externa de energia, bem como, o lento desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME), directamente relacionado com questões de segurança interna. As PME proporcionam uma

forma bastante eficaz de aumentar o emprego e reduzir a pobreza, logo diminuindo a insatisfação social.

A taxa média esperada de crescimento económico para 2008 é de 5%, baseia-se no crescimento médio dos últimos 5 anos, e reflecte a dificuldade em estimular o investimento privado no contexto das reformas actuais, apesar do acréscimo da poupança. O crescimento deverá advir da procura doméstica e das exportações, dependendo da capacidade competitiva de Marrocos face à acrescida concorrência internacional.

Actualmente as autoridades marroquinas desenvolvem esforços reformistas com vista a proporcionar uma maior abertura ao investimento estrangeiro, a que se poderá adicionar os programas de auxílio desenvolvidos no âmbito do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Clube de Paris. Paralelamente, as relações bilaterais com os EUA têm dado passos concretos através do designado *Free Trade Agreement*, que permite o levantamento de tarifas em mais de 90% dos produtos exportados para os EUA. Por último, é de referir o acordo de associação já estabelecido com a União Europeia, que se revela, em paralelo ao acordo com os EUA, de vital importância.

O cenário macroeconómico pressupõe contudo reformas estruturais contínuas que promovam o investimento privado e um maior investimento no sector não-agrícola. Os sectores de maior potencial de crescimento são a construção, minério, turismo e os mercados emergentes como as telecomunicações e electrónica. A Indústria deve recuperar da ligeira queda, ocorrida em consequência das dificuldades do sector têxtil<sup>46</sup>.

**Tabela 9: Contributo percentual de cada sector para o PIB**

<b>Origins of gross domestic product 2005</b>	<b>% of total</b>	<b>Components of gross domestic product 2005</b>	<b>% of total</b>
Agriculture, forestry&fishing	12.4	Private consumption	62.4
Mining	2.7	Government consumption	20.5
Energy&water	5.7	Fixed investment	23.5
Manufacturing	17.6	Changes in stocks	0.6
Building&public works	4.7	Exports of goods&services	29.6
Services	56.7	Imports of goods&services	-36.6

Fonte: Economist.com

Os sectores mais sensíveis que requerem reformas estruturais (European

<sup>46</sup> O problema neste sector é transversal a todo o Continente Africano e deriva em grande medida da agressividade competitiva da China, que no contexto internacional se tem substituído às indústrias africanas.

Commission - External Relations DG, 2007: 13-14) são:

- Agricultura – Este sector sofre de fortes problemas estruturais, permanecendo demasiado dependente das flutuações climáticas e das pressões de liberalização do comércio. Contribui para cerca de 13% do PIB e ocupa quase metade da população marroquina. A reforma do sector, para além de essencial, é inevitável, dado o prazo de liberalização do comércio agrícola estabelecido pela UE. Por forma a tirar o melhor partido desta liberalização, nomeadamente no que toca às exportações para a UE, Marrocos terá que melhorar a situação de saúde pública e agrícola. Existe ainda a questão do cultivo de *Cannabis*, fonte de sustento de muitas famílias agrícolas marroquinas, a qual, por falta de alternativas atraentes tem sido difícil de eliminar. A questão dos subsídios para promover o cultivo de cereais em zonas desfavorecidas terá também que ser abordada;
- Pescas – O sector das pescas contribui para 3% do PIB. O governo estima que existam cerca de 400.000 postos de trabalho afectos ao sector. A adopção de um acordo de pescas com a UE que permita a manutenção dos recursos piscícolas irá contribuir para a melhoria e desenvolvimento do sector;
- Energia – Dada a dependência do país da importação de energia, esforços acrescidos serão requeridos para melhorar a eficiência energética, explorar o potencial nacional de energias renováveis e promover uma combustão de carvão mais limpa;
- Transportes – Dar continuidade às reformas no sector dos transportes é igualmente prioritário, visto todos os meios estarem envolvidos: terrestre, ferroviário, marítimo, aéreo e o controlo fronteiriço. A qualidade do serviço é deficitária e excessivamente demorada (nas fronteiras), o que contribui para os elevados custos praticados. As reformas dos transportes, a harmonização dos procedimentos alfandegários e a melhoria da segurança, são medidas a desenvolver nos próximos anos. A promoção da cooperação subregional poderá igualmente contribuir para o desenvolvimento do corredor multimodal trans-magrebino.

Em termos genéricos, o crescimento da economia está condicionado pelas flutuações na produção agrícola e não terá impacto significativo na redução da taxa de desemprego. Estão a ser tomadas medidas na redução da pobreza, que para além da já discutida questão das PME, coloca ênfase na educação, saúde, habitação social,

infraestruturas sociais e áreas vulneráveis.

No que concerne as finanças públicas o objectivo é de reduzir o défice para 3% em 2009 como resultado das reformas ao nível das receitas e da despesa. A médio prazo, a despesa pública deverá baixar face ao PIB, o nível de investimento público manter-se e os salários representarem uma menor percentagem do PIB.

O investimento directo estrangeiro, o qual provém maioritariamente da UE, tem contribuído para a melhoria da balança comercial e, conseqüentemente, reduzido o défice externo. A melhoria do clima de investimento em Marrocos é uma prioridade chave no futuro do país e no alcançar de uma maior competitividade económica. O sector privado terá que ser o motor de um forte crescimento económico, capaz de criar mais postos de trabalho, num contexto em que os recém-chegados ao mercado de trabalho não cessarão de aumentar, pelo menos até meio da próxima década. O governo pretende encorajar o investimento privado através da simplificação da legislação, recrutamento e despedimento de trabalhadores, obtenção de autorizações e licenças, acesso ao crédito sobretudo para as PME e facilitar as trocas comerciais.

Relativamente às exportações, confirma-se o peso que o sector têxtil, tem no desempenho económico marroquino, ainda que perturbado pela agressividade económica chinesa no continente africano. Adicionalmente, e com implicações políticas, ressalta a questão dos fosfatos, os quais são abundantes no território do Sahara Ocidental e conforme se poderá constatar na tabela que se segue, representam uma dimensão assinalável das exportações.

**Tabela 10: Principais exportações marroquinas**

<b>Principal exports fob 2005</b>	<b>US\$ m</b>	<b>Principal imports cif 2005</b>	<b>US\$ m</b>
Textiles	1,990	Consumer goods	4,097
Electric components	677	Semi-finished goods	4,521
Phosphoric acid	860	Capital goods	3,999
Phosphate rock	514	Fuel&lubricants	4,430
Citrus fruits	338	Food, drink&tobacco	1,746

Fonte: Economist.com

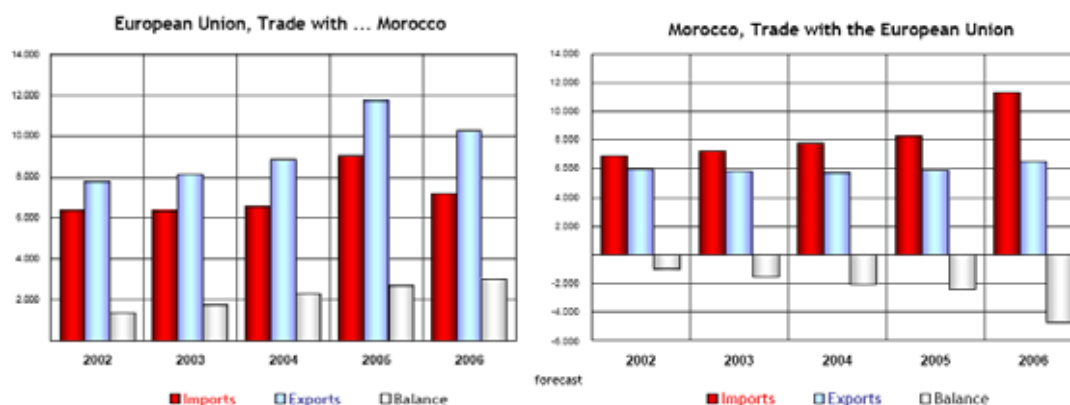
No que se refere aos principais parceiros económicos constata-se a realidade genérica da região do Magrebe, em que os principais parceiros comerciais pertencem à União Europeia.

Tabela 11: Principais parceiros comerciais marroquinos

Main destinations of exports fob 2005	% of total	Main origins of imports cif 2005	% of total
France	30.3	France	18.2
Spain	18.0	Spain	11.0
UK	6.2	Italy	6.8
Italy	5.2	China	5.2

Fonte: Economist.com

A balança comercial de Marrocos apresenta um défice estrutural. As exportações cobrem apenas 50% das importações e não são muito diversificadas. Até ao presente o défice comercial tem sido compensado pela boa performance das transferências dos Marroquinos residentes no estrangeiro e pelas receitas provenientes do turismo, o que deixa adivinhar, que por motivos também económicos, o incentivo à emigração continuará a existir no futuro.



Nota: O eixo das ordenadas define-se em milhões de Euros

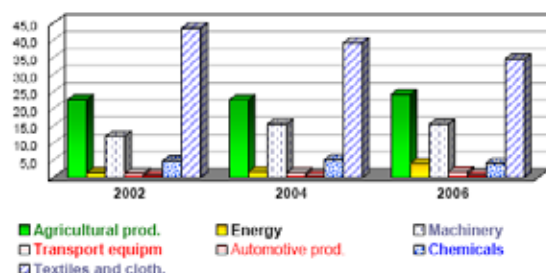
Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

Gráfico 8: Balança Comercial bilateral de Marrocos com a UE

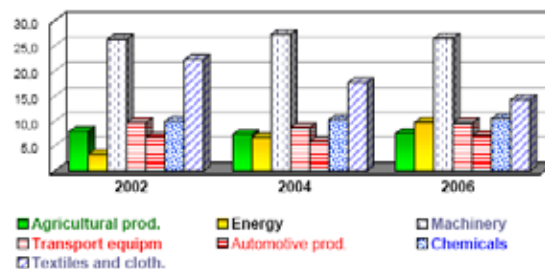
A UE é o maior parceiro comercial de Marrocos. As importações da UE a Marrocos consistem essencialmente de têxteis e vestuário (41%), produtos agrícolas (20%) e produtos de engenharia (10%). As exportações de Marrocos para a UE compõem-se de maquinaria (31%), têxteis e vestuário (21%), veículos (9%), químicos (8%) e produtos agrícolas (10%).



Estrutura das Importações da UE ... de Marrocos



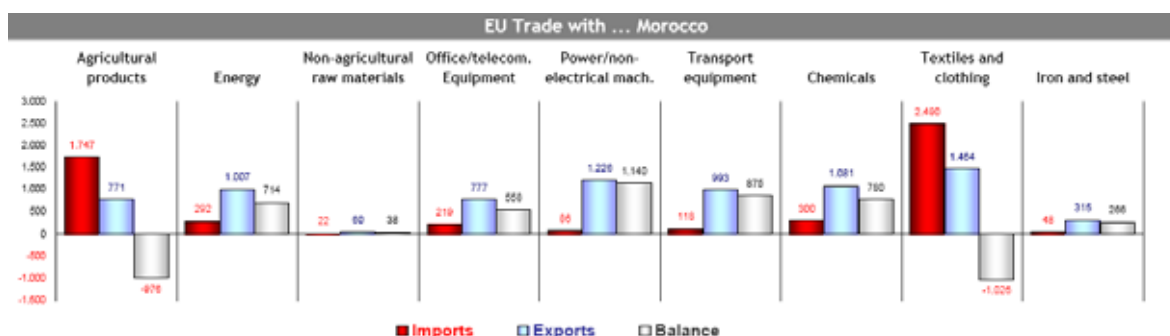
Estrutura das Exportações da UE ... para Marrocos



Nota: Nota: O eixo das ordenadas define-se em percentagens

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

Gráfico 9: Estrutura das Importações / Exportações UE – Marrocos, 2007



Nota: O eixo das ordenadas define-se em milhões de Euros

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

Gráfico 10: Estrutura das trocas comerciais UE - Marrocos, 2007

No sector dos serviços, as exportações para Marrocos contribuem para 1% das exportações totais da UE e as importações de Marrocos para 0,6% do total de importações da UE.

Marrocos contribui ainda para a segurança energética da UE como um país de trânsito estratégico para o gás da Argélia e exportação de electricidade para Espanha.

As trocas comerciais com o Magrebe e os países do sul do Mediterrâneo são muito limitadas (respectivamente 1% e 5% do total), maioritariamente devido à falta de harmonização das ferramentas legais dos diversos países, exploração insuficiente das complementaridades económicas e o estado embrionário dos acordos sub-regionais.

Em suma, o futuro de Marrocos está dependente do esforço de modernização económica, particularmente do suporte ao sector privado, modernização da indústria, agricultura, pescas, transportes, energia, protecção ambiental e, genericamente, de tornar o investimento e a competitividade mais atraentes no contexto de uma economia de mercado aberta.

### **(1) Potencialidades**

- Marrocos tem apresentado políticas económicas que se caracterizam por uma abertura ao ocidente, provavelmente numa tentativa de compensar a ausência de recursos energéticos, bastante abundantes nos países vizinhos magrebinos. A necessidade de diversificação poderá trazer enormes vantagens pelo facto de não limitar a economia a um único sector, proporcionando paralelamente uma base técnica e também humana para o investimento estrangeiro em variadas áreas.
- Também a abertura política tem proporcionado alguns dividendos económicos, principalmente no sector do turismo, o qual tem bastante receptividade junto dos cidadãos europeus.
- A Zona Económica Exclusiva de Marrocos continua a ser bastante procurada pelas frotas pesqueiras do sul da Europa, revelando que continua a constituir uma base piscícola de extrema importância económica.
- O território do Sahara Ocidental que encerra imensos recursos, principalmente os fosfatos, e que poderá, num âmbito de autonomia alargada para o território, continuar a contribuir significativamente para as exportações marroquinas.
- Por último e de extremo interesse para a União Europeia, realça-se a questão dos gasodutos que passam por território marroquino, perspectivando-se inclusivamente a instalação adicional de mais infraestruturas deste tipo.

### **(2) Vulnerabilidades**

- No plano económico a primeira vulnerabilidade está directamente relacionada com a agricultura a qual foi amplamente afectada por duas vezes esta década, em virtude das alterações climáticas.
- O atraso endémico em várias áreas estruturantes da economia marroquina, em associação com as questões ambientais, traduzem para a realidade social elevados níveis de desemprego e de pobreza.
- A questão do território *do Sahara Ocidental*, continua por resolver, e apesar de se perspectivar um cenário de autonomia alargada, também é um facto que será necessário um investimento económico profundo na região, já de si bastante debilitada, por forma a contrariar maiores tendências anti-marroquinas. A rentabilidade económica depende em muito do sucesso no plano político.
- A questão concorrencial chinesa começa a afectar as economias da região,

substituindo-se às empresas locais, colocando em risco sectores e postos de trabalho. No sector têxtil o Magrebe e no caso específico de Marrocos, este facto já está a ser sentido.

### c. Tunísia

Com uma população de 10 milhões de habitantes, a Tunísia tem vindo a registar ao longo de quase duas décadas um crescimento económico sustentado na ordem dos 4 a 6% ao ano. Em 2006, o PIB atingiu 29,7 biliões de dólares, confirmando a tendência de subida da presente década. A relação entre as exportações e importações continua a ser deficitária, sendo esta compensada pelo envio de remessas financeiras dos emigrantes tunisinos na Europa.

A dívida externa continua a constituir um factor de preocupação para as autoridades tunisinas, ainda que esta não se tenha alterado significativamente nos últimos anos nem se preveja o seu aumento no futuro.

**Tabela 12: Dados macroeconómicos**

	2003(a)	2004(a)	2005(a)	2006(a)	2007(b)
GDP at market prices (TD bn)	32.2	35.1	37.2	39.5	41.7
GDP (US\$ bn)	25.0	28.2	28.7	29.7	32.7
Real GDP growth (%)	5.6	6.0	4.2	5.2	6.1
Consumer price inflation (av; %)	2.7	3.6	2.1	4.5	2.9
Population (m)	9.9	10.0	10.1	10.2	10.3
Exports of goods fob (US \$ m)	8,027.0	9,679.0	10,488.0	11,507.7	14,805.8
Imports of goods fob (US \$ m)	10,297.0	12,110.0	12,456.0	14,035.2	17,249.9
Current-account balance (US\$ m)	-731.0	-553.0	-303.0	-633.8	-515.7
Foreign-exchange reserves excl gold (US\$ m)	2,945.4	3,935.7	4,436.7	6,773.2	7,179.6
Total external debt (US\$ bn)	18.3	20.0	17.8	18.6(b)	18.5
Debt-service ratio, paid (%)	13.2	14.0	12.9	21.2(b)	15.9
Exchange rate (av) TD:US \$	1.289	1.246	1.297	1.331	1.278

(a) Actual. (b) Economist Intelligence Unit estimates.

Fonte: Economist.com

Adicionalmente, as reservas de moeda estrangeira têm vindo a aumentar significativamente, tendo duplicado desde 2003.

A Tunísia está a enfrentar presentemente um amplo processo de reformas e liberalização económica e fiscal. De facto, o crescimento sustentado que se verifica nos últimos anos, ainda que moderado, está intimamente relacionado com o referido processo, que se concretiza fundamentalmente na aposta em outros sectores industriais que não

apenas o têxtil<sup>47</sup>. O sector do turismo e da agricultura têm sido fomentados, bem como a progressiva liberalização dos preços. Por seu turno, a redução de tarifas e taxas, redução gradual do défice da balança comercial e da dívida externa, e ainda do défice público, tem sido uma constante preocupação das autoridades centrais.

Desde o lançamento do programa de privatizações no final da década de 80, foram privatizadas mais de 160 empresas. Neste âmbito, o processo não tem sido totalmente liberal em virtude da necessidade intervencionista do governo para evitar despedimentos em massa. O desemprego é um factor de preocupação no Magrebe e também na Tunísia, que se situa na ordem dos 15%, o que agravado pelo crescimento substancial da mão-de-obra disponível nas últimas décadas, coloca sérias dificuldades ao desenvolvimento económico-social.

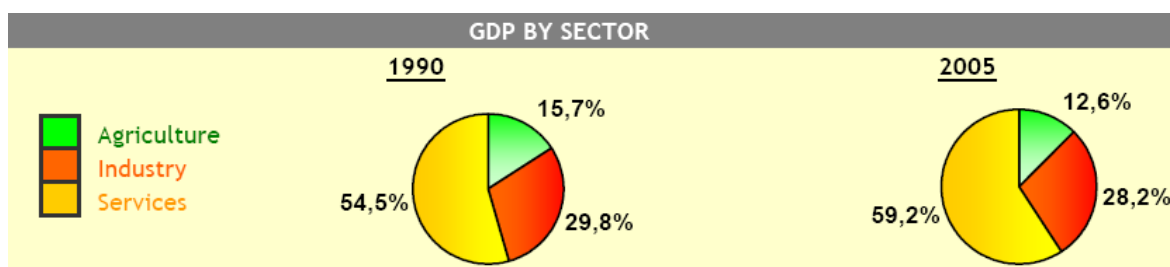
Os ajustamentos estruturais entretanto introduzidos permitiram ao Banco Mundial e EUA efectuar empréstimos e ajudas adicionais com vista à melhoria do desempenho económico. Paralelamente, a Tunísia tem um acordo de associação com a União Europeia, o qual visa a melhoria do desempenho industrial, bem como a preparação deste país para uma melhor competitividade nos mercados internacionais.

O esforço económico da Tunísia foi premiado em 2007 ao ser considerada pelo Fórum Económico Mundial a economia mais competitiva no continente africano e a 32ª no panorama mundial (World Economic Forum, 2007). Contudo, há ainda passos concretos que podem e deverão ser dados em virtude da presença do já referido aumento de mão-de-obra disponível, inclusivamente com grau universitário, e dos índices de pobreza que ainda são preocupantes. A continuidade da política de privatizações, o incentivo ao investimento estrangeiro, e o aumento da eficiência e eficácia governativa tornam-se prementes.

No que se refere à diversificação da economia tunisina, há a referir que as áreas mais importantes se centram na agricultura, mineração (fosfatos e ferro), turismo, sectores têxtil e petrolífero.

---

<sup>47</sup> O fim do designado acordo Multifibras com a União Europeia em 2005, veio exactamente incentivar este sector para uma melhoria no seu desempenho e produtividade.



Fonte: União Europeia

**Gráfico 11: Indicadores Macro-económicos da Tunísia, 2007**

Neste âmbito e de acordo com dados do *CIA World Fact Book*, constata-se que apesar do contributo relativamente escasso da agricultura para o PIB, sensivelmente 13%, este sector emprega cerca de 55% dos trabalhadores, enquanto que o sector dos serviços, o mais produtivo, dá sustento a apenas 22%. Também aqui a situação tunisina se assemelha bastante à situação marroquina, que em virtude dos problemas relacionados com as alterações climáticas coloca o sector agrícola em constantes dificuldades.

**Tabela 13: Participação sectorial no PIB**

Origins of gross domestic product 2006	% of total	Components of gross domestic product 2005	% of total
Agriculture&fisheries	12.8	Private consumption	63.8
Services	53.4	Public consumption	15.5
Manufacturing	19.6	Gross fixed investment	22.6
Construction	6.2	Change in stocks	0.8
Electricity, gas&water	7.5	Exports of goods&services	48.0
Other	0.6	Imports of goods&services	50.6

Fonte: Economist.com

Relativamente às exportações é de referir que as mesmas se fundamentam no sector têxtil, ainda que perturbado pela concorrência chinesa, bem como na exportação de equipamento eléctrico, a qual resulta da aposta de diversificação industrial dos últimos anos. No que se refere aos hidrocarbonetos, e fruto do aumento dos preços nos mercados internacionais, este sector apresenta também um peso relativamente importante nas exportações tunisinas. Caberá ainda mencionar que, em função da sua posição geográfica distinta, a Tunísia beneficia em termos financeiros do acordo com a Argélia, o que permite a instalação de gasodutos em direcção a Itália.

No plano das importações, constata-se a relativa dependência de produtos petrolíferos e seus derivados; de têxteis que muitas vezes vêm sob a forma de matéria-

prima para abastecerem a própria indústria têxtil tunisina; e ainda os equipamentos eléctricos e maquinaria que decorrem das necessidades provocadas pelo processo reformista.

**Tabela 14: Principais exportações/importações**

<b>Principal exports fob 2006</b>	<b>US\$ m</b>	<b>Principal imports cif 2006</b>	<b>US\$ m</b>
Textiles	3,323	Petroleum&products	2,148
Electrical equipment	1,762	Textiles	2,125
Petroleum&derivatives	1,516	Electrical equipment	2,021
Leather&hide products	545	Machinery	1,723
Olive oil	623	Vehicles, cycles&tractors	880

Fonte: economist.com

Abordando agora os parceiros comerciais tunisinos, surgem com particular destaque os países do sul da Europa, que permitem complementarmente que a União Europeia seja actualmente o principal parceiro comercial da Tunísia.

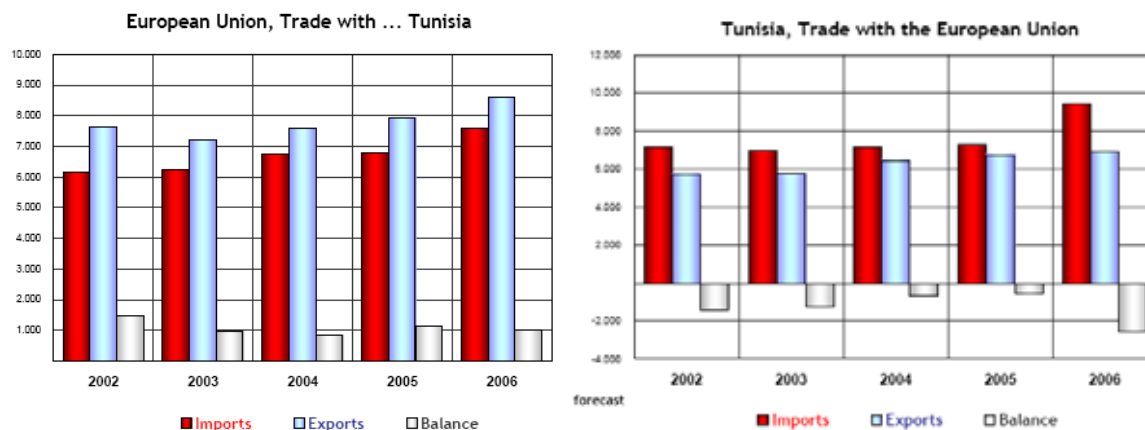
**Tabela 15: Principais parceiros económicos**

<b>Main destinations of exports 2006</b>	<b>% of total</b>	<b>Main origins of imports 2006</b>	<b>% of total</b>
France	29.7	France	27.8
Italy	21.0	Italy	24.3
Germany	8.8	Germany	10.5
Spain	6.2	Spain	5.2

Fonte: UE

De facto, no âmbito das trocas comerciais, a Tunísia é o país do mediterrâneo com maior grau de integração na economia europeia, destacando-se o reforço das ligações à Comunidade decorrentes do Acordo de Comércio Livre.

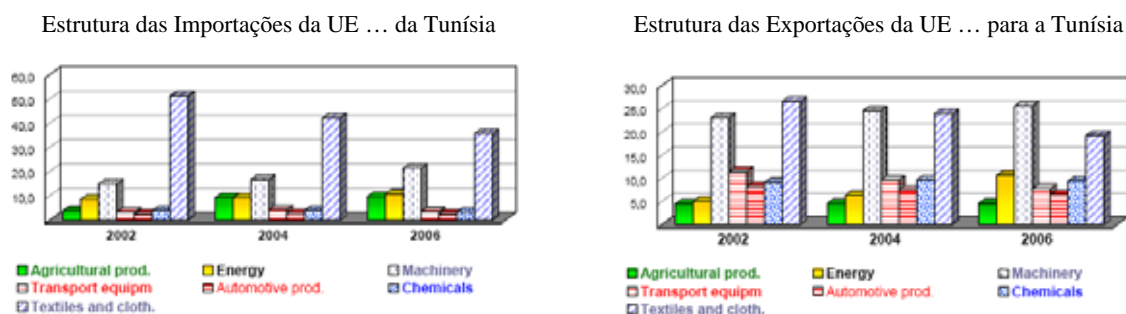
Ainda que a Tunísia tenha vindo a aumentar as suas exportações, actualmente continua com um défice comercial em relação ao seu principal parceiro, o qual se acentuou inclusivamente em 2006.



Nota: O eixo das ordenadas define-se em milhões de Euros

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

**Gráfico 12: Balança Comercial bilateral da Tunísia com a UE**

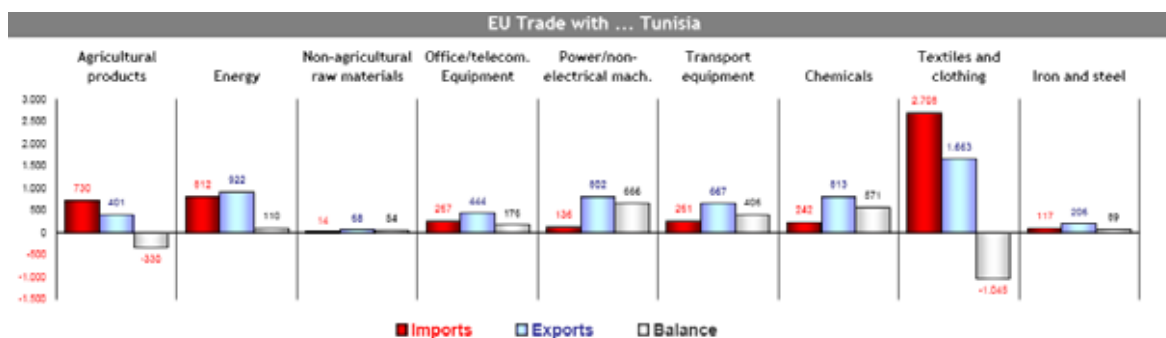


Nota: O eixo das ordenadas define-se em percentagens

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

**Gráfico 13: Estrutura das Importações / Exportações UE – Tunísia, 2007**

O que se poderá deduzir da análise do gráfico seguinte é que ainda que a União Europeia continue a importar grandes quantidade de têxteis e, num segundo plano, produtos agrícolas, a situação é totalmente invertida se considerarmos as importações tunisinas dos já referidos equipamentos eléctricos e equipamentos de transporte.



Nota: O eixo das ordenadas define-se em milhões de Euros

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

**Gráfico 14: Estrutura das trocas comerciais UE - Tunísia, 2007**

A performance económica e social da Tunísia tem contribuído para a emergência de

uma classe média significativa, que pretende ter um papel mais activo no processo de decisão e que é a favor de maior transparência e participação (uma maior intervenção da sociedade civil e do sector privado). Conforme vimos anteriormente, a contrastar com a evolução do modelo económico e social, temos um progresso político relativamente lento.

A visão de médio prazo é encorajadora e deverá acautelar uma reforma e crescimento económico sustentados, acelerando o investimento privado e promovendo a valorização da mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho.

### **(1) Potencialidades**

- Fruto do esforço reformista, a Tunísia é referida actualmente pelas principais instituições económicas internacionais como um bom exemplo para o mundo em desenvolvimento. Quer a União Europeia e os EUA, quer os grupos financeiros privados, têm gradualmente vindo a aplicar o seu conhecimento e a financiar os projectos tunisinos. Com uma mão-de-obra disponível progressivamente mais graduada, e com condições atraentes em termos de investimento privado, a Tunísia poderá continuar o seu processo de evolução económica sem depender grandemente das exportações energéticas, o que será uma excepção naquela região.

### **(2) Vulnerabilidades**

- Transversal a todo o Magrebe, surge a questão da água e das alterações climáticas, que embora não tenham lesado ainda significativamente o sector agrícola, colocam em constante dúvida as projecções anuais dos resultados agrícolas. Tendo em consideração que uma parte bastante significativa da população ainda depende deste sector, então torna-se evidente a gravidade da situação.
- O crescimento demográfico continua a ser uma constante, e as taxas de desemprego continuam a ser significativamente altas, pelo que se perspectiva uma constante pressão social, e que normalmente importa condicionalismos económicos.
- Por último, o sector têxtil, ainda que sujeito ao processo reformista, encontra actualmente na China um adversário com políticas concorrenciais deveras preocupantes. Os problemas ocorridos noutros pontos do continente africano poderão repetir-se caso este aspecto não seja devidamente guarnecido.



#### d. Líbia

Com uma fraca densidade populacional face à área territorial, a Líbia tem actualmente uma população de 6 milhões de habitantes e o Produto Interno Bruto *per capita* mais alto do continente africano, ainda que grandes franjas das classes mais baixas da população não beneficiem desse facto.

**Tabela 16: Dados macroeconómicos**

	2003(a)	2004(a)	2005(a)	2006(b)	2007(b)
GDP at market prices (LD bn)	31.7	41.5	56.0	67.1	70.5
GDP (US\$ bn)	24.5	31.8	42.8	51.0	55.9
Real GDP growth (%)	7.1	5.4	5.6	5.8	5.4
Consumer price inflation (av; %)	-1.3	-2.2(b)	2.0(b)	2.7	3.3
Population (m)	5.7	5.8	5.9	6.0	6.1
Exports of goods fob (US\$ m)	14,664.0	17,425.0	28,849.0	33,654.7	36,370.9
Imports of goods fob (US\$ m)	7,200.0	8,768.0	11,174.0	12,277.8	15,347.3
Current-account balance (US\$ m)	3,642.0	3,503.0	14,945.0	12,949.2	11,712.2
Foreign-exchange reserves excl gold (US \$ m)	19,584.0	25,688.8	39,507.8	59,289.2(a)	69,316.4
Total external debt (US \$ bn)	4.2(b)	4.1(b)	4.3(b)	4.5	4.8
Debt-service ratio, paid (%)	4.6(b)	4.4(b)	3.1(b)	3.0	2.9
Exchange rate (av) LD: US\$	1.293	1.305	1.308	1.314(a)	1.260

(a) Actual. (b) Economist Intelligence Unit estimates.

Fonte: economist.com

A economia líbia depende essencialmente das receitas do sector petrolífero e numa segunda ordem de grandeza, do gás, os quais contribuem para cerca de 95% das receitas obtidas com as exportações, mais de ¼ do PIB e permitem a manutenção das suas actuais taxas de crescimento em valores superiores a 5% ao ano, e que o PIB mais do que dobrasse os valores de 2003 e se cifrasse em cerca de 56 biliões de dólares em 2007.

**Tabela 17: Principais exportações e importações**

Major exports 2004	% of total	Major imports 2004	% of total
Crude oil	96.3	Plants&equipment	48.0
Chemical materials	3.2	Foodstuffs&livestock	14.1
		Miscellaneous products	9.8
		Chemical materials	4.0

Fonte: economist.com

A Líbia possui actualmente as maiores reservas de petróleo “provadas” no continente africano, pelo que as perspectivas da continuidade da preponderância económica deste sector nos próximos anos são animadoras. Para este surgimento da

economia líbia contribuem também a alta de preços internacionais do barril de petróleo e o levantamento das sanções internacionais ocorridas em 2003 e 2004, depois da sua total renúncia ao desenvolvimento de armas de destruição massiva. Desta forma, a Líbia tem atraído progressivamente o investimento estrangeiro, principalmente no sector energético, projectando duplicar a actual produção de petróleo até 2015, reintegrar progressivamente a economia líbia nos mercados mundiais e recuperar outras áreas de actividade e infraestruturas essenciais, depois dos atrasos registados nos anos em que sofreu as sanções internacionais.

Por ora, a Líbia enfrenta um longo percurso no sentido de liberalizar uma economia baseada no antigo sistema socialista, mas de facto começam a surgir desenvolvimentos como a redução de alguns subsídios estatais, planos de privatização de empresas estatais e modernização de infraestruturas de transportes, revelando assim a transição para uma economia de mercado. Os sectores económicos que não o petrolífero, têm também sido sujeitos a uma aposta na diversificação, e para além da tradicional actividade agrícola centram-se paralelamente na indústria petroquímica e no sector mineiro.

**Tabela 18: Contributos para o PIB**

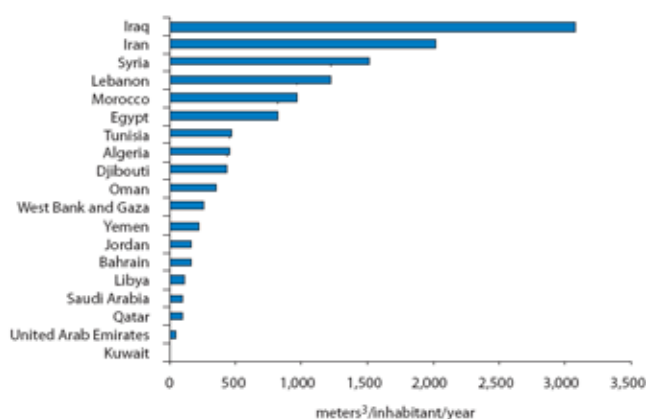
<b>Origins of gross domestic product 2003</b>	<b>% of total</b>	<b>Components of gross domestic product 2003</b>	<b>% of total</b>
Agriculture, forestry&fishing	8.6	Private consumption	66.0
Oil&gas	30.7	Government consumption	18.1
Mining	1.8	Gross fixed capital formation	12.9
Manufacturing	4.3	Change in stocks	0.3
Construction	2.1	Exports of goods&services	32.2
Services	46.1	Imports of goods&services	29.5

Fonte: economist.com

No que se refere à agricultura, e fruto da fraca qualidade dos solos e das históricas dificuldades em termos pluviais, será importante salientar a imensa dependência líbia do exterior, importando mais de 75% dos produtos alimentares consumidos na actualidade. A título de exemplo e segundo o Banco Mundial, no período 2004/2005, a Líbia exportou 1 milhão de dólares de produtos alimentares e importou 1.049 milhões. Aproveitando a capacidade de financiamento recente, a Líbia tem investido em projectos de dessalinização de água, em obtenção de água a partir do sub-solo e principalmente no designado projecto de irrigação e fornecimento de água, o *Great Manmade River*, que decorre desde 1994, e

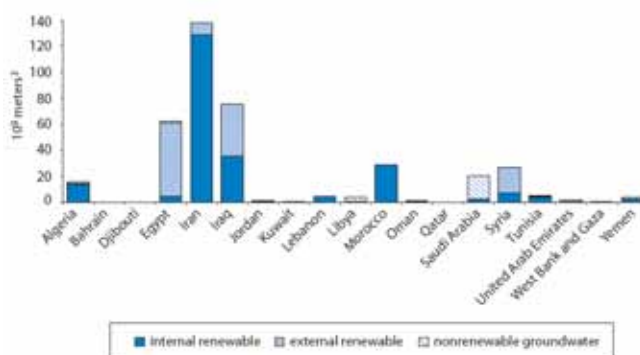
transfere enormes quantidades de água dos aquíferos no subsolo da região do Sahara para as grandes cidades do norte do país, Trípoli e Bengazi, e ainda para as zonas agrícolas junto à costa mediterrânica. A Líbia tenta deste modo reduzir uma enorme vulnerabilidade económica e estratégica, utilizando para o efeito os enormes dividendos que tem retirado do sector petrolífero.

Conforme se poderá inferir dos dois gráficos seguintes, o cenário em termos de reservas de água na região de todo o norte de África é bastante grave, contudo, no que se reporta ao Magrebe, e à Líbia especificamente, há a referir que esta apresenta uma situação extrema obrigando a recorrer a soluções mais drásticas e onerosas. O avanço da desertificação e as alterações climáticas não deixam perspectivar que a situação possa melhorar no futuro.



Fonte: Banco Mundial

**Gráfico 15: Água disponível actualmente *per capita***



Fonte: Banco Mundial

**Gráfico 16: Volume de água disponível por fonte**

Relativamente às importações e para além da alimentação, a Líbia continua a depender do exterior em variadíssimas áreas dada a pouca diversificação na produção, destacando-se a maquinaria diversa, equipamentos de transporte e produtos

manufaturados. De facto, e segundo o designado relatório *Africa Development Indicators – 2007* promulgado pelo Banco Mundial, este é o sector que mais onera em termos financeiros as importações líbias. Ainda assim, a balança comercial com o exterior tem melhorado, dado que as exportações continuam a aumentar a um ritmo superior ao das importações, continuando-se a perspectivar uma evolução económica francamente positiva nos próximos anos.

Tabela 19: Perspectivas de evolução económica

Key indicators	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Real GDP growth (%)	5.4	5.2	5.5	5.8	6.1	6.2
Consumer price inflation (av; %)	6.3	7.2	6.6	5.6	5.8	5.5
Budget balance (% of GDP)	36.1	38.9	36.4	35.1	34.8	34.3
Current-account balance (% of GDP)	34.7	40.0	37.4	36.1	36.0	35.7
Exchange rate LD:US\$ (av)	1.26	1.21	1.25	1.27	1.27	1.28
Exchange rate LD:€(av)	1.73	1.77	1.67	1.62	1.61	1.60

Fonte: economist.com

Relativamente aos parceiros económicos da Líbia, há a referir que se mantém a regra magrebina, os principais interlocutores pertencem ao sul da Europa, colocando mais uma vez a União Europeia como o principal parceiro Económico líbio. Será relevante destacar neste âmbito a Itália, que fruto das ligações históricas surge com quase 40% das exportações da Líbia.

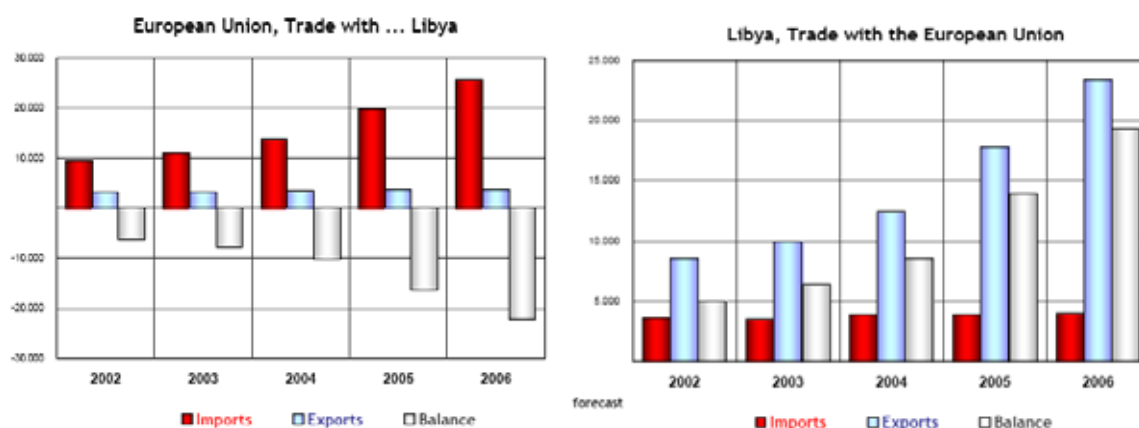
Tabela 20: Principais parceiros comerciais

Main destinations of exports 2006	% of total	Main origins of imports cif 2006	% of total
Italy	37.4	Italy	14.2
Germany	14.8	Germany	5.9
Spain	7.8	China	5.7
US	6.2	Tunisia	4.7
France	5.6	France	4.4
Turkey	5.4	Turkey	3.9

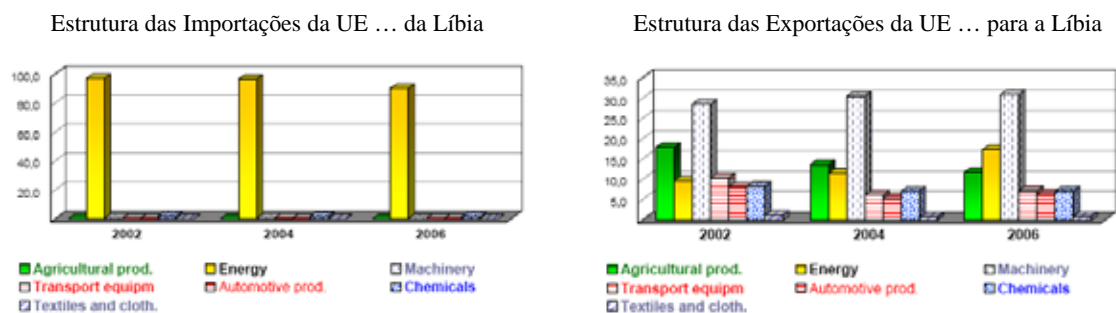
Fonte: economist.com

Especificamente no contexto da relação União Europeia – Líbia, conforme se poderá verificar ressalta mais uma vez a questão energética. Do lado europeu continua a confirmar-se a dependência da energia magrebina, porquanto do lado líbio e fruto da sua

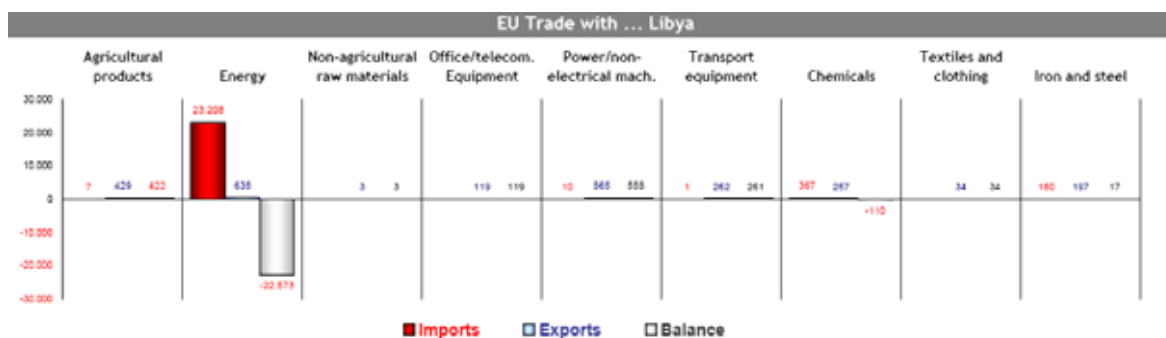
debilidade produtiva, acaba por ver as suas receitas relativamente reduzidas.



**Gráfico 17: Balança Comercial bilateral da Líbia com a UE**



**Gráfico 18: Estrutura das Importações / Exportações UE - Líbia, 2007**



**Gráfico 19: Estrutura das trocas comerciais UE - Líbia, 2007**

## (1) Potencialidades

- A descoberta da maior reserva de petróleo existente no continente africano permite perspectivar possibilidades de diversificação económica, a qual deverá centrar-se nas áreas de actividade vitais e estratégicas. A Líbia reconhece

exactamente quais são as suas fragilidades e tem aplicado avultadas somas de dinheiro no desenvolvimento de projectos que permitam atingir alguma independência alimentar.

Também as áreas relacionadas com a indústria são uma fonte de potencial desenvolvimento económico. Algum investimento vem sendo efectuado, existindo contudo ainda áreas de potencial negócio que aguardam maior protagonismo.

## **(2) Vulnerabilidades**

- A Líbia tem sustentado todo o seu crescimento económico recente na área da exportação energética. Ainda que os dirigentes líbios reconheçam esta fragilidade e tentem diversificar a sua fonte de rendimento nacional, também é um facto que de momento ainda não há significativos resultados, sendo o petróleo responsável por mais de 95% das exportações.
- Mais uma vez e à semelhança de outros países dependentes do sector petrolífero, regista-se grande dificuldade na criação de postos de trabalho, pelo facto de o mesmo não gerar empregos em número significativo e não promover a diversidade industrial.
- A questão da falta de água, extremamente grave, não só impede o desenvolvimento de indústrias que se sustentem neste elemento, como inibe o desenvolvimento de projectos agrícolas que garantam a auto-suficiência mínima do país em termos alimentares.

## **e. Mauritânia**

Com pouco mais de três milhões de habitantes, a Mauritânia é segundo o FMI reconhecidamente um dos países mais pobres e mais endividados do mundo, cuja balança comercial é extremamente deficitária, de -50,9% do PIB, possuindo índices de pobreza que atingem cerca de 46% da população, sendo que 26% vive com menos de um dólar por dia. Ainda assim, o seu crescimento económico tem sido relativamente positivo nos últimos anos, apresentando taxas médias próximas dos 5% desde 2003. Segundo os dados já obtidos em 2007 perspectiva-se o crescimento do produto interno bruto acima dos 5% no período 2007-2011, e uma queda da inflação para baixo dos 5% a partir de 2009. De acordo com o Departamento de Estado norte-americano, o crescimento do PIB na Mauritânia disparou para 11.4% em 2006, devido ao início da produção de petróleo no ano

de 2006, ainda que o crescimento do PIB relativo aos produtos não petrolíferos tenha sido de 4,4%.

**Tabela 21: Indicadores Macro-económicos da Mauritânia, 2007**

MAURITANIA							
Population	3,2	Mio inhabitants					
Area	1.030	(1000qkm)					
Gross domestic product	2006	1,71	Bn euros	Exports-to-GDP ratio:	54,6%	in 2006	
GDP per capita	2006	596	Euros				
(IMF, World Economic Outlook)				2003	2004	2005	2006
Real GDP (% growth)				4,8	4,8	5,4	11,4
Inflation rate (%)				/	1,8	18,0	30,0
Current account balance (% of GDP)				/	/	-50,9	/

Fonte: EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD / World Bank / IMF

De qualquer forma, a economia mauritana é claramente a mais fraca dos países em análise, tendo um PIB quase insignificante quando comparado com os restantes países magrebinos, 1,71 biliões de Euros, tendo adicionalmente o PIB *per capita* mais baixo do mesmo conjunto.

**Tabela 22: Contribuições para o PIB**

PIB - 2005	
Agricultura	22,3%
Indústria	19%
Serviços	58,7%

Fonte: U.S. Department of State

Relativamente às principais áreas de actividade, o minério e as pescas, a que se juntou o sector petrolífero em 2006, continuam a dominar o sector da indústria, contribuindo praticamente para a totalidade das receitas das exportações, mantendo assim a economia relativamente vulnerável pela pouca diversidade.

No caso do sector mineiro os principais produtos extraídos são o ferro, o cobre e também o ouro, que depois de um período de retracção na procura, ressurgem com novas potencialidades económicas.

O sector das pescas, considerado extremamente rico pela diversidade e quantidade de espécies piscícolas (The World Bank: 2007), induziu inclusivamente a União Europeia a efectuar um acordo de exploração com a Mauritânia. Contudo, a falta de capacidade de

patrulhamento das águas mauritanas, bem como a sobre-exploração, induzem rapidamente problemas de escassez de recursos no sector.

O sector agrícola encontra-se extremamente debilitado em virtude da dependência das condições climáticas, do avanço da desertificação, que ocupa já 80% do território, e até de algumas pragas de insectos. Sem grandes capacidades técnicas e tecnológicas, os 40% de mão-de-obra mauritana que dependem deste sector encontram-se extremamente fragilizados e à mercê de situações de calamidade.

Devido ao sector energético e ao financiamento obtido com as primeiras exportações de petróleo, a Mauritânia ganhou alguma eficiência e independência económica. Contudo, de acordo com o FMI, as reservas identificadas não deixam perspectivar que a Mauritânia possa vir a equiparar-se à Líbia ou à Argélia. Ainda assim, e conforme se verificou anteriormente, o seu PIB já foi razoavelmente influenciado pelo sector petrolífero. A Mauritânia continuará a enfrentar muitos desafios que as receitas de petróleo poderão não resolver ou que até poderão agravar-se se se confirmarem os últimos dados acerca da situação bastante menos optimista no que se refere às reservas e condições de exploração, ou ainda se as referidas receitas não forem bem geridas. A gestão transparente e prudente das receitas desta nova riqueza é por isso uma prioridade para a estabilidade macroeconómica e com a ajuda do FMI foi elaborada uma lei relativa à utilização e cativação dos fundos provenientes do recente sector petrolífero; foi implementado um fundo próprio, o designado *National Hydrocarbon Revenue Fund*, e solicitado apoio e assistência técnica ao Banco Mundial para melhor explorar o sector petrolífero.

Paralelamente, outras fontes de crescimento assentes noutros sectores de actividade terão que ser exploradas, conjuntamente com os sectores das pescas e minério. Em termos de áreas chave de desenvolvimento, a Mauritânia tem presentemente identificadas as reformas educativas, administrativas e sociais, o desenvolvimento urbano, e o criar de um ambiente mais propício ao investimento.

No que toca às trocas comerciais, e para encerrar o capítulo económico do Magrebe, há a referir que a Mauritânia não foge à regra e encontra nos países da União Europeia os seus principais parceiros comerciais. A confirmar o anteriormente destacado, a Mauritânia tem actualmente uma balança comercial deficitária, que nem o recente sector petrolífero conseguiu por ora suprir.



Tabela 23: Exportações

Principais parceiros comerciais (US\$ m)					
Exportações para:	2001	2002	2003	2004	2005
Itália	74	77	59.9	75.1	139.3
Japão	39.3	38.2	72	102.7	114.6
França	73.6	75.1	86	57.4	110.1
Bélgica	41.9	53.5	45.1	58.4	79.7
Alemanha	30.2	57.6	43.1	76.2	77.7
Espanha	61.2	63	66.1	76.2	60.7
Reino Unido	7.8	2.3	3.7	11.3	19.1
Países em desenvolvimento	184.6	140.5	157.1	249.5	248.6
<b>Total incluindo outros</b>	<b>553</b>	<b>543.8</b>	<b>590.6</b>	<b>802.6</b>	<b>937.8</b>

Fonte: IMF, Direction of Trade Statistics

Em termos de importações a partir da UE, e pelas dificuldades a que anteriormente já foram feitas referências, destacam-se naturalmente os bens alimentares e de consumo, maquinaria, ferramentas e têxteis/vestuário.

Tabela 24: Importações

Principais parceiros comerciais (US\$ m)					
Importações de:	2001	2002	2003	2004	2005
França	156	151	165.6	159	249.6
Reino Unido	12.7	34.3	40.1	51.4	97.8
EUA	28.1	25.1	38.5	85.3	94.4
Espanha	37.5	48.6	76	66.6	67.4
Bélgica	54.9	64	50.1	47.5	57.9
Alemanha	37.3	43.3	47.9	48.5	52
Países em desenvolvimento	213.3	320.6	323.6	355.1	401
<b>Total incluindo outros</b>	<b>710.8</b>	<b>882.1</b>	<b>998.8</b>	<b>1119</b>	<b>1,345.9</b>

Fonte: IMF, Direction of Trade Statistics

Para finalizar a análise económica importa comentar a especificidade deste país ao ter uma situação económica bem abaixo da média magrebina. Deste modo será interessante detalhar um pouco a análise da dívida externa da Mauritânia.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, a Mauritânia encontra-se entre os países pobres com maior dívida externa a nível mundial, tendo já anteriormente sido incluída na designada *Heavily Indebted Poor Country (HIPC) Initiative*<sup>48</sup>, e agora numa

<sup>48</sup> Iniciativa do FMI visava até final de 2006 fazer com que os países mais endividados do mundo atingissem determinados patamares económicos através da promoção de programas internos de desenvolvimento sustentado e que tratassem das questões relativas à pobreza. Em troca, as instituições financeiras internacionais aliviarão as dívidas externas desses países.

iniciativa melhorada, a designada *Multilateral Debt Relief Initiative (MDRI)* que desde 2006 está em vigor e pretende reforçar a primeira, mediante o cumprimento de programas económicos e sociais (International Development Association And International Monetary Fund, 2007). A instituição considera que para atingir os objectivos estabelecidos será necessário apostar em áreas como a boa-governança e o combate à corrupção, eliminar os constrangimentos e restrições à diversificação económica e maior liberdade para os investimentos privados nos sectores não petrolíferos.

Assim, a Mauritânia comprometeu-se com uma reforma macroeconómica, estrutural e social abrangente procurando ir ao encontro do objectivado pelo FMI, começando a haver sinais de melhoria, ainda que de uma forma economicamente pouco diversificada.

A Mauritânia continuar a ter inclusivamente necessidade de ajudas internacionais, especialmente de produtos alimentares e doações financeiras dos seus maiores parceiros comerciais.

**Tabela 25: Assistência internacional ao desenvolvimento da Mauritânia**

<b>Assistência oficial ao desenvolvimento (US\$ m)</b>					
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
Japão	30.7	29.1	13.0	23.9	11.1
França	34.7	28.4	17.6	31.5	32.1
Alemanha	7.5	8.9	24.2	-9.1	11.3
EUA	63.8	115.1	131.5	55.0	52.8
<b>Bilateral</b>	<b>92.8</b>	<b>82.1</b>	<b>97.7</b>	<b>94.7</b>	<b>92.4</b>
Assoc. de Desenv. Africano	53.1	48.1	38.9	41.6	41.6
FMI	-3.0	12.8	-0.4	-17.7	-17.8
Fundo de Desenv. Africano	6.2	3.7	12.0	13.2	7.7
<b>Multilateral</b>	<b>118.3</b>	<b>179.0</b>	<b>209.5</b>	<b>122.9</b>	<b>117.8</b>
<b>Total incluindo outros</b>	<b>211.2</b>	<b>259.7</b>	<b>305.7</b>	<b>228.5</b>	<b>211.1</b>

Fonte: OECD Development Assistance Committee

Apesar do cenário económico muito pouco favorável, as autoridades mauritanas aderiram ao programa do FMI de melhoria dos dados estatísticos, o designado *General Data Dissemination System*, o qual visa apoiar o próprio programa estatístico nacional a fim de produzir estatísticas mais correctas para a elaboração de análises e lançamento de novas políticas. A seguir às eleições de 2006, as relações com o FMI são significativamente melhores, existindo sinais de uma tendência de redução do défice e da inflação.

### **(1) Potencialidades**

- É difícil perspectivarem-se potencialidades num país que se encontra extremamente debilitado em termos económicos, sociais, políticos e militares. Será contudo oportuno referir que a presente década tem mostrado que de alguma forma vale a pena apostar na recuperação de um estado que integra o Magrebe e que falhas ao nível das suas estruturas básicas e essenciais se repercutem em riscos e ameaças para os países vizinhos. Perspectivar quais os sectores que poderão apoiar com mais equilíbrio o modelo económico e social torna-se premente, bem como uma activa parceria da Comunidade Internacional.

### **(2) Vulnerabilidades**

- A Mauritânia tem actualmente variadíssimas vulnerabilidades que trespassam as várias fontes de poder e que se interligam. Não só a questão ambiental extremamente grave é digna de referência, perturbando a actividade agrícola, mas também o fornecimento de água às populações. Daí decorrem situações repetidas de auxílio externo alimentar e de apoio à melhoria dos sistemas de recolha de água potável.
- A pouca diversificação da produção industrial é preocupante e fundamenta-se, não em capacidades adquiridas pelo estado, mas sim, nas matérias primas que o território proporciona.
- A falta de capacidade de exercer uma efectiva autoridade do estado importa em situações de exploração dos seus recursos piscícolas de forma desenfreada. Ainda que as águas mauritanas sejam encaradas como das mais ricas em espécies comerciais, as agressivas campanhas de pesca, por vezes ilegais, rapidamente delapidarão mais uma das poucas fontes de riqueza.

## **f. Magrebe**

Apresenta-se de seguida uma síntese dos indicadores macroeconómicos do conjunto dos países do Magrebe, bem com uma síntese da estrutura das trocas comerciais entre estes países e a União Europeia.

**Tabela 26: Síntese dos indicadores macroeconómicos do Magrebe, 2007**

MAGREBE			
População		84,4	Milh. de habitantes
Área		6.065,39	(1000 km <sup>2</sup> )
PIB	2006	157,2	Biliões de euros
PIB per capita	2006	2.781	Euros

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

Para finalizar, importa referir que no plano global das trocas comerciais entre o Magrebe no seu todo e a União Europeia, destaca-se a clara necessidade europeia de energia, que significa 64% das importações efectuadas e num segundo plano alguns produtos manufacturados realçando-se os produtos têxteis.

De modo inverso, e dada a diversificação na produção europeia, existe uma panóplia relativamente ampla de produtos exportados para o Magrebe, destacando-se os relacionados com a alimentação, a maquinaria e equipamentos de transporte. De qualquer modo, o saldo é claramente negativo em virtude da incapacidade para equilibrar as importações relacionadas com o sector energético.

**Tabela 27: Estrutura das exportações da UE para os Países do Magrebe, 2007 (excepto Mauritânia)**

Products	Mio euro	%	Share of total EU exports
<b>TOTAL</b>	<b>32.348</b>	<b>100,0</b>	<b>2,8</b>
Animal and vegetable oils, fats and waxes	136	0,4	0,6
Beverages and tobacco	167	0,5	0,7
Chemicals and related prod., n.e.s.	1.927	6,0	1,5
Commodit. and transactions n.e.c.	4.543	14,0	1,8
Crude materials inedible, except fuels	814	2,5	2,0
Food and live animals	6.511	20,1	2,5
Machinery and transport equipment	6.382	19,7	3,1
Manuf goods classif. chiefly by material	2.922	9,0	3,8
Mineral fuels, lubricants and rel. Materials	5.059	15,6	5,1
Miscell. manuf. Articles	3.739	11,6	8,2

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

Tabela 28: Estrutura das importações da UE aos Países do Magrebe, 2007 (excepto Mauritânia)

Products	Mio euro	%	Share of total EU imports
<b>TOTAL</b>	64.537	100,0	4,8
Animal and vegetable oils, fats and waxes	597	0,9	11,3
Beverages and tobacco	29	0,0	0,2
Chemicals and related prod., n.e.s.	1.120	1,7	1,0
Commodit. and transactions n.e.c.	50	0,1	0,1
Crude materials inedible, except fuels	827	1,3	1,5
Food and live animals	1.812	2,8	3,0
Machinery and transport equipment	3.180	4,9	0,8
Manuf goods classif. chiefly by material	1.221	1,9	0,8
Mineral fuels, lubricants and rel. Materials	41.292	64,0	12,4
Miscell. manuf. Articles	5.995	9,3	3,2

Fonte: DG Trade Statistics, EU BILATERAL TRADE AND TRADE WITH THE WORLD, 2007

### 3. Factor sócio-cultural

#### a. Argélia

Segundo as Nações Unidas, a Argélia encontra-se actualmente, entre 177 países analisados, na 104<sup>a</sup> posição do índice de desenvolvimento humano<sup>49</sup>. A Argélia é um país constituído na sua grande maioria por população árabe e berbere e também pela mistura secular destes dois grupos, o que perfaz cerca de 99% do total. A restante população é de origens europeia e beduína, esta última habitando as zonas mais inóspitas do centro e sul do país. Existe ainda uma considerável concentração de população refugiada *Saharawi*, residente nos campos de refugiados na região de Tindouf, no sudoeste do país.

Tabela 29: População argelina – Estimativas e projecções, 1990 – 2020

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005– 10	2010–20
Argélia	25.3	30.5	32.9	35.4	40.6	1.9	1.5	1.5	1.4
Magrebe	64.5	77,2	83,6	86.3	98.1	1.8	1.5	1.5*	1.3

\* - A média total do Magrebe não inclui os valores da Mauritânia

Fonte: The World Bank

Argélia apresentou nos últimos anos uma taxa de crescimento populacional bastante elevada, derivando desse facto graves repercussões para a estabilidade social, política e religiosa, dada a grande pressão que as massas populacionais colocaram no mercado de trabalho, especialmente nas grandes metrópoles que concentram 58% do total populacional. Também os efeitos negativos do clima nas regiões mais setentrionais do país, em paralelo com perspectivas de melhor nível de vida, induz cerca de 91% da população ou a residir na zona litoral do país, que representa apenas 12% da área total, ou a emigrar para a Europa. O escape encontrado por muitos argelinos na emigração tipifica a falta de soluções internas para os problemas sociais. A Europa ocidental transformou-se por isso no principal destino da emigração deste país, constituindo mais de 90% do total legalizado, cerca de um milhão de pessoas (European University Institute, 2007: 396), na sua maioria em França, rondando as 932 mil. As actuais projecções estatísticas são no sentido da continuação do crescimento populacional na próxima década, ainda que de forma menos acentuada, conforme se retira da tabela anterior. Contudo, será pertinente referir que o abrandamento relativo desse mesmo crescimento não trará benefícios de grande

<sup>49</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano, analisa três dimensões de desenvolvimento humano: 1- viver uma vida longa e saudável (esperança média de vida); 2 – educação (literacia na idade adulta e inscrições no ensino primário, secundário e superior); 3 – padrão de vida decente ( poder de compra, ordenados).

envergadura nem grande expressão na próxima década, em virtude das percentagens serem calculadas sobre uma base populacional cada vez mais numerosa, daí que a pressão sobre o mercado de trabalho e também sobre o sistema educativo se preveja consecutivamente crescente.

As tabelas seguintes caracterizam exactamente esta situação e respectivas projecções.

**Tabela 30: População argelina entre os 15 e os 64 anos – 1990 / 2020**

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Argélia	13.5	18.8	21.6	24.2	27.6	3.4	2.8	2.3	1.3
Magrebe	34.5	46.4	52.5	58.1	66.5	3.0	2.5	2.1	1.4

Fonte: The World Bank

**Tabela 31: Mão-de-obra disponível na Argélia – 1990 / 2020**

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Argélia	7.1	10.9	13.2	15.3	18.1	4.4	3.9	3.1	1.7
Magrebe	18.3	26.2	30.5	35.0	41.4	3.6	3.1	2.7	1.7

Fonte: The World Bank

**Tabela 32: Ocupação da população por área sectorial**

País	Agricultura	Indústria	Serviços
Argélia	21%	26%	53%

Fonte: UNDP

No plano religioso existe uma enorme homogeneidade, pouco típica no mundo muçulmano, pois cerca de 99% da população é Muçulmana Sunita, não impedindo no entanto a existência dos radicalismos político-religiosos que estão na origem da tumultuosidade actualmente existente na Argélia. Neste âmbito, as autoridades centrais argelinas, reconhecendo o grave problema existente com os radicalismos religiosos, controlam actualmente as actividades religiosas ao pormenor, financiando as mesquitas, *imans*, e o estudo do Islão nas escolas públicas. A distribuição de literatura muçulmana que promova a violência é completamente proibida, e a monitorização das actividades das escolas da religião, bem como dos discursos dos *imans*, é cada vez mais uma realidade no sentido de se evitar os extremismos.

Outro factor, que também se torna relevante e está relacionado com a disseminação dos extremismos, tem a ver com a concentração populacional, principalmente jovem, e com a insatisfação das pessoas, aquelas mais desintegradas socialmente. No entanto, ainda que o descontentamento social se revele mais mediatizado nos meios urbanos, é no meio

rural que se destacam os índices de pobreza mais elevados, dadas as dificuldades criadas pela fraca capacidade tecnológica e falta recorrente de água.

Contudo, e ainda que exista alguma contradição consoante as fontes estatísticas, a Argélia denota ter efectuado um progresso significativo num conjunto de indicadores sociais nos últimos 10 anos. Por exemplo, parece ser um facto consistente que a pobreza tem diminuído ao longo dos anos na Argélia. De acordo com a União Europeia, a pobreza caiu de 14,1% em 1995 para 12,1% em 2000 e 6,8% em 2004, o que significou em termos absolutos populacionais uma queda de mais de 4 milhões de pessoas para cerca 2,2 milhões, como resultado da introdução de uma estratégia de desenvolvimento social e um incremento na despesa pública ao nível das transferências sociais, destacando-se de acordo com a *Library of Congress* norte-americana a área da educação.

**Tabela 33: Indicadores sociais argelinos**

Pessoas			
ANOS	2000	2005	2006
Life expectancy at birth, total (years)	70.2	71.7	72.0
Fertility rate, total (births per woman)	2.7	2.4	2.4
Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19)	9.8	7.8	7.6
Contraceptive prevalence rate (% of married women ages 15-49)	64.0	..	61.4
Births attended by skilled health staff (% of total)	92.0	..	95.2
Mortality rate, under-5 (per 1,000)	44.0	39.0	38.0
Malnutrition prevalence, weight for age (% of children under 5)	5.4	..	..
Immunization, measles (% of children ages 12-23 months)	80.0	83.0	91.0
Primary completion rate, total (% of relevant age group)	82.6	95.8	85.2
School enrollment, secondary (% gross)	..	83.2	..
Ratio of girls to boys in primary and secondary education (%)	..	99.3	..
Prevalence of HIV, total (% of population ages 15-49)	..	0.1	..

Fonte: The World Bank

Em termos educacionais, o analfabetismo diminuiu de 36% para 22% nos homens entre 1990 e 2002 e de 59% para 40% nas mulheres em igual período. Todavia, problemas crónicos como os ainda relativamente elevados níveis de desemprego (27,3% em 2001, 15,3% em 2005, 12,3 em 2008), sobretudo das mulheres e dos jovens, e as faltas de água recorrentes poderão estar entre os factores de descontentamento social mais evidentes. Medidas e soluções de curto e médio prazo serão certamente necessárias para minorar os efeitos que afectam essencialmente estas duas faixas populacionais bastante fragilizadas.



Tabela 34: Taxas de desemprego na Argélia – 2000-08

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2008
Argélia	29.5	27.3	25.7	23.7	17.7	15.3	12,3 (FMI)

Fonte: The World Bank / FMI

O povo argelino está sedento de ver não só crescimento económico e do emprego mas também uma melhoria dos serviços básicos sociais, maior igualdade e boa governação.

A esperança de vida aumentou de 56 anos na década de 70 para 71 anos em 2002, enquanto que a mortalidade infantil antes do 5º ano de vida decresceu de 44 no ano de 2000 para 28 em 2006 (por cada 1000 nados vivos).

De acordo com a União Europeia a política de promoção sócio-cultural da Argélia necessita de contribuir para a melhoria dos seguintes aspectos:

- Saúde – ao nível da capacidade do sistema de saúde, desenvolvimento da medicina preventiva e da reforma hospitalar, redução do custo dos medicamentos e promoção de genéricos, evitar as transferências externas dos doentes para tratamento;
- Abastecimento de água – mobilização, recuperação e produção de água, respectiva gestão e distribuição eficazes e prevenção de desastres naturais;
- Planeamento regional – pela redução da concentração da população nas áreas costeiras e citadinas, estabilização da população na Argélia central, mobilização de capitais e da iniciativa privada e melhoria das infra-estruturas;
- Urbanismo e habitação – Necessidades habitacionais, de desenvolvimento urbano e preservação do ambiente;
- Desemprego e reforma do sistema nacional de educação – formação superior e formação vocacional;
- Solidariedade nacional – maior ajuda aos vulneráveis, suporte aos pobres na forma de material escolar e assistência às pessoas com deficiência;
- Grupos desfavorecidos – Consolidação da acção do Estado na família e na situação da mulher;
- Cultura nacional de coesão e desenvolvimento – preservação, restauro e melhoria do património histórico e cultural.

Em suma, importa criar na Argélia um clima político, social e económico que seja favorável ao crescimento, à criação de emprego, à coesão social e à redução sustentada da pobreza e da vulnerabilidade social.

Ao criar este ambiente mais propício ao crescimento económico, importa estar atento no sentido de garantir que os sectores mais vulneráveis e pobres da população, particularmente as mulheres, participem e beneficiem deste crescimento.

Reforça-se aqui a ideia de que o plano social jamais surge isolado na abordagem e tratamento. As questões neste âmbito interrelacionam-se em muito com o plano político, económico e também religioso. É nesse contexto que as soluções deverão ser encontradas.

#### **b. Marrocos**

O Relatório das Nações Unidas referente ao Desenvolvimento Humano de 2006 classifica Marrocos em 126º lugar entre 177 países, o que indicia que o nível de progresso social não corresponde ao potencial do país. Efectivamente, neste mesmo ano, Marrocos cotou-se no 105º lugar no ranking do rendimento *per capita*, o que explica que o crescimento e a riqueza não estão a ter repercussão no bem-estar humano e social (UNDP, 2006), deixando antever os problemas já anteriormente espelhados de desenvolvimento económico concertado e até de corrupção nas cúpulas do poder.

Marrocos é um país constituído na sua grande maioria por população berbere, à qual se juntou ao longo dos séculos a população de origem árabe, verificando-se actualmente uma enorme consanguinidade entre estes dois grupos étnicos, constituindo 99,1% do total populacional. Contudo ainda se encontram bolsas populacionais puramente berberes nas zonas rurais e montanhosas do Atlas. A restante população é de origem europeia e judaica, mas conforme os números espelham, os restantes 0,9% não têm praticamente expressão.

Marrocos apresentou nos últimos anos uma taxa de crescimento populacional elevada, tendo segundo o *United Nations Development Programme* (UNDP) cerca de 30% da população com idade inferior a 15 anos, derivando desse facto graves repercussões para a estabilidade social actual e futura, dada a pressão relativamente acentuada que as massas populacionais em idade de trabalho vão colocando sobre o mercado existente, especialmente o das grandes metrópoles.

Tabela 35: População marroquina – Estimativas e projecções, 1990 – 2020

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Marrocos	24.7	29.2	31.5	33.8	38.3	1.7	1.5	1.5	1.3
Magrebe	64.5	77,2	83,6	86.3	98.1	1.8	1.5	1.5*	1.3

\* - A média total do Magrebe não inclui os valores da Mauritânia

Fonte: The World Bank

Tabela 36: População marroquina entre os 15 e os 64 anos – 1990 / 2020

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Marrocos	14.0	18.2	20.2	22.2	25.6	2.7	2.1	1.9	1.5
Magrebe	34.5	46.4	52.5	58.1	66.5	3.0	2.5	2.1	1.4

Fonte: The World Bank

Tabela 37: Mão-de-obra disponível em Marrocos – 1990 / 2020

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Marrocos	7.6	10.2	11.3	12.6	14.8	3.0	2.1	2.2	1.6
Magrebe	18.3	26.2	30.5	35.0	41.4	3.6	3.1	2.7	1.7

Fonte: The World Bank

À semelhança do padrão magrebino, o *Population Reference Bureau* estima que a maioria da população marroquina, 55%, resida actualmente nas grandes metrópoles, as quais têm vindo também a receber consecutivamente uma parte dos imigrantes internos, que procuram melhores condições de vida do que a das áreas rurais. Para tal facto tem em muito contribuído a amplamente discutida questão das alterações climáticas, que no caso marroquino causa os maiores danos em virtude deste país depender muito mais dos resultados das campanhas agrícolas do que os seus vizinhos magrebins, Argélia, Líbia e Tunísia, produtores de petróleo e gás, mais capazes de gerar o financiamento necessário para importar os bens alimentares de que necessitam.

Tabela 38: Ocupação da população por área sectorial

País	Agricultura	Indústria	Serviços
Marrocos	44%	20%	36%

Fonte: UNDP

As dificuldades geradas nas zonas rurais e o desemprego nas grandes cidades, afectando mais uma vez os jovens e as mulheres, induziram a maior corrente migratória para a Europa dos países do Magrebe.

A situação é de tal forma grave entre os jovens que a União Europeia chega a indicar no designado *Morocco 2007-2010 National Indicative Programme* que o desemprego nesta franja populacional tenha atingido 32,7% do seu total em 2005, e que as grandes cidades tenham atingido taxas de desemprego de 18,4%.

**Tabela 39: Taxas de desemprego em Marrocos – 2000-05**

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Marrocos	13.6	12.5	11.6	11.4	10.8	11

Fonte: The World Bank

A população marroquina no exterior passou de 1,545 milhões de emigrantes em 1993 para 3,185 milhões em 2005, o que representou uma taxa de crescimento de 6%, bastante superior à taxa de crescimento populacional interna, que se cifra em cerca de 1,5% ao ano. Será de salientar que o principal destino dos emigrantes marroquinos, a União Europeia, absorve uma taxa de 85,9% do total (Mghari, 2007: 149), de que se destacam os países do sul, França, Espanha e Itália. Segundo dados de 2004, Marrocos contava com um total de emigrantes equivalente a 10% da sua população residente.

No plano religioso, à semelhança da grande convergência étnica, cerca de 99,5% da população professa a religião muçulmana sunita, sendo o Rei o seu representante máximo. No que se refere às restantes religiões, cristã e judaica, ainda que sejam relativamente aceites e toleradas, a sua expressão populacional não tem relevância significativa, existindo segundo o Departamento de Estado norte-americano, cerca de 5.000 pessoas que professam estas duas religiões. Ainda assim, e à semelhança do mundo muçulmano, a conflitualidade político-religiosa é uma realidade latente neste país. Por isso, os extremismos religiosos têm sido cuidadosamente controlados pelo Rei, apenas sendo admitidos como partidos políticos aqueles que são considerados como moderados e que não exijam a islamização política do estado.

**Tabela 40: Indicadores sociais marroquinos**

Pessoas			
ANOS	2000	2005	2006
Life expectancy at birth, total (years)	68.8	70.4	70.7
Fertility rate, total (births per woman)	2.6	2.4	2.4
Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19)	25.1	19.4	19.2
Mortality rate, under-5 (per 1,000)	54.0	40.0	37.2
Immunization, measles (% of children ages 12-23 months)	93.0	97.0	95.0
Primary completion rate, total (% of relevant age group)	56.7	80.3	84.0
School enrollment, secondary (% gross)	38.1	49.2	52.4
Ratio of girls to boys in primary and secondary education (%)	82.4	87.4	..
Prevalence of HIV, total (% of population ages 15-49)	..	0.1	..

Fonte: The World Bank

Referindo alguns dos indicadores sociais marroquinos, destaca-se o índice de pobreza de Marrocos ainda elevado, o qual sofreu na década de 90 um agravamento até aos 19%, tendo já na presente década descido para os 14,3% registados em 2004. A pobreza afecta essencialmente as áreas rurais e as mulheres mais jovens e sem educação escolar. De facto, verifica-se que espelhando o contexto do Magrebe, 70% dos pobres marroquinos residem em áreas rurais, que resultam no já referido êxodo rural massivo em primeira ordem em direcção às grandes cidades marroquinas, e numa segunda ordem, em direcção à UE, muitas vezes num contexto de emigração ilegal.

O instrumento e desafio principais para a redução da pobreza residem num maior crescimento e produtividade. A situação precária em que uma larga parte da população vive é uma fonte constante de instabilidade e insegurança. O analfabetismo, as más condições de saúde e os baixos níveis de educação deixam muitos cidadãos marroquinos vulneráveis.

Segundo a União Europeia, a Educação está entre as prioridades de Marrocos desde a independência. Contudo, a taxa de analfabetismo na população com idade superior a 10 anos é de 43% e ascende aos 60.5% nas zonas rurais (46% nos homens e 74.5% nas mulheres). Ainda que a década 2000-2010 tenha sido designada oficialmente como “década da educação”, existem sérios problemas no completar da escolaridade básica nas zonas rurais, no criar de condições para expandir o acesso à escolaridade secundária e na qualidade do ensino em geral. O ensino universitário foi introduzido a seguir à independência, tendo a universidade de Rabat aberto em 1957, a primeira das 14 actualmente existentes. A nova reforma do ensino universitário visa alinhá-lo com o sistema europeu, facilitando a mobilidade dos estudantes (ex: Processo de Bolonha).

Apesar dos progressos conseguidos no sector da saúde, os indicadores chave continuam a ser causa de preocupação, em particular em termos de mortalidade dos grupos mais vulneráveis. Em 2003, a taxa de mortalidade infantil em Marrocos era 9 vezes superior à da UE, cifrando-se nos 40/1000 nados vivos. Quanto à mortalidade materna, verifica-se uma taxa preocupante de 227/100 000 nascimentos. A desigualdade no acesso à saúde persiste, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista geográfico, com clara desvantagem para as zonas mais remotas do interior. Por outro lado, a qualidade dos serviços de saúde prestados apresenta sérios problemas.

Para além da situação social ameaçar a dignidade humana, as atitudes dos cidadãos para com o país e instituições, e a protecção dos direitos humanos, intensifica a marginalização social e é um sério obstáculo ao desenvolvimento económico é à melhoria

generalizada das condições de vida e de trabalho. Com vista a solucionar este problema, Marrocos formulou uma série de medidas regulamentares e legislativas, a que acrescem estratégias de intervenção, que cobrem todas as esferas de actividade do sector social.

Por ocasião do 50º aniversário da independência, e por iniciativa do rei Mohammed VI, foi elaborado um relatório por um conjunto de especialistas intitulado “50 anos de desenvolvimento humano em Marrocos e perspectivas para 2025”, que foi publicado em Janeiro de 2006. Este relatório traça uma retrospectiva dos assuntos sociais, evidencia os problemas actuais e propõe medidas de desenvolvimento a longo prazo, tornando-se evidente o esforço de tornar pública a situação social actual do país. Com o lançamento da Iniciativa Nacional de Desenvolvimento Humano em 2005 (NHDI) criou-se um contexto político que estabeleceu objectivos para o desenvolvimento social, em particular para a redução do défice social, da pobreza e assistência aos mais vulneráveis.

Estes documentos e iniciativas espelham um conjunto de pontos comuns que serão tratados a médio-prazo:

- Desenvolvimento humano – reforma na educação básica e superior e formação vocacional, luta contra o analfabetismo dos jovens e adultos (particularmente das mulheres), reformas ao nível da melhoria qualitativa da saúde pública;
- Desenvolvimento social – garantindo uma distribuição mais homogénea dos frutos do crescimento económico, mitigando a pobreza e assegurando o acesso aos serviços sociais básicos, estendendo a protecção social e perseguindo a estratégia de acréscimo de participação de todos os sectores da sociedade, incluindo das mulheres, no desenvolvimento do país;
- Desenvolvimento institucional – reforma administrativa e das empresas do sector público, com vista à redução e racionalização da despesa pública;
- Planeamento, desenvolvimento e integração regional – desenvolvimento rural e redução das disparidades regionais, desenvolvimento dos sectores urbanos relacionados com a melhoria das condições rurais, ajuste da produção agrícola ao incremento das necessidades alimentares previstas num contexto de economia mais aberta;
- Protecção ambiental – Abordando a questão da deterioração qualitativa e quantitativa dos recursos aquáticos, a gestão do lixo, a poluição marítima, a conservação da natureza e a desertificação, a promoção das energias renováveis e respectivo quadro legal.

### c. Tunísia

O Relatório das Nações Unidas referente ao Desenvolvimento Humano de 2006 classifica a Tunísia em 91º lugar entre 177 países, o que indicia que o nível de progresso social, ainda que não seja correspondente ao dos países desenvolvidos, é positivo no contexto magrebino. Naturalmente que o bom desempenho económico e a definição de algumas políticas sociais, permitiram atingir este patamar no panorama global, ainda que carecendo de muitas outras medidas para melhorar. Será também conveniente referir que nem sempre os progressos económicos foram acompanhados por processos de maior liberalização política, os quais já foram reflectidos no estudo dos factores políticos.

A Tunísia é um país de pequena dimensão no contexto magrebino, sendo constituída na sua grande maioria por população berbere e árabe, verificando-se, à semelhança dos países vizinhos, uma enorme consanguinidade entre estes dois grupos étnicos, que abrangem 98% do total populacional. A restante população de origem essencialmente europeia e judaica, integra os restantes 2%, que se revelam mais uma vez de pouca expressão no Magrebe. No plano religioso e conforme se verificou na análise política, existe um controlo relativamente apertado das autoridades centrais de forma a evitar os extremismos e que estes possam ter repercussões no plano político. De qualquer forma, contribuindo para a homogeneidade magrebina, 98% da população professa a religião muçulmana, do ramo sunita. Os restantes 2% cabem essencialmente à profissão do judaísmo, sendo que o cristianismo terá uma expressão ainda menor. O que se poderá retirar é mais uma vez a grande homogeneidade religiosa, que não impede contudo que existam tentativas de radicalizar a profissão da religião e propagá-la a todo o ambiente social e político.

**Tabela 41: População tunisina – Estimativas e projecções, 1990 – 2020**

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005– 10	2010–20
<b>Tunísia</b>	8.2	9.6	10.1	10.6	11.6	1.5	1.1	1.0	0.9
<b>Magrebe</b>	<b>64.5</b>	<b>77,2</b>	<b>83,6</b>	<b>86.3</b>	<b>98.1</b>	<b>1.8</b>	<b>1.5</b>	<b>1.5*</b>	<b>1.3</b>

\* - A média total do Magrebe não inclui os valores da Mauritânia

Fonte: The World Bank

A taxa de crescimento populacional, a menor da região do Magrebe, apresenta-se em consonância com a sua classificação positiva no relatório de 2006 do UNDP, pois com o menor crescimento neste âmbito prospectiva-se ser aquele país que terá na próxima década menos pressão dos jovens sobre o mercado de trabalho. As políticas de

planeamento familiar desenvolvidas nas décadas anteriores começam agora a dar frutos contribuindo para a necessária estabilidade social e económica.

Ainda assim, e apesar de a Tunísia ter inclusivamente uma média de crescimento populacional inferior à média dos países do Magrebe, deverá ser referido que 26% da população tem actualmente uma idade inferior a 15 anos, esperando-se a sua progressiva redução para 22,5% em 2015.

Dos quadros seguintes poder-se-á inferir que paralelamente ao crescimento geral da população relativamente menos acentuado no contexto do Magrebe, também o aumento do número de pessoas em idade de trabalho se revela inferior à média magrebina.

**Tabela 42: População magrebina entre os 15 e os 64 anos – 1990 / 2020**

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Mauritânia	–	–	3.1	–	–	–	–	–	–
Marrocos	14.0	18.2	20.2	22.2	25.6	2.7	2.1	1.9	1.5
Tunísia	4.7	6.1	6.8	7.5	8.2	2.6	2.3	1.8	0.9
Argélia	13.5	18.8	21.6	24.2	27.6	3.4	2.8	2.3	1.3
Líbia	2.3	3.4	3.9	4.2	5.0	3.8	2.7	1.9	1.7
<b>Magrebe</b>	<b>34.5</b>	<b>46.4</b>	<b>52.5</b>	<b>58.1</b>	<b>66.5</b>	<b>3.0</b>	<b>2.5</b>	<b>2.1</b>	<b>1.4</b>

Fonte: The World Bank

**Tabela 43: Mão-de-obra disponível na Tunísia – 1990 / 2020**

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Tunísia	2.4	3.2	3.8	4.3	5.0	3.0	3.1	2.7	1.6
<b>Magrebe</b>	<b>18.3</b>	<b>26.2</b>	<b>30.5</b>	<b>35.0</b>	<b>41.4</b>	<b>3.6</b>	<b>3.1</b>	<b>2.7</b>	<b>1.7</b>

Fonte: The World Bank

Os indicadores da Tunísia para o desenvolvimento humano estão entre os mais favoráveis no mundo Árabe, reflectindo os resultados positivos da acção governamental nos domínios da educação, dos direitos da mulher e da saúde. A Tunísia é líder no mundo árabe na promoção dos direitos legais e do estatuto da mulher, permitindo-lhe desenvolver o seu próprio negócio, ter contas bancárias, obter passaporte, tendo a poligamia sido pela primeira vez proibida no mundo árabe.

Actualmente 50% dos estudantes universitários são do sexo feminino e as reformas políticas ocorridas em 1993 permitem a aquisição de direitos de cidadania a estrangeiros casados com tunisinas.

**Tabela 44: Indicadores sociais tunisinos**

Pessoas			
ANOS	2000	2005	2006
Life expectancy at birth, total (years)	72.6	73.5	73.6



Pessoas			
ANOS	2000	2005	2006
Fertility rate, total (births per woman)	2.1	2.0	2.0
Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19)	7.9	7.3	7.2
Contraceptive prevalence rate (% of married women ages 15-49)	65.5	..	..
Births attended by skilled health staff (% of total)	89.9	..	..
Mortality rate, under-5 (per 1,000)	31.0	24.0	22.6
Malnutrition prevalence, weight for age (% of children under 5)	..	..	..
Immunization, measles (% of children ages 12-23 months)	95.0	96.0	98.0
Primary completion rate, total (% of relevant age group)	86.7	99.2	..
School enrollment, secondary (% gross)	74.6	83.2	..
Ratio of girls to boys in primary and secondary education (%)	100.0	103.6	..
Prevalence of HIV, total (% of population ages 15-49)	..	0.1	..

Fonte: The World Bank

Todavia, nem tudo será positivo, existindo ainda consideráveis motivos de preocupação. À semelhança do padrão magrebino, o *Population Reference Bureau* estima que a maioria da população tunisina, 65%, resida actualmente nas maiores cidades, em que estão sedeados os principais centros industriais. Neste âmbito, e apesar da relativamente menor pressão sobre o mercado de trabalho, a taxa de desemprego revela-se preocupante para o que terá contribuído a concorrência chinesa, principalmente sobre as Pequenas e Médias Empresas, bem como a acentuada densidade populacional em redor das grandes cidades, que acorreram a estes centros nas décadas anteriores.

Tabela 45: Taxas de desemprego na Tunísia – 2000/05

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Tunísia	15.7	15.1	15.3	14.5	14.2	14.2

Fonte: The World Bank

O desemprego permanece relativamente alto (14%) e existem grandes disparidades entre as regiões e dificuldades relacionadas com os jovens, nos quais a taxa de desemprego referente a 2005 chegou a atingir 45%, afectando também os jovens licenciados. Nesse mesmo ano as autoridades tunisinas iniciaram a implementação de políticas de alinhamento entre a oferta de trabalho e a procura, e de reformas de flexibilização do recrutamento, introduzindo o trabalho temporário.

A política de emprego é baseada na criação de micro, pequenas e médias empresas. As mulheres representam cerca de 30% da força de trabalho, tendo adquirido uma certa presença na administração pública. Contudo, ainda se deparam com discriminação social e económica em certas categorias do emprego privado.

Por estes motivos a Tunísia também se caracteriza como um país de elevada tradição na corrente migratória para a Europa, verificando-se ser o terceiro mais expressivo

em termos absolutos no contexto magrebino. A sua população migrante opta em mais de 80% pelo destino europeu, contando com sensivelmente 690.000 emigrantes legalizados. De acordo com dados de 2003 da União Europeia, a sua população emigrante representava o equivalente a sensivelmente 8% da população residente em território nacional<sup>50</sup>.

No período de 1970-2001 o rendimento per capita subiu de 700 para 2.070 USD, enquanto que a taxa de pobreza baixou de 40% para 10% em igual período. Ainda assim, a pobreza continua bastante alta nas zonas rurais, razão pela qual se têm vindo a cuidar das causas da marginalização e da divisão social. Os números oficiais mostram que o índice de pobreza baixou actualmente para 3.9% e que a classe média representa 80% da população.

Segundo o UNDP, na área da educação, 97% das crianças estão inscritas no ensino primário, o melhor rácio dos países magrebinos. Refere a União Europeia que ainda que as taxas de alfabetismo tenham melhorado ao longo dos anos, o analfabetismo ainda afecta 19% da população masculina e 39% da população feminina. Em particular, o analfabetismo entre as camadas mais jovens ainda caracteriza as zonas rurais.

No seu diálogo com a UE a Tunísia tem vindo a fazer progressos ao nível dos direitos sociais, em alinhamento com a Declaração Internacional da Organização Mundial do Trabalho, no que toca ao sistema de segurança social e segurança no trabalho.

O comité nacional para o desenvolvimento sustentado, estabelecido em 1993, continua a coordenar o trabalho das partes interessadas. As áreas prioritárias de intervenção são:

- Reforma e crescimento económico sustentados, com o objectivo de o mercado de trabalho conseguir absorver a procura de emprego e incrementar o investimento privado;
- Melhoria das competências e maior relevo para as qualificações, melhorando a qualidade do ensino superior e a sua relevância para o mercado de trabalho (a manter-se a situação actual, os 70.000 recém-licenciados desempregados actualmente passarão a 300.000 em 2012);
- Consolidação dos programas sociais ao nível da saúde, protecção social e sistema de pensões.

#### **d. Líbia**

A Líbia é actualmente o único país do Magrebe referenciado pelas Nações Unidas como tendo atingido um índice de desenvolvimento humano elevado, cotando-se na 56ª

---

<sup>50</sup> Acerca das migrações da população muçulmana para a Europa, consultar o Anexo C, tabelas 1 e 2.

posição entre 177 países analisados. O efeito do desenvolvimento económico impulsionado essencialmente pelas exportações petrolíferas, propagou-se também à parte social da Líbia, permitindo-lhe obter níveis de desenvolvimento singulares no continente africano, possuindo inclusivamente o melhor PIB *per capita* de todo o continente. Ainda assim, alguns indicadores sociais internacionais revelam que a distribuição da riqueza não é transversal a toda a sociedade, e que restrições de direitos e liberdades são ainda uma prática comum neste país.

Com uma população de sensivelmente 6 milhões de habitantes para uma área de 1.759.540 milhões de km<sup>2</sup>, quase quatro vezes a área da França, a Líbia enfrenta um problema demográfico, mas de âmbito oposto aos seus vizinhos magrebinos, a da falta de população, tornando-a no único país do Magrebe que necessita de mão-de-obra externa para continuar o seu processo de desenvolvimento. A Líbia tornou-se mesmo no único país de imigrantes no contexto do Magrebe, recebendo não só os fluxos de migrações que provêm dos países vizinhos, especialmente do Egipto e das regiões sub-saharianas, mas também de outros continentes, destacando-se o asiático. O contributo dos imigrantes é actualmente expressivo, pois 28% da mão-de-obra disponível é imigrante, representando em termos absolutos 1.787 milhões de pessoas.

**Tabela 46: População líbia – Estimativas e projecções, 1990 – 2020**

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
Líbia	4.3	5.3	5.9	6.4	7.5	2.0	2.0	1.9	1.6
Magrebe	64.5	77.2	83.6	86.3	98.1	1.8	1.5	1.5*	1.3

\* - A média total do Magrebe não inclui os valores da Mauritânia

Fonte: The World Bank

A distribuição populacional está directamente relacionada com as dificuldades secularmente colocadas pelo clima e, mais recentemente, pelo avanço abrupto da desertificação.

A densidade populacional nas regiões mais povoadas, Cirenaica e Tripolitânia, atinge as 50 pessoas por km<sup>2</sup>, ao passo que no resto do país, não passa de um habitante por km<sup>2</sup>. Também por estar praticamente dependente das exportações de petróleo e não desenvolver profundamente outras actividades de produção ou agrícolas, 84,8% da população reside nos centros urbanos, Tripoli e Bengazi, estimando o UNDP que até 2015 esta percentagem seja ainda maior. Cerca de 90% da população líbia habita em menos de

10% do território, junto à costa mediterrânica. Uma pequena percentagem de população, os *Tuareg*, vive ainda num sistema nómada ou semi-nómada, nas planícies e no deserto.

A Líbia contribui para a homogeneidade étnica e religiosa que caracteriza a região em estudo. De facto, cerca de 97% da população é de origem berbere ou árabe, ou tem consanguinidade destas duas etnias. Os restantes 3% são de etnias de origem africana subsahariana, ou até de países como o Egipto, Turquia, Malta, Paquistão, entre outros. A já referida comunidade de imigrantes, que tem crescido substancialmente nos últimos anos, contribuirá certamente para alterar um pouco a distribuição social no futuro.

Actualmente, 33% da população tem menos de 15 anos, estimando-se que este valor venha a diminuir um pouco no futuro. Ainda assim, este rácio poderá representar uma relativamente menor dependência dos imigrantes pelo que, ao contrário das políticas dos seus vizinhos, a Líbia procura manter o ritmo de crescimento populacional.

Conforme se poderá inferir das tabelas seguintes, verifica-se existir uma elevada percentagem de pessoas em idade de trabalho quando comparado o seu valor absoluto com o total populacional. Contudo e mais uma vez, o ritmo de crescimento revela-se por agora insuficiente para conseguir corresponder às necessidades de mão-de-obra.

**Tabela 47: População líbia entre os 15 e os 64 anos – 1990 / 2020**

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
<b>Líbia</b>	2.3	3.4	3.9	4.2	5.0	3.8	2.7	1.9	1.7
<b>Magrebe</b>	34.5	46.4	52.5	58.1	66.5	3.0	2.5	2.1	1.4

Fonte: The World Bank

**Tabela 48: Mão-de-obra disponível na Líbia – 1990 / 2020**

País	Milhões de pessoas					Crescimento anual (%)			
	1990	2000	2005	2010	2020	1990–2000	2000–05	2005–10	2010–20
<b>Líbia</b>	1.2	1.9	2.3	2.7	3.5	4.3	4.0	3.6	2.5
<b>Magrebe</b>	18.3	26.2	30.5	35.0	41.4	3.6	3.1	2.7	1.7

Fonte: The World Bank

No plano religioso, a característica reinante será a homogeneidade religiosa. A profissão do Islão do ramo Sunita é, de facto, praticada pela grande maioria da sua população, cerca de 97%. Também os fluxos de imigrantes, maioritariamente de origem egípcia, não alterarão significativamente esta distribuição no futuro.

Segundo o Banco Mundial, no plano dos principais indicadores sociais, e apesar das referidas restrições impostas pelas autoridades líbias, a sociedade deste país beneficia em termos médios de melhores condições de vida do que os povos dos países do Médio

Oriente e Norte de África, excepção feita à questão da água, na qual existe um enorme défice, obrigando ao desvio de avultadíssimos fundos para a sua obtenção.

**Tabela 49: Principais indicadores sociais da Líbia**

<b>Pessoas</b>			
	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Life expectancy at birth, total (years)	72.5	73.7	74.0
Fertility rate, total (births per woman)	3.2	2.8	2.8
Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19)	4.3	3.4	3.3
Mortality rate, under-5 (per 1,000)	22.0	19.0	18.4
Immunization, measles (% of children ages 12-23 months)	92.0	97.0	98.0
Prevalence of HIV, total (% of population ages 15-49)	..	0.2	..
Improved water source (% of population with access)	71.0	..	..
Ratio of girls to boys in primary and secondary education (%)	..	107.8	105.4
Access to improved sanitation facilities (% of total pop.)	97.0	..	..
Electric power consumption (kWh per capita)	2,226.9	3,299.5	..

Fonte: The World Bank

Efectivamente, não só os indicadores da tabela anterior revelam uma melhoria substancial das condições sociais, como outros, de que será exemplo o acesso às novas tecnologias de comunicação, mostram a evolução positiva da sociedade líbia.

Numa análise ao grau de cumprimento dos Objectivos do Milénio, e ainda que o fornecimento de alguns dados seja restringido pelas autoridades líbias, parece confirmar-se, segundo o Banco Mundial, uma evolução positiva na generalidade dos indicadores sociais:

- não existindo certezas quanto à incidência da pobreza na sociedade líbia, em 2004 apenas 2,5% da população líbia vivia abaixo do consumo médio de calorias diário estabelecido para a dieta humana padrão;
- no que se refere à literacia, há a referir a melhoria significativa espelhada nos dados estatísticos, pois cerca de 85% da população teve acesso à educação básica entre 1995 e 2005 (mais 10% do que no período de 1985-1995) e, no mesmo período, este rácio atingiu os 98% entre a população jovem (15-24 anos);
- nas questões de género, a evolução tem sido gradualmente positiva, principalmente no que concerne ao acesso ao ensino, ao mercado de trabalho, aos lugares mais altos da liderança política nacional e até à taxa de mortalidade materna, a qual se cifrou abaixo das 100 mortes por cada 100.000 nascimentos a partir do ano 2000;
- os direitos da criança têm sido gradualmente melhorados, tendo diminuído a taxa de mortalidade infantil, a fertilidade feminina na adolescência, e

aumentado a taxa de imunização contra as doenças e a assistência médica nos partos, a qual atinge os 98%;

- no que se refere às doenças relacionadas com as dificuldades económicas da sociedade, há a referir que a taxa de incidência da tuberculose tem vindo a diminuir, tendo sido reduzida para metade entre 1990 e 2005;
- o último ponto refere uma taxa de desemprego entre a população jovem relativamente alta (16%), ainda que bastante aquém da média da região do Magrebe, a qual se poderá justificar pela concorrência dos imigrantes dos países vizinhos, e pela tardia requalificação e adequação do sistema de ensino líbio às necessidades do mercado de emprego.

#### e. Mauritânia

Com uma área de pouco mais de um milhão de km<sup>2</sup>, a Mauritânia é notoriamente o país do Magrebe cujos índices de desenvolvimento social se apresentam mais preocupantes e deficitários, situando-se no 137º lugar entre 177 países estudados. Conforme já retratado na análise económica, os problemas são transversais às várias fontes de poder, revelando fragilidades extremas que em última análise se transmitem ao elo mais fraco, a sociedade civil. A Mauritânia, um dos países mais endividados do mundo, tem dificuldades que segundo o FMI se traduzem inclusivamente na necessidade de reformular o sistema de informação estatística nacional, por forma a melhor e mais profundamente se compreender a real situação do país.

Em termos populacionais, a Mauritânia tem apenas 3,2 milhões de habitantes, que residem maioritariamente nas cidades. Segundo o *Population Reference Bureau*, a idade média da população mauritana cifra-se nos 17 anos, o UNDP refere que 40,3% da população tem menos de 15 anos, e a taxa de crescimento populacional é uma das mais elevadas a nível mundial, 2,7% ao ano, o que adicionado às precárias condições sociais irá incrementar ainda mais as dificuldades das populações em termos futuros. Contrariamente à Líbia, que procura mão-de-obra para suprir as necessidades de desenvolvimento, a Mauritânia não tem colocação no mercado de trabalho para a mão-de-obra disponível, apesar do também baixo índice populacional.

**Tabela 50: Principais indicadores sociais da Mauritânia**

Pessoas			
	2000	2005	2006
Population, total	2.6 million	3.0 million	3.2 million
Population growth (annual %)	2.9	2.8	2.7
Poverty headcount ratio at national poverty line (% of population)	46.3	..	..

Pessoas			
	2000	2005	2006
Share of poorest quintile in national consumption or income (%)	6.2	..	..
Life expectancy at birth, total (years)	61.5	63.4	63.7
Fertility rate, total (births per woman)	5.0	4.6	4.5
Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19)	99.0	90.9	87.8
Mortality rate, under-5 (per 1,000)	125.0	125.0	125.0
Immunization, measles (% of children ages 12-23 months)	62.0	61.0	62.0
Primary completion rate, total (% of relevant age group)	52.6	46.0	47.1
School enrollment, secondary (% gross)	19.1	20.8	21.6
Ratio of girls to boys in primary and secondary education (%)	95.0	102.8	101.5
Prevalence of HIV, total (% of population ages 15-49)	..	0.7	..

Fonte: The World Bank

A Mauritânia possui uma estrutura social que assenta essencialmente na tribo, embora se encontre também fundamentação estrutural na raça e na casta, que têm impactado em muito na relação social e na conflitualidade étnica ainda existentes. Assim, derivado da sua posição geográfica na confluência entre o norte de África e a região sub-sahariana, os povos de origem berbere e árabe encontram-se no norte do país, enquanto que no sul habitam as populações de etnias sub-saharianas de raça negra, com ligações próximas aos países vizinhos do Mali e Senegal. Esta realidade tipifica a Mauritânia como o país do Magrebe mais diversificado em termos populacionais. É nesta mesma diversidade que a conflitualidade e tendência hegemónicas de uns povos sobre os outros historicamente evoluíram, com a preponderância dos povos do norte, árabes-berberes, sobre os povos do sul, de raça negra. Nos anos 90 do Século XX a referência a situações de escravatura das populações do norte sobre algumas tribos do sul era ainda vulgar, considerando mesmo a CIA que na actualidade a Mauritânia se constitui como origem e destino do tráfico de crianças sujeitas posteriormente a trabalhos forçados e servidão doméstica. A mesma fonte refere ainda a actual existência de escravatura de adultos e crianças em zonas mais remotas do país.

Tabela 51: Divisão étnica e racial da população mauritana

País	Mistura de árabes / negros	Árabes	Negros
Mauritânia	40%	30%	36%

Fonte: UNDP

Ainda assim, e parecendo à partida uma situação pouco provável, o facto é que no plano religioso a convergência em torno do Islão Sunita é maioritária, sendo uma religião professada por cerca de 99% da população. Para este facto contribuiu certamente a secular presença dos povos berberes e árabes, que no período que antecedeu o colonialismo francês se estendia até ao sul do território da Mauritânia.

No que respeita a outros indicadores sociais, segundo os dados de 2007 do Banco

Mundial, estima-se que entre 1990 e 2004 o índice de pobreza da Mauritânia se tenha cifrado em 46,3%. Adicionalmente o *United Nations Development Programme* estimou que entre 1990 e 2005, 25,9% da população tenha sobrevivido com menos de um dólar por dia, porquanto 63,1% terão sobrevivido com 2 dólares por dia. As diferenças em termos estatísticos derivam da falta de fiabilidade dos sistemas de medição internos da Mauritânia, não deixando porém de convergir para indicadores que revelam alguma gravidade social. Para este facto contribuíram não só as dificuldades seculares no sector agrícola associadas às recentes alterações climáticas e à falta de produtividade industrial mas também as situações recorrentes de corrupção, estimando o Banco Mundial que da riqueza gerada pelo país, apenas 6,2% chegue a ser absorvida pelos mais pobres.

**Tabela 52: Tipificação da distribuição de mão-de obra**

País	Agricultura e pescas	Serviços e comércio	Governo	Industria e transportes
Mauritânia	50%	20%	20%	10%

Fonte: U.S. Department of State

Denote-se que da análise da tabela anterior se poderá retirar que é exactamente no sector que atravessa as maiores dificuldades, o da Agricultura e Pescas, que se concentra a maioria da mão-de-obra nacional, reforçando ainda mais as dificuldades e a pobreza existentes.

No domínio da Saúde, é de referir que não se têm verificado melhorias significativas na presente década, como sejam na taxa de mortalidade ou de nutrição infantil, na profilaxia para a malária ou na imunização por vacina de outras doenças altamente mortais, contudo, algumas medidas preventivas no campo social parecem revelar resultados positivos, que poderão a prazo vir a influenciar positivamente a área da Saúde. Segundo o UNDP, as taxas de fecundidade, em especial entre as adolescentes tem vindo a diminuir, os cuidados de saúde na maternidade têm sido ampliados a uma maior percentagem populacional, e a qualidade do fornecimento e tratamento dos sistemas públicos de água tem vindo a melhorar. Caberá aqui no entanto referir que existe a dúvida se algumas das melhorias sociais se concretizam pelo facto das políticas em curso serem realmente relevantes e concorrentes para o bem-estar social, ou se a situação em alguns casos será de tal forma grave que as medidas a curto prazo e sem grande planificação a nível nacional permitem desde logo alguns resultados concretos.

Por último, e referindo o nível de literacia, há a destacar que também neste plano a situação da Mauritânia não é de todo parecida com a dos restantes países magrebins. Existe de facto uma tendência negativa na presente década, pois apesar do número de



matrículas ter aumentado de 35% em 1991 para 72% em 2005, o número de indivíduos que termina o ensino primário desceu de cerca de 53% em 2000 para 47% em 2006. Ainda assim, a taxa nacional de literacia é de 51,2%, sobressaindo aqui as questões de género, com clara desvantagem para a mulher. Mais uma vez existe alguma falta de documentos e de análise estatística, e muito provavelmente as dificuldades neste sector poderão estar relacionadas com os problemas políticos ocorridos na presente década e com as já explicadas dificuldades no sector económico.

A Mauritânia apresenta também na área social alguns problemas que decorrem essencialmente da sua situação política e económica. A situação revela-se preocupante, e levou já à intervenção por diversas vezes do FMI e de outras instituições internacionais, a que se juntaram já alguns países. Naturalmente que as preocupações extravasam as questões sociais, surgindo a preocupação da proliferação do terrorismo, criminalidade organizada, que num estado extremamente fragilizado encontram terreno fértil para desenvolver as suas actividades.

#### **f. Síntese conclusiva**

O que se poderá inferir da análise social da região do Magrebe é que existem diversos estágios de evolução, consoante o país em análise. Ainda assim, e derivado da influência histórica, cultural e religiosa, encontram-se também similaridades em muitas áreas do campo social.

Destaca-se neste âmbito o papel que tem tido o sector económico, fortemente impulsionado pelas exportações dos hidrocarbonetos, permitindo que a Líbia e Argélia comecem a apresentar indicadores sociais optimistas. Por seu turno a Tunísia e Marrocos, menos ricos no plano das matérias-primas e hidrocarbonetos, têm tentado compensar as suas dificuldades através da aposta na diversificação da produção industrial e da melhoria do sector agrícola. Por último, a Mauritânia constitui um factor de preocupação, dadas as dificuldades que afectam transversalmente a generalidade da sua sociedade e que dificilmente serão debeladas sem uma intervenção internacional.

O factor político tem também uma importância relativamente elevada, porquanto dele depende a gestão não só dos recursos, como também a emanação de políticas que claramente condicionam o factor social. Neste âmbito, e da análise efectuada conclui-se pela necessidade de evolução:

- existe ainda muita discriminação social, afectando principalmente as mulheres, as crianças e os jovens;

- a educação revela ainda muitas deficiências e é por vezes condicionada por factores políticos e religiosos;
- os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos são muitas vezes mitigados por justificações no plano da segurança interna e luta contra o terrorismo;
- a corrupção é referida como sendo preocupante em alguns países, inibindo a correcta aplicação dos recursos públicos;
- as taxas de crescimento populacional, à excepção da Líbia, revelam-se preocupantes e contribuem para a crescente exclusão social que se encontra nas grandes cidades;
- A falta recorrente de água e o avanço da desertificação tem influenciado a emergência de novas correntes migratórias em direcção às grandes cidades e à Europa.

#### 4. Factor Militar

Ainda que à escala mundial e em termos absolutos a despesa com armamento no continente africano seja quase desprezível, cerca de 15,5 biliões de dólares em 2006 e dos quais 6,5 biliões no Norte de África, há que equacionar o significado geoestratégico que terá o aumento percentual recentemente constatado da despesa militar nesta região.

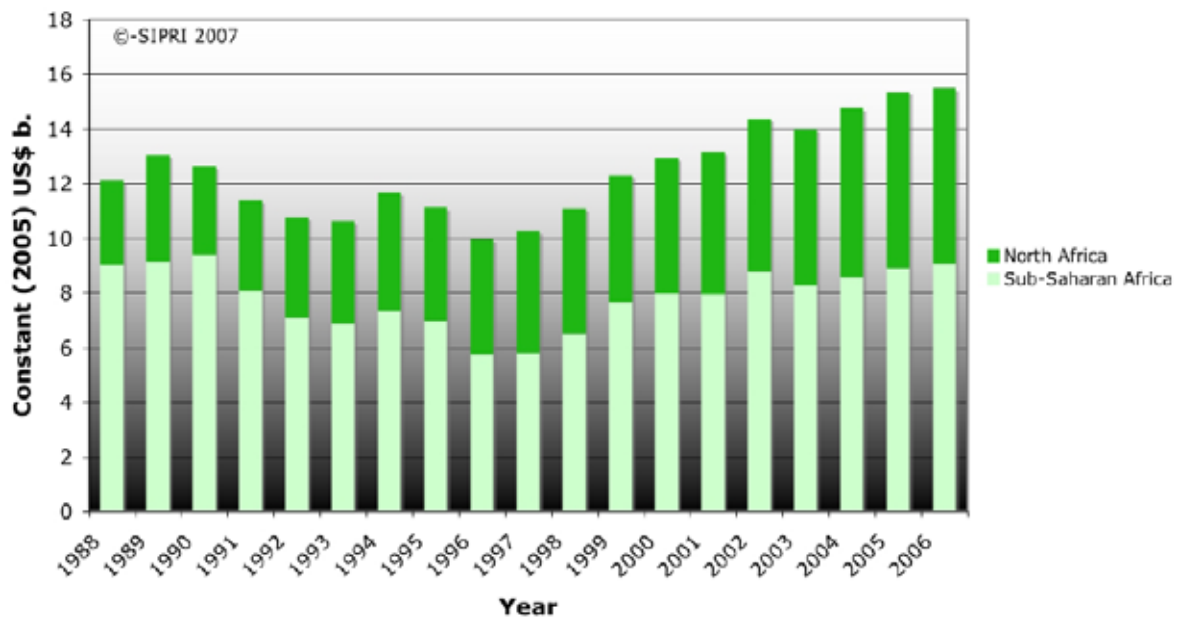
**Tabela 53: Despesa militar e sua variação a nível global / 1988-2006**

Figures are in US \$b., at constant 2005 prices and exchange rates. Figures in *italics* are percentages.  
Figures do not always add up to totals because of the conventions of rounding.

Region <sup>a</sup>	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	% change 1988-2006
<b>Africa <sup>a</sup></b>	12.1	(13.1)	12.6	11.4	10.7	10.6	11.7	11.1	10.0	10.3	11.1	12.3	13.0	13.2	14.4	14.0	14.8	15.3	(15.5)	+ 28
North	(3.1)	(3.9)	(3.2)	(3.3)	(3.6)	(3.7)	4.3	4.2	4.2	4.4	4.6	4.6	5.0	5.2	5.6	5.7	6.2	6.5	6.5	+ 109
Sub-Saharan	9.0	9.1	9.4	8.1	7.1	6.9	7.4	7.0	5.8	5.8	6.5	7.7	8.0	8.0	8.9	8.3	8.6	8.8	9.0	0
<b>Americas</b>	525	521	494	434	457	438	414	397	374	375	367	368	381	387	431	481	522	549	575	+ 9
Caribbean	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Central	2.4	2.5	2.6	2.8	3.0	3.2	3.8	3.4	3.5	3.7	3.6	3.8	3.9	3.9	3.7	3.8	3.5	3.5	3.5	+ 46
North	499	494	473	416	438	416	391	370	350	347	340	341	354	357	399	453	493	518	542	+ 9
South	(23.9)	23.7	(18.2)	14.7	15.5	18.7	18.6	23.0	20.8	24.1	23.2	22.5	23.3	26.3	27.4	24.5	25.1	27.4	29.1	+ 22
<b>Asia &amp; Oceania</b>	102	106	110	112	118	121	121	124	128	131	132	136	139	146	153	160	167	176	185	+ 81
Central Asia	..	..	..	..	0.6	0.7	0.6	0.5	0.6	0.6	(0.6)	0.6	..	(0.7)	(0.7)	(0.8)	(0.9)	(1.0)	(1.1)	..
East Asia	(76.4)	79.8	83.3	83.9	91.2	92.4	93.0	94.7	98.6	99.6	100	100	103	109	116	121	126	131	138	+ 81
Oceania	10.7	10.5	10.4	10.5	10.7	11.0	11.1	10.8	10.7	10.9	11.4	11.9	11.8	12.2	12.7	13.2	13.8	14.3	15.0	+ 40
South Asia	15.0	15.7	15.8	15.3	15.1	16.6	16.7	17.5	17.6	19.6	20.2	22.6	23.4	24.2	24.3	25.0	25.8	29.0	30.7	+ 105
<b>Europe</b>	513	497	467	..	326	314	307	282	279	283	275	280	287	287	294	302	306	309	310	- 40
Central	(15.8)	14.2	14.3	11.1	12.8	14.2	14.7	15.0	14.4	14.8	14.7	14.4	14.4	14.9	15.2	15.7	15.7	16.0	16.7	+ 6
Eastern	218	203	171	..	43.5	38.7	38.8	23.8	21.1	23.7	15.6	15.9	21.4	23.4	25.8	27.6	28.9	34.2	38.3	- 82
Western	279	280	282	280	269	261	254	243	243	244	245	249	251	249	253	259	262	258	255	- 9
<b>Middle East</b>	40.2	39.1	53.3	59.8	49.0	45.0	44.1	41.4	40.7	46.1	49.3	48.9	55.8	58.4	55.9	58.0	62.8	70.5	72.5	+ 80
<b>World</b>	1193	1176	1136	..	960	928	898	855	831	844	834	844	876	892	948	1016	1072	1119	1158	- 3
<i>Change (%)</i>		-1.4	-3.4	..	..	-3.3	-3.2	-4.8	-2.8	+1.6	-1.2	1.2	3.8	+1.9	+6.2	+7.2	+5.5	+4.4	+3.5	

Fonte: SIPRI

### Military expenditure in Africa, 1988 - 2006



Fonte: SIPRI

Gráfico 20: Comparação dos gastos em armamento no Continente africano

Tabela 54: Despesa militar e sua variação a nível global / 1997-2006

Figures are in US\$ b., at constant (2005) prices and exchange rates. Figures in italics are percentages. Figures do not always add up to totals because of the conventions of rounding.

Region <sup>a</sup>	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Change 97-06
<b>Africa</b>	<b>10.3</b>	<b>11.1</b>	<b>12.3</b>	<b>13.0</b>	<b>13.2</b>	<b>14.4</b>	<b>14.0</b>	<b>14.8</b>	<b>15.3</b>	<b>(15.5)</b>	<b>(+51)</b>
North	4.4	4.6	4.6	5.0	5.2	5.6	5.7	6.2	6.5	6.5	+47
Sub-Saharan	5.8	6.5	7.7	8.0	8.0	8.9	8.3	8.6	8.8	9.0	+55
<b>Americas</b>	<b>375</b>	<b>367</b>	<b>368</b>	<b>381</b>	<b>387</b>	<b>431</b>	<b>481</b>	<b>522</b>	<b>549</b>	<b>575</b>	<b>+53</b>
Caribbean	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Central	3.7	3.6	3.8	3.9	3.9	3.7	3.8	3.5	3.5	3.5	-5
North	347	340	341	354	357	399	453	493	518	542	+56
South	24.1	23.2	22.5	23.3	26.3	27.4	24.5	25.1	27.4	29.1	+21
<b>Asia, Oceania</b>	<b>131</b>	<b>132</b>	<b>136</b>	<b>139</b>	<b>146</b>	<b>153</b>	<b>160</b>	<b>167</b>	<b>176</b>	<b>185</b>	<b>+41</b>
Central	0.6	(0.6)	0.6	..	(0.7)	(0.7)	(0.8)	(0.9)	(1.0)	(1.1)	(+73)
East	99.6	100	100	103	109	116	121	126	131	138	+39
Oceania	10.9	11.4	11.9	11.8	12.2	12.7	13.2	13.8	14.3	15.0	+37
South	19.6	20.2	22.6	23.4	24.2	24.3	25.0	25.8	29.0	30.7	+57
<b>Europe</b>	<b>283</b>	<b>275</b>	<b>280</b>	<b>287</b>	<b>287</b>	<b>294</b>	<b>302</b>	<b>306</b>	<b>309</b>	<b>310</b>	<b>+10</b>
Central	14.8	14.7	14.4	14.4	14.9	15.2	15.7	15.7	16.0	16.7	+13
Eastern	23.7	15.6	15.9	21.4	23.4	25.8	27.6	28.9	34.2	38.3	+61
Western	244	245	249	251	249	253	259	262	258	255	+5
<b>Middle East</b>	<b>46.1</b>	<b>49.3</b>	<b>48.9</b>	<b>55.8</b>	<b>58.4</b>	<b>55.9</b>	<b>58.0</b>	<b>62.8</b>	<b>70.5</b>	<b>72.5</b>	<b>+57</b>
<b>World</b>	<b>844</b>	<b>834</b>	<b>844</b>	<b>876</b>	<b>892</b>	<b>948</b>	<b>1016</b>	<b>1072</b>	<b>1119</b>	<b>1158</b>	<b>+37</b>
Change (%)		-1.2	1.2	3.8	1.9	6.2	7.2	5.5	4.4	3.5	

( ) = Total based on country data accounting for less than 90 per cent of the regional total; .. = Available data account for less than 60 per cent of the regional total.

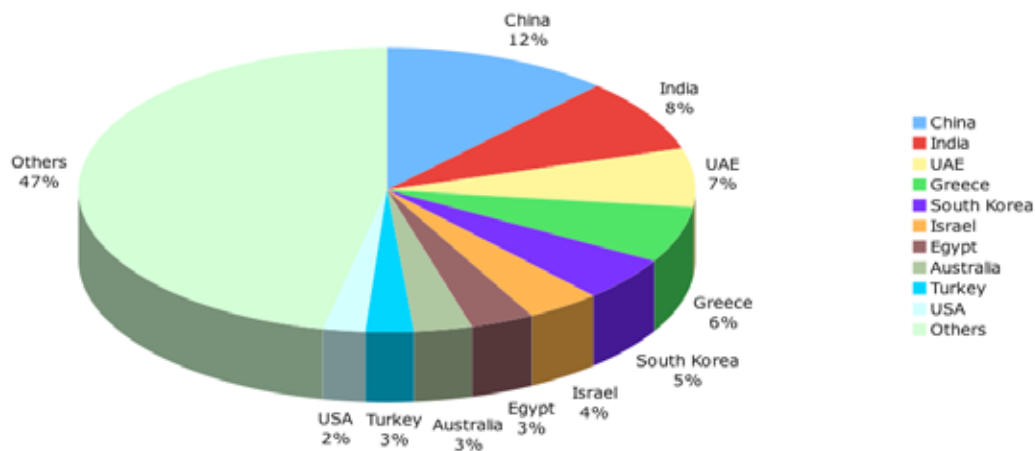
Fonte: SIPRI

Nos últimos dez anos tem existido um equilíbrio relativo nas despesas relacionadas com armamento entre o norte e sul do continente africano, contudo, se a análise for ampliada até à década de oitenta do século passado, verifica-se a emergência do Norte de África como a sub-região do continente que mais investe na aquisição de material bélico. Paralelamente, e dado que a maioria dos estados africanos se localiza geograficamente a sul do Sahara, conclui-se que o investimento em armamento em termos absolutos no Norte de África, já de si elevado, é repartido por um escasso número de Países, sobressaindo o Egipto, logo seguido de alguns países do Magrebe como a Argélia, Marrocos e a Líbia. Um outro factor digno de referência fundamenta-se no intenso esforço regional de modernização e de aquisição de material com tecnologias de ponta, ao invés do período da guerra-fria em que vulgarmente os equipamentos adquiridos por aquela região eram normalmente antigos e por vezes obsoletos, apesar do volume das aquisições efectuadas. Na actualidade, a aquisição de armamento na região do Magrebe não mais se concretiza de forma desenfreada e pouco planeada, obedecendo agora a critérios bem precisos de qualidade e capacidades associadas, atingindo em alguns casos, como será o da Argélia, níveis de desenvolvimento tecnológico bastante avançados e equiparáveis a alguns países mais industrializados do norte da bacia do Mediterrâneo.

Concretizando um pouco mais, os estados africanos receberam no período que decorreu entre 2003 e 2007 cerca de 6% do volume internacional de transferências de armamento convencional, tendo no período anterior de 1998-2002 recebido 5%. De acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), entre 2003 e 2007, quatro das cinco nações magrebina (Argélia, Marrocos, Líbia e Tunísia) receberam 32% do total das importações africanas e 44% no período referente a 1998-2002 (2008: 4).

No que concerne à aquisição de armamento, a região do Magrebe não se destaca na estatística internacional. De facto, nenhum dos cinco países magrebins aparece cotado como um dos principais compradores internacionais de armamento, em contraponto com o Egipto, ou Israel que fazem parte do vizinho Mashreq, ou de Itália, França, Espanha, Grécia e Turquia, que pertencem à margem norte da bacia mediterrânica (Sipri, 2007). Contudo, há que analisar as motivações que induzem os países do Magrebe neste seu novo esforço de aquisição de material militar, ainda que seja pouco relevante à escala mundial.

Top 10 arms importers, for the period 2003-2007



Fonte: SIPRI

Gráfico 21: Principais importadores mundiais de armamento

Relativamente aos efectivos das Forças Armadas destacam-se aqui três estados, os quais têm tradicionalmente tentado surgir como estados directores na região. Será de assinalar a questão líbia que, com uma população bastante inferior à da Argélia e de Marrocos, cerca de 20% do total dos seus vizinhos, consegue mobilizar mais de metade do pessoal no activo argelino e mais de 40% do pessoal no activo marroquino.

Tabela 55: Efectivos militares dos países do Magrebe

Nação	Pessoal no serviço activo	Pessoal na componente terrestre	Pessoal na reserva	Paramilitares	Total
Argélia	127,500	110.000	150,000	60,000	337,500
Marrocos	196,300	175.000	150,000	75,000	421,800
Líbia	76.000	45.000	40.000	3.000	119.000
Tunísia	35.000	27.000	-	12.000	47.000
Mauritânia	16.000	15.000	-	4.500	20.250

Fontes: Center for Strategic and International Studies - Washington; ORBAT; The Institute for National Security Studies  
- Israel

Convirá determo-nos agora na análise específica de cada país que integra a região do Magrebe, para na “alínea f” deste Apêndice serem tecidas as considerações gerais.

#### a. Argélia

As Forças Armadas argelinas, totalizam cerca de 127.500 homens no activo e 150.000 reservistas. Neste âmbito, destaca-se desde logo a questão de política interna

argelina pelo facto de o Presidente acumular complementarmente as funções de Ministro da Defesa Nacional, revelando e confirmando a elevada centralização de poder anteriormente referida na análise dos factores políticos.

De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, as Forças militares são complementadas internamente pelas Forças de Segurança, na dependência directa do Ministro do interior, constituídas por 60.000 homens, repartidas por um corpo nacional paramilitar, pela designada polícia rural, e ainda pela polícia metropolitana. (U.S. Department of State, 2007). Portanto, constata-se a preocupação da liderança política em manter o absoluto controlo sobre as forças militares e de segurança, que têm sido o garante da manutenção do actual regime político na sua luta contra o terrorismo e os grupos islâmicos radicais.

O serviço militar é obrigatório para os homens, e tem uma duração de dezoito meses, sendo que a Argélia dispõe actualmente na sua população de cerca de oito milhões de homens em condições de integrar as fileiras ao que, em caso de necessidade, se poderá adicionar sensivelmente o mesmo número de mulheres.

A Argélia foi em 2006 o segundo maior investidor africano em armamento (SIPRI, 2007) e possui actualmente um potencial militar que a catapultou para o patamar cimeiro regional, relevando naturalmente a dimensão que a área de Defesa tem adquirido nos últimos anos. Concretamente, no ano de 2006 a Argélia gastou cerca de 2,6 biliões de dólares na Defesa, o que correspondeu aos valores considerados altíssimos para os padrões ocidentais de 3,5% do seu PIB em 2005 e 3,3% em 2006 (CIA, 2007: 2008). Adicionalmente, e de acordo com o SIPRI, a Argélia terá assinado com a Rússia contratos para aquisição de material militar entre 2005 e 2006 no valor de 10,5 biliões de dólares. Ainda de acordo com o Departamento de Estado norte-americano, o esforço de modernização argelino, particularmente na compra de material de características defensivas, tem sido evidente, ao que não será alheio o facto de ter-se degladiado ao longo das duas últimas décadas com a questão interna da guerra civil. Contudo, a definição de “armamento defensivo” poderá ser questionável em virtude de a maioria dos equipamentos actuais terem um cariz muito versátil ou comumente designado *multirole*, conferindo-lhe também capacidades ofensivas, colocando os países vizinhos, designadamente Marrocos e Líbia em permanente alerta e motivando da sua parte um esforço adicional de modernização das suas forças militares.

Conforme anteriormente referido, no período que decorreu entre 2003 e 2007, a Argélia não apareceu na lista dos vinte principais importadores internacionais de

armamento. No entanto, não se poderá deixar de salientar a especificidade do investimento argelino ser elevado no contexto regional, mas relativamente baixo, quando o “regional” deixa de ser o Magrebe e é ampliado a toda a região da bacia mediterrânica. Provavelmente o esforço de investimento bélico continuará a estar mais relacionado com as suas questões internas e diferendos latentes com os estados vizinhos, do que propriamente com tendências militares de maior amplitude.

Outro facto que importa destacar é que historicamente a Argélia tem encontrado enormes dificuldades na aquisição de material militar ocidental, principalmente aquele relacionado directamente com o combate<sup>51</sup>. Por esse motivo, o seu fornecedor tradicional tem sido a Rússia, possibilitando a modernização dos sistemas de armas argelinos, e cuja qualidade e capacidade tecnológica rivaliza com os mais modernos sistemas de armas ocidentais<sup>52</sup>. Mais recentemente, a melhoria das relações diplomáticas com os Estados Unidos permitiram à Argélia perspectivar alguma diversificação nas suas aquisições<sup>53</sup>, a que se junta actualmente a França tentando concretizar alguns contratos no campo da aeronáutica militar.

**Tabela 56: Principais aquisições argelinas de armamento convencional entre 2000 e 2007**

Supplier/ recipient (R) or licensor (L) Comments	No. ordered	Weapon designation	Weapon description	Year of order/ licence	Year(s) of deliveries	No. delivered/ produced
<b>Belarus</b> R: Algeria Ex-Belarusian; part of deal incl 8 MiG-29UB delivered from Russia via Belarus	28	MiG-29S/Fulcrum-C	FGA aircraft	(1998)	1999-2004	(28)
<b>Canada</b> R: Algeria For 6 C-295 transport aircraft from Spain; PW-127 version	12	PW-100	Turboprop	2004	2005-2006	(12)
<b>China</b> R: Algeria For Djebel Chinoua FAC	(25)	C-802/CSS-N-8/Saccade	Anti-ship missile	(1999)	2000-2002	(25)
<b>Czech Republic</b> R: Algeria Probably \$30 m deal; L-39ZA version; originally produced for Nigeria but never delivered for financial reasons; no. delivered may be 20	(17)	L-39Z Albatros	Trainer/combat ac	2001	2002-2003	(17)
<b>France</b> R: Algeria	(12)	AS-355/AS-555	Light helicopter	(2003)	2005-2006	(12)

<sup>51</sup> No que concerne a material militar de apoio, as restrições não têm sido tão elevadas.

<sup>52</sup> Ao nível dos sistemas aéreos, a modernização de aeronaves MIG-29 e a aquisição de SU-30 espelham exactamente esse facto.

<sup>53</sup> Através da compra de aeronaves de vigilância aérea aos EUA.



AS-355N version;  
possibly incl 2-4 for police

#### Germany (FRG)

<b>R:</b> Algeria	9	MTU-538	Diesel engine (SH)	(1983)	1988-2002	9
For 3 Djebel Chenoua FAC produced in Algeria						

#### Italy

<b>R:</b> Algeria	6	EH-101-400	Helicopter	2007		
Part of EUR400 m deal; delivery 2009-2010						
	4	Super Lynx-300	Helicopter	2007		
Part of EUR400 m deal; delivery 2009-2010						

#### Russia

<b>R:</b> Algeria	2	AK-630 30mm	Naval gun	(1992)	1995-2002	2
For 1 Djebel Chenoua FAC produced in Algeria						
	3	AK-176M 76mm	Naval gun	(1995)	2000-2002	(3)
For 3 Djebel Chenoua FAC produced in Algeria						
	(3)	Garpun/Plank Shave	Air surv radar	(1997)	2000	1
For modernization of 1 Nanuchka (Hamidou) corvette						
	(1)	MR-104/Drum Tilt	Fire control radar	(1997)	2000	1
For modernization of 1 Koni (Mourad Rais) frigate						
	(2)	Pozitiv-ME1.2	Air/sea surv radar	(1997)	2000	2
For modernization of 1 Koni (Mourad Rais) frigate and 1 Nanuchka (Hamidou) corvette						
	(24)	TEST-71	AS/ASW torpedo	(1997)	2000-2002	(24)
Probably for modernized Koni (Mourad Rais) frigates						
	6	Il-78M/Midas	Tanker aircraft	(1998)	2000-2001	(6)
Ex-Russian; possibly modernized before delivery						
	(30)	Kh-35 Uran/SS-N-25	Anti-ship missile	1998	2000	(30)
For modernized Nanuchka (Hamidou) corvette						
	8	MiG-29/Fulcrum-A	Fighter aircraft	(1999)	2000-2001	(8)
Ex-Russian; MiG-29UB version; ordered and delivered via Belarus (part of deal incl 28 MiG-29 delivered from Belarus)						
	(3)	Su-24MK/Fencer-D	Bomber aircraft	1999	2001	(3)
Ex-Russian; probably modernized before delivery						
	22	Su-24MK/Fencer-D	Bomber aircraft	2000	2001-2005	(22)
Ex-Russian; \$120 m deal; probably modernized before delivery						
	42	Mi-8/Mi-17/Hip-H	Helicopter	2002	2002-2004	(42)
Deal worth \$180 m; Mi-171Sh armed version						
	(3000)	9M133 Kornet/AT-14	Anti-tank missile	2005	2006-2007	(1000)
For BMP-2M IFV						
	(300)	BMP-2	IFV	2005	2006-2007	(100)
Algerian BMP-2 rebuilt to BMP-2M						
	..	96K9 Pantsyr-S1	Mobile AD system	(2006)		
	(900)	9M311/SA-19 Grison	SAM	(2006)		
For 96K9 Pantsyr-S1 AD systems						
	(34)	MiG-29SMT/Fulcrum	FGA aircraft	2006	2007	(8)
\$1.2-1.8 b deal (part of \$3.5-7.5 b deal incl \$300 m trade-in of 36 Algerian MiG-29); incl 6 MiG-29UBT; delivery 2007-2009; status uncertain						
	..	R-77/AA-12 Adder	BVRAAM	(2006)		
For MiG-29SMT and Su-30MK combat aircraft; status uncertain						
	(8)	S-300PMU-2/SA-10E	SAM system	2006		
\$1 b deal (part of \$7.5 b deal)						
	(28)	Su-30MK/Flanker	FGA aircraft	(2006)		
\$1.2-1.8 b deal (part of \$3.5-7.5 b deal; Su-30MKA version; delivery 2008-2009						
	(180)	T-90S	Tank	(2006)	2007	(90)

\$1 b deal (part of \$7.5 b deal);  
delivery 2007-2011

2	Type-636E/Kilo	Submarine	2006		
\$400 m deal; delivery 2008					
16	Yak-130	Trainer/combat ac	2006		
\$200 m deal (part of \$7.5 b deal); delivery from 2008					

#### South Africa

**R:** Algeria (700) Ingwe Anti-tank missile (1998) 2000-2001 (700)  
For Mi-24 helicopters modernized in South Africa

#### Spain

**R:** Algeria 6 C-295 Transport aircraft 2004 2005-2006 (6)  
EUR130 m (\$170 m) deal

#### UK

**L:** (6) Kebir Patrol craft (1990) 1997-2006 (6)  
Assembled/produced in Algeria;  
Algerian designation El Yadekh;  
more planned but cancelled

#### Ukraine

**R:** Algeria (67) T-72M1 Tank (1997) 1998-2000 67  
Ex-Ukrainian  
(5) MiG-29/Fulcrum-A Fighter aircraft (1998) 2000 5  
Ex-Ukrainian  
42 R-27/AA-10 Alamo BVRAAM (1999) 2000 42  
R-27R and R-27T version  
(17) AI-25/DV-2 Turbofan 2001 2002-2003 (17)  
For 17 L-39 trainer aircraft from Czech Republic;  
Titan (AI-25TL) version produced in Czech Republic  
(16) Mi-24V/Mi-35/Hind-E Combat helicopter (2001) 2001-2002 (16)  
Ex-Ukrainian  
(42) R-27/AA-10 Alamo BVRAAM (2003) 2004-2006 (42)  
(16) R-73/AA-11 Archer SRAAM (2003) 2004 (16)  
Probably ex-Ukrainian  
(21) T-72 Tank (2004) 2005 21  
Ex-Ukrainian  
(14) R-40/AA-6 Acrid BVRAAM (2005) 2005-2006 14  
Ex-Ukrainian

#### USA

**R:** Algeria 4 AN/TPS-70 Air surv radar (1998) 2000-2001 (4)  
6 Beech-1900/C-12J Light transport ac 2000 2001 (6)  
6 Beech-1900D HISAR AGS aircraft 2000 2001-2002 (6)

\$196-206 m deal;

incl for SIGINT and use against GIA rebels

Fonte: SIPRI

Indo de encontro às anteriores deduções, verifica-se na análise aos principais equipamentos adquiridos desde o ano 2000 a emergência de alguns aspectos que são transversais à generalidade das aquisições: a tecnologia de ponta; a versatilidade dos sistemas, conferindo-lhe as referidas características *multirole*; a importância do armamento defensivo; e ainda a sua especificidade para operação no deserto<sup>54</sup>.

<sup>54</sup> Principalmente através da aquisição de meios de vigilância aérea aos EUA para o combate aos grupos terroristas no sul do seu território.

Tabela 57: Constituição das Forças Armadas Argelinas

**Armed Forces****Order-of-Battle**

Year	2003	2004	2005	2006	2007
<b>General data</b>					
• Personnel (regular)	127,000	127,000	127,000	127,000	127,000
<b>Ground Forces</b>					
• Divisions	5	5	5	5	5
• Total number of brigades	26	26	26	26	26
• Tanks	900 (1,100)	900 (1,100)	900 (1,100)	900 (1,100)	940 (1,140)
• APCs/AFVs	2,010 (2,100)	1,915* (2,015)	1,915 (2,015)	1,915 (2,015)	1,955 (2,055)
• Artillery (including MRLs)	900 (985)	920 (1,000)	920 (1,000)	920 (1,000)	920 (1,000)
<b>Air Force</b>					
• Combat aircraft	228 (258)	213* (243)	213 (243)	213 (243)	213 (243)
• Transport aircraft	40 (45)	41 (46)*	41 (46)	41 (46)	41 (46)
• Helicopters	174 (183)	174 (183)	177 (186)	177 (186)	177 (186)
<b>Air Defense Forces</b>					
• Heavy SAM batteries	11	11	11	11	11
• Medium SAM batteries	18	18	18	18	18
• Light SAM launchers	78	78	78	78	78
<b>Navy</b>					
• Combat vessels	26	26	26	26	26
• Patrol crafts	16	16	16	16	16
• Submarines	2	2	2	2	2

\* Due to change in estimate.

Fonte: The Institute for National Strategic Studies

Tabela 58: Armamento do Exército Argelino

Tipologia	Designação técnica do armamento
Rifles, ATGM and missiles	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AKM (main assault rifle)</li> <li>• AKS-74U</li> <li>• Dragunov SVD</li> <li>• RPK</li> <li>• PKT</li> <li>• RPG-7</li> <li>• Type 67 machine gun</li> <li>• RPG-18</li> <li>• RPG-29</li> <li>• Type 69 RPG</li> <li>• Steyr AUG</li> <li>• Type 81 assault rifle (main assault rifle)</li> </ul>
Anti-Tank	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ? AT-4 Spigot</li> <li>• ? AT-5 Spandrel</li> <li>• ?AT-3 Sagger</li> <li>• ? AT-14 Kornet E</li> <li>• 200 MILAN</li> </ul>
Tanks	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 180 T-90 (Ordered from Russia in 2006 – 40 in service)</li> <li>• 325 T-72 Upgraded to AG format, and some upgrade to T-90 standards.</li> <li>• 300 T-62</li> <li>• 275 T-55</li> </ul>

Tipologia	Designação técnica do armamento
Combat vehicles	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 24 WZ551</li> <li>• 200+ HMMWV</li> <li>• GAZ-3937 Vodnik</li> <li>• 685 BMP-1</li> <li>• 300 BMP-2</li> <li>• 550 BTR-60</li> <li>• 200 BTR-80</li> <li>• 115 BRDM-2</li> <li>• 50 EE-9 Cascavel</li> <li>• 600 BTR-80 / BTR-60 / OT-64</li> <li>• 50 Panhard AML-60</li> </ul>
Howitzers	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 190 D-74/M-1931/M-30</li> <li>• 150 2S1</li> <li>• 35 2S3</li> <li>• 190 D-30</li> <li>• 10 M-46 Type 59</li> <li>• 80 D-44</li> </ul>
Rocket Launchers	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 50 BM-14, BM-16</li> <li>• 50 BM-21</li> <li>• 30 BM-24</li> <li>• 18 BM-30 Smerch</li> </ul>
Air Defense (part of the Territorial Air Defense Force)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 Batteries SA-2</li> <li>• 5 Batteries SA-3</li> <li>• 10 Batteries SA-6 Gainful</li> <li>• 180 SA-7 Grail</li> <li>• 24 launchers SA-8 Gecko</li> <li>• 46 launchers SA-9 Gaskin</li> <li>• 32 launchers SA-13</li> <li>• 180 launchers SA-14 Gremlin</li> <li>• 38 launchers SA-22 Greyhound</li> <li>• Several type of short range guns – S-60/ZSU 23x4/KS12</li> </ul>

Fonte: SIPRI / INSS

Tabela 59: Armamento da Marinha Argelina

Tipologia	Designação técnica do armamento
Fleet	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 (Type 877EM Kilo) diesel-electric submarines</li> <li>• 3 Nanuchka II type corvettes</li> <li>• 3 Koni Type frigates</li> <li>• 3 Djebel Chinoise type 802 class corvettes</li> <li>• 10 Osa-I/II type missile fast attack craft</li> <li>• 11 Gunboats Kebir class</li> <li>• 6 El Yadek class inshore patrol boats</li> <li>• 16 patrol craft</li> <li>• 1 Polnochny class medium landing ship</li> <li>• 2 Kalaat class logistic landing ships</li> <li>• 1 T43 class mine layer</li> <li>• Future procurement type 636 Kilo class / 2 Frigates Kebir class</li> </ul>

Fonte: SIPRI / INSS

**Tabela 60: Armamento da Força Aérea Argelina**

Tipologia	Designação técnica do armamento e existências
<b>Aircraft</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 43 Training Aero Vodochody Norodni Podnik L-39</li> <li>• 41 Transport aircraft - /Beech T-34C/CASA C-295 (6)/C-130 (13)/L-100</li> <li>• 6 Beech 1900D – surveillance / 12 future procurement</li> <li>• 3 Bell 206</li> <li>• 6 EH-101</li> <li>• 4 Super Lynx</li> <li>• 2 Ilyushin Il-78</li> <li>• Kamov Ka-32T (3)</li> <li>• 82 MIG-21</li> <li>• 18 Mikoyan MiG-23MF/MS/U</li> <li>• 38 MIG-23BN</li> <li>• 12 Mikoyan MiG-25 A/B/U</li> <li>• 3 MIG-25R</li> <li>• 25 Mikoyan MiG-29</li> <li>• 45 Mil Mi-8</li> <li>• 42 Mil Mi-171</li> <li>• 38 Sukhoi Su-24 Fencer C</li> <li>• 4 SU-24MR</li> <li>• 36 Mil Mi-24</li> <li>• 28 SU-30 on order</li> <li>• 36 MIG-29 SMT on order</li> </ul>

Fonte: Aviation Week &amp; Space Technology / INSS

Da análise qualitativa ao equipamento planeado para os próximos anos, bem como às existências actuais, ressalta a relativa falta de equipamento da componente marítima quando comparada com as componentes terrestre ou aérea, e que se traduzem na relativa ausência da frota argelina do mar mediterrâneo e no patrulhamento da sua zona económica exclusiva. Provavelmente a Argélia manterá no futuro a sua propensão militar para uma presença mais voltada para o território continental em virtude da volatilidade político-social interna, bem como, das questões relacionadas com os países vizinhos, que fruto do actualmente abandonado projecto líbio de desenvolvimento de armamento nuclear e dos ainda latentes diferendos das minas de Tindouf e do Sahara Ocidental, forçaram a Argélia a manter um dispositivo terrestre bastante elevado.

Não se percebe que o equipamento militar em aquisição possa de algum modo potenciar uma postura bélica que propicie iniciativas militares para além da região magrebina, no entanto, o tipo e quantidade de armamento em presença, associado ao número de homens mobilizáveis para as forças armadas, coloca os países vizinhos numa situação militar bastante desconfortável.

Relativamente à questão do programa nuclear argelino, que foi alvo de desenvolvimento nas décadas de 80 e 90 do Século XX<sup>55</sup>, o mesmo fez com que a Argélia se tivesse tornado alvo de vários reparos e preocupações no plano internacional ao conseguir colocar em funcionamento duas centrais nucleares (Globalsecurity.org, 2005). A contribuir para a referida inquietação deu-se o facto de já depois de a Argélia ter aderido ao Tratado de Não Proliferação Nuclear em 1995, os serviços secretos espanhóis terem reportado através do jornal *El Pais*, em 1998, a intenção argelina de continuar a desenvolver o seu programa nuclear à base de plutónio, numa lógica que iria para além das suas “necessidades pacíficas”. Na presente década, e de acordo com os relatórios referidos pelo SIPRI, que abordam de forma analítica as questões de proliferação nuclear, a Argélia não aparece como um caso preocupante, existindo inclusivamente ausência de referências relacionadas com actividades desenvolvidas por este estado no campo nuclear. Em contraponto, a existência de matéria-prima no continente africano, bem como as necessidades energéticas na região, levam a comunidade científica internacional a considerar que a Argélia continua a equacionar o relançamento de um programa de desenvolvimento nuclear, que tem sido objecto de incentivo por parte do Irão (Khripunov, 2007).

Por último, e no quadro da melhoria das relações institucionais com o mundo ocidental, a Argélia tem vindo a enveredar por uma reaproximação em vários planos, que se projecta inclusivamente para o campo militar. De facto, a Argélia tem vindo a colaborar com a comunidade internacional através do estreitamento das relações com a Agência Internacional da Energia Atómica, da luta contra o terrorismo<sup>56</sup>, e da assinatura e ratificação de alguns protocolos internacionais, dos quais se destaca o já mencionado Tratado de Não Proliferação Nuclear<sup>57</sup>.

#### **b. Marrocos**

A chefia das Forças Armadas é exercida pela pessoa do Rei, o qual, e mais uma vez à semelhança do que se passa na vizinha Argélia acumula com a pasta da Defesa, tendo actualmente à sua disposição cerca de 196.000 homens que, na sua grande maioria (175.000), integram a componente terrestre. Marrocos dispõe ainda de um potencial

---

<sup>55</sup> O programa foi apoiado secretamente pela China e Argentina.

<sup>56</sup> A adesão à *Trans Saharian Counter Terrorism Initiative*, patrocinada pelos EUA é disso exemplo.

<sup>57</sup> A Argélia também aderiu ao Tratado de proibição de utilização de armamento nuclear e outras armas de destruição massiva no mar ou leitos marinhos e ainda no sub-solo. Paralelamente assinou a convenção que proíbe o desenvolvimento, produção e armazenamento de armas bacteriológicas e tóxicas e concordou na respectiva destruição.

humano passível de integrar as Forças Armadas de cerca de 16 milhões de homens e mulheres, tendo constituído 150.000 reservistas.

O envolvimento dos militares marroquinos no panorama internacional está actualmente bastante associado ao conflito do Sahara Ocidental, no entanto, Marrocos tem feito um esforço de integrar militarmente as iniciativas de paz da Comunidade Internacional, tomando parte de várias missões das Nações Unidas<sup>58</sup>.

Se na alínea anterior se discutiu a predisposição militar argelina para fazer face às questões regionais, também Marrocos tem orientado todo o seu esforço de reequipamento militar para fazer face, não só à Frente Polisário, mas sobretudo ao potencial bélico do seu vizinho argelino. Este é mais um factor em que a procura do equilíbrio regional explica os factos, mais concretamente, os gastos com a Defesa. Marrocos investiu em 2005 cerca de 3,9% do seu PIB na manutenção, modernização e aquisição de equipamentos militares, o que se traduziu nos expressivos 2,21 biliões de dólares registados (The Institute for National Security Studies, 2007).

**Tabela 61: Principais aquisições marroquinas de armamento convencional entre 2000 e 2007**

Supplier/ recipient (R) or licensor (L) Comments	No. ordered	Weapon designation	Weapon description	Year of order/ licence	Year(s) of deliveries	No. delivered/ produced
<b>France</b>						
<b>R:</b> Morocco Ex-French	(2)	Mirage F-1C	Fighter aircraft	(2002)	2003-2005	2
	50	AASM	ASM	2005		
Part of EUR350 m deal; for modernized Mirage F-1 combat aircraft	..	MICA	BVRAAM	2005		
Part of EUR350 m deal; for modernized Mirage F-1 combat aircraft	(27)	RDY	Aircraft radar	2005		
Part of EUR350 m deal for modernization of 27 Moroccan Mirage F-1 combat aircraft; RC-400 version	1	FREMM	Frigate	2007		
EUR470 m deal; delivery in 2012						
<b>Netherlands</b>						
<b>R:</b> Morocco Contract not yet signed	3	SIGMA-90	Frigate	(2007)		
<b>Russia</b>						
<b>R:</b> Morocco \$250 m deal; delivery 2005-2008	(12)	2S6M Tunguska	Mobile AD system	2005	2005-2007	(10)
For 2S6 AAV(G/M)	(300)	9M311/SA-19 Grison	SAM	2005	2005-2007	(300)
<b>Spain</b>						
<b>R:</b> Morocco	(20)	M-60A3 Patton-2	Tank	2005	2006	(20)

<sup>58</sup> MONUC, ONUCI, EUFOR, KFOR e MINUSTAH.

Ex-Spanish;  
aid

---

**UAE**

<b>R:</b> Morocco	40	M-109A1 155mm	Self-propelled gun	(2004)	2005	40
-------------------	----	---------------	--------------------	--------	------	----

Ex-UAE;  
status uncertain (possibly UAE M-109 stationed in Morocco for training)

---

**USA**

<b>R:</b> Morocco	199	M-113	APC	(2005)	2006	199
-------------------	-----	-------	-----	--------	------	-----

x-US;  
incl. 30 M-577A2 and 168 M-113APC versions

	18	F-16C	FGA aircraft	(2007)		
--	----	-------	--------------	--------	--	--

Contract not yet signed;  
option on 6 more

Fonte: SIPRI

As tradicionais orientações políticas marroquinas, bastante ligadas aos Estados Unidos e Europa reflectem o tipo de equipamento bélico que equipa as Forças Armadas.

Da análise efectuada às aquisições de material bélico, verifica-se que estas se encontram qualitativamente e quantitativamente aquém das efectuadas pela Argélia, contudo será de realçar o esforço realizado na aquisição de F-16 da última geração, modernização dos Mirage F-1, bem como, no reequipamento do sistema de defesa aéreo, preconizando assim uma tendência eminentemente de contenção.

Paralelamente, também se constata que as actuais existências de material bélico marroquino são numérica e qualitativamente inferiores às argelinas. De facto, o diferencial existente nas componentes terrestre e aérea é digna de registo, e ainda que se verifique um esforço de modernização com as já referidas aeronaves F-16, também é um facto que, do lado argelino, está o reequipamento das suas componentes terrestre e aérea em quantidade e qualidade. A aquisição pela parte argelina de 180 carros de combate T-90S, de baterias de mísseis de defesa aérea SA-22, de aeronaves de última geração SU-30, e ainda, a modernização dos MIG-29, é significativamente preocupante para Marrocos.



**Tabela 62: Constituição das Forças Armadas Marroquinas**

Order-of-Battle					
Year	2003	2004	2005	2006	2007
General data					
• Personnel (regular)	145,500	198,500	198,500	198,500	198,500
Ground Forces					
• Number of brigades	6	6	6	6	6
• Tanks	640	640	285 (640)*	285 (640)	285 (640)
• APCs/AFVs	1,120 (1,420)	1,120 (1,420)	1,089 (1,139)*	1,089 (1,139)	1,089 (1,139)
• Artillery (including MRLs)	1,060	1,060	1,100	1,100	1,100
Air Force					
• Combat aircraft	59 (72)	59 (72)	59 (72)	58 (72)	58 (72)
• Transport aircraft	41 (43)	41 (43)	41 (43)	41 (43)	41 (43)
• Helicopters	122 (132)	122 (132)	122 (132)	122 (132)	123 (133)
Air Defense Forces					
• Light SAM launchers	37	37	37	37	37
Navy					
• Combat vessels	15	15	15	15	15
• Patrol craft	52	52	52	52	55

\* Due to change in estimate.

FONTE: The Institute for National Strategic Studies

Portanto, aquilo que se poderá inferir em relação a Marrocos é que as suas Forças Armadas continuarão a ter um papel relevante e serão alvo de um constante esforço de modernização, absorvendo uma percentagem do PIB relativamente elevada, o qual se cifra em cerca de metade do argelino, dado este país não ter recursos energéticos para exportar, agravando ainda mais a situação económica marroquina.

**Tabela 63: Exército Marroquino**

Ground Forces				
Formations				
	Independent brigades / groups		Independent battalions	
Armored				10
Mechanized		3		19
Infantry				35
Light Security		1		
Camel Corps				5
Paratroops		2		
Airborne/ Commando				2+4
Artillery				12
Air Defense				1
Total		6		88
Tanks				
Model	Quantity	In service	Since	Notes
MBTs				
High quality				
• T-72	100	40	2000	
Medium and low quality				
• M60 A1/A3	250	200	1981/ 93	
• M48 A5	185	0	1974	
Subtotal	435	200		
Light tanks				
• SK-105 (Kürassier)	105	45	1985	
Total	640	285		
Future Procurement				
• M60 A3	12			

**APCs/AFVs**

Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>APCs</b>				
• M113 A1/A2	383	383	1979	Including 23 M901 Also listed under Anti-Tank Weapons
• UR-416	55	55	1977	Also listed under Anti-Tank Weapons
Subtotal	438	438		
<b>IFVs</b>				
• Ratel 20/90	60	60	1981	
• VAB -VCI/VTI	290	290	1979	
Subtotal	350	350		
<b>Reconnaissance</b>				
• AMX-10 R/CM	110	110	1981	
• BRDM-2	50	0	1992	Including 36 listed under Anti-Tank Weapons
• EBR-75	16	16	1970	
• AML-90/AML-60	175	175	1966	
Subtotal	351	301		
<b>Total</b>	<b>1,139</b>	<b>1,089</b>		

**Artillery**

Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>Self-propelled guns and howitzers</b>				
• 203mm M110 A2	60	60	1996	
• 155mm Mk F-3 (AMX)	100	100	1980	
• 155mm M109 A1	80	80	1978/2004	Donated by UAE
• 105mm Mk 61	5	5	1963	
Subtotal	245	245		
<b>Towed guns and howitzers</b>				
• 155mm FH-70	30	30	1993	
• 155mm M114	20	20	1976	
• 155mm M198	35	35		
• 130mm M-46	18	18	1981	
• 105mm L-118	30	30	1980	To be upgraded
• 105mm M-1950	35	35	1972	
• 105mm M101	18	18	1970	
Subtotal	186	186		
<b>Mortars, under 160mm</b>				
• 120mm	600	600	1972	20 SP mounted on VAB
• 107mm M30 SP	32	32	2000	Mounted on M106
Subtotal	632	632		
<b>MRLs</b>				
• 122mm BM-21	36	36	1980	
<b>Total</b>	<b>1,100</b>	<b>1,100</b>		
<b>Future procurement</b>				
• 105mm L-118	6			

**Ground Radars**

Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>Artillery/mortar locating radars</b>				
• RATAc	12	12	1980	Mounted on VTT chassis

**Logistics and Engineering Equipment**

M578 recovery vehicles (60), SK-105 ARVs (10)

**Anti-Tank Missiles**

Model	Quantity	In service	Since	Notes
• BGM-71A TOW	150	150	1978	
• M901 ITV	23	23	1999	Also listed under APCs
• AT-3 (Sagger) SP	36	0	1992	Mounted on BRDM-2
• Cobra SP	42	42	1979	Mounted on UR-416
• M47 Dragon	480	480	1978	
• MILAN	80	80	1982	
<b>Total</b>	<b>811</b>	<b>775</b>		

FONTE: The Institute for National Strategic Studies

Tabela 64: Marinha Marroquina

## Navy

## Combat Vessels

Type	Quantity	Length (m.)/ displacement (t.)	Notes/armament
Missile frigates			
• Floreal	2	93.5/2,950	1 AS-565 Panther helicopter 2xMM38 Exocet SSMS 2x2 Simbad SAMs 1x76mm gun 2x20mm guns
• Descubierta	1	88.8/1,233	4xMM38 Exocet SSMS 1x8 Aspidé SAMs 6x324mm torpedoes 1xSR 375 ASW mortar 1x76mm gun 1x40mm gun
Subtotal MFPBs	3		
• Lazaga	4	58.1/524	4xMM38 Exocet SSMS 1x76mm gun 1x40mm gun 2x20mm guns
Gunboats			
• Okba class (PR-72)	2	57.5/375	1x76mm gun 1x40mm gun
• Cormoran class (P-200D Vigilance)	6	58.1/425	1x40mm gun
Subtotal	8		
<b>Total</b>	<b>15</b>		

## Patrol Craft

Type	Quantity	Length (m.)/ displacement (t.)	Notes/armament
• Rais Bargech (OPV 64)	5	64/580	1x40mm gun 1x20mm gun 4x14.5mm MGs
• Osprey mk II	4	54.8/475	2x20mm guns
• Al Wacil/Erraid (P-32)	10	32/74	6 Al wacil class, 4 Erraid class 4 with customs/ Coast Guard 1x20mm gun
• VCSM	3	20/40	
• Arcor 53	15	16/17	With customs/Coast Guard 1x12.7mm MG
• Arcor 46	18	14.5/15	With customs/Coast Guard 2x12.7mm MGs
<b>Total</b>	<b>55</b>		

## Landing Craft

Type	Quantity	Length (m.)/ displacement (t.)	Notes/armament
• Batral LSM	3	80/750	140 troops, 12 vehicles Helicopter pod 2x81mm mortars 4x40mm guns
• CTM	1	23.8/59	200 troops
• EDIC LCT	1	59/250	11 vehicles 1x120mm mortar 2x20mm guns
• Newport class LST	1	159.2/8,450	400 troops, 500-ton vehicles 4xLCVP/LCPL boats 1x20mm Phalanx gun
<b>Total</b>	<b>6</b>		

## Auxiliary Vessels

Type	Quantity	Length (m.)/ displacement (t.)	Notes/armament
• al-Aigh support ship	1	77/1,500	2x14.5mm MGs
• Agor survey ship (Robert D. Conrad)	1	67.3/1,370	
• Divers support ship	1		
• Dakhla support ship	1	69/2,160	
• SAR craft	3	19.4/40	With Coast Guard/ ministry of fishing
• SAR craft	3	21m	With Coast Guard/ ministry of fishing
• SAR craft	2	15.75 m	With Coast Guard/ ministry of fishing

**Naval Infrastructure**

Naval bases	7
Agadir, Casablanca, Dakhla, al-Hoceima, Kenitra, Safi, Tangier	
Ship maintenance and repair facilities	
156-meter dry-dock at Casablanca, repair ships of up to 10,000 dwt; facility for minor repairs at Agadir	

FONTE: The Institute for National Strategic Studies

**Tabela 65: Força Aérea Marroquina****Order-of-Battle**

Category	Quantity	In service	Notes
Combat	72	58	
Transport	43	41	
Helicopters	133	123	

**Combat Aircraft**

Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>Multi-role</b>				
• F-5E/F	22	15	1981	To be upgraded
• Mirage F1	34	27	1979	
Subtotal	56	42		
<b>Ground attack</b>				
• OV-10 Bronco	3	3	1981	
<b>Obsolete</b>				
• F-5A/B	13	13	1967	
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>58</b>		

**Transport Aircraft**

Model	Quantity	In service	Since	Notes
• Beechcraft King Air 100	5	5	1975	Including 2 employed in electronic surveillance and 2 tankers
• Beechcraft Super King Air 200	5	5	1983	
• Beechcraft Super King Air 300	1	1	1991	
• Boeing 707	2	2	1982	
• C-130H Hercules	15	15	1974	
• CN-235	7	7	1990	Electronic countermeasures
• Dornier DO-28 D-2	3	2	1981	
• Gulfstream II/III	2	1	1976	
• Mystère-Falcon 50	1	1	1980	
• Mystère-Falcon 20	2	2	1968	
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>41</b>		

**Helicopters**

Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>Attack helicopters</b>				
• SA-342 Gazelle	22	22	1976	Of which 6 with gendarmerie
<b>Heavy transport</b>				
• CH-47C Chinook	8	8	1979	
<b>Medium transport</b>				
• SA-330 Puma	28	28	1976	Of which 6 with gendarmerie
• AB-205	31	31	1969	With gendarmerie
• AB-212	5	5	1973	
• AS-365 Dauphin II	2	2	1983	
Subtotal	66	66		
<b>Light transport</b>				
• Alouette II / III	5	5	1981	With gendarmerie
• Bell 206 JetRanger	26	16	1975	With gendarmerie
• SA-315B Lama	3	3		
Subtotal	34	24		
<b>Naval Attack</b>				
• AS-565MB Panther	3	3	2003	
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>123</b>		

**Miscellaneous Aircraft**

Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>Reconnaissance</b>				
• RF-5	2	1	1981	Also listed under Combat Aircraft
• C-130H	2	2	1974	Also listed under Transport Aircraft
<b>Tanker</b>				
• KC-130	2	2	1974	Also listed under Transport Aircraft
<b>Electronic warfare</b>				
• Mystère 20F	2	2	1968	Also listed under Transport Aircraft
<b>Maritime surveillance</b>				
• BN-2T Defender	7	7	1993	Possibly in fishery protection role
<b>UAVs and mini-UAVs</b>				
• Skyeye R4E-50	+	+	1990	

**Advanced Armament**

Air-to-air-missiles  
 AIM-9J Sidewinder (320), R-530, R-550 Magic (300), Super 530D  
 Air-to-ground-missiles  
 AGM-65 Maverick (380), HOT

Note: Number in parentheses refers to the quantity of missiles purchased, not to current inventory levels.

**Air Force Infrastructure**

Military airfields 10  
 Agadir, Casablanca (Nouasseur), Fez, Kenitra, Larache, L'Ayoune, Marrakech, Meknes, Rabat, Sidi Slimane

**Air Defense Forces****Surface-to-Air Missiles**

Model	Batteries	Launchers	Since	Notes
<b>Light missiles</b>				
• Tunguska-M1		12	2005	
• MIM-72A Chaparral		37	1977	
<b>Shoulder-launched missiles</b>				
• SA-7 (Grail)		70	1978	

**Other Air Defense Systems**

Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>Short-range guns</b>				
• 37mm M-1939	100	14	1972	
• 23mm ZU 23x2	90	30	1986	
• 20mm M163 Vulcan SP	115	115	1983	
• 20mm M167 SP	40	40	1993	
<b>Total</b>	<b>345</b>	<b>199</b>		
<b>Radars</b>				
• AN/TPS-43	8	8		
• AN/TPS-63	8	8		Upgraded

FONTE: The Institute for National Strategic Studies

Para finalizar, há ainda a referir que a proximidade política aos EUA permitem a Marrocos desde há várias décadas beneficiar de uma relação privilegiada no aspecto militar, não só na realização de treinos conjuntos e na formação militar, como também no facto de o estado marroquino ser potencialmente encarado como o principal aliado americano naquela região do globo.

### c. Líbia

Ao analisar e caracterizar as Forças Armadas da Líbia, identificam-se alguns pontos transversais à região magrebina e ao Norte de África, dos quais se destaca a retenção da direcção e chefia das Forças Armadas por parte do poder político, revelando a importância que lhes é atribuída no garante da manutenção do próprio regime.

Sendo um país de baixa densidade populacional, a Líbia possui actualmente nas suas fileiras sensivelmente 76.000 homens, os quais servem durante dezoito meses, e estão essencialmente distribuídos pela sua componente terrestre. A Força Aérea recebe comparativamente com outros países uma percentagem elevada de homens, 22.000, em virtude da necessidade de operar a enorme diversidade de equipamentos e sistemas existentes. De facto, ao analisar-se as capacidades das Forças Armadas líbias sobressaem alguns aspectos bastante importantes que de certo modo se poderão equiparar à situação marroquina: o relativo obsoletismo de grande parte das suas forças; um diferencial negativo quando comparado com o potencial bélico da sua vizinha Argélia, principalmente em termos de qualidade e não tanto de quantidade; e por último, a miscelânea de fornecedores de equipamentos, que torna complexa a interoperabilidade, a própria qualificação dos operadores dos sistemas e a manutenção dos equipamentos.

**Tabela 66: Caracterização das Forças Armadas Líbias**

<b>Armed Forces</b>					
<b>Order-of-Battle</b>					
Year	2003	2004	2005	2006	2007
<b>General data</b>					
• Personnel	76,000	76,000	76,000	76,000	76,000
• SSM launchers	80	80	80	80	80
<b>Ground Forces</b>					
• Number of brigades	1	1	1	1	1
• Number of battalions	46	46	46	46	46
• Tanks	650 (2,210)	650 (2,210)	650 (2,210)	650 (2,210)	650 (2,210)
• APCs/AFVs	2,750 (2,970)	2,750 (2,970)	2,230 (2,520)	2,230 (2,520)	2,230 (2,520)
• Artillery (including MRLs)	2,320 (2,400)	2,320 (2,400)	2,320 (2,400)	2,320 (2,400)	2,320 (2,400)
<b>Air Force</b>					
• Combat aircraft	330 (431)	290 (391)	290 (391)	290 (391)	260 (386)*
• Transport aircraft	68 (73)	68 (73)	72 (77)	72 (77)	78 (83)
• Helicopters	112 (189)	112 (189)	112 (189)	112 (189)	109 (186)
<b>Air Defense Forces</b>					
• Heavy SAM batteries	~30	~30	~30	~30	~30
• Medium SAM batteries	~10	~10	~10	~10	~10
• Light SAM launchers	55	55	55	55	55
<b>Navy</b>					
• Submarines	0(2)	0(2)	0(2)	0(2)	0(2)
• Combat vessels	20	23	24	24	17

\* Due to change in estimate.

FONTE: The Institute for National Strategic Studies

Tabela 67: Exército Líbio

Tanks				
Model	Quantity	In service	Since	Notes
MBTs				
High quality				
• T-72/T-72M	360	150	1979	
Medium and low quality				
• T-62	600	+	1975	
• T-55	1,250	+	1974	
Subtotal	1,850	~500		
<b>Total</b>	<b>2,210</b>	<b>~650</b>		

Artillery				
Model	Quantity	In service	Since	Notes
Self-propelled guns and howitzers				
• 155mm Palmaria	210	210	1983	
• 155mm M109	20	0	1973	
• 152mm ZTS Dana	80	80	1986	
• 152mm M-1973	60	60	1982	
• 122mm M-1974	130	130	1980	
Subtotal	500	480		
Towed guns and howitzers				
• 130mm M-46	330	330	1978	
• 122mm D-30	245	245		
• 122mm D-74	60	60		
• 105mm M-101	60	0	1970	
Subtotal	695	635		
Mortars, over 160mm				
• 240mm	120	120		
• 160mm	24	24		
Subtotal	144	144		
Mortars, under 160mm				
• 120mm	48	48		
• 107mm	64	64		

Model	Quantity	In service	Since	Notes
Subtotal	112	112		
MRLs				
• 140mm	+	+		
• 130mm M-51	+	+	1980	
• 122mm BM-21/RM-70/BM-11	600	600	1980	
• 107mm Type 63	300	300	1979	
Subtotal	~900	~900		
Rockets				
• FROG-7	48	48		
<b>Total</b>	<b>~2,400</b>	<b>~2,320</b>		

Anti-Tank Missiles				
Model	Launchers	Missiles	Since	Notes
• AT-3 (Sagger)	+	620	1977	
• AT-4 (Spigot)	+	+	1990	
• AT-5 (Spandrel)	+	+		
• BRDM-2	40			Carrying AT-3
• MILAN	+	400	1981	
<b>Total</b>	<b>+</b>	<b>3,000</b>		

FONTE: The Institute for National Strategic Studies

Relativamente à Marinha líbia, poder-se-á reter que para além dos factos ocorridos no Golfo de Sidra e que levaram à intervenção norte-americana na década de 80, a sua capacidade de combate tem vindo a diminuir. Segundo os dados técnicos apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos Estratégicos israelita verifica-se uma quase total inexistência da componente naval líbia.

Tabela 68: Marinha Líbia

Tipologia	Designação técnica do armamento
Missile frigates	<ul style="list-style-type: none"> <li>2 Koni class (Type 1159)</li> </ul>
Missile corvettes	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 Nanuchka class</li> </ul>
MFPBs	<ul style="list-style-type: none"> <li>6 Combattante II</li> <li>4 Osa II</li> <li>1 Ziffa</li> </ul>
Mine warfare vessel	<ul style="list-style-type: none"> <li>4 Natya class minesweepers</li> </ul>
Landing Craft	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 PS-700 Class LST</li> <li>2 Slingsby SAH-2200 Hovercraft</li> </ul>

FONTE: The Institute for National Strategic Studies

No que se refere à Força Aérea, e para além do relativo obsoletismo, conforme referido anteriormente, verificam-se grandes dificuldades de operação, em virtude das políticas de aquisição das décadas anteriores e dos sucessivos embargos de armamento terem perturbado a qualidade dos sistemas e acima de tudo o princípio da economia de esforço e interoperabilidade. De facto, da análise específica aos sistemas de defesa aérea verifica-se um atraso de décadas em relação àquilo que são os mais modernos sistemas de armas.

Tabela 69: Força Aérea Líbia

Tipologia	Designação técnica do armamento
Combat aircraft	<ul style="list-style-type: none"> <li>12 Dassault Mirage F1BD/ED - all grounded but to be refurbished and return to service</li> <li>33 MiG-21</li> <li>125 MiG-23</li> <li>40 Sukhoi Su-22</li> <li>6 Sukhoi Su-24MK Fencer-D</li> <li>13 Soko J-21 Jastreb</li> <li>50 MIG-25</li> </ul>
Trainers	<ul style="list-style-type: none"> <li>110 Aero L-39ZO Albatros</li> <li>20 Aermacchi SF-260WL</li> <li>80 Soko G-2 Galeb</li> <li>12 Fouga Magister</li> </ul>
Transport Aircraft	<ul style="list-style-type: none"> <li>10 Antonov An-26</li> <li>2 Antonov An 124</li> <li>10 An-32</li> <li>9 Fokker 27</li> <li>3 Dassault Falcon 20/50</li> <li>3 Gulfstream II</li> <li>19 Ilyushin Il-76 Candid</li> <li>15 Let L-410</li> <li>1 C-140 Jetstar</li> <li>10 Lockheed C-130H Hercules</li> </ul>
Refuellers	<ul style="list-style-type: none"> <li>4 Ilyushin Il-78E Midas</li> </ul>



Tipologia	Designação técnica do armamento
<b>Attack Helicopters</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 28 Mil Mi-14 Haze</li> <li>• 30 Mil Mi-24/25</li> <li>• 13 Mil Mi-35</li> </ul>
<b>Transport Helicopters</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 AB 212</li> <li>• 7 SA-321</li> <li>• 14 ALIII</li> <li>• 2 A-109</li> <li>• 25 Mil Mi-8 Hip including Mi-17</li> </ul>
<b>Air Defence</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 15 batteries SA-2</li> <li>• 10 batteries SA-3</li> <li>• 4 batteries SA-5</li> <li>• 6 batteries SA-6</li> <li>• 400 launchers SA-7</li> <li>• ? SA-14</li> </ul>

FONTE: Globalsecurity.org

Apesar dos dados confirmarem que as Forças Armadas da Líbia se encontram numa situação relativamente debilitada, quando comparadas com as capacidades dos vizinhos da Argélia ou do Egipto, é também um facto, que se perspectiva no curto prazo uma mudança na postura bélica líbia. Da análise às aquisições em curso, referidas pelo SIPRI, e também da recente deslocação de Qadhafi a Paris no sentido de fechar alguns contratos de aquisição de armamento<sup>59</sup>, torna-se evidente que já existe uma nova postura belicista na Líbia, pelo menos no que concerne ao rearmamento. Certamente que a contribuir para tal facto estará não só o levantamento dos embargos sofridos pela Líbia até à década de 90, mas também e principalmente, os elevados dividendos que actualmente a Líbia retira da exploração dos hidrocarbonetos. E aqui, conforme se poderá constatar na tabela seguinte, será pertinente apontar o facto de que se tem verificado uma diminuição relativa dos gastos na defesa em relação ao PIB, porquanto se verifica que em termos absolutos o investimento tem subido, tendo quase duplicado em cinco anos.

<sup>59</sup> Segundo a imprensa escrita terão sido hipoteticamente assinados contratos no valor de 7,5 biliões de Euros com a França.

Tabela 70: Panorama macroeconómico líbio

Economic Data		2002	2003	2004	2005	2006
• GDP (current price)	\$ bn	19.1	23.3	28.0	37.3	45.3
• GDP per capita	\$	3,673	3,785	4,438		
• Real GDP growth	%	1.1	7.1	5.4	5.6	5.8
• Consumer price index	%	-7.5	-1.3	-2.2	2.0	2.7
• External debt	\$ bn	4.4	4.2	4.1	4.3	4.5
Balance of payments						
• Exports fob	\$ bn	9.85	14.66	17.43	28.85	33.65
• Imports fob	\$ bn	7.40	7.2	8.77	11.17	12.28
• Current account balance (including services and income)	\$ bn	0.12	3.64	3.5	14.95	12.95
Government expenditure						
• Total expenditure	\$ bn	7.92	10.36	13.2	14.6	16.27
• Defense expenditure	\$ bn	0.73	0.9	1.16	1.28	1.31
• Real change in defense expenditure	%	15.9	23.3	28.8	10.3	2.4
• Defense expenditure/GDP	%	3.8	3.9	4.1	3.4	2.9
Population	m	5.5	5.6	5.7	5.9	6.0
Official exchange rate	LD : \$1	1.271	1.293	1.305	1.308	1.314

Fonte: The Institute for National Strategic Studies

Assim, é notória uma elevada tendência para investimento em equipamento aeronáutico, com o planeamento de aquisição de aeronaves de defesa aérea de última geração, *Dassault Rafale* de origem francesa, estando complementarmente em estudo os MIG-29 e SU-30 de origem russa. Complementarmente, a tabela seguinte identifica contratos de aquisição já concretizados pela Líbia na presente década.

Tabela 71: Principais aquisições líbias de armamento convencional entre 2000 e 2007

Supplier/ recipient (R) or licensor (L) Comments	No. ordered	Weapon designation	Weapon description	Year of order/ licence	Year(s) of deliveries	No. delivered/ produced
<b>France</b>						
R: Libya \$218 m deal	..	MILAN	Anti-tank missile	(2007)		
<b>Italy</b>						
R: Libya EUR80 m (\$97 m) deal; for border patrol	10	A-109K	Light helicopter	(2005)	2006-2007	(2)
<b>Ukraine</b>						
R: Libya n-124-100 version; officially delivered to civilian company	(2)	An-124/Condor	Transport aircraft	2000	2001-2003	2
An-32M version	(4)	An-32/Cline	Transport aircraft	2004	2006	(4)
<b>USA</b>						
R: Libya \$70 m deal; ordered 1973 but embargoed 1974-2005 (paid and owned by Libya but stored in USA)	8	C-130H Hercules	Transport aircraft	1973		

Fonte: SIPRI

A Líbia é mais um dos países que tenta responder às aquisições dos seus vizinhos através da compra de armamento com tecnologia de ponta. Importará ainda referir que nem sempre se percebe qual o estado que dá o primeiro passo, contudo, aquilo que transparece para fora dos círculos menos “classificados” é que estaremos perante uma situação de respostas sucessivas às aquisições dos países vizinhos.

Para finalizar a análise deste país, há que reflectir um pouco sobre a questão nuclear. A Líbia, conforme já foi espelhado na análise política, tem protagonizado desde 2003 uma reaproximação ao ocidente, que permitiu o levantamento dos embargos e isolamento internacional, em troca do abandono total do seu programa de desenvolvimento nuclear e dos mísseis estratégicos do tipo SKUD. Através da abertura do país às inspecções da Comunidade Internacional, Qadhafi provou ter enveredado por uma nova política, não querendo deixar qualquer dúvida acerca desta nova postura (DeSutter, 2005). Deste modo, o regime líbio terminou com um longo período de isolamento internacional, que potenciava a cada dia, a possibilidade de ser substituído internamente por radicais islâmicos, o que também não interessava ao ocidente.

Perspectiva-se assim que num horizonte próximo a Líbia não tentará enveredar por um retorno a qualquer programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa, em virtude da sua nova ligação ao ocidente. Os interesses energéticos em jogo, a luta contra o terrorismo na região do Sahara e do Sahel, e a possibilidade do próprio regime líbio se manter mais firmemente no poder através dos apoios ocidentais, parecem perspectivar que a desistência do programa nuclear convirá muito mais a ambas as partes.

#### **d. Tunísia**

No plano militar as preocupações tunisinas caracterizam-se por uma elevada estabilidade. De facto, desde a independência em 1956 que a Tunísia não esteve envolvida em qualquer tipo de conflito inter ou intra-estatal, sendo inclusivamente referida pelo Departamento de Estado norte-americano como uma nação moderadora e conciliadora naquela região do globo. As relações comerciais com o mundo ocidental e as interdependências no plano energético com os países vizinhos ajudam a cimentar a política de boa vizinhança defendida pela Tunísia, e que se traduz na sua actual postura bélica.

As principais preocupações do poder político tunisino concentram-se no plano da segurança interna, dadas as dificuldades de relacionamento entre o poder político e a oposição, onde se incluem também os partidos de orientação islâmica.

As Forças Armadas tunisinas são constituídas pelos típicos três ramos, só que

comparativamente aos estados vizinhos, têm uma dimensão claramente inferior. No total, as Forças Armadas da Tunísia incorporam cerca de 35.000 homens, na sua maioria integrados na componente terrestre. A disponibilidade de recursos humanos para servir nas Forças Armadas totaliza cerca de 4 milhões de pessoas, entre homens e mulheres.

Também os actuais gastos na Defesa aproximam-se muito mais do que se pratica no ocidente, do que da realidade magrebina. Com verbas atribuídas à Defesa na ordem de 1,5% do PIB<sup>60</sup>, e tendo em consideração que este é francamente inferior ao PIB dos países vizinhos, a Tunísia está a perder consecutivamente capacidades militares em relação a estes, o que se confirma pela análise das tabelas seguintes:

**Tabela 72: Forças Armadas Tunisinas**

<b>Armed Forces</b>					
<b>Order-of-Battle</b>					
Year	2002	2003	2004	2005	2006
General data					
• Personnel (regular)	35,500	35,500	35,500	35,500	35,500
Ground Forces					
• Number of brigades	5	5	5	5	5
• Tanks	139 (144)	139 (144)	139 (144)	139 (144)	139 (144)
• APCs/AFVs	326	326	326	326	326
• Artillery (including MRLs)	205	205	205	205	205
Air Force					
• Combat aircraft	18	18	18	18	18
• Transport aircraft	15 (17)	15 (17)	15 (17)	15 (17)	15 (17)
• Helicopters	49	47	47	47	47
Air Defense Forces					
• Light SAM launchers	83	83	83	83	83
Navy					
• Combat vessels	9	9	15	15	15
• Patrol craft	35	36	40	40	41
<b>Personnel</b>					
	Regular	Reserve	Total		
Ground Forces	27,000		27,000		
Air Force	4,000		4,000		
Navy	4,500		4,500		
Total	35,500		35,500		
Paramilitary					
• Gendarmerie	2,000		2,000		
• National Guard	7,000		7,000		

Fonte: The Institute for National Strategic Studies

<sup>60</sup> O que corresponde segundo o Instituto Nacional de Estudos Estratégicos israelita a cerca de 0,43 biliões de euros.

Tabela 73: Exército Tunisino

**Ground Forces**

<b>Formations</b>					
	Independent brigades / groups		Regiments in brigades		
Mechanized/ Infantry		3	1 armd., 2 mech., 1 aty. each		
Commando/ Paratroops		1			
Sahara brigade		1			
<b>Total</b>		<b>5</b>			

<b>Tanks</b>					
	Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>MBTs</b>					
Medium and low quality					
	• M60 A1/A3	89	84	1984	
<b>Light tanks</b>					
	• SK-105 (Kürassier)	55	55	1983	
<b>Total</b>		<b>144</b>	<b>139</b>		

<b>APCs/AFVs</b>					
	Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>APCs</b>					
	• M113 A1/A2/ M125/M577	120	120	1980	35 M901 ITV listed under Anti-Tank Weapons
	• Fiat Type 6614	110	110	1980	
Subtotal		230	230		
<b>IFVs</b>					
	• Engesa EE-11	+	+	1982	Included with Engesa EE-9
<b>Reconnaissance</b>					
	• Engesa EE-9	36	36	1982	
	• Saladin	20	20	1962	
	• AML-60/90	40	40	1969	
Subtotal		96	96		
<b>Total</b>		<b>326</b>	<b>326</b>		

<b>Artillery</b>					
	Model	Quantity	In service	Since	Notes
<b>Towed guns and howitzers</b>					
	• 155mm M198	48	48	1987	
	• 155mm M114	18	18	1970	
	• 105mm M101	45	45	1980	
Subtotal		111	111		
<b>Mortars, under 160mm</b>					
	• 120mm Brandt	18	18	1987	
	• 107mm	40	40	1980	
	• 107mm SP	36	36	1987	Mounted on M106
Subtotal		94	94		
<b>Total</b>		<b>205</b>	<b>205</b>		

<b>Logistics and Engineering Equipment</b>					
M728 ECV (4), SK-105 ARVs (5)					

<b>Anti-Tank Missiles</b>					
	Model	Launchers	Missiles	Since	Notes
	• BGM-71A TOW	100		1982	
	• M901 ITV SP	35		1987	Also listed under APCs
	• MILAN	500		1982	
<b>Total</b>		<b>635</b>			

Fonte: The Institute for National Strategic Studies

Tabela 74: Força Aérea Tunisina

Order-of-Battle				
Category	Quantity	In service	Notes	
Combat	18	18		
Transport	17	15		
Helicopters	47	47		

Combat Aircraft				
Model	Quantity	In service	Since	Notes
Multi-role				
• F-5 E/F	18	18	1984	
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>18</b>		

Transport Aircraft				
Model	Quantity	In service	Since	Notes
• C-130B Hercules	9	8	1985	
• G-222	5	5	2000	
• L-410	3	2	1994	
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>15</b>		

Training and Liaison Aircraft				
Model	Quantity	In service	Since	Notes
Jet trainers				
• L-59	12	9	1995	Being upgraded
• Aermacchi MB-326 B/KT/LT	11	5	1974	
Subtotal	23	17		
Piston/Turbo-prop				
• SF-260WT/C	20	10	1974	
• S 208A/M	2	2	1979	
Subtotal	22	12		
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>29</b>		

Helicopters				
Model	Quantity	In service	Since	Notes
Attack				
• SA-342 Gazelle	5	5	1991	
Medium transport				
• AB-205/UH-1H	22	22	1978	
• S-61R/HH-3E	3	3	1994	
• AS 365 Dauphin II	1	1	1986	
Subtotal	25	25		
Light transport				
• Alouette II/III	11	11	1964	
• AS-350 Ecureuil	6	6	1982	
Subtotal	17	17		
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>47</b>		

Air Defense Forces			
Surface-to-Air Missiles			
Model	Launchers	Since	Notes
Light missiles			
• MIM-72A Chaparral	35	1977	
• RBS-70	48	1982	
<b>Total</b>	<b>83</b>		
Shoulder-launched missiles			
• SA-7 (Grail)	+		

Fonte: The Institute for National Strategic Studies

Tabela 75: Marinha Tunisina

## Navy

## Combat Vessels

Type	Quantity	Length (m)/ displacement (t.)	Notes/armament
<b>MFPBs</b>			
• Combatante III	3	56/345	8xMM40 Exocet SSMs 1x76mm gun 2x40mm guns 4x30mm guns
• Type 143	6	57.6/391	4xMM38 Exocet SSMs RAM 21 SAMs 1x76mm gun Mine-laying capability
• Bizerte class (P-48)	3	48/250	8xSS-12M SSMs 4x37mm guns
Subtotal	12		
<b>Gunboats</b>			
• Modified Haizhui class	3	35/120	4x25mm guns
<b>Total</b>	<b>15</b>		
<b>Future procurement</b>			
• Javier Quiroga (Barcelo-class)	+	36.2/145	1x40mm gun 1x20mm gun 2x12.7mm MGs 2x533mm torpedoes

## Patrol Craft

Type	Quantity	Length (m)/ displacement (t.)	Notes/armament
• Kondor I class	6	51.9/377	2x25mm guns formerly a minesweeper, now with National Guard
• Coastal patrol craft	4	31.5/60	2x20mm guns
• Coastal patrol craft	6	25/38	1x20mm gun
• Bremse class	5	22.6/42	2x14.5mm MGs with National Guard
• Coastal patrol craft (Socomena)	11	20.5/32	1x12.7mm MG with National Guard
• Gabes class	4	12.9/18	2x12.7mm MGs with National Guard
• Rodman 38 class	4	11.6/1.2	with Royal Guard
• Javier Quiroga (Barcelo-class)	1	36.2/145	1x40mm gun 1x20mm gun 2x12.7mm MGs 2x533mm torpedoes Ex Spanish navy possibly with National Guard
<b>Total</b>	<b>41</b>		

## Auxiliary Vessels

Type	Quantity	Length (m)/ displacement (t.)	Notes/armament
• Robert Conrad class	1	63.7/1,370	Survey ship
• Wilkes (T-AGS-33)	1	87/2,843	Survey ship
• El Jem	2		Training ship
• Simeto class tanker	1	69.8/1,887	
• White Sumac	2	40.5/485	
• Coastal tug	1	32.4/412	
<b>Total</b>	<b>8</b>		

Fonte: The Institute for National Strategic Studies

Tabela 76: Principais aquisições tunisinas de armamento convencional entre 2000 e 2007

Supplier/ recipient (R) or licensor (L) Comments	No. ordered	Weapon designation	Weapon description	Year of order/ licence	Year(s) of deliveries	No. delivered/ produced
---	----------------	-----------------------	-----------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------

## Germany (FRG)

<b>R:</b> Tunisia	6	Albatros/Type-143	FAC(M)	2004	2005	6
-------------------	---	-------------------	--------	------	------	---

Ex-FRG; EUR34 m (\$43 m) deal; Type-143B version

## USA

<b>R: Tunisia</b>	(6)	M-113	APC	(2003)	2003	(6)
M-577A2 CP version						
	(180)	BGM-71 TOW	Anti-tank missile	(2005)	2006	(180)
	(15)	Bell-205/UH-1H	Helicopter	2006	2006	(15)
Ex-US; aid						

Fonte: The Institute for National Strategic Studies

Para encerrar a análise das Forças armadas tunisinas há a referir o seguinte: a Tunísia não tem tido nem se perspectiva que venha a ter tendências belicistas em relação a qualquer outro estado. A sua relativa inferioridade militar, bem como as vantagens que advêm da área do turismo e das relações económicas com os vizinhos, especialmente no plano da energia, propiciam posturas estratégicas muito mais unificadoras e de concertação de políticas do que propriamente isolacionistas.

#### e. Mauritânia

Apesar de ter um território com uma dimensão significativa, sensivelmente o dobro da França, a Mauritânia, fruto de variados condicionalismos políticos, sócio-culturais e também ambientais, é actualmente um dos países com maiores dificuldades económicas que se espelham na deficiente expressão militar. Paralelamente, também a situação no plano da segurança interna é alvo de preocupação internacional, dado que o deficiente controlo de fronteiras e das áreas mais recônditas do país potenciam o estabelecimento de santuários para os grupos terroristas, e o tráfico de seres humanos.

As Forças Armadas são constituídas por cerca de 16.000 homens, na sua maioria atribuídos à componente terrestre, em virtude de quer a Força Aérea, quer a Marinha, não terem praticamente expressão.

**Tabela 77: Principal armamento do Exército Mauritano**

Tipologia	Designação técnica do armamento
<b>Units</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 battalion of T-54/55 battle tanks</li> <li>• 2 camel corps battalions</li> <li>• 1 armoured reconnaissance squadron</li> <li>• 8 garrison infantry battalions</li> <li>• 7 motorised infantry battalions</li> <li>• 1 commando/para battalion</li> <li>• 3 artillery battalions</li> <li>• 4 air defence batteries</li> <li>• 1 engineer company</li> <li>• 1 guard battalion</li> </ul>

Fonte: International Institute for Strategic Studies



**Tabela 78: Principal armamento da Marinha mauritana**

Tipologia	Designação técnica do armamento
<b>Ships</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>10 patrol and coastal combatants</li> </ul>

Fonte: International Institute for Strategic Studies

**Tabela 79: Principal armamento da Força Aérea Mauritana**

Tipologia	Designação técnica do armamento
<b>Aircraft</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>7BN-2A Defender</li> <li>4 Cessna FTB337F</li> <li>1 DHC-5D Buffalo</li> <li>2 Harbin Y-12(II)</li> <li>2 PA-31 Cheyenne II</li> <li>5 SF260E</li> <li>1 Xian Y-7</li> </ul>

Fonte: avions-militaires.net

**Tabela 80: Principais aquisições mauritanas de armamento convencional entre 2003 e 2007**

Supplier/ recipient (R) or licensor (L) Comments	No. ordered	Weapon designation	Weapon description	Year of order/ licence	Year(s) of deliveries	No. delivered/ produced
---	----------------	-----------------------	-----------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------

**China**

<b>R:</b> Mauritania	2	AS-365/AS-565 Panther	Helicopter	(2002)	2003	2
----------------------	---	-----------------------	------------	--------	------	---

Fonte: SIPRI

No plano internacional, a Mauritânia está envolvida na *Trans Saharian Counter Terrorism Initiative*, recebendo treino e equipamento militar no sentido de a capacitar e lhe possibilitar exercer o controlo do seu território de uma forma mais eficaz e desenvolver e combater as organizações terroristas na região do Sahara.

Tendo em consideração as actuais capacidades das Forças Armadas da Mauritânia, o que preocupará a Comunidade Internacional será mais o que a Mauritânia não possa fazer no plano da segurança interna, do que propriamente a possibilidade de eventuais posturas bélicas destabilizadoras.

**f. Síntese conclusiva**

Conforme se acabou de constatar existem na região do Magrebe três estados com capacidades militares semelhantes, ainda que a Argélia se destaque, não só porque tem actualmente as forças mais capazes em termos de qualidade e quantidade, como também, se perspectiva a continuidade dos investimentos em tecnologias de ponta. Em contraponto,

surtem Marrocos e a Líbia, o primeiro estado com dificuldades financeiras dado não ter significativas reservas de hidrocarbonetos para exportação, e o segundo com algumas dificuldades em equilibrar o potencial humano da Argélia e Marrocos.

O que se poderá reter desta análise dos factores militares é que não existe uma tendência de qualquer um destes três estados acima referidos em se projectar para fora da região, seja para o vizinho *Mashreq*, seja para a África Sub-Sahariana, e muito menos para a Europa. Convirá no entanto referir que existe de facto uma relativa corrida ao armamento convencional no Magrebe, consubstanciada mais em armamento terrestre e aeronáutico do que naval, o que se justifica pelas já mencionadas questões e diferendos intra-regionais.

Também transpareceu que a referida corrida é despoletada por motivações de reequilíbrio estratégico, podendo tornar-se galopante dada a disponibilidade financeira que a Líbia e Argélia apresentam na presente década. Naturalmente, a Comunidade Internacional não estará isenta de tal facto, pois identificam-se nos EUA, França e Rússia os principais fornecedores de armamento àquela região.

No plano do armamento nuclear, a situação Líbia parece ser relativamente tranquila para a Comunidade Internacional, contudo a Argélia poderá estar a ser actualmente alvo de assédio por parte do Irão no sentido de reiniciar o seu antigo programa nuclear.

Finalmente, é natural que exista uma luta pela emergência como estado director regional por parte destes três estados, no entanto, não só a disparidade de forças entre os três não é significativa, como também da análise dos outros factores estruturantes não se perspectivou que tal possa ocorrer.

## **APÊNDICE B**

### Entrevistas

---

No presente Apêndice descreveremos de uma forma sucinta os pontos essenciais retidos aquando da realização das entrevistas.

A metodologia utilizada nas entrevistas consubstanciou-se na gravação autorizada de voz, pelo que a transcrição das mesmas para o presente documento obedeceu à preocupação de fidelidade aos conteúdos, pelo que se optou por manter inclusivamente algumas das características de oralidade.

Foram entrevistadas as seguintes personalidades:

- Sua Excelência, o Senhor General Loureiro dos Santos;
- Senhor Professor Doutor Luís Moita, Vice-Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa;
- Mestre Paula Pereira; Investigadora e docente do Instituto de Defesa Nacional.

**1. Sua Excelência, o Senhor General Loureiro dos Santos.**

**a.** Data: 9 de Janeiro de 2008.

**b. Questionário:**

**Pergunta (1)** Sr. General, tendo ouvido em Outubro passado a sua intervenção aquando do Seminário realizado no Regimento de Lanceiros nº2, verifiquei que hipoteticamente defenderia um eventual alargamento da UE à margem sul do Magrebe.

**(a)** Em que contexto vê esta possibilidade? Que tipo de alargamento?

**(b)** Qual o tipo e abrangência da integração?

**(c)** Integrar Quem? A UMA? Todo o Norte de África?

**(d)** E a questão das fronteiras, a partir de então ainda mais permeáveis e alcançáveis?

**(e)** Se sim, será que a Europa abdicaria dos valores democráticos em troca de mais segurança? Porque mais vale um opressor do que um radical?

**(f)** E a questão da energia?

**(g)** E os valores? Estaria a Europa disposta a abdicar de valores democráticos?

### Resposta (1)

Tudo isso está ligado à questão dos critérios de alargamento da UE. Há divergências sobre isso mas na minha opinião há três critérios essencialmente: dos valores, económico e estratégico. O critério geográfico considero-o ser uma parvoíce, porque as fronteiras da Europa não são muito claras ou nítidas em termos geográficos e há países europeus que pertencem a dois continentes, contudo este critério é por vezes invocado, Sarkozy fê-lo.

O critério dos valores, considero-o essencial, no sentido da novidade da União Europeia, e que a caracteriza e diferencia das entidades que existiram anteriormente enquanto unidade política. Os valores são os da democracia, da tolerância, do respeito pelos direitos Humanos, etc.... São valores a que eu chamo *soft*, adquiridos pela via da razão, isto é, respeito pelos direitos humanos, democracia representativa, são tudo valores atingidos porque o homem chegou lá.

Depois há os valores *hard*, que são os valores das entidades primitivas, étnicos, da tribo, da seita... são os valores das emoções, dos afectos, da fé, ou seja, não têm uma explicação muito racional. A pessoa abriga-se na sua raça e tribo por razões não muito racionais. Portanto este é o primeiro critério, do respeito pelos direitos humanos e democracia, o qual eu defendo.

Depois há o critério económico. Um espaço económico maior, mais alargado, com trocas comerciais ampliadas, divisão estratégica dos produtos, trabalho, matérias-primas, entre outras, permitirá uma melhoria na competitividade a nível global. Um espaço económico europeu alargado permitiria até alguma defesa dos mercados em relação a outros que não cumprissem com os mesmos critérios de produção. Não tenhamos medo de utilizar a palavra “proteccionismo” em relação a outros espaços de competição que não produzam segundo os mesmos valores e direitos... um espaço europeu alargado, Euro-Atlântico, permitiria atingir provavelmente a auto-suficiência desta região e fazer face a produtos de outros espaços económicos que não competem de uma forma igual.

Depois há o critério estratégico... que é a estabilização das fronteiras e o afastamento das ameaças para mais longe...o que seria conseguido não só pela estabilidade económica, mas também de valores, e pelo simples afastamento das fronteiras... o alargamento a leste, é exemplo disso, pois os países que agora foram admitidos são já democracias sob o ponto de vista formal, ainda que em certos comportamentos mostrem não ser muito traquejados neste âmbito. Acena-se inclusivamente a alguns países com

trocas, como será o caso do Kosovo e da Sérvia, havendo portanto um certo jogo de cintura à volta dos valores, da economia e da área estratégica, em que cedências temporais numa área serão compensadas noutra... é o caso da Sérvia. Portanto, na minha opinião estes critérios, anteriormente utilizados a Leste, deverão ser também jogados a sul... quero dizer Norte de África. O verdadeiro espaço geopolítico é aquele que se situa a norte do Sahara.

Uma das duas grandes ameaças à Europa é o terrorismo que deriva do fundamentalismo, que cada vez mais se liga, por exemplo, ao Paquistão... no caso inglês. O caso do terrorismo em Espanha, França e Itália está ligado a Marrocos, Tunísia e Argélia. Por razões estratégicas é necessário a União Europeia resolver esta questão, e os regimes actualmente vigentes no Norte de África, embora não democráticos ou aparentemente democráticos, são preferíveis a um poder islamista, que os ataca actualmente... os objectivos primários e estratégicos da Al-Qaeda será a deposição desses regimes “apóstatas” e não a Europa, ou seja, a restauração do “Califado”, em que o poder será islamista e posteriormente estendê-lo à Europa... a Andaluzia é o exemplo desse objectivo. O Califado só estará restaurado quando o poder islamista for um facto, e aí os próprios territórios que já pertenceram ao Islão serão necessariamente um objectivo.

Os grupos terroristas do Magrebe utilizam a Al-Qaeda não apenas como entidade inspiradora e orientadora, mas também como “Marca”, que é o caso do grupo Salafista argelino, que passou a denominar-se de Al-Qaeda no Magrebe Árabe. O jihadismo, ideologia Global, foi criado a partir do ataque ao 11 de Setembro, data em que a Al-Qaeda perdeu a sua implantação territorial, mas tornou-se em algo mais perigoso. As actuais organizações terroristas têm ligações muito ténues com a direcção central... têm autonomia estratégica, táctica, logística e de alvos, mas sempre invocando as orientações da direcção central... a qual as incentiva e define apenas a doutrina... neste momento a Al-Qaeda está mais forte do que nunca com o que se passou no Paquistão... recuperou a capacidade que tinha antes do 11 de Setembro e tem agora uma implantação ideológica à semelhança do que se passou com o comunismo.

A questão do Norte de África torna importante que a Europa auxilie esses países e os aproxime de nós e ajude a combater aquilo que eu chamo de Mãe de todas as ameaças... o “Subdesenvolvimento”, que empurra os jovens para as Madrassas, e os apoia e os ensina naquilo que lhes interessa ensinar... empurra-os para a Jihad. Portanto a resolução da ameaça terrorista passaria muito pela absorção económica do Norte de África que inclusive iria atenuar ou resolver o problema das migrações. Este seria o segundo problema estratégico... tal como as migrações estão a ocorrer são uma ameaça, que se desenvolvem

de forma ilegal, descontrolada... e isso implica que as economias europeias não comportem tal situação. Derivado disso, outros desenvolvimentos ocorrem, como o crime organizado... e atrás disso vêm os terroristas, e fazem o que já constatámos e se estão a preparar para fazer mais.

Estas questões poderão ser resolvidas ou pelo menos atenuadas com um alargamento, por agora não no sentido puro da palavra, mas através da sucessão de processos de aproximação.

Depois há a questão da dependência energética da União Europeia, em que não só o Norte de África tem reservas importantes, como alarga as possibilidades de recepção por parte da Europa dos produtos energéticos das áreas sub-Saharianas, através por exemplo de gasodutos e oleodutos. O Mediterrâneo não é hoje em dia um obstáculo para este tipo de tecnologia e transporte. Portanto, do ponto de vista deste terceiro problema, o Norte de África poderia ser útil, para ambos os lados.

As relações entre a União Europeia e a União Africana terá de ser de “interesses”, da Europa em relação a África e vice-versa, e deveremos deixarmo-nos das questões do colonialismo e das suas mazelas. A relação mútua de interesses poderá ser útil para ambos os continentes, e terá de ser desenvolvida nesses termos... e na área da economia e da segurança penso termos interesses actualmente complementares.

Não há aqui nenhuma preocupação de “Democratizar”... a Democratização vem como efeito e não como causa... isto é, eu ponho as coisas de forma inversa da Administração norte-americana... é necessário convencer e criar condições económicas e de segurança no norte de África que desenvolvam as pessoas, o conhecimento, a discussão e no fundo fomentem a democracia. O que se passou no Iraque não é democracia, o voto apenas legitima o poder à maneira ocidental. É desejável ir aprofundando o relacionamento do ponto de vista económico e estratégico com o Norte de África e pouco e pouco criar condições para que os regimes evoluam... são projectos de longo prazo.

**Pergunta (2)** Relativamente a esta questão da democracia... Verificamos que os regimes ocidentais favorecem por vezes os regimes opressores... porque a democracia legitima o radicalismo... um voto, um homem, uma vez só, ou seja, não há retorno, mas o que o senhor afirma... é uma democracia preparada.

**Resposta (2)**

A questão da democracia não se pode confundir com simplesmente votar em eleições. No Egipto, os Irmãos Muçulmanos, não tão radicais como a Al-Qaeda... se as

eleições fossem de facto livres teriam ganho as eleições... o caso de Marrocos é outro exemplo, porque se utiliza o instrumento “voto” por aqueles que não são democratas. Porquê que a Europa e EUA chegaram à actual situação? Porque foram sendo criadas as condições económicas e de estabilidade para podermos discutir as questões abertamente, no fundo democraticamente.

Eu julgo que a posição correcta seria o exemplo do que aconteceu na Europa... e estão a haver iniciativas que embora não apontem para o objectivo final... Democracia...mas que podem concorrer para isso... o exemplo será a União para o Mediterrâneo, lançada por Sarkozy.

**Pergunta (3)** A questão do Sahara Ocidental... ao que parece a UE prepara-se para reconhecer o estatuto de Região Autónoma e não de um país Independente... a Espanha já reconhece oficialmente esta situação... estará relacionado com Ceuta e Mellila?

(a) No espírito Argelino “moderado” não serão factos como este que poderão aumentar ódios e rancores ou radicalismos contra a Europa?

(b) Será que a Frente Polisário pela perda de apoio populacional, não poderá voltar-se para a corrente terrorista?

**Resposta (3)**

Existem tensões entre Marrocos e Argélia, e a UE interessada por tudo o que acabámos de falar, terá que ver qual a posição menos má:

- ir contra a posição marroquina e favorecer uma república que não terá grande capacidade de sobreviver por si só... e uma vez influenciada pela Argélia, poderá ir mantendo uma zona de potencial diferendo entre Marrocos e Argélia.
- Será possível ir para uma zona de autonomia alargada, embora com tensões acrescidas nos moderados argelinos, e eventualmente com algumas compensações por parte da Europa?

A UE poderá fazer pressões políticas, que podem não ser aceites, mas também não estou a ver outra postura que não esta. A resolução passará necessariamente por Marrocos e Argélia, e julgo que apesar de tudo, a solução para a qual se está a caminhar será a menos má.

A posição Espanhola tem a ver com Ceuta e Mellila embora não resolva esta questão. O norte de África não será absorvível enquanto Ceuta e Mellila se mantiverem



nesta situação, pois faz parte do espaço estratégico marroquino... e poderemos ter problemas um dia destes.

Relativamente à Frente Polisário... tudo dependerá da habilidade de Marrocos... Eventualmente atraindo a organização à área política e partilha de poder.

**Pergunta (4)** Têm-se ouvido imensas personalidades a falar da questão dos muçulmanos moderados *versus* radicais, considerando que os primeiros são a grande maioria dos muçulmanos e que é nesses que deverá residir a aposta... Hipoteticamente alguns atentados ao norte, pelo menos na forma tentada foram exactamente perpetrados pelos “pseudo-moderados”. Também sabemos que só em França existe uma população de magrebinos que já ultrapassa os 6 milhões e na Europa 15 milhões. Sabe-se que por detrás dos atentados de Londres, estiveram alguns moderados... utilizando as ferramentas da Democracia e da sua permissividade e fragilidade para exponenciarem nas Mesquitas o terrorismo.

(a) Será que a Europa terá no futuro de encarar a hipótese de restringir alguns princípios e direitos considerados na actualidade fundamentais? Por exemplo nas liberdades de discurso nas mesquitas Europeias?

(b) E os Media? Que condicionamentos? Visto serem o oxigénio do terrorismo, conforme dizia Margaret Thatcher.

**Resposta (4)**

Há necessidade de tomar medidas, mas as mesmas não poderão ser de tal forma restritivas que confirmem os próprios objectivos dos terroristas e lhes dêem a vitória... foi o caso do Raly Lisboa-Dakar, mas a meu ver ainda bem que o cancelaram.

A situação europeia anterior era demasiadamente permissiva, contudo, actualmente já não é assim. Era prática comum nas Mesquitas francesas dizerem-se as maiores barbaridades, permitindo um avanço razoável do radicalismo... actualmente já não será assim. Estamos actualmente num segundo estágio... claro que não se pode acabar com a liberdade de circulação, mas tem existido restrição de direitos e comportamentos, que têm permitido filtrar muitas coisas e até abortar atentados... é o caso das escutas telefónicas; das Mesquitas francesas nas quais não é mais permitido falar em árabe, só na língua francesa; e dos Imãs, os quais estão todos cadastrados.

Em termos de legislação, a Europa tem andado um pouco a reboque das iniciativas norte-americanas... exemplo será o caso da segurança na aviação civil.

A questão dos moderados e radicais é interessante do ponto de vista estratégico e académico, mas pouco interessante do ponto de vista dos resultados... a gente sabe que o factor “M-moderados” na prática, no mínimo cala-se, isto é, este problema do terrorismo não tem solução com o combate do dia a dia de polícias e legislação... perderemos a guerra se ficarmos por aqui. É necessário actuar noutros planos, o político, económico, social e ainda do combate ideológico. Contudo, é difícil mobilizar os líderes religiosos moderados porque eles têm medo... dos atentados, e não denunciam. O comportamento e importância positiva desse factor “M” só vai aumentando à medida em que as outras medidas forem aumentando a segurança. Portanto é necessário conquistar almas e corações... o papel militar não resolverá a situação.

O objectivo estratégico da Al-Qaeda pode não ser o regresso a uma sociedade medieval... o que eles pretendem, segundo afirmam, é alterar a relação de forças mundial que actualmente é dominada pelos judeus e cristãos e que exploram os muçulmanos... a estratégia será restaurar o Califado, pois foi durante este que a relação de forças foi favorável aos muçulmanos e a utilização do terrorismo apenas deriva de não terem outros meios, senão, utilizá-los-iam.

Contudo, esses objectivos poderão dar-se de uma maneira diferente...se os países muçulmanos forem sendo dominados por uma liderança política que tenha também a noção da necessidade de alteração da relação de forças e que tenha peso no conjunto muçulmano, adicionando a importância energética do mesmo... poderá criar sérias dificuldades ao ocidente... O maior perigo da Al-Qaeda será este e não a questão terrorista, pois nenhum país quer viver com ele internamente à posteriori. A questão da ideologia da Al-Qaeda será derivar para esta situação, e muitos árabes começam cada vez mais a questionar isto.

Relativamente aos Media, a Al-Arabia e Al-Jezira é uma realidade vista com outros olhos. A informação é fundamental e com a situação mediática está a facilitar aqueles que estão em situações de dominados e mais fracos e a mostrar as realidades e a despertar a atenção para as mesmas. É evidente que os países terão que jogar com todos os instrumentos, entre os quais estará a guerra da informação. A realidade é aquilo que percebemos, poderá até nem existir e faz parte da guerra da informação... realço aqui a Internet e o controlo dos servidores que no caso da China só entra o que o país quer. Para defender os interesses nacionais poderá ser necessário actuar em todos os tabuleiros. O vector mediático pode ter resultados estratégicos independentes, com alterações

significativas nas relações de forças. As operações mediáticas por si só já conseguem isso, atingindo uma importância decisiva... será necessário actuar com inteligência nessa área.

**Pergunta (5)** Sr. General, tem-se falado imenso da divisão norte-sul. E entre nós? Verificamos que a França tem interesses específicos... Há divergências claras entre europeus. Qual o comentário?

**Resposta (5)**

Isso é uma inevitabilidade que decorre dos interesses vitais dos estados serem diferentes. Por isso é que a União Europeia nunca será capaz de se impôr como grande organização política no plano externo, pelo menos enquanto os estados retiverem o poder naquilo que lhes é vital... teremos sempre um conflito não armado ou competição. O que de bom a União Europeia nos trouxe foi retirar do espaço europeu a guerra, agora o conflito continua a existir. Portanto, a actuação bilateral vai continuar a existir e a sobrepor-se ao resto. O RECAMP é exemplo disso mesmo.

**2. Professor Doutor Luís Moita, Vice-Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa.**

a. Data: 12 de Dezembro de 2007

**b. Questionário:**

**Pergunta (1)** Sr. Professor, em que época é que começou a ter uma ligação mais estreita com a Frente Polisário?

**Resposta (1)**

Estive na região em duas circunstâncias... uma em 1975, em que fui até Tindouf, aos campos de refugiados, aquando da comemoração do aniversário do início da luta armada. Estive no Sahara Ocidental numa segunda época em que foram aprisionados os pescadores portugueses, não conseguindo concretizar a data... era eu amigo do delegado da Frente Polisário para a Europa, que na altura residia em Paris, e ele pediu-me para ir até ao Sahara Ocidental, e mantive assim contactos com altos dirigentes da Frente Polisário. Os pescadores portugueses foram entretanto libertados por acção do governo português.

**Pergunta (2)** A generalidade das entidades internacionais reconhecem o direito do Sahara Ocidental a tornar-se um país de pleno direito... os países vizinhos reconhecem exactamente isso. A União Europeia fala nos direitos humanos, liberdade e democracia... contudo parece haver um adormecimento do conflito ao ponto de estarmos em presença de uma quase implosão da Frente Polisário, com ameaças de existir uma derivação para o terrorismo. A sensação que dá é que a exposição exterior diminuta está a limitar completamente a causa *Saharawi*.

**Resposta (2)**

O tempo joga contra eles, sendo surpreendente que a causa ainda sobreviva. Durante muito tempo tiveram um forte apoio argelino e também líbio, com uma certa complacência europeia nessa época... mas o tempo jogou contra eles, pela retirada entretanto dos apoios da Líbia; pela fragilização interna da Argélia; pela importância de Marrocos para a Europa do Sul; pelo poder de chantagem que Marrocos tem em relação à Espanha pelo seu anterior papel na região, a qual tentou desembaraçar-se do problema em 1975; pelas questões de Ceuta e Mellila; e mesmo por Portugal que ainda tem alguns interesses negociados com Marrocos na região. De facto, é surpreendente que essa causa ainda sobreviva. Portanto, segundo creio saber, a Frente Polisário teve recentemente a tentação de voltar à luta armada... as condições serão agora bastante difíceis... o muro

construído por Marrocos em torno do Sahara “útil” e das principais fontes de recursos, foi importante do ponto de vista de desequilíbrio de forças militares. A percepção que eu tenho é que, apesar de tudo, entre os milhares de refugiados que se encontram em Tindouf parece haver ainda uma determinação muito elevada, mas é como digo... o tempo joga contra eles.

**Pergunta (3)** Que interesses poderá ter a Argélia no Sahara Ocidental? A ponte para o Atlântico? Ou o confronto entre as potências regionais?

**Resposta (3)**

As relações entre Marrocos e Argélia passaram por diferentes fases... um período em que o Rei de Marrocos era um importante aliado da Argélia e liderava o apoio internacional à causa de libertação argelina.

Um segundo período em que o Rei Hassan II inverteu as relações, e os estados se tornaram opositos, embora tenha sido instituída formalmente a União do Magrebe Árabe.

E por fim, a era do actual Rei de Marrocos, o qual tem uma postura intermédia, em que não existe uma hostilidade na mesma medida do seu Pai. Mas penso que tudo se deve mais à fragilidade interna da Argélia, não querendo Marrocos desestabilizar o seu vizinho em excesso. Por seu turno, Marrocos também tem alguns problemas do fanatismo religioso interno.

**Pergunta (4)** Marrocos tem uma guerra... mas a mesma parece justificar a unidade nacional. Recentemente encontraram-se fundamentalistas nas fileiras das Forças Armadas, e houve expulsões... e há a questão do soldo de quem está colocado na zona de conflito. O que acontecerá quando os militares deixarem de se identificar com uma causa nacional, em que deixam de receber tanto quanto recebiam? Não valerá mais para Marrocos manter este conflito, porque caso contrário poderá levantar questões de desunião nacional e até mais desejos de autonomia regionais, equiparadas à autonomia alargada do Sahara?

**Resposta (4)**

Presumo que a causa da anexação do Sahara Ocidental tem um grande apoio popular em Marrocos. A grande marcha verde, parece representar isso mesmo... existe um grande consenso popular em torno da causa. Também, qualquer dia a própria população do Sahara Ocidental será absorvida. Contudo poderá existir algum interesse subterrâneo, mas não conseguirei ir mais além.

**Pergunta (5)** Relativamente à questão da iniciativa americana anti-terrorismo no Sahara. Fala-se de uma divergência da Frente Polisário para o terrorismo na região. Peço-lhe um comentário.

**Resposta (5)**

Não me parece que isso seja possível... porque a sua camada dirigente parece-me mais próxima do regime argelino, de matriz laica. Não digo com contornos idênticos, cuja mentalidade estará mais longe dos fundamentalistas. A luta será num quadro de libertação e não no plano do terrorismo. Só lhe consigo dizer que o grupo dirigente não terá tendência para o terrorismo, não havendo certezas de possíveis infiltrações nos campos de refugiados.

A Argélia parece ter uma dívida moral e ética, de sentimentos... dificilmente deixará de apoiar o povo *Saharawi*, contudo a abordagem não me parece que seja no incentivar uma postura desestabilizadora e agressiva em relação a Marrocos.

Para concluir, parece-me um erro histórico da Frente Polisário se agora regressasse à luta armada.

**3. Dra. Paula Pereira, Mestre em Estratégia Militar e Políticas de Defesa.**

Actualmente exerce funções como investigadora do IDN, nas áreas dos estudos de segurança, estudos estratégicos e relações internacionais, em particular para a União Europeia e o Mediterrâneo.

**a.** Data: 16 de Março de 2008

**b. Questionário:**

**Pergunta (1)** Sra. Doutora qual considera ser a amplitude do fenómeno “criminalidade organizada” na área do Magrebe?

**Resposta (1)**

Talvez seja o tráfico de droga e de pessoas para certos países especificamente. Não lhe sei dizer se existem redes montadas... mas deverão existir, tanto na parte da imigração ilegal, como no tráfico de pessoas... porque há relatórios de escravização de pessoas, na Líbia e Mauritânia especificamente, nos outros não é tão evidente. Obviamente que deverá existir na parte do terrorismo alguma ligação com a criminalidade organizada para fornecimento de equipamentos, embora para o que toca ao grupo Al-Qaeda Magrebe se aponte mais para a Líbia como o melhor fornecedor em armas.

**Pergunta (2)** Eu tinha noção de que a líbia estava a mudar a forma de estar no mundo e postura em relação ao mundo ocidental, mas a Sra. opina de que a Líbia talvez esteja a servir de santuário a essas actividades.

**Resposta (2)**

Não sei se a servir de santuário, essa parte fica em dúvida porque de facto não se regista actividades... embora o território da Líbia seja difícil de controlar... grande parte é deserto e isso toca praticamente todos os países do Magrebe. Em particular aqueles que têm grandes partes de deserto, mas mesmo a Argélia, Tunísia e Marrocos têm essa dificuldade porque têm grandes partes de território difíceis de controlar e portanto é uma vantagem para esse grupo da Al-Qaeda Magrebe, pelo menos esse... de se movimentarem, inclusivamente passando as fronteiras sem grandes dificuldades.

Em termos de santuário, como era o caso da Líbia, com os seus campos de treino no deserto líbio... neste momento os relatórios não apontam para essa situação, embora não se saiba ao certo. Agora depende, pensa-se que a Líbia e Argélia são dos maiores fornecedores desse grupo atrás referido, Al-Qaeda do Magrebe. É obvio que à volta dessas

actividades todas há criminalidade organizada, porque é isso que lhes permite também obter financiamento e equipamento. No que toca à imigração ilegal é obvio porque é uma fonte de financiamento.

**Pergunta (3)** Já percebi que a questão da escravatura fica circunscrita ao Magrebe, ao passo que a imigração ilegal faz a ponte para a Europa. Agora mais perigoso, relativamente a armas ligeiras e ADM. A Sra. tem alguma referência em relação a este assunto?

**Resposta (3)**

Não, para o Magrebe, os ADM não tem sido uma preocupação de maior nem há registos de tentativas de aquisição. No que toca a armas ligeiras, a situação é diferente porque a Argélia está muito bem equipada e continua a equipar-se e a para além disso os grupos terroristas conseguem sempre obter equipamentos e meios seja por uma via ou por outra... roubos ou criminalidade organizada, ou o próprio estado a fornecer. A Líbia registou-se que era uma das fontes de equipamento... portanto as armas ligeiras seriam uma das preocupações.

**Pergunta (4)** Qual a forma que a União Europeia poderia arranjar para abordar este problema da Criminalidade Organizada... continuidade do Processo de Barcelona ou uma abordagem mais rígida em termos de controlo de fronteiras?

**Resposta (4)**

Penso que a solução seria um misto das duas. Não, penso que fechar fronteiras seja a solução, até porque seria impossível, e seria muito mau para a Europa e Magrebe... diminuir-se-ia os níveis de confiança entretanto atingidos. Talvez a cooperação e o apoio... em formação e treino dos países do sul fosse mais a solução.

**Pergunta (5)** E ao nível das polícias... será que as polícias do Magrebe estariam na disposição de trocar e partilhar informação?

**Resposta (5)**

Bom, essa é a parte mais complicada do processo de diálogo... mesmo na Europa é complicado trocar informação sensível. No entanto tem havido evolução porque os países do Magrebe sentem necessidade de controlar o terrorismo, a criminalidade organizada, como a imigração ilegal... portanto dentro de outros fora de diálogo há grupos de trabalho



que se concentram nessa parte da informação. Hoje as coisas são mais fáceis embora não estejam ainda sistematizadas.

**Pergunta (6)** A iniciativa 5+5... ao mesmo tempo que ouvimos falar do processo de Barcelona, aparece a iniciativa 5+5. Esta é complementar, poderá complicar o Processo de Barcelona?... e de que forma é que os países do Norte vêm esta Questão?

**Resposta (6)**

O programa MEDA não funcionava como devia. Os critérios não seriam adequados e os fundos que até agora eram atribuídos ao Mediterrâneo eram muito pouco utilizados. A PEV vem substituir o programa MEDA, particular do Processo de Barcelona... A PEV veio uniformizar os meios financeiros da União para os vizinhos. A PEV é diferente do Processo de Barcelona... A PEV tem em consideração a especificidade de cada país ao passo que o processo de Barcelona considerava o “Todo” e havia certas questões que não eram adequadas aos países. Agora... o Processo de Barcelona continua a ser importante... estes doze anos serviram para fomentar o diálogo e confiança, e sem o qual nada do resto teria avançado, no entanto terá de ser reformado. Vamos agora ver o que vai acontecer com a União para o mediterrâneo, que pelos vistos não se vai sobrepor ao processo de Barcelona, porque os nórdicos não querem, ou não interessa.

Ora aqui, a iniciativa 5+5 poderá ter o seu papel importante, porque é complementar, não abrange as mesmas questões e é mais específico... inicialmente abrangia o diálogo nas áreas culturais e sociais, mas há dois anos evoluiu para as questões de defesa, não se sobrepondo ao Processo de Barcelona porque este não aborda esta área, apenas a da segurança. A iniciativa 5+5 evoluiu para esta componente, da defesa, e é uma das áreas que mais tem avançado, talvez porque interessa às duas margens e por ser a mais recente. É obvio que os países do sul da Europa estão mais interessados nas questões mediterrânicas do que os nórdicos...o 5+5 permite-lhes debater as questões que lhes interessa debater... é um processo que tem andado bem...foi criado o colégio 5+5 com início este ano, havendo uma proposta do sul no sentido de criar um instituto de relações internacionais 5+5... nos exercícios militares prevê-se a participação dos países 5+5 do lado sul, não em forma de duplicação mas pelo aproveitamento de exercícios em que serão convidados os países do sul.

**Pergunta (7)** Eu diria que o Processo de Barcelona, complementado pela PEV, e agora a iniciativa 5+5 entra no campo da defesa.

**Resposta (7)**

A iniciativa 5+5 já é muito antiga, a ideia é dos anos 80, mas esteve muito tempo adormecida. De há uns anos para cá é que teve um impulso maior... muito por causa das questões da imigração e do terrorismo, muito reactivo, mas pelo que consigo analisar o avanço dos 5+5 é nas questões de Defesa. É a defesa que interessa os países do norte e do Sul, fundamentados na preocupação da imigração ilegal e terrorismo. A criminalidade organizada não passará para a margem norte a não ser através do espelhado na imigração ilegal e no narcotráfico. Sobre isso, vamos ver o que acontece no futuro com a Guiné, mas Marrocos constitui a placa giratória do narcotráfico para depois vir para a Europa. A Espanha está com um sistema de vigilância bastante avançado e há muito pouca coisa que passa nas suas costas, a Itália também, Portugal tem um sistema montado obsoleto. O argumento é de que Portugal estará longe... hoje em dia já não é um argumento. Depois parece... não sou especialista... parece que as costas portuguesas não são propícias para o efeito. Portugal tem de se despachar, na implementação do sistema de vigilância de costa, porque o actual sistema de radares é referido como obsoleto. Portanto, esta iniciativa... 5+5, vem responder às preocupações dos países do mediterrâneo neste sentido.

**Pergunta (8)** Aglomerando o Processo de Barcelona, a PEV, a iniciativa 5+5... qual será o cenário que mais provavelmente iremos viver no futuro?

- (a) Os planos de acção irão trazer frutos... iremos ter uma reaproximação?...a fronteira passará a ser o Sahara?
- (b) A situação vai-se mantendo como está, sustentada nas verbas transferidas do norte para o sul... os regimes opressores irão manter-se no poder inibindo os radicais islâmicos de o fazer... e com uma demarcação forte entre o norte e o sul?
- (c) Ou então a situação agravar-se-á com os radicais islâmicos a subir ao poder, substituindo os regimes opressores, e eventualmente provocar o tal confronto ideológico norte-sul?

### **Resposta (8)**

Eu julgo e espero daquilo que leio que será, não tanto o radicalismo islâmico, mas o islamismo político que está a subir no Magrebe. A experiência da transição democrática da Argélia foi nitidamente um fracasso, porque se viu que a população está de facto alienada das suas elites políticas, portanto não pensam a mesma coisa... vemos de facto uma subida do islamismo político na Argélia e em Marrocos... inclusivamente na Líbia. A Líbia está controlada pelo Qadhafi... vamos ver o que acontece quando ele desaparecer, mas julgo que a transição como se viu por exemplo na Síria ou em Marrocos... a transição pode ser controlada e pacífica. A Mauritânia é neste momento um país que está praticamente descontrolado, embora tenha Primeiro-Ministro ao final de um grande período de instabilidade política... parece que as elites políticas e as instituições não estão ainda suficientemente fortes para conseguir controlar o que se passa no país. Portanto, apesar de haver uma subida do islamismo político nestes países do Magrebe... julgo que aqui, com pequenas medidas é possível fazer recuar um pouco esse islamismo político. Por exemplo, nas últimas eleições de Marrocos... se virmos de há um pouco menos de dez anos o PJD, Partido da Justiça e Desenvolvimento, marroquino, tinha vindo a ganhar terreno, tanto nas eleições autárquicas, como nas legislativas... tinham atingido o segundo lugar nas legislativas e o primeiro nas autárquicas... nas eleições de Setembro de 2007, por uma actuação do Rei e do Governo actual, que consistiu na divisão das circunscrições de voto de forma diferente, o partido recuou. Portanto, se basta só isso para o partido recuar... é uma pequena esperança de que a população se possa dividir de uma forma ou de outra sobre o islamismo político. Marrocos também não é... digamos o país mais preocupante, primeiro porque o Rei continua a ser a figura mais importante e central do estado, portanto controla praticamente tudo, e também porque daquilo que se houve deste partido da justiça e desenvolvimento... parece neste momento ser um partido moderado apesar de tudo.

Argélia é diferente, porque é um país com imensos recursos que abastece de gás uma parte da Europa... apesar de tudo poderemos vir a ter grande instabilidade naquele país... a Argélia continua a ser controlada pelas Forças Armadas, mas perante qualquer crise poderemos correr o risco de resvalar para uma instabilidade política... para o confronto novamente.

A Tunísia, neste momento está controlada pelo Ben Ali... ele ainda tem o resto deste mandato e poderá recandidatar-se em 2009... portanto a situação está mais ou menos controlada na Tunísia.

A Líbia também está controlada e é uma situação muito particular porque é o país africano com o PIB per capita mais elevado no Continente... pelos recursos existentes em hidrocarbonetos, e portanto a população nacional líbia não está mal, até confortável. Depois temos toda a outra população imigrante que está numa situação muito diferente e muito má, mas não serão esses que vão contestar o poder na Líbia.

Portanto, apesar do aumento deste islamismo político, eu não iria para o cenário mais radical porque também não é do interesse do próprio poder político instalado no Magrebe. O qual está a tentar controlar esse aspecto... é de todo o interesse deles continuarem a ter uma cooperação reforçada com a União Europeia, e portanto julgo que vale tentar não deixar ao máximo margem de manobra aos radicais. Julgo que com estes desenvolvimentos que têm vindo a ocorrer ultimamente... é verdade que o processo de Barcelona continua a estar bloqueado pelo processo de paz no médio oriente, mas digamos que há outras partes que continuam a evoluir. É do interesse da União Europeia que o Magrebe se venha a desenvolver, sobretudo economicamente e socialmente, para travar também a imigração... julgo que a prazo a fronteira da segurança vai avançar até ao Sahara... perspectivando uma melhoria da situação no que toca ao Magrebe, única e exclusivamente no que toca ao Magrebe. Vamos ver também qual o impulso que a União para o Mediterrâneo irá dar ao processo de Barcelona... a iniciativa do Sarkozy...

**Pergunta (9)** Mas aquilo que eu li é que já há divisões e acusações de interesses relativamente a este plano da União para o Mediterrâneo... Porque o Sarkozy teria interesses económicos e quereria liderar a Europa...

**Resposta (9)**

Essas questões foram resolvidas no Conselho Europeu mais recente (refere-se a Março de 2008)... De facto, no início, quando Sarkozy lançou a ideia da União do Mediterrâneo, houve vários países da União Europeia que disseram nem pensar... e aliás, certos países do sul também... posteriormente e presumivelmente a Alemanha conseguiu que a França reduzisse a ambição para a União Mediterrânica, a qual não vem substituir o processo de Barcelona, mas sim integrá-lo... é este o último desenvolvimento precisamente. A União Mediterrânica que na ideia de Sarkozy poderia prever um método de financiamento do Processo de Barcelona, já não vai acontecer... portanto, não se vai pedir aos países da União Europeia que dêem mais dinheiro para o Mediterrâneo, e portanto julgo que vai haver aqui alguma complementaridade e alguma integração da União Mediterrânica no Processo de Barcelona. Portanto, julgo que se Sarkozy quiser

manter a União Mediterrânica dentro da União Europeia irá ter que ceder na sua ambição... não existem contudo documentos oficiais elaborados e disponibilizados para o publico em geral... apenas existem artigos de Jornais... o “Le Fígaro”.

Portanto, em termos de cenários prevejo uma melhoria muito gradual e a prazo da situação do Magrebe.

**Pergunta (10)** Será que nós queremos mesmo a Democracia ao sul... não preferimos nós os regimes que estão implantados, ainda que com o aligeirar de posturas, mas mantendo-os?

**Resposta (10)**

Todas as transições democráticas no Mediterrâneo foram mal sucedidas... a pior de todas foi a da Argélia... O que há nesses países actualmente é um abrandamento ou uma tentativa de transição democrática, mas muito suave... porque os estados continuam a ser autoritários... por exemplo, muita gente defende que Marrocos não é um estado autoritário... na minha perspectiva Marrocos é um estado autoritário, embora tenha alguns mecanismos de Democracia, porque tem eleições, há alguma alternativa política... mas continua a não haver liberdade de imprensa, como nos outros países. Portanto, há um abrandamento dos regimes, isso é claro... agora enquanto que a transição democrática foi um cavalo de batalha da União Europeia e dos países ocidentais para os países do sul, em que sempre que havia qualquer coisa apontava-se para a democracia... depois do que aconteceu na Argélia digamos que esse ponto de vista foi muito revisto... e depois há aquela questão de ser melhor saber quem lá está, do que não saber quem é que vem.

É muito curioso e um bocado ambíguo... na PEV, as atribuições financeiras estão condicionadas também por progressos concretos nas páginas da democratização, e têm etapas e metas... tem de haver um encontro entre a atribuição dos meios e o esforço democrático que os países estão a fazer. Apesar de tudo há limitações e essa democratização vai ter de ser feita em áreas que não ponham em causa a estabilidade, porque aquilo que é mais importante para a União Europeia, mas também para os EUA será a estabilidade política... que permita segurança nos países do Magrebe. Se olharmos para a situação económica nesses países do Magrebe, especificamente Argélia, Tunísia e Marrocos... o crescimento económico não chega para absorver a mão-de-obra jovem que chega ao mercado de trabalho, e portanto deparam-se com taxas de desemprego da ordem dos 15%. Se quisermos fazer uma democratização desses estados, rápida, que leve a uma instabilidade política... podemos ter a certeza que com ela vêm muitas coisas... o

radicalismo... portanto penso que a prioridade do conjunto da comunidade internacional é manter essa estabilidade política.

**Pergunta (11)** Portanto estaríamos na disposição de deixar cair os valores democráticos que estão definidos em função de a médio prazo conseguirmos melhores resultados e duradouros?

**Resposta (11)**

Sim... não é isso que está escrito, mas julgo que sim... se olharmos por exemplo para a situação do Irão, da revolução islâmica em 1979... o que levou à revolução no Irão, foi entre outras que o Xá tentou num curto espaço de tempo fazer as reformas todas... económicas e sociais... e isso levou a uma revolução islâmica e que nos dá o Irão de hoje.

Não podemos abandonar de facto os nossos valores democráticos, mas cada país tem o seu ritmo e temos muito provavelmente de abrandar essas exigências sobre a democratização, ter em conta a forma de como a reforma se poderá levar, ter em conta que provavelmente a população não estará preparada para as transformações... portanto tem de fazer esforço na educação, na sociedade civil e no apoio económico para um dia essa transição democrática se faça de forma pacífica.

**Pergunta (12)** Perguntar-lhe-ia agora no plano interno acerca da UMA... que perspectivas de evolução? Irá ficar como está?

**Resposta (12)**

Não vejo neste momento que possa haver qualquer evolução da UMA, porque não há vontade política suficiente para resolver as tensões entre os diferentes países do Magrebe. A Líbia tem um problema territorial com a Argélia, a Argélia tem o conflito com Marrocos por causa do Sahara Ocidental, o qual não será resolvido tão depressa... Marrocos não está interessado em resolver essa questão, aliás para Marrocos não há nada a resolver porque o território é marroquino. A Argélia quereria obter uma linha directa para o Atlântico através do Sahara Ocidental... e enquanto a questão do Sahara Ocidental não estiver resolvida não há hipótese de haver concertação. Depois há esta questão do grupo terrorista que consegue ocupar a faixa sul do conjunto dos países magrebins, o Sahel, que mais cedo ou mais tarde irá provocar problemas entre os países... suponho que esta seja mais uma das situações geradoras no futuro de tensões no Magrebe.

A UMA só vai ter alguma hipótese de desenvolvimento quando estes conflitos forem desenvolvidos... é a minha perspectiva.

**Pergunta (13)** Como é que os países do sul do Mediterrâneo nos verão... mais uma vez como os colonizadores, ou progressivamente como um parceiro, ainda que com os nossos interesses específicos?

**Resposta (13)**

Depende do país... algumas visitas do Sarkozy ao Magrebe não correram bem. Não sei se é pela postura dele, ou se pela ideia de que a França é um estado imperialista. Contudo, julgo que a pouco e pouco se vai estabelecendo uma parceria e se pegarmos nos países do sul da Europa, aquele que mais se enquadra no termo parceria... seria Portugal. É Portugal porque não foi colonizador recente naquela área, e não tem problemas de imigração com aquela região e não tem disputas territoriais.

Julgo que as elites do sul se modificaram...quando há uns tempos se via que não eram pessoas profissionais e que não tinham grande formação, hoje em dia são pessoas na sua maioria muito profissional, seja na parte académica, política ou empresarial... começa a ser qualificada. E portanto a imagem que eles têm da Europa também se modificou, e o diálogo já se faz quase num pé de igualdade... já não têm complexos com os vizinhos da Europa. Portanto, julgo que iremos caminhar mais para uma situação de parceria, do que manter o velho ressentimento das potências colonizadoras.

**Pergunta (14)** Relativamente à área de mercado livre... tê-la-emos em 2010?

**Resposta (14)**

Não vai acontecer... é provável mais tarde, até porque eles estão em situações económicas muito graves. Tunísia e Marrocos são exemplo. Certamente essa área acontecerá mais tarde, mas não em 2010, aliás já se previa isso há dois ou três anos atrás...em principio irá avançar, até porque a União Europeia também necessita desse mercado.

## **APÊNDICE C**

Principais Grupos Terroristas activos identificados nos países da  
União do Magrebe Árabe /  
Programa Anti-Terrorismo da UE

---



No presente apêndice serão identificadas algumas das organizações terroristas consideradas actualmente activas, e cuja base de apoio territorial parte essencialmente de estados que constituem a União do Magrebe Árabe. Será importante referir que das organizações expostas, a al-Qaeda que não tendo base assente em nenhum território em particular, não será aqui retratada. A base de suporte da informação aqui esplanada consistiu na consulta de bibliografia diversa de que se destaca pela sua actualidade o sitio na *Internet* - “*MIPT TERRORISM*”.

Na última alínea serão traçadas as linhas gerais da estratégia europeia de combate ao terrorismo.

## **1. Armed Islamic Group (GIA – Groupes Islamiques Armes)**

### **a. Base de operações: Argélia**

### **b. Motivações**

O Armed Islamic Group (GIA) é um grupo islâmico extremista que objectiva suplantar o regime argelino e substituí-lo por um regime islâmico. O grupo começou a desenvolver as suas actividades violentas em 1992, depois do regime argelino ter considerado nula a vitória na primeira volta das eleições legislativas (Dezembro de 1991) da FIS – Islamic Front Salvation, o maior partido islâmico da oposição. O partido FIS foi ilegalizado e muitos dos seus dirigentes presos, tendo provocado a fissura do partido em alas moderadas e em significativas facções extremistas, uma das quais se constituiu como GIA.

O GIA perpetrou desde então diversos ataques contra alvos civis, especialmente jornalistas, intelectuais, escolas e trabalhadores do governo. Por vezes chegou a efectuar a limpeza completa de vilas na sua área de operação. De 1993 a 1998, cerca de 70.000 civis foram mortos em ataques surpresa por todo o país. Ainda em 1993, o GIA anunciou uma campanha de endereçada contra os estrangeiros residentes na Argélia, e consequentemente matou mais de 100 pessoas, predominantemente europeus. O grupo utiliza os assassinatos e as bombas, incluindo viaturas armadilhadas, e é conhecido por favorecer o rapto e assassinar as vítimas degolando-as. Num evento que de certo modo antecipou o “11 de Setembro de 2001”, o GIA desviou uma aeronave da Air France, num voo de Argel para Paris, na véspera de Natal de 1994, com 227 passageiros a bordo. Depois de dominada a situação através da morte dos raptos, alguns testemunhos de passageiros referiram a intenção dos raptos de voar a aeronave de encontro à torre Eiffel.

Em Setembro de 2005, através de referendo nacional, a Argélia a adoptou a “carta de paz e reconciliação” proposta pelo presidente argelino. Os resultados do referendo entraram em vigor em 2006, oferecendo o perdão àqueles que se rendessem até Agosto de 2006, desde que os mesmos não fossem responsáveis por massacres, raptos ou atentados em locais públicos. Vários membros do GIA foram entretanto libertados como resultado do preconizado na “carta”.

Os últimos ataques do GIA considerados significativos ocorreram em 2001. Algumas fontes alegam que a organização se tornou inactiva devido ao encarceramento de muitos dos seus membros. Crê-se que os membros do GIA que continuaram as actividades terroristas se tenham juntado numa facção separatista do próprio grupo, O “*Salafist Group for Preaching and Combat – GSPC*”.

## **2. Al-Qaeda Organization in the Islamic Magreb**

- a. Bases de operação:** Argélia; Mali; Mauritânia; Níger.
- b. Denominação local:** Groupe Salafiste pour la Predication et le Combat.
- c. Outras denominações:** Al-Qaeda Committee in the Islamic Maghreb; Salafist Group for Call and Combat (GSPC); *Salafist Group for Preaching and Combat*.
- d. Motivações**

A *al-Qaeda Organization in the Islamic Maghreb*, anteriormente conhecida como *Salafist Group for Call and Combat – GPSC* é um grupo extremista violento baseado na Argélia. A organização tem operado desde 1996 e é actualmente o movimento terrorista argelino mais importante. Este Grupo Salafista surgiu a partir da cisão do *Armed Islamic Group – GIA*, já retratado no ponto anterior e que constituiu a principal entidade terrorista na Argélia entre 1992 e 2000. De acordo com os objectivos do GIA, também este grupo pretende estabelecer um estado islâmico no território argelino, substituindo o actual regime de governação. Os salafistas crêem numa interpretação pura do Corão, e os objectivos do GSPC fundamentam-se nesta ideologia.

Como resultado do longo e sangrento conflito de 1992 a 2000, que custou mais de 100.000 vidas, o GIA acabou por ver enfraquecido o seu suporte na Argélia. Enquanto o grupo matou civis, os números revelavam-se inferiores às baixas sofridas pelo próprio grupo.

Em contraponto, o GSPC concentrou-se em atacar o governo argelino e as forças de segurança, especialmente nas áreas rurais. O grupo também prometeu atacar alvos

ocidentais e tem estado ligado a vários ataques a interesses americanos e europeus na Europa Ocidental. O GSPC substituiu o GIA como a principal força terrorista na Argélia, e derivado da sua minimização de ataques contra alvos civis, o grupo beneficia de uma rede de apoio muito mais alargada dentro de fronteiras. Actualmente, o GSPC tem substituído os contactos do GIA com outras organizações extremistas, incluindo o seu aliado da al-Qaeda. De facto, o grupo tem publicamente manifestado a sua lealdade para com outras entidades extremistas, de que se destaca a al-Qaeda, declaração ocorrida em 2003. Em 2006, o líder da al-Qaeda, al-Zawahiri, aprovou a união da sua organização com o GSPC. Os últimos, anunciaram publicamente mais tarde, em Fevereiro de 2007, a mudança para a sua actual denominação, seguida de seis ataques simultâneos a estações de polícia em cidades argelinas para assinalar o facto.

#### **e. Objectivos actuais**

A *al-Qaeda Organization in the Islamic Maghreb* está baseada no Norte de África, especificamente na Argélia. Contudo, o grupo tem ligações a outros grupos por toda a região e possui também ligações a uma rede de extremistas na Europa Ocidental. Tem sido assinalado pelo grupo a sua intenção de atingir alvos ocidentais, quer seja no interior da Argélia, quer seja no exterior. Também é actualmente conhecido que o grupo tem enviado militantes do Norte de África para o Iraque, servindo nos ataques suicidas e como soldados.

Alguns especialistas temem que o grupo esteja actualmente a derivar para objectivos globais, de acordo com as linhas da al-Qaeda, podendo adoptar em breve tácticas semelhantes. Outros especialistas defendem que a organização não possui os necessários recursos para o lançamento de ataques em larga escala fora da Argélia. A *al-Qaeda Organization in the Islamic Maghreb* parece por ora extremamente dedicada em levar por diante a sua tarefa de implantar um estado islâmico na Argélia.

As detenções mais recentes de membros da organização colocaram a descoberto planos para ataques químicos contra alvos públicos. As mesmas não representam contudo o desmembrar de uma mais vasta conspiração, retratada pelas autoridades britânicas, que consistia num ataque à base de ricínio. Um dos membros da organização foi inclusivamente ligado com a célula londrina do GSPC, esta última liderada por Abu Doha, conhecido como assistente de Bin Laden.

### 3. LIBYAN ISLAMIC FIGHTING GROUP (LIFG)

- a. **Base de operações:** Líbia
- b. **Denominação local:** al-Jam'a al-Islamiyyah al-Muqatilah
- c. **Outras denominações:** Fighting Islamic Group; Libyan Fighting Group; Libyan Islamic Group
- d. **Motivações**

O *Libyan Islamic Fighting Group* - LIFG tem dois objectivos principais. O princípio fundamental deste grupo terrorista consiste em suplantar o actual governo líbio liderado por Muammar Qadhafi. O grupo fundamenta-se na crença de que o governo de Qadhafi é opressivo, corrupto e apóstata, devendo por isso ser substituído. Os seus membros tentaram, tendo no entanto falhado, assassinar Qadhafi.

Desde o tempo da sua fundação, até finais da década de 90 o grupo dedicou-se a atacar as forças líbias através de embates armados. Actualmente, o LIFG continua a atacar os interesses do governo líbio, contudo a frequência e intensidade dos ataques contra as forças de segurança líbias diminuiu de intensidade a partir de finais da década de 90. Suspeita-se que o LIFG tenha sido uma das entidades terroristas que apoiou materialmente os atentados suicidas ocorridos em Casablanca, no ano de 2003. O “*Libian Fighting Group*” mantém um segundo objectivo fora de fronteiras líbias, contribuir na campanha internacional da *Jihad*. De facto, este objectivo tem-se tornado progressivamente central nas actividades do grupo e nas suas metas globais. Em 2007, os líderes da al-Qaeda publicaram inclusivamente uma gravação, na qual se declarava que o LIFG se tinha de facto unido à al-Qaeda. Acredita-se que alguns líderes do LIFG mantenham posições na estrutura superior de comando da al-Qaeda.

- e. **Objectivos actuais**

Apesar do LIFG ser essencialmente um grupo terrorista islâmico de cariz indígena, o mesmo tem mostrado recentemente uma inclinação para operações terroristas mais globais. O LIFG é composto essencialmente por líbios que lutaram na guerra afegã contra os soviéticos. Os veteranos retornaram ao país com o objectivo de criarem um estado islâmico na Líbia. Com o tempo, o grupo tem demonstrado apoiar a guerra santa de outros grupos espalhados pelo mundo. Adicionalmente à recente filiação com a al-Qaeda, o grupo tem estabelecido ligações com grupos extremistas argelinos e egípcios.

#### 4. HARAKAT AL-SHUHADA'A AL-ISLAMIYAH

- a. **Base de operações:** Líbia
- b. **Denominação local:** Harakat al-Shuhada'a al-Islamiyah
- c. **Outras denominações:** Islamic Martyrs Movement
- d. **Motivações**

Em 1998, o grupo reclamou para si a responsabilidade na tentativa de assassinato de Muammar Qadhafi, tendo resultado em ferimentos no mesmo e na morte de quatro dos seus guardas, forçando-o a cancelar uma visita ao Egipto. O governo líbio negou que tal ataque tivesse ocorrido. Alegadamente o grupo abriu fogo sobre a caravana de Qadhafi no momento da travessia de fronteiras entre a Líbia e o Egipto.

O *Harakat al-Shuhada'a al-Islamiyah* tem desenvolvido um continuado conflito de baixa intensidade com regime durante vários anos e é conhecido por estar particularmente activo na região de *al-Jabal al-Akhdar* ao longo da fronteira com o Egipto, onde retira vantagem das múltiplas cavernas naturais existentes para servir de base às suas actividades. Os confrontos entre as forças de Qadhafi ocorreram essencialmente no passado e actualmente pouco mais se sabe para além de que a composição do grupo consiste em essencialmente veteranos de guerra do Afeganistão insatisfeitos com as limitadas oportunidades económicas existentes no actual regime. Em 1997 o grupo negou os rumores de uma eventual junção com o *Libyan Militant Islamic Group (MIG)* mas confirmou a existência de encontros no sentido de discutir essa possibilidade.

- e. **Objectivos actuais**

O Harakat al-Shuhada'a al-Islamiyah opõe-se ao regime de Muammar Qadhafi e tenta depô-lo em benefício da criação de uma república islâmica.

#### 5. TAKFIR WA HIJRA

- a. **Bases de operação:** Marrocos; Argélia; Egipto; França; Alemanha; Itália; Líbano; Holanda; Espanha; Reino Unido.
- b. **Denominação local:** Takfir Wa al-Hjira
- c. **Outras denominações:** *Martyrs of Morocco; Rejection of sins and exodus.*

#### **d. Motivações**

*Takfir Wa Hjira* que significa rejeição do pecado e do êxodo é considerado um dos mais radicais grupos islâmicos da actualidade. As motivações que levaram à criação do mesmo não são consensuais. Alguns sugerem que o grupo terá sido fundado no início da década de 70 no Egipto. Neste país, o grupo alvejou instituições seculares, desde os cafés a governantes, e instalou uma comuna no deserto de forma a mantê-los separados da sociedade egípcia. Outros consideram que o *Takfir Wa Hjira* derivou de uma facção de al-Zawahiri do início da década de 80, e defendem existirem evidências do seu envolvimento com o Grupo *Egyptian Islamic Jihad* – EIJ no assassinato do presidente egípcio Anwar al-Sadat. Fontes oficiais holandeses afirmam que o grupo está actualmente sob a liderança de um palestino radicado no Reino Unido, o Califa Abdallah al-Rifai.

Pode-se considerar que o *Takfir Wa Hjira* é muito mais um grupo pan-islâmico de culto religioso, que alegadamente inclui a segunda figura mais importante da *al-Qaeda*, Ayman al-Zawahiri, do que propriamente um grupo terrorista organizado. Os seus membros, não poderão jamais deixar o grupo depois de ao mesmo terem aderido. Supostamente, terão tentado assassinar Usama Bin Laden no Sudão, em 1995, devido aos seus pontos de vista “liberais”.

#### **e. Objectivos actuais**

O *Takfir Wa Hjira*, composto por membros de origem egípcia, síria, palestina, libanesa e outras proveniências árabes, opera por todo o mundo árabe e muçulmano, possuindo ainda células na Europa. O grupo sofreu um sério revés em 1999 e 2000 quando tropas libanesas apoiadas pela Síria destruíram um das suas posições no terreno no norte do Líbano, capturando e matando um número considerável dos seus membros. Por todo o mundo árabe as autoridades têm detido e enclausurado membros do grupo, no entanto o *Takfir Wa Hjira* permanece activo e foi mais recentemente ligado à morte do cineasta holandês Theo van Gogh. Fontes marroquinas afirmam que membros do grupo marroquinos terão formado uma aliança com o grupo terrorista da vizinha Argélia, o *Armed Islamic Group* – GIA.

### **6. MOROCCAN ISLAMIC COMBATANT GROUP**

**a. Bases de operação:** Marrocos; Afeganistão; Bélgica; Dinamarca; Egipto; França; Espanha; Turquia; Reino Unido.

**b. Denominação local:** Groupe Islamique Combattant Marocain (GICM)

### **c. Motivações**

O *Moroccan Islamic Combatant Group* – GICM objectiva a criação de um estado islâmico em Marrocos. Tem endereçado comunicados criticando o actual governo marroquino. Adicionalmente, o grupo apoia os objectivos terroristas da al-Qaeda contra os Estados-Unidos e países da Europa Ocidental, partilhando inclusivamente os seus membros, tendo os mesmos treinado nos campos de treino do Afeganistão. Na base deste grupo pode-se encontrar a organização marroquina, *Shabiba Islamiya*, que se dividiu em duas facções, uma das quais se tornou o GICM. De acordo com algumas opiniões, a fundação do grupo assentou em guerrilheiros veteranos *mujahadin* na década de 90, existindo no entanto dúvidas acerca da data.

### **d. Objectivos actuais**

Actualmente *Moroccan Islamic Combatant Group* é um membro activo do movimento da *Jihad*. Adicionalmente à sua presença no Norte de África, os seus membros têm-se posicionado na Europa Ocidental. O grupo promove a relação com outros grupos extremistas do Norte de Africa. De acordo com fontes pró-governamentais marroquinas, o GICM terá solicitado apoio da al-Qaeda levando a encontros de líderes de ambos os grupos. Apesar de objectivar e actuar no sentido da criação de um estado islâmico em Marrocos, é evidente a existência de ambições internacionais.

## **7. SALAFIA JIHADIA**

### **a. Base de operações: Marrocos**

### **b. Motivações**

O *Salafia Jihadia* é uma organização terrorista islamista baseada em Marrocos. Os seus objectivos principais são suplantar os governos “ímpios” árabes e pressionar o mundo ocidental a parar o seu apoio aos regimes “corruptos” árabes. A organização pretende alcançar estes objectivos através de uma violenta *Jihad*, recrutando para as suas causas e fileiras, elementos oriundos dos subúrbios marroquinos onde graçam a pobreza e as fracas condições sociais. Esta organização terrorista constitui-se como uma das que actualmente possui maior expressão em território marroquino e é um aliado bastante próximo e uma evolução do *Moroccan Islamic Combatant Group* (GICM), o qual foi um dos grupos radicais islâmicos pioneiros em Marrocos. O *Salafia Jihadia* é uma organização compartamentalizada, bastante descentralizada, e há quem defenda que consiste mais numa doutrina do que propriamente numa organização. Daí, derivam opiniões de que a *Salafia*



*Jihadia* é mais uma rede de fraca afiliação de organizações radicais muçulmanas marroquinas de menor dimensão e diversificada origem. De facto, o ex-director da CIA, George Tenet advogava que esta organização era tipicamente composta por muitas células locais autónomas, recebendo apoios operacionais do *Salafist Group for Call and Combat* (GSPC) e orientações estratégicas do ex-líder da al-Qaeda no Iraque, al-Zarqawi. De certo modo, esta organização responsabiliza-se pelo planeamento operacional e executa ou então delega a execução dos seus planos de ataque.

Outros alegam ainda que de forma a facilitar os processos de condenação dos actos terroristas, a denominação *Salafia Jihadia* terá sido criada pela autoridades marroquinas aglomerando assim vários grupos salafistas a operar em Marrocos. De facto, a denominação *Salafia Jihadia* é também usada pela doutrina *Wahabi*, de maior expressão, e que foi exportada a todo o mundo árabe pelos radicais da Arábia Saudita a seguir à primeira guerra do golfo.

Os membros da organização *Salafia Jihadia* têm sido acusados de incendiários, pequeno crime, rapto, tráfico de droga, apesar de a mesma ser muito mais conhecida por ter planeado e executado o atentado suicida de Casablanca em 2003, que resultou em 45 mortos. O ataque visava um clube privado espanhol, Casa de Espanha, na vizinhança de representações de interesses estatais e privados, ocidentais e israelitas. Posteriormente determinou-se que os 14 elementos suicidas envolvidos eram oriundos de um mesmo subúrbio “oprimido” de Casablanca.

Nas investigações que se seguiram aos atentados de Madrid em 2004, cuja execução foi reclamada pela *al-Qaeda*, apareceram evidências sugestivas de que elementos da *Salafia Jihadia* terão tido no mínimo um papel menor nos atentados. Supostamente, um dos membros da al-Qaeda que perpetrou a colocação de uma das bombas num dos comboios de Madrid partilhou uma *Safe House* com um outro elemento pertencente à *Salafia Jihadia*, este último ligado aos atentados de Casablanca. E mais, segundo dados obtidos por um investigador francês, os contactos mantidos entre um dos bombistas de Madrid, pertencente à al-Qaeda, e a organização marroquina *Salafia Jihadia*, são prévios aos acontecimentos do 11 de Setembro, sendo sabido que o seu líder terá rezado no mesmo local em Hamburgo frequentado pelo líder operacional dos atentados de 2001.

### **c. Situação actual**

Apesar de muitos dos líderes da organização terem sido capturados logo a seguir aos atentados de Casablanca, o grupo ainda representa uma ameaça regional devido à sua



estrutura dispersa e uma base substancial de ligações com outras organizações radicais na região magrebina.

## 8. Programa anti-terrorismo da UE

A preocupação específica da UE com a questão da segurança na Europa e do combate ao terrorismo mereceu da parte do Conselho da Europa uma abordagem directa e que se insere no Pilar de Segurança da própria União. Deste modo, em 2005, foi proposta ao Conselho Europeu a designada *European Union Counter-Terrorism Strategy*. Esta estratégia assenta em quatro pilares essenciais, perspectivando o combate global ao terrorismo e garantindo o respeito pelos direitos humanos, com vista a uma Europa mais segura dentro do seu modelo civilizacional:

- Prevenção – visa prevenir a conversão ao terrorismo, propondo soluções para os factores ou causas que poderão gerar a radicalização e o recrutamento, quer seja na Europa, quer seja fora do Espaço Comum.
- Proteger – visa proteger os cidadãos e as infraestruturas da Comunidade, e reduzir a vulnerabilidade a ataques através de medidas específicas de segurança fronteiriça, nos transportes e infraestruturas consideradas críticas.
- Perseguir – visa fazer o seguimento e perseguição dos terroristas à escala global; impedir o seu planeamento, a sua mobilidade e as suas comunicações; destruir as suas redes de suporte logístico; cortar o acesso a financiamentos; inibir o acesso aos materiais para perpetrar ataques e finalmente colocá-los perante a justiça.
- Responder – visa utilizar o espírito de solidariedade da União, com o intuito de minimizar as consequências de ataques terroristas, através da melhoria das capacidades de lidar e responder aos mesmos de forma coordenada, e de responder a catástrofes e às necessidades das vítimas.

Este programa europeu, conforme afirma Sousa Lara (2007: 61), tem um alcance completo na luta anti-terrorista e, para o tempo presente, parece ser exemplar. Contudo, adiciona o autor, “(...) a questão central é sempre a mesma: saber da vontade política dos estados membros para ultrapassar os entraves burocráticos e as corporações nacionais, de espírito mais redutor, com vista a uma melhoria efectiva e rápida da resposta ao problema que a todos os europeus importa”.

## **APÊNDICE D**

Parceria Euro-Mediterrânica

---

## **1. Parceria Euro-Mediterrânica**

Os Países Terceiros Mediterrânicos (PTM) têm sido confrontados com uma série de desafios de ordem interna e externa ao longo dos últimos anos. O alargamento da Comunidade Europeia, a concretização de um vasto mercado europeu e, mais recentemente, a abertura das economias dos Países da Europa Central e Oriental, estão entre alguns dos desafios externos enfrentados recentemente pelo Mediterrâneo, constituindo uma evidente ameaça às exportações, levantando inclusivamente receios de perda de atenção por parte da União Europeia.

Por outro lado, as questões políticas, de cariz essencialmente regional, associadas aos problemas de segurança, radicalismos religiosos, escassez de alguns recursos básicos, pressão demográfica nos grandes centros urbanos, exclusão social e religiosa, entre outros, condicionam a realidade interna do Mediterrâneo.

Contudo, e apesar dos receios, as evidências espelhadas nas alíneas seguintes, apontam para que a relação da União Europeia com os países vizinhos do Sul do Mediterrâneo tenham estado no passado, e possam estar no futuro, na esfera das principais preocupações da política externa da União Europeia.

### **a. Dos Acordos de Associação à Política Mediterrânea Renovada (PMR)**

Conforme se constata pelo preconizado no próprio Tratado de Roma<sup>1</sup>, desde cedo que a Europa, enquanto comunidade, manifesta a predisposição para o desenvolvimento de relações externas, com especial enfoque para os países em desenvolvimento. Efectivamente, desde a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) que se entende ser necessário estabelecer no domínio económico uma política com amplitude mediterrânica, a qual reflecta adequadamente os interesses europeus e cuide das necessidades dos países terceiros.

Já na década de 60 do Século XX, a CEE procurou estabelecer acordos com os países vizinhos do Mediterrâneo, utilizando o modelo dos acordos de Lomé<sup>2</sup> como ponto de partida. Todavia, os acordos obtidos não almejaram atingir o quadro institucional de

---

<sup>1</sup> O nº 3 do Artº 113 do tratado definia o seguinte: “Quando devam ser negociados acordos com um ou mais Estados ou organizações internacionais, a Comissão apresentará, para o efeito, recomendações ao Conselho, que a autorizará a encetar as negociações necessárias.”

<sup>2</sup> Convenção, que rege as relações entre a União Europeia e 71 países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), constitui uma vertente importante da política externa da União Europeia. A Convenção de Lomé foi assinada, em 1975, entre a Comunidade Europeia, actualmente União Europeia, e os países ACP. Visava, essencialmente, apoiar as ex-colónias do Reino Unido, da França, da Holanda e da Bélgica, oferecendo-lhes uma ajuda de mais de 18 biliões de dólares, durante os cinco anos seguintes, e assegurando-lhes igualmente o direito de livre acesso aos mercados europeus nas áreas da agricultura e produtos industriais.

Lomé, nem o carácter eminentemente multilateral destes acordos com os países África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

De facto, os Acordos bilaterais de Associação, assinados com a CEE, no final da década de 60 por dois estados magrebinos, Marrocos e Tunísia, objectivavam a criação de relações comerciais preferenciais, permitindo que produtos marroquinos e tunisinos entrassem livremente em território europeu, excepção feita aos têxteis e aos produtos agrícolas, e outros que concorressem directamente com a produção Europeia. Na prática, os acordos eram reduzidos à insignificância comercial de alguns produtos sem expressão no panorama regional.

Com a disseminação regional destes primeiros acordos bilaterais aos países do Mediterrâneo, tornou-se também perceptível a diferenciação de tratamentos entre os países vizinhos, mas sobretudo sobressaiu o problema da falta de profundidade e, na prática, de utilidade dos mesmos, induzindo a renegociação constante destes acordos.

Reconhecendo no início da década de 70 a deficiente amplitude dos primeiros acordos estabelecidos, a Comissão Europeia decidiu reorganizar as relações bilaterais naquela que veio a designar-se por Política Mediterrânica Global (PMG). Em conformidade com as regras do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)<sup>3</sup>, e não diferenciando os acordos consoante os parceiros, a PMG visava a criação de uma Zona de Comércio Livre (ZCL), entre a Comunidade e cada um dos Países Terceiros, para produtos industriais, exceptuando mais uma vez alguns produtos considerados importantes na margem norte do Mediterrâneo, ainda que se definisse ser futuramente dada preferência à grande maioria da produção agrícola dos PTM. Para além da questão comercial, a PMG preconizava a garantia de financiamentos, bem como a eventual abordagem das questões relacionadas com a imigração de uma forma concertada.

Já no final da década de 70 entraram em vigor os Acordos de Cooperação assinados pela Comunidade com os países do Magrebe, cujo âmbito cobria não só as trocas comerciais e a ajuda financeira, mas também os problemas de natureza económica, técnica e social. Todavia, os estados mediterrânicos continuaram a importar mais do que a exportar, com reflexo acrescido no seu défice comercial, tornando evidente que os resultados dos acordos preferenciais estavam muito aquém do pretendido.

---

<sup>3</sup> O *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), foi estabelecido em 1947, tendo em vista harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários. Está na base da criação da Organização Mundial de Comércio. É um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função de impulsionar a liberalização comercial e combater práticas proteccionistas, regular, provisoriamente, as relações comerciais internacionais. O GATT foi substituído em 1995 pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

A ampliação dos acordos de cooperação com os países magrebinos, materializada na renegociação de alguns protocolos financeiros entre 1978 e 1996, permitiu o financiamento pela CEE de projectos em áreas como as infra-estruturas económicas e a produção, procurando favorecer o desenvolvimento agrícola, bem como a industrialização, promovendo o desenvolvimento económico-social do Magrebe.

A ajuda financeira disponibilizada pela Comunidade Europeia repartiu-se em duas rubricas, os empréstimos realizados pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e as contribuições orçamentais, as quais se traduziam normalmente em subsídios destinados na sua maioria às áreas da educação e da saúde. Os empréstimos do BEI favoreciam o investimento da Europa nos países do Sul, promovendo a operação conjunta das empresas entre as margens mediterrânicas.

No início da década de 90, terminada a guerra-fria, a Comunidade Económica Europeia enveredou por uma nova tipologia nas relações com os países terceiros, através da celebração de novos acordos e também de protocolos financeiros. Com vista a harmonizar e a conferir maior coerência à política mediterrânica surgiu então a designada Política Mediterrânica Renovada (PMR), a qual objectivava proporcionar uma protecção acrescida aos países parceiros da Comunidade do sul do Mediterrâneo, minorando os riscos que uma desestabilização de cariz sócio-político naquela região pudesse trazer para a Europa. O maior envolvimento económico da Comunidade Económica Europeia no desenvolvimento regional, bem como a ampliação da cooperação política com os países vizinhos do sul, ficaram bem explícitos nas conclusões da reunião do Conselho Europeu de Lisboa de 1992, em que se considerou que “o recente acordo sobre a política mediterrânica renovada (...) constitui um elemento essencial para uma maior estabilidade política e económica na região mediterrânica” e que “(...) uma verdadeira parceria euro-magrebina deverá favorecer o prosseguimento das reformas económicas e o aumento substancial dos investimentos privados, principalmente das “joint-ventures” de empresas magrebinas e europeias” (Luís, 2006: 258).

Contudo, e apesar do reforço financeiro e maior concertação de políticas, a PMR continuava a mostrar falta de estratégia, incorporando ainda demasiadas restrições à exportação de produtos agrícolas e industriais e um estilo demasiadamente “europeísta”, propagando uma imagem de beneficiação do lado europeu em detrimento dos países do Sul que, conseqüentemente, votou ao relativo fracasso de mais uma tentativa de cooperação.

## **b. Processo de Barcelona**

Um conjunto de acontecimentos à escala global precipitou a revisão da política mediterrânica da Comunidade Europeia, entre eles:

- o fim da guerra-fria, que reorientou as prioridades de investimento para o leste europeu;
- a crise política na Argélia, intimamente associada ao perigo de alastramento dos radicalismos islâmicos;
- o crescimento demográfico, em especial no Norte de África, o qual poderia desestabilizar a própria Europa;
- o processo de Paz Israelo-Palestiniano, no qual a Comunidade Europeia tinha tido até então um papel relativamente secundário, sendo contudo um assunto de expressivo significado político e de natureza cultural e religiosa, que se tornou relevante na região do Magrebe.

A UE decidiu então estabelecer um novo quadro de relações com os países do Mediterrâneo, em estrito alinhamento com as orientações definidas pelos Conselhos europeus de Lisboa (1992), de Corfu e de Essen (1994), na perspectiva de um projecto de parceria que privilegiasse a estabilidade, a segurança e a paz.

Em 1995, na Conferência de Barcelona, é assinada a Declaração Euro-Mediterrânica de Barcelona, que estabelece a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) entre a UE e os Países Terceiros do Sul do Mediterrâneo (PTM)<sup>4</sup>. A conferência define a evolução futura das relações entre a UE e estes países, constituindo naturalmente um marco histórico na evolução da política comunitária para a região.

## **c. A Parceria Euro-Mediterrânica**

A Parceria Euro-Mediterrânica, que deriva da proposta efectuada na Conferência de Barcelona, assenta em dois planos que se relacionam de forma complementar: um plano *bilateral*, que agrega os acordos bilaterais já estabelecidos ou em negociação, e um plano *multilateral*, que estabelece um quadro de diálogo regular e duradouro.

As três vertentes de intervenção da Parceria Euro-Mediterrânica encontram-se sumariamente descritas na tabela 1:

---

<sup>4</sup> Da PEM fazem parte a Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia e Turquia. A Líbia e a Mauritânia, apesar de não fazerem parte integrante desta parceria, têm participado, nos últimos anos, como observadores (União Europeia, 2005).

Tabela 1: Vertentes da Parceria Euro-Mediterrânica

Programa	Objectivo	Áreas de Compromisso
Parceria Política e de Segurança	Definição de um espaço comum de paz e estabilidade.	<p>Agir em conformidade com a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, e aperfeiçoar o Estado de direito e a democracia;</p> <p>Tomar medidas concretas para a efectiva aplicação da liberdade de expressão, de associação, de pensamento e de religião;</p> <p>Desenvolver o Estado de Direito e a democracia no seu sistema político reconhecendo, simultaneamente, neste quadro, o direito de cada um de escolher e de desenvolver livremente o seu sistema político, sócio-cultural, económico e judicial;</p> <p>Respeitar a diversidade e o pluralismo, e apelar à tolerância entre os diferentes grupos da sociedade;</p> <p>Basear a parceria política e de segurança no compromisso pelo respeito pela igualdade soberana, pela integridade territorial, pelos princípios de não ingerência;</p> <p>Lutar contra o terrorismo e o crime organizado e combater o flagelo da droga em todos os seus aspectos;</p> <p>Promover a segurança regional e a agir em favor da não proliferação nuclear, química e biológica, aderindo e conformando-se com os regimes internacionais e regionais de não proliferação, e com os diferentes acordos de limitação de armamento e de desarmamento.</p>
Parceria Económica e Financeira	<p>Construção de uma zona de prosperidade partilhada;</p> <p>Três objectivos de longo prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acelerar o ritmo de um desenvolvimento socio-económico duradouro;</li> <li>- Melhorar as condições de vida das populações;</li> <li>- Promover a cooperação e a integração regionais.</li> </ul>	<p>Estabelecimento progressivo da Zona de Comércio Livre (ZCL):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Eliminação progressiva das barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio de produtos manufacturados;</li> <li>- Liberalização progressiva do comércio de produtos agrícolas, através de um acesso preferencial recíproco entre as partes;</li> <li>- Liberalização gradual do comércio de serviços, incluindo o direito de estabelecimento, que será igualmente liberalizado de forma gradual;</li> <li>- Aprovação de disposições adequadas em matéria de regras de origem (introdução progressiva da acumulação da origem), de certificação, de protecção dos direitos de propriedade intelectual, industrial e de concorrência;</li> <li>- Prossecução e desenvolvimento de políticas baseadas nos princípios da economia de mercado e da integração das respectivas economias, tendo em conta as necessidades e níveis de desenvolvimento respectivos;</li> <li>- Adaptação e modernização das estruturas económicas e sociais, sendo dada prioridade à promoção e ao desenvolvimento do sector privado, à nivelção do sector produtivo e à criação de um quadro institucional e regulamentar adequado a uma economia de mercado. Atenuação das consequências negativas que essa adaptação possa ter a nível social, incentivando a</li> </ul>



Programa	Objectivo	Áreas de Compromisso
		<p>realização de programas a favor das populações mais desfavorecidas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A promoção de mecanismos que visam desenvolver as transferências de tecnologias.</li> </ul> <p>Implementação de cooperação económica apropriada e de acções concertadas adequadas aos objectivos fixados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Investimento e a poupança privada - trata-se, para os PTM, de eliminar progressivamente os entraves ao investimento estrangeiro directo e de estimular a poupança interna, a fim de sustentar o desenvolvimento económico. A criação de um ambiente favorável aos investimentos poderá conduzir às transferências de tecnologias e aumentar a produção e as exportações. O programa de trabalho prevê uma reflexão sobre a identificação desses entraves ao investimento e dos meios, incluindo no sector bancário, para favorecer o investimento;</li> <li>- Cooperação regional enquanto factor-chave para facilitar a criação de uma zona de comércio livre;</li> <li>- Cooperação industrial e a ajuda às pequenas e médias empresas (PME);</li> <li>- Reforço da cooperação em matéria ambiental;</li> <li>- Promoção do papel da mulher no desenvolvimento;</li> <li>- Criação de instrumentos comuns em matéria de conservação e de gestão racional de recursos haliêuticos;</li> <li>- Desenvolvimento do diálogo e da cooperação em matéria energética;</li> <li>- Desenvolvimento da cooperação em matéria de gestão de recursos hídricos;</li> <li>- Modernização e reestruturação da agricultura.</li> </ul> <p>Aumento substancial da assistência financeira concedida pela UE aos seus parceiros – Programa MEDA (detalhado no ponto d.).</p>
Parceria nos domínios Social, Cultural e Humano	<p>Fomentar a aproximação e a compreensão entre os respectivos povos, bem como a melhoria da percepção mútua.</p> <p>Incentivar a participação da sociedade civil na parceria euro-mediterrânica.</p> <p>Promover o desenvolvimento social em paralelo com o desenvolvimento económico.</p> <p>Reduzir as pressões migratórias, pretendendo fixar</p>	<p>Importância da vertente cultural, religiosa e civilizacional ao longo de toda a região mediterrânica;</p> <p>Desenvolvimento de instrumentos de cooperação descentralizada baseados no desenvolvimento dos recursos humanos, no diálogo e compreensão entre as diferentes culturas e nas trocas entre as sociedades civis;</p> <p>Importância do papel dos meios de comunicação social para o conhecimento e a compreensão recíprocos das culturas;</p> <p>Importância do domínio da saúde e do desenvolvimento social, bem como do respeito pelos direitos sociais fundamentais;</p> <p>Promoção do papel dos migrantes legalmente instalados na UE e estabelecimento de uma cooperação mais estreita no domínio</p>

Programa	Objectivo	Áreas de Compromisso
	as populações.	da imigração clandestina, luta contra o terrorismo, narcotráfico, criminalidade organizada e corrupção.

Fonte: União Europeia

#### d. O programa MEDA

A criação de um ambiente adequado ao investimento assumiu primordial importância, uma vez que permitiu mitigar de forma progressiva os obstáculos e conduzir à transferência de tecnologias e, conseqüentemente, ao incremento da produção e exportação, possibilitando o desenvolvimento económico.

Com o lançamento do Programa de Assistência e Cooperação com os países do Mediterrâneo (MEDA) em 1995, foi criado um instrumento financeiro para sustentar as reformas das estruturas económicas e sociais dos PTM, em substituição dos anteriores protocolos financeiros (União Europeia, 2007c). Tratou-se de um programa global de cooperação, que reflectia uma unificação de recursos, com fundos orçamentais destinados a promover a iniciativa privada e o auxílio a acções de parceria entre as Pequenas e Médias Empresas europeias e mediterrânicas.

A alocação deste programa à vertente social incide nos serviços sociais de cariz elementar – educação e formação, saneamento básico, integração de pequenos projectos agrícolas e ainda modernização das infra-estruturas. Por seu turno, o BEI procedia à concessão de empréstimos a longo prazo, os quais se destinavam a financiar os sectores produtivo e projectos de infra-estruturas económicas tais como a energia, telecomunicações e transportes.

As principais diferenças entre os programas MEDA I e MEDA II encontram-se explicitadas na tabela 2:

**Tabela 2: Diferenças dos programas MEDA**

Programa	Enquadramento	Montantes	Características
MEDA I	Compreende programas indicativos, com a duração de 3 anos cada, e ainda programas individuais.	1995/1999: 3 435 milhões de euros (MEDA);  1995/1999: 4 808 milhões de euros (BEI).	Unificação de recursos (o que constitui uma diferença assinalável em relação aos precedentes protocolos);  Fixação dos montantes e das opções sectoriais por um período de 3 anos, com possibilidade de reexame anual das orientações das acções de cooperação;  Vantagem de fazer com que os intervenientes da sociedade civil (empresas, federações, ONGs, etc...) sejam os principais beneficiários da cooperação comunitária;

Programa	Enquadramento	Montantes	Características
			<p>Método mais flexível de repartição das ajudas permitindo a afectação dos recursos em favor dos países ou empresas mais activos. (favorecimento dos países parceiros que progredissem mais rapidamente nas reformas económicas e cooperação, e que utilizassem mais eficazmente os montantes financeiros atribuídos);</p> <p>Operações de promoção de capital de risco<sup>5</sup> como operações bilaterais.</p>
MEDA II	<p>Planos de financiamento anuais bilaterais e multilaterais;</p> <p>Maior alinhamento estratégico e gestão mais eficiente dos programas<sup>6</sup>;</p>	<p>2000/2006: 5 350 milhões de euros (MEDA);</p> <p>2000/2007: 6 400 milhões de euros (BEI).</p>	<p>Em relação ao MEDA I, este programa tem a vantagem de melhorar a coordenação entre as operações de promoção de capital de risco, que agora se ampliam à escala regional;</p> <p>Toda a componente de auxílio financeiro é mais integrada e eficiente, conduzindo à implementação de programas à escala regional;</p> <p>Uma programação mais estruturada implica escolhas de financiamento pela UE mais transparentes e exigentes, permitindo endereçar como prioritárias a transição económica para a projectada ZCL, e as subjacentes medidas de acompanhamento socio-económicas;</p> <p>Focalização no reforço da ligação entre o programa de auxílio financeiro MEDA e a implementação das reformas iniciadas ao abrigo dos acordos de associação.</p>

Fonte: Comissão Europeia, 2006

### e. Acordos de Associação e Plano de Acção de Valência

Os Acordos de Associação estabelecidos com os países do Magrebe e com os restantes Países Terceiros, para além de substituírem os anteriores, passaram a vigorar por tempo indeterminado. Com o objectivo de sustentar as linhas de orientação definidas na Declaração de Barcelona, visam:

- estabelecer o enquadramento legal para o diálogo político e o aprofundamento das relações com os países parceiros do Mediterrâneo;
- encorajar as trocas no plano intra-regional;

<sup>5</sup> O Capital de Risco pode ser definido como uma forma de investimento empresarial, com o objectivo de financiar empresas, apoiando o seu desenvolvimento e crescimento, com fortes reflexos na gestão. É uma das principais fontes de financiamento para jovens empresas, “start-up’s” e investimentos de risco com elevado potencial de rentabilização. Comparado com outras fontes, como o crédito bancário, os subsídios públicos, as ofertas em mercado de bolsa e a angariação de investidores privados, o Capital de Risco destaca-se pela análise concreta dos projectos apresentados, do seu potencial de crescimento e da relação com o risco (IAPMEI, 2006: 7).

<sup>6</sup> Criação da Zona de Comércio Livre.

- liberalizar gradualmente as trocas monetárias, de bens e serviços, objectivando estabelecer uma ZCL<sup>7</sup> dentro de um prazo de 12 anos, em articulação com as regras da OMC.

**Tabela 3: Acordos Euro-Mediterrânicos**

Objectivos e Conteúdos	Principais Áreas de Intervenção
<p>Diálogo Político com base Regular;</p> <p>Estabelecimento da ZCL de uma forma gradual;</p> <p>Regulação relativa a Serviços, Concorrência e Monopólios;</p> <p>Cooperação no Sector Social e das Migrações;</p> <p>Promoção do respeito pelos Direitos Humanos e Princípios Democráticos;</p> <p>Cooperação Cultural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eliminação dos obstáculos aduaneiros às trocas comerciais / industriais;</li> <li>- Maior liberalização dos produtos agrícolas;</li> <li>- Simplificação das reformas na base da modernização da economia e das respectivas infra-estruturas;</li> <li>- Cooperação regional ao nível científico, tecnológico, ambiental, industrial, aduaneiro e estatístico, promovendo e protegendo os investimentos;</li> <li>- Cooperação na luta contra a criminalidade organizada;</li> <li>- Cooperação regional ao nível dos direitos sociais dos trabalhadores migrantes, do diálogo cultural, da criação de emprego e das políticas sociais em geral;</li> <li>- Promoção do diálogo cultural e protecção dos direitos das populações migrantes, com ênfase para os jovens e seus meios de expressão.</li> </ul>

Fonte: União Europeia

**Tabela 4: Progressos na implementação dos Acordos de Associação**

Parceiro	Conclusão das Negociações	Assinatura dos Acordos	Entrada em Vigor
Tunísia	1995	1995	1998
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visa o estabelecimento da ZCL em 2010;</li> <li>- Contém disposições de relevo no que concerne ao diálogo político, ao respeito pelos princípios da democracia e direitos do homem, e à cooperação nos planos económico, financeiro, e sócio-cultural;</li> <li>- No plano comercial, a prioridade centra-se na facilitação das trocas e dos serviços, na propriedade intelectual e no progressivo desmantelamento tarifário.</li> </ul>		
Marrocos	1995	1996	2000
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promove a liberalização gradual do comércio por um período de 12 anos que culminará na ZCL;</li> <li>- Fixa o calendário de abolição dos direitos aduaneiros para os produtos de origem industrial que entram no mercado marroquino;</li> <li>- Perspectiva avanços da cooperação nos domínios ambiental, científico, transportes e energia. Negociações ampliadas aos produtos de origem agrícola.</li> </ul>		
Argélia	2001	2002	2005
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encoraja a liberalização em termos de trocas bilaterais, permite aos consumidores e empresas usufruírem do crescimento do comércio e dos investimentos;</li> <li>- Prevê a supressão gradual dos direitos de importação dos produtos industriais da UE durante 12 anos;</li> <li>- Incentiva a iniciação de uma política de liberalizadora de forma imediata, abolindo direitos e contingentes a futuros produtos agrícolas e a redução dos direitos de uma série de produtos “sensíveis”;</li> <li>- Melhorar o processo de liberalização económica, e revisão e actualização da legislação acerca da concorrência e da protecção da propriedade intelectual;</li> <li>- No que se refere aos planos social e político, visa promover o diálogo e a cooperação em áreas como</li> </ul>		

<sup>7</sup> Estes acordos não preconizam eventuais adesões à União Europeia.

	a segurança, os assuntos internos e a justiça, a educação e a cultura;
	- Compromisso pelo respeito dos direitos do Homem e dos princípios democráticos.

Fonte: Comissão Europeia, 2005.

Desde a “Conferência de Barcelona” que tiveram lugar outras conferências no plano euro-mediterrânico. A quinta conferência<sup>8</sup> Euro-Mediterrânica realizou-se em Valência, em Abril de 2002, e veio dar um novo impulso ao Processo de Barcelona, ao ter sido aprovado um plano de acção de execução imediata, com vista a reforçar as três componentes previamente definidas no processo de Barcelona (União Europeia, 2005):

- Aspectos Políticos e de Segurança – aprovam-se as directrizes para o diálogo político e para a cooperação na luta contra o terrorismo; de realçar que as dotações do programa MEDA ficam então condicionadas à implementação dos programas de direitos humanos e desenvolvimento da democracia (União Europeia, 2006);
- Aspectos Económico-Financeiros – para além da manutenção do objectivo de criação da ZCL até 2010, é apoiada a criação de uma ZCL entre os quatro países implicados no processo de Agadir<sup>9</sup>, com entrada em vigor em 2003; negociam-se as prioridades sobre a liberalização do comércio de serviços; promove-se a melhor gestão do programa MEDA e cria-se uma nova facilidade de investimento para infra-estruturas e sector privado, futuramente designada por *Facility for Euro-Mediterranean Investment and Partnership* (FEMIP) (União Europeia, 2006);
- Aspectos Sociais, Culturais e Humanos – estabelece-se o documento-quadro para a cooperação na justiça, luta contra o narcotráfico, crime organizado e terrorismo; assuntos relacionados com a inserção social dos migrantes, as migrações, a circulação de pessoas e a educação assumem também preocupações fulcrais; cria-se a Fundação Euro-Mediterrânica<sup>10</sup> com o intuito de promover o diálogo inter-cultural e civilizacional (União Europeia, 2005).

#### **f. Política Europeia de Vizinhança (PEV) e quadro financeiro 2007-2013**

Em Março de 2003 a Comissão Europeia anuncia o alargamento da UE, derivando daí um novo quadro de relacionamento da “Europa a 25” com os novos vizinhos. Em 2004,

<sup>8</sup> Nela estiveram representados os Estados-Membros da UE, assim como a Argélia, a Autoridade Palestiniana, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Malta, Marrocos, Tunísia e Turquia e, como convidados especiais, a Líbia e a Mauritânia.

<sup>9</sup> Nos quais se incluem Marrocos e Tunísia.

<sup>10</sup> Conhecida internacionalmente por *Anna Lindh Euro-Mediterranean Foundation for the Dialogue between Cultures*, tem a sua sede em Alexandria.

a UE lança a designada Política Europeia de Vizinhança (PEV), a qual visa uma aproximação política e administrativa com esses mesmos países vizinhos, nomeadamente com os países que já anteriormente faziam parte integrante da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), e com os países que, em virtude do último alargamento, passaram a fazer fronteira com a UE<sup>11</sup>.

O objectivo desta nova estratégia passa por uma maior aproximação entre a UE e os países vizinhos, promovendo uma continuada integração ao nível político, económico, social, e até de segurança. Com esta política a UE pode oferecer um maior e mais intenso diálogo político, um maior acesso aos programas e políticas europeus, a inclusão no mercado comum<sup>12</sup>, e ainda uma cooperação reforçada no âmbito da justiça e assuntos internos (Commission of the European Communities, 2004:6).

Com cada país parceiro foram elaborados Planos de Acção individualizados. Apesar de todos os Planos incorporarem objectivos comuns, como seja o respeito pelos direitos básicos da democracia e dos direitos humanos, do estado de direito, da boa governação, dos princípios da economia de mercado e do desenvolvimento sustentável, são diferenciados entre cada parceiro, reflectindo cada um deles o estado actual de relacionamento da UE com cada país (Commission of the European Communities, 2004:3).

Os Planos de Acção da Política Europeia de Vizinhança têm como base os Acordos de Associação e os Acordos de Cooperação e Parceria, visando definir o rumo estratégico das relações da UE com cada país por um período de 3 a 5 anos. Também conhecidos como Acordos Europeus de Vizinhança, vieram fortalecer de forma notória o relacionamento da UE com os países vizinhos, tornando-se uma ferramenta imprescindível na definição de compromissos mútuos e na melhoria do diálogo com quase todos os parceiros (Commission of the European Communities, 2004:7).

Apesar dos progressos efectuados, a pobreza e o desemprego, as enormes divergências nas performances económicas, a corrupção e a débil governação permanecem como desafios essenciais. E estes não podem ser encarados como problemas dos países vizinhos, uma vez que se traduzem num conjunto de riscos, ameaças e desafios para a UE, nomeadamente ao nível da imigração ilegal, dos cortes de fornecimento de energia,

---

<sup>11</sup> Da PEV passaram a fazer parte, do lado europeu, a Rússia, a Ucrânia, a Bielorrússia e a Moldávia. Do lado sul do Mediterrâneo incluem-se a Argélia, o Egipto, Israel, a Jordânia, o Líbano, Marrocos, a Síria, a Tunísia, a Autoridade Palestiniana e a Líbia. A Turquia não faz parte desta estratégia, pois encontrava-se à época, numa rota de pré-adesão à UE.

<sup>12</sup> Não se pretende associar o termo a eventuais adesões à União Europeia.

degradação ambiental, crime organizado e terrorismo, conforme relatado pela Comissão da UE relativamente ao fortalecimento da Política Europeia de Vizinhança (Commission of the European Communities, 2006c: 2).

Torna-se então clara a necessidade de fortalecimento da PEV, visto que os custos do seu insucesso poderiam ser inoportáveis. A UE terá que apresentar uma oferta mais atractiva aos países de PEV, assente em melhores perspectivas comerciais e de investimento, promoção de relações interpessoais e mobilidade, resolução de conflitos e possibilidades de mobilização de fundos. Surge então a proposta da CE de reforçar a PEV, cujos Planos de Acção passarão a acomodar as iniciativas sintetizadas na Tabela 6 (Commission of the European Communities, 2006c: 5-13):

**Tabela 6: Melhorias à Política Europeia de Vizinhança**

<b>Componentes</b>	<b>Áreas de actuação</b>
Trocas comerciais, investimento e integração económica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alargamento dos acordos de comércio livre de bens industriais a todos os bens e serviços entre os países da ENP, com determinados níveis de assimetria, se considerados necessários;</li> <li>- Melhoria do suporte às reformas dos países, regulação do contexto económico das trocas comerciais e promoção do clima de investimento;</li> <li>- Fortalecimento da integração económica e cooperação em sectores chave.</li> </ul>
Mobilidade e Migrações	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Facilitação e abreviação dos obstáculos às deslocações no âmbito do desenvolvimento de negócio, educacional, turístico e oficial;</li> <li>- Melhoria na gestão da mobilidade e migração, melhorando as questões relacionadas com vistos, readmissão, cooperação na luta contra a imigração ilegal e controlo fronteiriço efectivo e eficaz.</li> </ul>
Intercâmbios (dimensão humana)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intercâmbios educacionais, culturais, de jovens e de investigação (programa universitário <i>TEMPUS</i>, <i>Erasmus Mundus</i>, Processo de Bolonha e outras reformas educacionais);</li> <li>- Contactos entre a sociedade civil envolvida na PEV (sindicatos, e associações sócio-profissionais, contactos e parcerias empresariais directas);</li> <li>- Intercâmbios entre as autoridades locais e regionais (parcerias directas entre cidades, actividades desenvolvidas por ONGs);</li> <li>- Formação contínua das entidades reguladoras (seminários e eventos públicos acerca dos processos reformistas);</li> <li>- Actividades de informação e divulgação.</li> </ul>
Aspectos Temáticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção do alargamento do diálogo bilateral a multilateral com os parceiros PEV em sectores chave, com vista a uma maior prosperidade, estabilidade e segurança (questões ambientais, desenvolvimento rural, sociedade de informação, investigação, saúde pública, serviços financeiros, controlo de fronteiras, migração e tráfego marítimo);</li> <li>- Promoção dos acordos multilaterais adicionais no domínio da energia e transportes e fortalecimento dos acordos já existentes;</li> </ul>

Componentes	Áreas de actuação
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalhar no sentido da extensão da rede de transportes e energia da UE aos países vizinhos, e respectiva interoperabilidade;</li> <li>- Participação dos países vizinhos em agências e programas comunitários relevantes.</li> </ul>
Cooperação Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção de um papel mais activo da UE na resolução de conflitos regionais ou multilaterais, incluindo a participação adequada nas missões de paz civis e militares;</li> <li>- Alinhamento dos países parceiros com a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD);</li> <li>- Intensificação da cooperação ao nível parlamentar;</li> <li>- Reforço da presença diplomática da UE em todos os países parceiros - PEV.</li> </ul>
Cooperação Regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar na íntegra a implementação dos programas de trabalho relacionados com os Planos de Acção Euro-Mediterrânicos acordados (Marrocos e Tunísia já têm os seus planos de acção em progresso);</li> <li>- Fortalecimento da cooperação com os “vizinhos dos vizinhos” nos pontos-chave considerados (energia, transportes, luta contra a imigração ilegal).</li> </ul>
Cooperação Financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maximização do impacto e do retorno dos recursos atribuídos;</li> <li>- <i>European Neighbourhood and Partnership Instrument</i> (ENPI) e <i>Facility for Euro-Mediterranean Investment and Partnership</i> (FEMIP);</li> <li>- Melhor coordenação entre os Estados Membro e os programas de assistência da União Europeia.</li> </ul>

Fonte: Comissão Europeia, 2006.

No actual período 2007-2013, a cooperação financeira da União Europeia com os países vizinhos rege-se pelo *European Neighbourhood and Partnership Instrument* (ENPI), em coerência com o BEI, caracterizando-se por ser consideravelmente mais flexível que os programas anteriores, nomeadamente os programas MEDA ou o programa TACIS<sup>13</sup>. Neste período, e para suportar as relações entre a UE e os países vizinhos, um total de 12 biliões de Euros serão disponibilizados pela União, representando um incremento de recursos comparativamente com 2000-06, a preços constantes, na ordem dos 32%. Conforme ilustrado na Tabela 7, para o período 2007-10 estão previstos 5,6 biliões de Euros, dos quais 73% serão encaminhados para apoiar os estados vizinhos na implementação da Política Europeia de Vizinhança. O Banco Europeu de Investimento prevê a disponibilização adicional de 12,4 biliões de Euros para aplicação sob a forma de empréstimos aos países vizinhos (European Commission - External Relations, 2007).

<sup>13</sup> Programa de apoio financeiro à Europa de Leste e Ásia Central.



Tabela 7: Verbas alocadas ao ENPI para o período 2007-10

Programas	Milhões de Euros
<b>Multi-laterais</b>	
Programas inter-regionais	260.8
Programa regional para os vizinhos do Sul	343.3
Programa regional para os vizinhos de Leste	223.5
<b>Total</b>	<b>827.6</b>
<b>Bilaterais</b>	
<u>Argélia</u>	<u>220</u>
Arménia	98.4
Azerbaijão	92
Bielorússia	20
Egipto	558
Geórgia	120.4
Israel	8
Jordânia	265
Líbano	187
<u>Líbia</u>	<u>8</u>
Moldávia	209.7
<u>Marrocos</u>	<u>654</u>
Autoridade palestina	632
Síria	130
<u>Tunísia</u>	<u>300</u>
Ucrânia	494
Rússia	120
<b>Total</b>	<b>4.116,50</b>
<b>Cooperação</b>	277.1
<b>Fundo de Investimento de vizinhança e ajuda à governação</b>	400
<b>Total Geral</b>	<b>5.621,20</b>

Fonte: União Europeia

No âmbito do apoio e estímulo financeiro ao sector privado, em especial às PME, e ao desenvolvimento económico dos países parceiros do Mediterrâneo aderentes à PEV, foi criada em 2002 a designada *Facility for Euro-Mediterranean Investment and Partnership* (FEMIP). Ao abrigo da ENPI, este instrumento de gestão pretendia combinar e conciliar as verbas disponibilizadas pelo Banco Europeu de Investimento para o Mediterrâneo com os recursos directamente disponibilizados pelos orçamentos comunitários. Alguns progressos na gestão desta nova ferramenta foram desde então sucessivamente alcançados, como sejam a possibilidade de se efectuarem empréstimos

com perfis de risco mais elevados do que até então, alargamento das áreas alvo de financiamento, assistência técnica e transferência de *know-how*, ou uma extensão da presença local da FEMIP.

Factores como o crescimento económico deficitário, quando comparado com regiões de equiparável situação económica<sup>14</sup>, taxas de desemprego relativamente elevadas<sup>15</sup>, ou até índices de pobreza de dimensão assinalável<sup>16</sup>, são referidos pela a União Europeia como estando na origem desta nova abordagem. Paralelamente, a própria União Europeia reconhece que apenas 3% do capital privado destinado às regiões em desenvolvimento é aplicado no espaço mediterrânico, inferindo-se que o Magrebe receberá uma pequena percentagem deste investimento, já de si bastante escasso. Naturalmente que serão condicionantes como o fraco entendimento das questões empresariais na região, ou a conotação da região magrebina com os riscos derivados da instabilidade política e económica que travam o investimento mais profundo. Na prática, o problema dos países do Sul traduz-se no difícil acesso ao crédito<sup>17</sup> por parte do sector privado, e especificamente das PME's, nas elevadas taxas de juro reais, no ambiente regulamentar deficiente<sup>18</sup> e na consequente falta de competitividade nos mercados internacionais. Se finalmente se considerar que, segundo a União Europeia, 95% do total das empresas no Mediterrâneo são de pequena dimensão, e que garantem 50 a 70% do emprego, então facilmente se concluirá pela pertinência da FEMIP, facilidade esta que tem vindo a abordar o problema económico-financeiro mediterrânico por forma a finalmente potenciar a sua futura resolução.

Nos cinco anos que decorrem desde a sua criação, a FEMIP obteve resultados considerados bastante positivos pela União Europeia, permitindo a melhoria significativa do investimento na região, ainda que com as dificuldades anteriormente enumeradas. A sua aposta tem-se centrado em novas infra-estruturas de qualidade e produtivas, tendo para tal reforçado a oferta de financiamentos em condições que possam ser acedidas mais facilmente, e que se revistam de atractividade para o sector privado.

Segundo a UE, a FEMIP tem sido bem sucedida na canalização de fundos para o Mediterrâneo no seu todo, e para o Magrebe em particular. Contudo, existem algumas

---

<sup>14</sup> Para mais detalhes, consultar o Anexo C, tabelas 9 e 10.

<sup>15</sup> Para mais detalhes, consultar o Anexo C, tabelas 6, 7 e 8.

<sup>16</sup> Segundo a UE, em 2006 cerca de 20% da população tunisina vivia com menos de 3 dólares por dia, sendo que na Argélia este problema afectava 35% da população.

<sup>17</sup> A União Europeia referencia o crédito mal parado como um dos problemas existentes na região mediterrânica.

<sup>18</sup> Registo de propriedade, protecção do investidor, obtenção de licenças e procedimentos administrativos.

abordagens e metodologias complementares que permitirão incrementar a sua influência nas melhorias económicas em curso, e também no sector privado (Comissão das Comunidades Europeias, 2006: 3-12), designadamente:

- Concertação entre políticas da União Europeia e operações desenvolvidas ao nível dos financiamentos do Banco Europeu de Investimento;
- Continuação do alargamento dos instrumentos da FEMIP a fim de fazer face às reais necessidades do sector privado no Mediterrâneo;
- Continuação do reforço da FEMIP ao nível local.

Com vista a recompensar o progresso na implementação das reformas, a Comissão introduziu um mecanismo de financiamento inovador, permitindo que uma parcela significativa do fundo ENPI se canalize para a boa governação e o apoio ao investimento (Commission of the European Communities, 2006c: 12-13): Facilidade à Governação, em acréscimo à alocação habitual dos países, com vista a reconhecer e apoiar o trabalho dos países membros que mais progrediram na implementação das reformas previstas nos respectivos Planos de Acção da PEV.